Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 70 Nº 23229 DIRECTOR **MÁRIO MESQUITA** DIRECTORA ADJUNTA **DIANA ANDRINGA** SEXTA-FEIRA 27 ABRIL 90 60$00

Quadros angolanos reunidos em Lisboa

Portugal na rota do diálogo

O reconhecimento de que a paz em Angola não é apenas necessária como irrevogável foi a nota dominante da abertura dos trabalhos do I Congresso de Quadros Angolanos no Exterior. Mário Soares e Cavaco Silva, que ontem discursaram, no Auditório da FIL, diante dos 1300 quadros angolanos presentes, manifestaram o seu empenho no processo de reconstrução angolana. Isto, numa altura em que o MPLA e a UNITA vão dialogar directamente no nosso país. Apesar da representação da UNITA neste Congresso se ter confinado à presença de elementos seus em Portugal, a convergência parece não estar distante e ambas as partes tiveram, na ocasião, o ensejo de conversar.

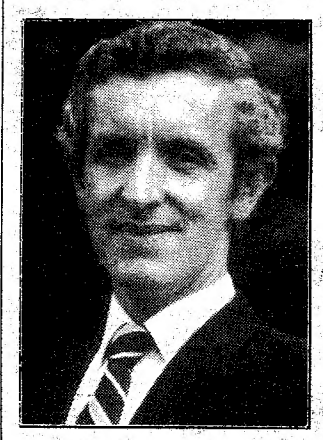
Pág. 10

Anabela Loureiro

Mário Soares, à entrada para o Congresso, seguido por Cavaco Silva, Van Dunen (Loy), ministro das Relações Exteriores de Angola, José João Oliveira, um dos organizadores do encontro e, mais atrás, Durão Barroso

Pela primeira vez

Mota Amaral enfrenta alternativas



Gustavo de Moura em Ponta Delgada/Especial para o DL

Duas moções, subscritas por Álvaro Dâmaso e pela Juventude Social Democrata açoriana, são alternativas àquela que Mota Amaral apresentou ao Congresso do PSD/Açores, que se realiza este fim-de-semana. É a primeira vez que o líder açoriano se defronta com moções, ainda que o seu lugar não esteja, para já, em causa. O que está em causa, afirmam os seus críticos, são os princípios e métodos de actuação. Tranquilo quanto à sua vitória, Mota Amaral tem uma única expectativa: quantos congressistas se lhe irão opôr?

Em dúvida está também o nome do futuro secretário-geral do partido. Natalino Viveiros tem vindo a ser contestado, sobretudo depois da derrota nas últimas eleições autárquicas. Para o substituir, há indícios claros de que Manuel Arruda, secretário regional para a Juventude e Recursos Humanos, venha a ser o escolhido. A substitui-lo neste lugar governamental entraria Mário Maciel, actual deputado à Assembleia da República, satisfazendo-se assim uma antiga reivindicação da JSD/Açores.

Findo o Congresso, fontes fidedignas asseguram que Mota Amaral poderá remodelar o seu Governo. Seria uma oportunidade para proceder a ajustamentos nos seus colaboradores e dar uma resposta às críticas.

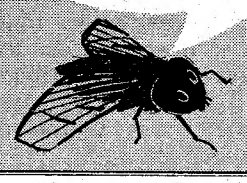
Pág. 4

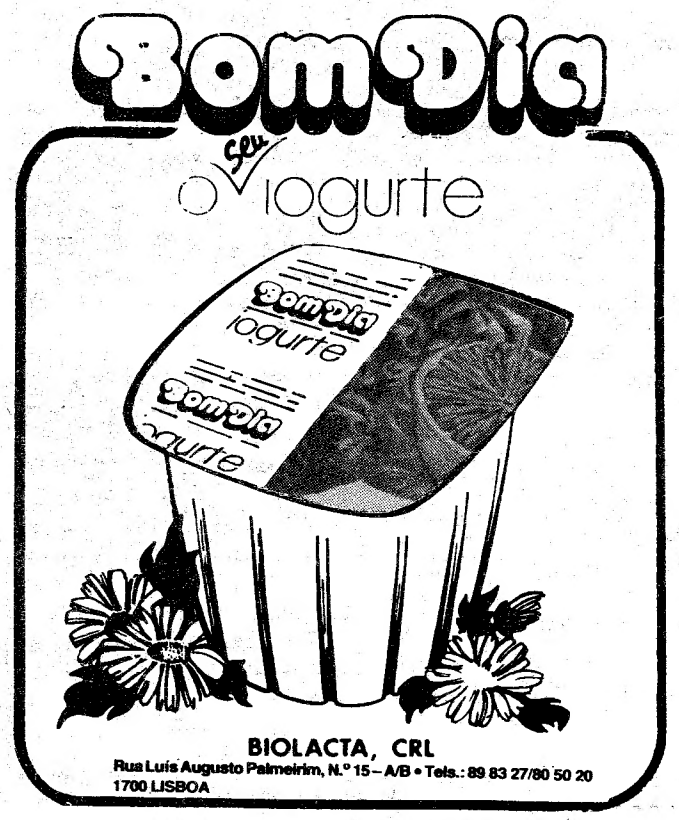
Primeiro auto-transplante de medula óssea em hospitais portugueses
Pág. 12

Portugal quer caixas negras nos barcos da CEE
Pág. 12

Lotaria
1.º 49 645
2.º 23 093
3.º 26 484
Pág. 12

Fui ao Espanhol e emagreci





Cimeira de Dublin com Alemanha em fundo

Os Doze em busca de um consenso

Amanhã, na capital irlandesa, os Doze vão procurar um consenso ante a reunificação alemã e as relações com os países do Leste, questões que começam a «envenenar» o ambiente entre os Estados membros, cada um por si a «teorizar» sobre um problema que deveria ter uma visão comum e a justificar a realização de uma cimeira extraordinária, embora antecipadamente se saiba de que dela nada de determinante resultará. Daí que também não seja descabido, não obstante o cepticismo de Jacques Delors sobre esta matéria, que os Doze aproveitem o almoço para analisar a possibilidade de se avançar mais rapidamente na união política. A sua falta faz-se sentir para se evitarem clivagens profundas no seio da Comunidade

Págs. 2 e 3

PS (a ver o Sado) pinta-se de verde

Págs. 20 e 21

GRANDE ANGULAR

Mais do que a unificação alemã, a coesão europeia e o futuro papel da NATO e do Pacto de Varsóvia deverão dominar a cimeira extraordinária que amanhã decorre em Dublin

Onze homens de mãos dadas e uma mulher de costas

Do nosso correspondente em Bruxelas

A unificação alemã poderá secundarizar-se ao debate sobre a coesão europeia e a uma reflexão sobre o papel das duas alianças militares. Os relatórios da Comissão Europeia serão submetidos à cimeira extraordinária de Dublin e tudo leva a crer que a Alemanha unificada constitua um momento pacífico na troca de impressões sobre os chefes de Estado e de Governo dos Doze.

Jacques Delors, numa conferência de Imprensa dada ontem em Bruxelas, numa antecipação do que seria o cenário para Dublin, pretendeu desmistificar a questão da unificação da Alemanha. «Suscita problemas análogos a um alargamento» - disse Delors, recordando, a propósito, esperar que os doze Estados-membros dêem acolhimento a uma proposta sobre alguns programas de ajuda à RDA, à semelhança do que acontecera com Portugal, antes da sua adesão à CEE. A unificação, na perspectiva do presidente da Comissão Europeia, constitui um «pesado fardo para a RFA, pelo que se deve encarar a possibilidade de os outros países minimizarem esse peso».

Embora não o manifestasse publicamente, Delors sabe que no seio da Comunidade paira alguma preocupação inerente ao programa de unificação monetária alemã. A própria Comissão já elaborou um estudo sobre o impacte da paridade entre as moedas dos dois Estados. Segundo o estudo, não há dúvidas de que a instauração de uma política monetária alemã, e particularmente as taxas de câmbio a aplicar nesta operação, resultará num choque político e económico nas duas Alemanhas, mas também atingirá com maior ou menor grau os outros Estados-membros. Aliás, especialistas radicados em Bruxelas não deixam de referir as reservas colocadas pelo Bundesbank a esta operação, designadamente pelo que encerra em termos de significado eleitoralista. Helmut Kohl tem assim oportunidade de renascer das cinzas, situação em que se encontrava ainda recentemente, quando tudo fazia prever que as próximas eleições seriam, para si, apenas a confirmação do descrédito em que caíra.

Delors, ontem, disse que esperava da cimeira de Dublin uma aprovação, sem reservas, do processo de unificação e a confirmação de que as respectivas etapas se efectuassem com respeito pelas regras comunitárias. A necessidade de um incremento na cooperação com os países da Europa Central e do Leste foi outra das esperanças manifestadas por Jacques Delors. «Até 7 de Maio estarão assinados acordos com a maioria dos países de Leste, exceptuando-se a Roménia» - recordou.

A estratégia de Delors

O reforço da Comunidade e a criação de uma rede de cooperação com a dimensão que responda às aspirações dos povos é uma das linhas que norteiam a estratégia de Delors. Para ele, um dia, vai existir uma grande Europa e o «método para a construir não é atrasar, mas sim ajudar os países do Leste».

No encontro que antecede a cimeira de Dublin, o chefe do executivo de Bruxelas deu a conhecer a sua anuência àqueles que defendem a convocação de duas conferências intergovernamentais: a primeira sobre a União Económica e Monetária, em Dezembro, sob a presidência italiana, e outra sobre a União Política. Aliás, a realização de duas conferências, em vez de uma, é uma posição que desde já algum tempo tem sido ventilada por Portugal.

Na cooperação com os países do Leste, Jacques Delors confere uma certa ênfase à dimensão cultural, que deve ser induzida nos acordos, dando a conhecer que Dublin, no próximo fim-de-semana, deve fazer uma reflexão sobre o futuro das duas alianças militares (NATO e Pacto de Varsóvia).

Na filosofia de Bruxelas, é importante que os Estados-membros revejam as suas posições. «Os casamentos - disse Delors - ao fim de alguns anos precisam de uma reflexão. A Europa comunitária é uma experiência única e há necessidade de se fazer um debate profundo.»

Para um jornalista presente na conferência, assiste-se ao «paradoxo» de haver onze homens de mãos dadas e uma mulher de costas. Delors, fugindo ao exercício das metáforas, manifestou-se esperançado numa participação da senhora Thatcher nos debates. Segundo ele, é através da discussão que se chega a uma plataforma de entendimento.

A Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE), outra das questões suscitadas por Delors, mereceu deste o comentário seguinte: «As preocupações e os pessimismos fazem parte da política. Se formos para projectos gigantescos, a Comunidade não vai ter tempo de construir o Mercado Único até ao final de 92. Temos de ser realistas.» Delors, por várias vezes chamou a atenção para declarações suas, quer no Parlamento Europeu quer no Colégio da Europa, discurso a que sistematicamente recorre.

«O Acto Único é um todo indissociável. É não só um mercado interno, mas também a expressão da solidariedade através da coesão económica e social, da dimensão social, do ambiente e mediante os instrumentos da competição constituídos pela investigação e pela cooperação monetária. Trata-se da organização de um espaço económico e social comum, sem o qual a Comunidade não seria mais do que uma bela palavra desprovida de sentido, um todo sem alma, e, de facto, sem vontade política.»

Em Dublin, a componente militar poderá aparecer difusa, no horizonte. Mas a questão essencial, depois da unificação alemã, passou a ser a unidade entre os Doze. Ou entre os Onze?

José Rui Cunha

Comunidade deve participar na reunificação europeia

Embora o primeiro-ministro da Irlanda, Charles Haughey se mostre optimista quanto aos resultados finais da cimeira extraordinária de Dublin, a verdade é que os temas a debater não se afiguram tão pacíficos que levem a grandes e claras decisões.

A questão da reunificação alemã surge em primeiro lugar na agenda. E Haughey afirma: «Não vejo dificuldades em se chegar a acordo sobre uma abordagem comum.»

Se o seu desejo se fica por tão parco resultado, certamente todos os Estados-membros se comprazerão em lhe dar essa satisfação. Politicamente todos estão conscientes de que, como diz o primeiro-ministro irlandês, «a integração dos territórios da RDA contribuirá para um crescimento económico mais rápido da Comunidade».

Também todos deverão estar de acordo em que «a integração dos territórios da Alemanha Oriental na Comunidade se efectue de um modo suave e harmonioso».

Mas a integração da RDA na Europa Ocidental tem subjacente muitos mais problemas do que deixam antever as boas intenções de Haughey, até mesmo do que as grandes declarações de princípios que se antevêem unânimes.

Em primeiro lugar há que saber se a Alemanha Oriental é «coutada» privativa da Alemanha Federal na via que a encaminha para uma economia de mercado. Isto é, se a RFA reserva para si o peso (suave) e os benefícios (bastantes) da liberalização da economia da RDA, ou seja, mais do que os ossos, a carne das privatizações, já que os primeiros todos sabemos a quem estão reservados - aos trabalhadores, que verão, segundo alguns especialistas, cerca de 20 por cento das suas empresas encerrarem as portas.

Isto quer dizer que a Alemanha Ocidental poderá vir (e até tem autoridade moral para o fazer como uma das maiores contribuintes líquidas da CEE) a exigir que a Comunidade a auxilie naquilo que não deixará de ser a sua expansão (política e territorial, mas também económica) para Leste.

Diz o ministro das Finanças português em vésperas da cimeira de Dublin que «as instituições comunitárias e os Estados membros da CEE devem acompanhar o processo de união económica e monetária entre as duas Alemanhas».

Não está mal pensado. Mas a verdade é que melhor seria dizer que a Comunidade deveria participar neste processo, pois que ele terá, no seu final, um enorme peso (o peso do marco alemão unificado e sustentado por uma já antevista poderosa indústria) nas decisões da futura Europa do Mercado Único.

Miguel Beleza revela que «Portugal dá um apoio entusiástico às reformas em curso, mas pretende um processo transparente». Idêntica posição outros países da CEE irão certamente expor em Dublin. Mas a «transparência» nunca existirá enquanto o processo se desenrolar no segredo de duas irmãs que reencontraram a bolsa mágica de arcanos poderes.

«Estou optimista, porque penso que vai haver imensas oportunidades, mas seria bom conhecê-las», diz ainda Miguel Beleza, fazendo-nos lembrar delicioso diálogo de uma banda desenhada de Asterix. «O meu preço é o seu», diz o contratante de um serviço do pirata, ao que este responde: «É um bom preço, mas eu preciso de ouro.»

Quer isto dizer que não basta acenar com hipotéticos benefícios, com chorudos negócios, com mirífico reforço da economia europeia, quando o processo se encaminha para ser meramente alemão.

Dirão alguns que assim deve ser, pois se trata pura e simplesmente de uma questão alemã. Se assim fosse, então mais valia não se falar mais em integração europeia, em União Económica a Monetária, em união política.

A Comunidade dita regras a Portugal, a Espanha e à Grécia na sua caminhada para a integração. Tem o mesmo direito de as ditar para a reunificação alemã, pois que a Alemanha de amanhã não será a de hoje e a sua integração não terá no futuro o mesmo peso (qualitativo e quantitativo) que no presente tem.

Miguel Beleza levanta questões importantes da reunificação alemã

São duas realidades distintas que, mais do que acompanhadas, têm de ser participadas.

Não será, portanto, difícil prever que a cimeira de Dublin culmine em belas declarações políticas de apoio à reunificação alemã. Mas certamente não deixará de trazer à luz do dia as preocupações de muitos Estados-membros sobre a forma como o processo económico se está a desenrolar e, mais ainda, sobre as consequências que ele trará para a Comunidade Económica Europeia no seu todo e para cada Estado-membro em particular, especialmente para uma França, uma Grã-Bretanha, uma Itália.

Victor Leitão

Para Jacques Delors, a prioridade reside na união monetária

CEE/Leste: as dúvidas do auxílio

Aproveitando a maré de «consensos» que alastra por toda a Europa em relação ao processo que de democratização se desenvolve nos países do Leste, a cimeira de Dublin vai introduzir, ainda que para ser debatido no remanso do almoço dos chefes de Estado e de Governo, o tema da união política. A ser aprofundada, seria, certamente, a questão mais polémica do encontro. Não porque politicamente os Doze não tenham ideias comuns sobre o assunto, mas porque economicamente as não têm.

Aliás, antecipando-se, como já vem sendo seu hábito, à cimeira, Jacques Delors afirma: «A maturidade da Comunidade ainda não chegou ao ponto de tratar da mesma forma a união económica e monetária e a união política». Mesmo que seja apenas na perspectiva do primeiro-ministro irlandês de uma «política comum em matéria de relações externas e de segurança».

É que relações externas e segurança têem cada vez mais o significado de negócios, ou seja de mercados, empresas, modelos económicos, competitividade, políticas monetárias, bolsas e tudo o mais que se relaciona com dinheiro. E o Leste, um tema dominante na cimeira, ao ir resolvendo por si os problemas políticos vai-se tornando de forma crescente num problema económico que se torna num desafio aliciante para o Ocidente, em particular para aquele que lhe está mais próximo histórica, cultural e geograficamente, a Europa.

E na Europa encontra-se uma Comunidade de interesses constituída por Doze países, que ainda não conseguiu harmonizar entre si a forma e o tempo de concretizar um pensamento económico único na diversidade. Pensamento que é fundamental para se encontrar uma estratégia comum que permita uma compensadora intervenção nas economias do Leste, tornando-as abertas, mas também participativas, no mundo dos negócios.

Problema económico

Poderá parecer cinismo resumir o problema da Comunidade e do Leste a uma mera base económica, mas a verdade é que a História é feita de factos e estes são cada vez mais determinados por questões económicas.

E não é por acaso que por detrás das grandes afirmações dos dirigentes do Doze estão sempre preocupações de ordem económica, passada que foi a fase dos maiores receios quanto ao destino político das nações do Leste. Se a transformação de uma economia centralizada e estatal numa de mercado e privada é preocupação, não menos é a forma como reagirá o tecido económico-social a essa alteração radical. Necessariamente, por exemplo, os sectores industriais dos países do Leste terão de passar por uma profunda reestruturação e modernização.

É evidente que não foi difícil à Comunidade reconhecer assumir esta preocupação e decidir-se por auxiliar as economias do Leste a enveredarem pelos novos caminhos que lhes são exigidos em nome da internacionalização e da mundialização.

Já muitas reticências são colocadas quanto à qualidade e quantidade de auxílio que deve ser prestado pela CEE, ela também a braços com profundas assimetrias económicas e sociais que exigem redobrados esforços na caminhada acelerada rumo ao Mercado Único.

Os Doze também ainda não demonstraram coragem para frontalmente enfrentarem a questão crucial do «assalto» às economias do Leste. Isto é, vai cada país actuar por si, ou será estabelecida uma estratégia comum quando se iniciar a liberalização anunciada?

A Alemanha Federal já deu mostras de querer resolver o problema da sua vizinha RDA por si só. E daí ficará estrategicamente colocada para actuar com mais à vontade nos restantes países do Leste.

Blocos económicos

Outra questão que surge é a da eventual criação (ou não) de um bloco económico a Leste. Por exemplo, um Comecon reestruturado e modernizado, actuando como uma CEE.

Os Doze não se mostram muito inclinados em apoiar esta ideia, receando, talvez, que esse bloco seja hegemonizado pela União Soviética. É assim que vão surgindo, com insistência, as vozes que apregoam um alargamento da Comunidade a Leste, dando-o mesmo como um facto assente.

Mas também aqui, igualmente por motivos essencialmente económicos, não se vislumbra uma política comum de fácil concretização. Primeiro, porque um hipotético alargamento da CEE não é viável nos anos mais próximos (pelo menos até à consolidação da União Económica e Monetária e do Mercado Único). Segundo, porque implica custos económicos que a Comunidade não está preparada para assumir.

De qualquer das formas, põe-se a questão de se saber qual o(s) país(es) que deveria(m) aderir em primeiro lugar. E não seria fácil chegar-se a uma decisão política unânime nesta matéria.

Não seria, portanto, de eliminar de todo a hipótese de estimular um bloco económico a Leste, solidário e cooperativo, que levasse a cabo a modernização necessária às economias dos países que eventualmente o integrassem.

Esta talvez fosse a forma de a Comunidade dos Doze apoiar com mais eficácia os enormes esforços que os países do Leste têm de fazer para adaptar as suas economias às do Ocidente, combatendo, ao mesmo tempo, eventuais pensamentos hegemónicos da União Soviética e garantindo parceiros económicos para o futuro.

Cimeira de Dublin

Se politicamente se torna fácil à Comunidade Europeia apoiar politicamente os esforços de democratização e de liberalização que se desenrolam no Leste, já se torna mais difícil chegar a formas concretas de auxílio que ultrapassem as meras ajudas de circunstância para acorrer a necessidades mais prementes que se reflectem directamente nas populações.

Por isso não se espera nada de espectacular, neste domínio das relações com o Leste, da cimeira extraordinária de Dublin. E os preconizados contratos de associação (um projecto da Comissão Europeia) - que não implicam a adesão à Comunidade - poderão vir a ser aceites como um princípio de actuação, mas dificilmente poderão tornar-se em instrumentos dinâmicos de cooperação, a qual, nos anos próximos, seria praticamente num só sentido e, portanto, problemática, já que seria desviar fundos de onde eles são, neste momento, mais precisos: a própria Comunidade, mais concretamente as suas regiões mais atrasadas. Podemos dizê-lo: de Portugal, de Espanha, da Grécia e de mais onde eles são essenciais à eliminação de assimetrias.

V.L.

COMENTÁRIO

As linhas com que a Europa se cose

A cimeira extraordinária da Comunidade Europeia, que amanhã se realiza em Dublin, tem o triplo objectivo de proceder à análise da unidade alemã, do relacionamento com os países de Leste e da união monetária. O ritmo acelerado dos acontecimentos na Europa de Leste alterou profundamente os dados no que se refere ao processo da unidade europeia. A CE deixou, nestas circunstâncias, de ser um espaço em que apenas 12 parceiros se movem e a lenta construção de um mercado comum começa a tomar uma fisionomia política, para além dos interesses económicos envolvidos.

A situação assume contornos ainda nebulosos, que urge clarificar. Por um lado, as transformações que tiveram a sua inspiração na *Perestroika* e rapidamente a ultrapassaram, fazem surgir candidatos fortemente interessados no ingresso na CE - desde os escandinavos, aos países saídos do moribundo socialismo real. Trata-se, com efeito, de um *puzzle* cuja montagem não é fácil, porque todas as questões levantadas pela possível admissão de novos membros colocam problemas económicos e políticos prementes, como é o caso da unificação das Alemanhas. A par deste panorama, é preciso ter em consideração que, na actualidade, as tensões entre os blocos conhecem um desanuviamento sem precedentes, o que muda de forma quase radical a importância de todo o tipo de considerações de ordem estratégica. De considerar ainda o facto de o Parlamento de Estrasburgo, até agora com funções fiscalizadoras, ter começado a assumir-se mais como representante dos cidadãos europeus, com direito a intervir nas decisões que à Comunidade dizem respeito.

Outro problema, de não menor importância para a CE, é o de fazer face à unificação das moedas, à construção de um mercado único e ao livre trânsito das pessoas e bens, cuja entrada em vigor é prevista na Acta Única para Janeiro de 1993.

Os chefes de Estado e de Governo que amanhã se vão reunir na capital irlandesa vão tentar delinear uma resposta para todas estas questões e, fundamentalmente, sobre se a unidade monetária deve seguir por diante ou não. A decisão previsível aponta para a afirmativa, nesta primeira troca de impressões entre os parceiros comunitários. Aliás, o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, numa conferência de Imprensa que concedeu ontem em Bruxelas, apontou como prioridade a união monetária.

No que toca à componente política, resta definir o futuro dessa Europa alargada: federativo, confederativo ou regional? Numa hora em que se pensa seriamente numa desmontagem da pesada estrutura militar, urge repensar o problema, porque os parceiros europeus não podem embarcar de ânimo leve na difícil via da paz que, um pouco por todo o mundo se começa a esboçar. Não é pacífica a questão relativa a um possível alargamento da Comunidade, que, sobretudo da parte da primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, regista toda uma série de objecções.

Perante questões tão complexas e urgentes, resta saber se os governantes europeus poderão continuar a política compassada que têm seguido e que, aparentemente, tem proporcionado resultados aceitáveis.

Os líderes europeus de maior peso, como o Presidente François Mitterrand e o chanceler Helmut Kohl, provavelmente no intuito de facilitar o entendimento em Dublin, despertaram entusiamos nos últimos dias, com a declaração de que, embora optando por uma Europa dos Doze, eram favoráveis à aceleração do processo de unidade política e monetária.

Jorge Ferreira

De referir ainda que o chefe de Estado francês e o seu homólogo norte-americano, revelaram a intenção de convocar para ainda este ano uma cimeira aliada, com a finalidade de analisar a nova situação estratégica do mundo e reduzir os níveis de armamento nuclear estacionado na Europa.

POLÍTICA

Congresso do PSD/Açores

Mota Amaral pela primeira vez confrontado com alternativas

Especial para o «DL»

Pela primeira vez, Mota Amaral vai para um congresso regional dos sociais-democratas açorianos para se confrontar com duas moções alternativas, concorrentes da sua.

Tranquilo quanto à vitória da sua moção e da maioria de apoios dos congressistas, Mota Amaral está numa única expectativa: quantos se lhe irão opor? Numa votação de braço no ar, certamente que serão poucos os que assumirão em frente ao líder de 16 anos uma atitude de discordância. É neste balanço, na verificação dos que alinharão com Álvaro Dâmaso, que reside o maior interesse deste congresso do PSD/Açores que hoje começa nesta cidade.

Um segundo ponto de interrogação cai na figura do futuro secretário-geral. Depois da derrota nas autárquicas, o actual secretário-geral, Natalino de Viveiros, há muito desempenhando esse lugar, está em causa. Não apenas pela derrota que demonstrou não ter o partido na mão, tanto quanto anunciava, mas por a moção de Álvaro Dâmaso, já com mais de 500 adesões, questionar, numa das suas principais vertentes, a separação partido/Governo, ou melhor dizendo, não pôr numa mesma cabeça dois ou três chapéus, como até agora tem acontecido.

Há militantes sociais-democratas que para além de um lugar de responsabilidade no partido são membros do Governo Regional e, ainda para mais, elementos influentes das comissões políticas concelhias, de ilha ou regional. Uma terceira questão é a agora provada desarticulação e desorganização interna do partido.

Será à volta destes dois temas que girará o interesse deste congresso social-democrata, pela primeira vez aberto à Comunicação Social que poderá assistir a todos os debates e votações.

Recusando o voto secreto, mas abrindo o congresso à Comunicação Social, Mota Amaral procura dar uma imagem de transparência, mas pouco convincente porque se o voto de mão no ar é, particularmente, no caso dos Açores (meio pequeno cheio de interdependências), inibidor da possibilidade da Comunicação Social transmitir para o público as posições individuais, funciona no mesmo sentido

Voto de confiança

Que Mota Amaral receberá, de novo, um voto de confiança do congresso não há a menor dúvida. A questão está em saber-se quantos alinharão ao lado de Álvaro Dâmaso e quem. Apesar da Comunicação Social, ter apontado, por várias vezes, que Dâmaso desafia Mota Amaral, o antigo secretário das Finanças e da Economia do Governo Regional, actual deputado à Assembleia da República, temno desmentido insistentemente, assegurando que não são as pessoas que estão em causa e muito menos a liderança de Mota Amaral. Estão em causa, sim, afirma Álvaro Dâmaso repetidamente, princípios e métodos de actuação.

Na sua moção, Mota Amaral aceita que a derrota nas autárquicas e as descidas de votação nas últimas legislativas (o PSD é maioritário apenas por um lugar) e nas europeias, leva a uma reflexão, sustentando que provocaram «um salutar esforço de análise e reflexão» para logo a seguir proclamar que «não há razão para derrotismos nas fileiras do PSD». Mas o líder defende que a «renovação do discurso e da prática política social-democrata vai traduzir-se no fortalecimento do partido».

Por seu lado, Álvaro Dâmaso, insistindo sempre que não é a liderança de Mota Amaral que está em causa, sustenta que a abundância de recursos do partido perspectiva a possibilidade de «renovar amplamente os quadros dirigentes» e a «busca de novas energias, através da renovação dos quadros dirigentes», defendendo que o congresso deve consubstanciar o trabalho do partido como «uma tarefa colectiva e não de apenas um só».

Álvaro Dâmaso é de opinião que o «PSD tem de ser um local de trabalho e não um ponto de apoio para uma rápida ascensão social», lembrando que as dificuldades que o PSD/Açores atravessa têm também que ver com a imagem que deixou «ficar de si, mesmo que falsa, de um partido fechado e monolítico, com ambições a perpetuar-se no Poder, só pelo Poder».

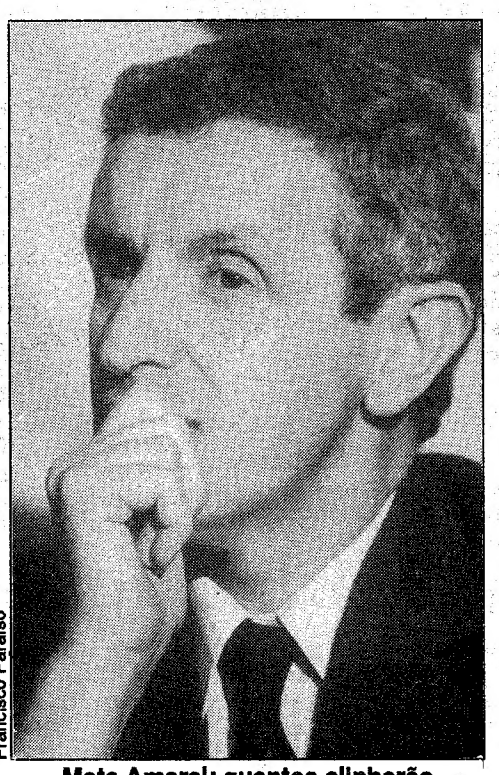
Esta parte da moção de Álvaro Dâmaso traduz bem fielmente a generalidade da opinião pública e suporta os comentários, várias vezes aparecidos na imprensa regional, de que se construiu uma oligarquia à volta de um núcleo do PSD, que defende os seus lugares na administração regional e nas empresas públicas.

Álvaro Dâmaso aponta a necessidade de os Açores enveredarem pelo «caminho de modernização» sem «uma mitologia ruralista», defendendo que «a liderança do partido deve merecer um respeito que não pode ser confundido com seguidismo».

«A flexibilidade produtiva do relacionamento entre os órgãos regionais e os órgãos centrais deve ser a linha de rumo a seguir nos próximos tempos», defende Álvaro Dâmaso na sua moção afirmando, ainda, ser necessário que surgam «mais resultados e menos crispação».

A terceira moção é apresentada pela JSD e, entre outros pontos, defende «a participação exigente e voluntariosa dos órgãos de base como a melhor garantia para a vitalidade do partido». Apoiando a liderança de Mota Amaral, aponta a necessidade de «apostar na formação política dos militantes, fazer a divulgação da mensagem e investir esforços para que o PSD tenha vida própria, distinta do partido», princípios em muito semelhantes aos defendidos por Álvaro Dâmaso.

A JSD/Açores afirma a necessidade urgente de criar «um modelo de desenvolvimento que não implique a presença tutelar e asfixiante do Estado e aposte na diferença, na qualidade e na inovação», aqui se encontrando novas similitudes com princípios da tese de Álvaro Dâmaso. Esta moção preconiza «como essencial, manter o que até hoje tem sido uma das nossas principais forças: a unidade», para acrescentar que «o PSD não está esvaziado de objectivos, mas precisa de renovar alguns propósitos». Os jovens sociais-democratas dos Açores, que têm em Victor Cruz e Rui Melo as principais figuras, defendem que «qualquer aposta política com vocação para o sucesso e com olhos postos no futuro deve olhar a juventude como factor humano imprescindível».



Francisco Paraíso

Mota Amaral: quantos alinharão com Álvaro Dâmaso?

Fala-se em Miranda Cabral, João Bernardo Rodrigues e Manuel Arruda, como nomes possíveis para o novo secretário-geral, havendo indícios claros que Manuel Arruda venha a ser o escolhido, deixando o lugar de «secretário regional para a Juventude e Recursos Humanos» para onde entraria o actual deputado à Assembleia da República, Mário Belo Maciel, satisfazendo-se, assim, uma antiga reinvindicação da JSD/Açores.

Para depois do congresso, há rumores, vindos de fontes fidedignas, de uma mexida no Governo Regional. Embora sendo natural que Mota Amaral, saindo vitorioso do congresso queira ajustar os seus colaboradores e dar uma resposta às críticas, em nosso entender, essas eventuais alterações não serão muitas.

Mota Amaral e o actual secretário-geral do PSD/Açores, Natalino de Viveiros, os dois sempre, desde 1974, muito ligados, têm assistido a algumas assembleias de ilha para a escolha dos delegados ao congresso. Não se têm coibido de alguns comentários às escolhas, o que perfigura «uma caça às bruxas», logo que o congresso esteja concluído e as fidelidades aferidas.

Gustavo Moura

Soares sensibiliza Papa

«Portugal não deixará de continuar a reivindicar para o povo maubere a autodeterminação e a independência que lhe são ilegitimamente rescusadas», afirmou Soares esta manhã no Vaticano, ao dirigir-se ao Papa num discurso em que lembrou a visita que Sua Santidade fez recentemente a Timor-Leste. No encontro privado que teve na Santa Sé com o Papa, Mário Soares sublinhou as mudanças ocoridas em África - onde «o vento da subversão democrática espalha as suas sementes», afirmou - e a «ânsia de liberdade que irrompe de uma forma espontânea e imparável», que o Papa terá constatado quando ali esteve e em que «terá podido pressentir os anseios do povo maubere em salvaguardar, como é legítimo, a sua identidade cultural e religiosa», acrescentou. O Presidente da República visitou esta manhã a Basílica e a Praça de S. Pedro e, de tarde, desloca-se ao Instituto de Santo António, em Roma.

PS crítica Executivo

O Partido Socialista acusa o Executivo de ter deixado de «governar», sendo a última remodelação considerada «um remendo em circuito fechado». Reunida ontem à noite em Lisboa, a Comissão Política do PS criticou o PSD por haver desisitido de disputar a mais alta hierarquia do Estado». O veto presidencial ao diploma sobre a Alta Autoridade para a Comunicação Social é considerado pelo PS como «a prova mais recente da incapacidade do Executivo em gerar consensos». A Comissão Política do PS diz que o PSD e o Governo «contam com a governamentalização da comunicação social como instrumento eleitoral». Note-se que Sampaio se encontrou esta manhã, a seu pedido, com o primeiro-ministro, ao que se supõe para tratar de questões importantes da vida nacional, relacionadas em particular coma CEE.

PCP discute marxismo-leninismo

O PCP promove esta noite, numa das salas do Hotel Roma, um colóquio sobre «o marxismo-leninismo hoje». O debate, destinado a independentes, insere-se na preparação do XIII Congresso Extraordinário do PCP e revela «o empenho que o partido tem em recolher os contributos de todas as pessoas, mesmo não comunistas, para a discussão de uma questão central», disse Elvira Nereu, da direcção do departamento intelectual comunista. Além desta militante, Manuel Gusmão, Arsénio Nunes e Barata Moura, introduzirão o tema.

Jornadas de Timor

As II Jornadas de Timor da Universidade do Porto iniciam-se amanhã, prolongando-se até terça-feira. Segundo o seu coordenador, Barbedo de Magalhães, «é preciso tomar consciência da nova realidade a nível mundial e as implicações que isso tem para Timor». Para além de deputados portugueses, participam Paul Moore, bispo resignatário de Nova Iorque, Ramalho Eanes, Lemos Pires, último governador de Timor, entre outras personalidades.

Associação dos Artesãos da Região de Lisboa

CURSOS DE ARTESANATO

Cerâmica, Olaria, Pintura de Azulejos, Pintura em Porcelana, Tecelagem, Arraiolos, Desenho, Pintura, Arranjos de Flores, Corte e Costura e outros.

Rua de Entrecampos, 66 (à Av. E.U.A.)
☎ 76 24 97 • 1700 LISBOA

HORÁRIO
de 2ª a 6ª feira
das 14 às 19 horas

8º Concurso de tronos de S. António.
Inscrições gratuitas.
Informações pelo telefone.

Unanimidade no essencial do debate parlamentar

Petições: desta vez é a sério

«O direito de petição tem séculos de existência, foi até considerado, durante muito tempo, como um direito natural, mas nunca foi levado, entre nós, verdadeiramente a sério. Queremos que o seja, a partir de agora.»

Almeida Santos, deputado socialista e autor da iniciativa que provocou a discussão sobre o exercício do direito de petição, resumiu assim o essencial do debate de ontem, no plenário da Assembleia da República: todas as bancadas parlamentares convergiram na vontade de tornar efectivo este velho direito da cidadania - o de apresentar reclamações e queixas ao Poder sob a forma de petição - e que a última revisão consignou, expressamente, na Constituição Portuguesa, obrigando à sua regulamentação.

A prova de que o deputado socialista tinha razão, ao referir que tal direito nunca fora levado verdadeiramente a sério, encontra-se dentro do próprio Parlamento e José Magalhães, do Partido Comunista, exibiu-a durante o debate: a Comissão de Petições, prevista no Regimento da Assembleia da República fez 29 reuniões durante os últimos doze meses mas só duas delas tiveram quórum deliberativo. Isto porque o PSD, que detém a Maioria parlamentar e é essencial para o funcionamento da Assembleia, nunca substituiu quatro dos seus representantes, entretanto desviados para outras funções. Além disso, um número extremamente reduzido das petições apresentadas tem sido atendido ou publicado.

A partir de agora, todas as petições subscritas por mais de mil pessoas serão obrigatoriamente, discutidas no plenário e isso vai alterar radicalmente quer a importância das petiçõe, quer o funcionamento da Assembleia.

Assim o prevêem todos os cinco projectos (PS, PSD, ID, PCP e PRD) aprovados ontem na generalidade e que vão agora baixar à Comissão especializada para ser apurado o texto definitivo a votar posteriormente na especialidade.

Das votações na generalidade ressaltou um pormenor indiciador do destino que espera os cinco projectos: o PSD, que por si só pode decidir o futuro de qualquer diploma, absteve-se em todas as votações dos projectos da concorrência. O PS devolveu-lhe a abstenção, quando o texto da maioria foi submetido a votos, e PCP, CDS, PRD e ID votaram sempre a favor.

Daniel Reis

Almeida Santos: «O direito de petição nunca foi levado verdadeiramente a sério»

BOCA DE CENA

A cabeça na areia

Enfático foi o apresentador da declaração política do grupo social-democrata, Silva Marques, e violento, disparando balas de papel sobre a generalidade das outras bancadas parlamentares.

Mas foi no PS e na sua actual direcção que Silva Marques pretendeu acertar, em cheio, por «*mudar de palavra sem credibilidade*». Segundo Marques, o PS devia «*corar de vergonha*» por não se pronunciar sobre «*tão abaladores acontecimentos da nossa actualidade*», ou seja, sobre os idos distantes da segunda metade da década de 70 e, em vez disso, «*se limitar a meter a cabeça na areia*».

A Rosinha dos Limões

A resposta de José Lello, da direcção da bancada socialista, desfez num ápice esse pretenso dramatismo da intervenção de Silva Marques:

«Ao ver levantar V.Ex.ª», disse Lello, « fiquei eu à espera de ouvir uma ópera de Wagner. Afinal, saiu a Rosinha dos Limões».

O Agostinho da Silva do PC

Uma vez mais, o secretário de Estado Carlos Encarnação interpelou José Magalhães, dizendo-lhe que «*a falar*», ele é «*de facto, o maior*». Mais se Magalhães continua assim, garantiu Encarnação, «*arrisca-se a ser o novo Agostinho da Silva, para os militantes do PCP verem entrevistar na televisão, todas as quintas-feiras*».

Resolve-se no divã

Resposta sucinta do deputado comunista:

«O secretário de Estado tem a teima de me interpelar, sempre que eu falo, e ainda não percebi porquê. Creio que isso se resolve no divã, mas deve estar enganado: aqui discute-se política e não se faz psicanálise.»

SACAVENAUTO

E. N. 10 — N.º 69 — SACAVÉM • ☎ 942 50 40 · 942 52 40

Viaturas Usadas

Renault 4 GTL	84/86/89
Renault 5 TC	86
Renault 5 TL (5 P)	78
Renault 5 GTL 3 e 5 P	86
Renault 5 TD Societé 2 L	78
Renault 5 GTR	87/88
Renault 5 TD SL	87
Renault 9 GTC	84
Renault 9 GTL	83
Renault 11 GTL	85
Renault 11 TSE	85
Renault 11 GTD	86
Renault 21 RS	86
Renault 21 GTS	89
Renault Express Gas. Diversas	
Renault Trafic Diversas	
Opel Kadett 1.3 LS	87

CRÉDITO RENAULT GEST

Garantia total de 6 meses

Portas abertas

Dias úteis das 9 às 20h • sábados das 10 às 18h

RENAULT

Direcção Operacional de Distribuição Tejo — EDP

AVISO AOS CONSUMIDORES

No próximo domingo será interrompida, durante as horas abaixo indicadas, a corrente eléctrica nos seguintes Sectores e Zonas, onde é indispensável efectuar trabalhos de ampliação e conservação das nossas redes.

Para todos os efeitos, as instalações devem ser consideradas em carga.

CENTRO DISTRIBUIÇÃO LISBOA

— Concelho de Lisboa
Sector 1 — Rua Damião de Góis, R. Direita de Pedrouços, Av. D. Vasco da Gama, R. Fernão Mendes Pinto, Rua 14 (Encosta da Ajuda), Pç. D. Manuel I, R. Soldados da Índia e imediações.
Sector 2 — R. de Pedrouços, R. Duarte Pacheco Pereira, R. Cristóvão da Gama, R. S. Francisco Xavier, Av. Torre de Belém, Rua Praia de Pedrouços, R. Fernão Mendes Pinto e imediações.
(das 8 às 12 horas)

CENTRO DISTRIBUIÇÃO OESTE

— Concelho da Amadora — Zona 1 — Amadora: Av. General Humberto Delgado, R. Pedro Álvares Cabral e imediações.
(Das 8 às 14 horas)

— Concelho de Cascais — Zona 2 — Adruana (parte), Alcoitão (parte), Aldeia de Juzo e Alquerubim, Amoreira: R. Costa Pinto, R. Morais Sarmento, R. do Outeiro, R. de Évora e imediações. Murches.
(Das 8 às 14 horas)

— Concelho de Mafra — Zona 3 — Murtal.
(Das 8 às 14 horas)

— Concelho de Oeiras — Zona 4 — Carnaxide: R. de Carnaxide, Praceta Filinto Elísio e imediações.
(das 8 às 14 horas)

— Concelho de Sintra — Zona 5 — Almorquim, Cabrela, Carne Assada, Idanha, S. Miguel de Odrinhas e Venda Seca.
(Das 8 às 14 horas)

CENTRO DISTRIBUIÇÃO VALE DO TEJO

— Concelho de Loures — Zona 6 — Barro, Paiã, Qt.ª do Carmo, Bobadela (Fojos) e Montachique.
(Das 7.30 às 14 horas)

— Concelho de Alenquer — Zona 7 — Tojal, Espiçandeira, Aldeia Gavinha Casal da Lage, Qt.ª dos Negros, Mato, Sobreiros, Soeiro Cunhado, Ribafria, Silveira do Pinto, Azedia, Caçoaria, Casal do Cuchaxo, Albarrois, Carapinha, Meca e Canados.
(Das 7.30 às 14 horas)

— Concelho de Vila Franca de Xira — Zona 8 — Povos e Qt.ª da Fábrica.
(Das 7.30 às 14 horas)

CENTRO DISTRIBUIÇÃO TORRES VEDRAS

— Concelho de Mafra — Zona 9 — Roussada, Asseisseira Grande, Venda do Pinheiro (Zona Estrada da Lapa) e Murtal.
(das 7.00 às 14 horas)

— Concelho de Cadaval — Zona 10 — Barreira, Vale Vilão, Sobrena, Cercal, S. Salvador e Qt.ª da Bairrosa.
(Das 7.00 às 14 horas)

— Concelho de Torres Vedras — Zona 11 — Póvoa de Penafirme.
(Das 7.00 às 14 horas)

POLÍTICA

Em debate no Centro de Reflexão Cristã

Católicos contestam necessidade de um canal de TV para a Igreja

Novos pontos de vista dos meios católicos a propósito da Televisão para a Igreja, substanciamente diferentes daqueles que têm sido defendidos pela sua hierarquia, foram ontem à noite lançados no debate promovido pelo Centro de Reflexão Cristã, subordinado ao tema «Igreja: que presença na Televisão?».

Convidados para este debate na condição de católicos, o jornalista Jorge Wemans, o advogado Nuno Gonçalves e o teólogo Peter Stilwell, introduziram novas questões na controversa polémica que desde há alguns meses vem agitando meios políticos. Fizeram-no na base de uma reflexão séria e descomprometida. Não visavam a unanimidade mas a evolução natural do debate levou-os muito próximo disso.

Nuno Gonçalves considerou «processualmente confusa» a forma como tem decorrido a condução do processo da Televisão para a Igreja.

«Tenho verificado que ao longo dos debates aparecem noções muito diferentes de Igreja, tanto dentro como fora dela. Conviria que os interventores, quer dentro quer fora da Igreja, explicitassem de que posição é que falam», afirmou aquele advogado.

Por sua vez, Jorge Wemans, defendendo «a riqueza das opiniões diferentes», a capacidade crítica dos católicos, uma relação Igreja-Televisão «mais simples e desempoeirada» e esforços para fazer «coisas interessantes que sejam boa notícia», pôs em causa que seja verdadeiramente importante e útil para a Igreja possuir um canal de televisão.

«Penso que Igreja pode ter direito a ele, não só pelo Estado concordatário em que vivemos, como pela sua representatividade, mas penso também que era interessante que renunciasse a esse direito».

Como justificação deste seu ponto de vista lembrou que todos se queixam que o País é anticlerical e que «os primeiros anticlericais são os próprios católicos».

Para Jorge Wemans isso deve-se ao poder monopolizador que a Igreja detém. A posse de um canal é vista como mais poder para a Igreja.

«Os canais são um bem escasso. Penso que se a Igreja entrar num campo em que só pode discutir com dois ou três ainda agrava mais esta afirmação de poder».

Usando algumas vezes uma ironia em que não estiveram ausentes críticas à posição do Cardeal Patriarca, o teólogo Peter Stillwell disse acreditar em Deus e que, como tudo foi criado por Ele, votando contra ou a favor da uma TV da Igreja estava sempre a louvar a Deus.

«Se Deus quiser, a Igreja terá sempre os seus instrumentos. Se Deus não quiser, nunca os terá».

E além disso, «numa lógica cristã, Deus criou tudo, tudo pertence a Deus e o Estado tem muita sorte em lhe terem sido atribuídos dois canais».

Mas, deixando a ironia, e os canais nas mãos de Deus, Peter Stilwell encaminhou o debate para temas mais profundos como «perguntar qual o lugar da religião numa sociedade democrática e plural».

O secretismo de que se têm revestido as negociações da TV para a Igreja foi criticado pelos três participantes. Reconheceram, no entanto, que «o segredo é a alma do negócio». Só que, foi também dito, com as suas opiniões desencontradas, «os bispos estragaram a alma ao negócio».

Deste debate fica a ideia de que a Televisão para a Igreja é «um jogo de ping-pong entre o Cardeal Patriarca e o Governo» e que o os católicos não querem continuar a ser espectadores, estando dispostos a debatê-la abertamente e com sentido crítico.

Houve mesmo quem sugerisse a D. António Ribeiro um «Patriarcado Aberto» e que ele viesse pelos bairros ver o que se passa.

Augusto Vilela

Laborinho Lúcio:«o Direito e a Justiça apoiam-se primeiro nos homens e só depois nos estatutos»

Dinâmica da cidadania é tema de Congresso

«Em períodos de transição, (...) o Direito e a Justiça apoiam-se primeiro nos homens e só depois nos estatutos», concluiu ontem o ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, no termo da intervenção com que participou na sessão inaugural do III Congresso convocado pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, SMMP.

Laborinho Lúcio recordou que também com essas palavras terminara o seu discurso no Congresso anterior, desmentindo assim os que poderiam achar que o actual governante mudou de ideias desde o tempo em que dirigia o Centro de Estudos Judiciários.

Antes, quer o presidente do SMMP, António Cluny, quer o Procurador Geral da República, Cunha Rodrigues, tinham demarcado de forma clara o Ministério Público dos nossos dias em relação ao existente antes de 25 de Abril de 1974, ambos sublinhando, como de resto o Ministro depois faria, o tema da reunião: «Direitos Fundamentais do Cidadão, da Lei à Realidade».

António Cluny sublinhou que a cidadania é «um conceito em permanente trnsformação», considerando o seu estudo «fundamental para todos os magistrados e juristas, dada a complexidade do processo e as contradições existentes, por vezes, entre a realidade legal, a consciência social dessa legalidade e o efectivo exercício dos poderes legalmente adquiridos ou, ainda, por consagrar institucionalmente».

Na mesma linha de pensamento, Cunha Rodrigues considerou que «poucas instituições como o Ministério Público» se encontram especialmente vocacionadas «para a defesa dos direitos individuais», frisando, a propósito, que «o discurso sobre direitos fundamentais não pode ser meramente programático e redutor».

J.I.

Nogueira faz diagnóstico militar

O ministro da Defesa, Fernando Nogueira, realizou esta manhã uma visita ao Estado-Maior do Exército, na sequência da que efectuou ontem ao Estado-Maior da Armada e da que já fizera ao Estado-Maior General das Forças Armadas. As visitas têm por objectivo o conhecimento da situação global das Forças Armadas portuguesas.

No Estado-Maior do Exército, o ministro, acompanhado pelo secretário de Estado da Defesa e pelo chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Soares Carneiro, é recebido por Firmino Miguel, chefe do EME. Neste encontro, Firmino Miguel e os responsáveis pelos vários departamentos daquela arma farão uma exposição ao ministro, relativa à situação concreta do Exército.

Uma das questões que tem estado a ser abordada nas visitas tem a ver com as implicações do recente despacho do ministro da Defesa sobre a redução do serviço militar obrigatório.

De acordo com fontes militares, a surpresa e a desconfiança que o anúncio súbito daquela medida causara, foram ultrapassadas e a resolução do problema está a ser encarada com normalidade, esperando encontrar-se soluções equilibradas. São sintomáticas, a este respeito, as declarações produzidas ontem por Andrade e Silva, CEMA, revelando que a Armada aceita a redução do seviço militar para quatro meses. Aliás, já foi formado um grupo de trabalho, a nível do EMGFA, chefiado pelo general Salavessa, que integra elementos dos três ramos das Forças Armadas.

Um outro problema objecto de atenção, será o da regulamentação do Estatuto das Forças Armadas.

Problemas orçamentais e relacionados com as leis de Programação Militar, bem assim com os relativos à alienação do património militar, serão focados na visita de hoje.

No caso da Marinha, as principais questões debatidas tiveram a ver, essencialmente, com necessidades financeiras decorrentes da chegada da primeira das fragatas MEKO, comandada por Themes de Oliveira, em Janeiro de 1991. Salienta-se que a manutenção e preparação da tripulação destas embarcações é particularmente exigente - como é o caso da preparação dos pilotos dos helicópteros ingleses que vão equipar aqueles navios (que, aliás, já se iniciou).

Redacção «DL»

POLÍTICA

Congresso é no fim-de-semana

JS à procura de autonomia

António José Seguro, com 85 por cento dos delegados a apoiá-lo, deverá ser eleito no decorrer do VII congresso, o novo secretário-geral da Juventude Socialista (JS). Sucede a José Apolinário que poderá vir a ocupar um lugar no Parlamento Europeu, caso Fernando Gomes, presidente da Câmara do Porto, deixe Estrasburgo.

Assim, quando na manhã do próximo sábado se iniciarem os trabalhos em Tróia a expectativa relativamente ao nome do novo secretário-geral já não será nenhuma. Além disso, António Seguro garantiu 290 dos 350 delegados.

Não obstante o consenso encontrado quanto ao nome do novo líder da JS, a reunião magna dos jovens socialistas não deverá ser pacífica, já que se esperam as intervenções críticas dos subscritores das restantes cinco moções. Vão contar-se espingardas quando chegar a altura de eleger os elementos dos órgãos nacionais.

Durante o congresso não se discutirá apenas a passagem do testemunho ou a distribuição de pelouros. Em causa está, acima de tudo, o futuro da própria JS. Actualmente, aquela estrutura partidária vive momentos difíceis e há quem fale mesmo na sua extinção. É o caso de Paulo Campos, o presidente da Associação Académica de Lisboa. «É mais digno saber morrer, quem viver nunca soube», diz um documento subscrito por este dirigente. Depois da época áurea da Juventude Socialista com Arons de Carvalho à frente, são estes os tempos que se vivem na Juventude Socialista.

A ruptura financeira tem provocado monumentais dores de cabeça aos que resistem nas suas fileiras e que assumem uma postura ainda activa. De facto, o grande problema da JS é o de não ter autonomia financeira relativamente ao partido, e também o de cada secretário-geral do PS ter uma ideia diferente sobre o que deve ser a sua estrutura de juventude. Na sede nacional da organização está tudo praticamente parado. O telefone está cortado e é conhecido o esforço hercúleo que foi feito para que este VII congresso se realizasse. O último recurso foram os patrocínios...

Decorrente deste «estado das coisas» é visível a desmotivação dos militantes e o abandono que se verifica a pouco e pouco. «Os jovens quadros foram deixando a JS porque pura e simplesmente não tinham meios para levar a efeito as suas iniciativas e ideias. Preferem agora preocupar-se com as carreiras pessoais», diz-nos uma fonte da JS.

Nos tempos da grande euforia do MASP que galvanizou centenas de apoiantes de Mário Soares à Presidência da República, a JS conheceu dias melhores, havia iniciativas e mais dinheiro disponível. Depois, passada a época eleitoral instalou-se o marasmo. Entretanto, no meio deste cenário cinzento, surgiu na altura das últimas Autárquicas o JASL (Jovens Apoiantes de Sampaio a Lisboa), grupo que reunia maioritariamente jovens socialistas «irreverentes». Mas, tal como em momentos anteriores, foi sol de pouca dura.

Momento de viragem

A expectativa à volta do congresso é a de que possa marcar uma viragem na existência da Juventude Socialista. Mudança, é a palavra que quase todos os subscritores das moções ao congresso utilizam. Além de procurarem a ansiada autonomia financeira que permitirá voos mais altos e iniciativas que faltam à organização, os jovens socialistas defendem a autonomia no que respeita à postura política.

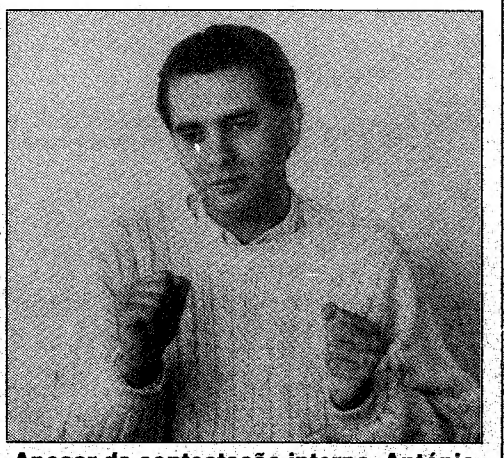
Seis moções globais serão apresentadas no encontro sendo a de António José Seguro, «Vamos fazer os dias diferentes», a que conta, à partida com o maior número de delegados (390).

Capitalizando o carisma conseguido enquanto presidente do Conselho Nacional de Juventude e do Forum Europeu da Juventude, bem como o apoio do líder cessante, José Apolinário, passadas as questiúnculas que os dividiram, António Seguro deverá ser assim o novo líder da JS. Todavia, mesmo com «vitória fácil» Seguro não deixa de ter «inimigos» que não lhe perdoam o seu relacionamento «privilegiado» com o PSD.

O subscritor da moção «Vamos fazer os dias diferentes» defende que a JS possa ser uma referência política credível e ao mesmo tempo pretende flexibilizar a sua estrutura interna.

Para Seguro, as relações com a direcção do PS devem ser de «exigência mútua» e as fronteiras claras, evitando a sua instrumentalização.

Adolfo Palma, subscritor da moção «JS anos 90» vai na peugada do «favorito». Embora consciente da distância que o separa, em termos de apoios, de António Seguro este estudante de Comunicação Social não desiste. Estabeleceu já conversações com Miguel Valente, subscritor da moção «Ser JS em Portugal e na Europa» e com um grupo de militantes de Tomar, com vista a entrar na corrida a secretário-geral. Desfere constantes ataques a Seguro, utilizando o argumento de que ele personifica a geração «do sucesso individual a qualquer preço».



Apesar da contestação interna, António José Seguro quer agarrar a JS com ambas as mãos

Rui Franco, o candidato anti-candidato da moção «Com a JS tudo é possível» já disse que não vai entrar na disputa pela liderança, mas não esconde o desejo de uma JS livre dos problemas que a atacam. «Destronar os profissionais da política e substituí-los por amadores não viciados» é aposta que leva para Tróia.

A Jorge Sampaio e ao novo líder da JS eleito caberá o encerramento do congresso.

Luísa Alexandra Botinas

Fiat Tipo.

Uma ideia cada vez mais forte.

Os quilómetros passam, e o Fiat Tipo reafirma a sua superioridade global.
A sua inteligente beleza destaca-o de todos os outros. Porque o Tipo possui mais conforto, mais espaço, mais segurança. Tudo isto em harmonia perfeita com o seu design inovador.
Inconfundível, nascido para o futuro, o Tipo é a sólida materialização de uma tecnologia líder. Robusto, 100% zincado nas áreas directamente expostas, com protecção anti-corrosão garantida por 6 anos.
Tipo 1100, 1400, 1400 DGT ou Charm.
Sinta o prazer de uma ideia cada vez mais forte.

Tipo.
A FORÇA DAS IDEIAS

FIAT

Encargos anuais: Consumo - 15 000 km - de 121.680$00 a 135.330$00 • Seg. Ob. Resp. Civil - 21.983$00 • Imp. S/ Veículos - de 2.840$00 a 4.630$00 • Base Jan./90.

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Pedro Pessoa, Óscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

PORTE PAGO

POLITICA DE A a Z

O VETO PRESIDENCIAL E A DEMOCRACIA

O veto do Presidente da República, relativo à lei que instituía a Alta Au-toridade para a Comunicação Social, é um facto político relevante, em si, e pelas suas consequências. Não é imprevisível que, em vez de retirar a lei que as oposições contestam e o Presidente vetou, ou de admitir que lhe sejam introduzidas alterações satisfatórias, o PSD, usando a maioria parlamentar, insista em fazer votar a sua lei.

Sobre a mensagem presidencial justificativa do veto diz-se que não contém «argumentos novos que não tivessem sido utilizados no debate parlamentar», o que é confirmado, com bem diferente sentido, pelo deputado Narana Coissoró, do CDS: «Os argumentos aduzidos são os pontos fundamentais controvertidos por todas as oposições...» E, com um acento irónico, Narana Coissoró afirmou: «Agora a maioria vai ser obrigada a pensar em argumentos e não apenas no número de votos que detém na Assembleia da República. Entendemos que, desde que o PSD tem louvado o Presidente da República pela forma criteriosa e inteligente como tem exercido os seus poderes constitucionais, não deixará de aplaudir também este acto, em vez de criar um conflito institucional com o seu próprio candidato presidencial.» («Público», 24/4/1990)

Não dramatizemos. Não teremos um «conflito institucional». O Presidente da República conformar-se-á com a decisão parlamentar e o PSD, se impuser, pelo voto disciplinado e incrítico da sua maioria, esta lei, tomará consciência de que *o seu candidato presidencial* não está neutralizado pela promessa de um apoio eleitoral. Entre as consequências políticas do veto presidencial salienta-se esta: Mário Soares demarca-se do apoio de Cavaco Silva.

Há incontestável hipocrisia na argumentação do PSD quando alega que na mensagem presidencial não se deparam «argumentos novos, que não tivessem sido já utilizados no debate parlamentar e que tivessem sido suficientemente ponderosos, ao ponto de levar a Assembleia da República a consagrar solução diferente daquela que foi encontrada.» O que se não reconhece é que a situação encontrada foi votada, imposta, pela *maioria-PSD* contra a opinião das oposições com representação parlamentar.

Solução imposta... *democraticamente*. São estas soluções que consagram a figura antidemocrática a que bem quadra a designação: *ditadura de maioria*. E se a *ditadura de maioria* resulta, como neste caso, do jogo eleitoral democrático, nem por isso o desprezo pelos consensos, a intransigência, a intolerância, a vontade exclusiva de *uma maioria partidária*, exercendo,em democracia, um autoritarismo sem limites, deixa de representar para as instituições um grave risco: o do desinteresse cívico, o da desconfiança na Democracia.

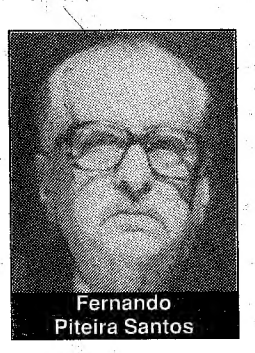
Porque, se, juridicamente, a Democracia perdura, o que ela deixa de garantir é a mentalidade democrática do partido titular da representação parlamentar absolutamente maioritária; o que ela deixa de oferecer aos cidadãos é a garantia de que não são impostos, pela via do voto de uma maioria partidária, interesses sectoriais ou dispositivos que assegurem a esse partido o controlo do poder, a continuidade do poder. A *maioria parlamentar absoluta* funcionando como instrumento de uma política de Governo, converte *o partido* em dono do *Estado*. Este passa a estar ao serviço do partido, a ser uma arma e uma ferramenta da política do partido - é o *Estado-partido*.

Como escreveu Jorge Sampaio: «O PSD confunde partido e Estado.» Impõe, sem temer roturas, a sua orientação contra vastos sectores sociais, movimentações socioprofissionais, as opiniões das forças políticas. Não evitou o veto presidencial e tudo nos leva a crer que não evitará o atrito com o seu candidato presidencial. O Grupo Parlamentar Social-Democrata cumprirá o que lhe for determinado pelo líder. Nada permite prever que assim não seja. Mário Soares tirará duas vantagens: o prestígio que lhe advirá deste veto e a afirmação da sua independência em relação ao apoio do PSD à recandidatura.

Note-se que, igualmente, a anunciada candidatura do deputado europeu Francisco Lucas Pires, que parece contar com o amparo do CDS, divide o eleitorado do PSD com nítida vantagem para Mário Soares. A candidatura de Francisco Lucas Pires interessa a Cavaco Silva porque pode desgastar a posição do presidente do CDS, Diogo Freitas do Amaral, mas suscita reservas e desconfiança ao líder do PSD porque pode constituir motivação e caminho para um partido liberal de direita. Uma candidatura presidencial, sem esperança de vencer Mário Soares, pode, todavia, dar lugar a uma campanha ideológica, e reunir, a par de Lucas Pires, personalidades de quem se fala como expoentes de uma corrente liberal, conservadora, que se reclama da modernidade e da Europa. O próprio Lucas Pires, em declaração ao «Expresso» (21/4/1990), confrontado com os números desfavoráveis de uma sondagem, afirma que a sua candidatura é «a melhor possível para representar o centro e a direita», indica uma orientação: «Pela minha parte, continuo a pensar que o futuro do País só pode ser construído sobre uma vontade comum definida e não sobre uma simpática e gigantesca nebulosa.»

Já em Coimbra, fazendo o elogio de Mário Soares, na cerimónia do doutoramento do presidente da RFA, Richard Von Weizsaecker, Lucas Pires, com algum engenho verbal, soubera marcar subtis distinções citando Maquiavel. Assume-se como sucessor de Soares - mais um «político» do que um «homem de poder», recusa a qualidade de seu frontal opositor. Mas da névoa da palavra, clarificando, registemos o que disse Lucas Pires: só será candidato se tiver asseguradas «condições de uma alternativa forte, credível e útil para o País, para a democracia e para o centro e a direita» («Expresso», 21/4/1990).

Apesar da simpatia pelo Presidente da República que manifestam largas camadas do eleitorado do PSD, apesar da preferência de muitos militantes e dirigentes do PSD pela continuidade do desempenho por Mário Soares das funções presidenciais, a candidatura de Francisco Lucas Pires, uma candidatura representativa de «o centro e a direita», e que poderá articular um centro e uma direita num projecto político liberalizante, virá abrir clareiras, brechas, no eleitorado do PSD, não se limitará a captar eleitores na área do CDS. Esta perspectiva a da criação de uma nova força política - não é conveniente para o PSD, nem agrada a Cavaco Silva. A candidatura de Francisco Lucas Pires abrange o PSD, uma parte importante do PSD, no seu «espaço de crescimento».


Fernando Piteira Santos

Se relacionarmos a situação política actual, as próximas eleições presidenciais, e o veto presidencial que acaba de ser comunicado à Assembleia da República, verificamos que o PSD perde terreno e que Mário Soares ganha vantagem. E, independentemente, da isenção com que tem exercido o seu mandato, as vantagens de Mário Soares, como candidato presidencial, reflectem-se na subida das intenções de voto no Partido Socialista. Acresce que, na hipótese de se concretizar nas urnas a sua candidatura, além dos votos da *esquerda democrática*, contará com a votação de uma importante parte do PSD e não surpreenderá que em Mário Soares votem os antipiristas do CDS.

Tendendo a instrumentalizar projectos e ideologias, a *direita* avança para uma tentativa de construção partidária sacrificando a solidariedade e o personalismo da democracia-cristã ao liberalismo triunfante. A candidatura de Francisco Lucas Pires, se, de una operação de promoção pessoal, se transformar num combate eleitoral, será a condição de lançamento de uma iniciativa potencialmente criadora de um novo equilíbrio político.

O veto presidencial dá mais força à candidatura (possível) de Mário Soares, isola a direcção política do PSD, abre a perspectiva de novas convergências de oposição. Mais exactamente, de oposições que alinham à *esquerda* e à *direita* do Governo do PSD.

O crescimento eleitoral do Partido Socialista e a vitória (possível) de Mário Soares, na sequência das derrotas em sucessivos actos eleitorais do PSD, assinalarão uma viragem política para *a esquerda*. E esse é, como ensinava António Sérgio, o sentido da marcha democrática. A Democracia não é uma situação, é uma marcha para o Progresso, para a Justiça, para a Liberdade.

CARTAS
NA MESA

«Le Monde» e Portugal antes do 25 de Abril

Foi com vivo interesse que segui, nas páginas do DL o Colóquio sobre o «25 de Abril revisitado pelos *media* internacionais», inclusive pelo conhecimento pessoal, antes e depois, de um bom número dos participantes estrangeiros. Vou tentar ser breve na achega.

Leio no «DL» de 18 de Abril que o jornalista Marcel Niedergang, do «Le Monde», *reconheceu o relativo desconhecimento da Imprensa internacional quanto a quase tudo o que se passava antes do 25 de Abril em Portugal (...).*

Recordo todavia que Marcel Niedergang visitara o nosso país em meados dos anos 60 e publicara reportagem no seu jornal, que pela mesma altura François Chauvel, grande repórter no «Figaro», publicara extensa reportagem sobre a guerra colonial, nomeadamente em Moçambique, para já não referir acidentais artigos aqui e acolá, como no «France-Observateur» de Claude Bourdet e Gilles Martinet, no «Témoignage Chrétien», na televisão francesa e os dois livros de Robert Davezies, «La Guerre de L'Angola» e «Les Angolais», de reportagem *in loco*, no interior Norte de Angola com os guerrilheiros de Chipenda.

Porque poderia referir mais, e já em vésperas de 74, os artigos de «Africasia», de «Jeune Afrique», de «L'Actualité», de «L'Unité», de próprio semanário satírico «Hara-Kiri», etc... onde a intervenção deste vosso leitor teve algo a ver e cingindo-me apenas à Imprensa parisiense.

Percebe-se mal o citado *relativo desconhecimento* quanto ao que se passava em Portugal antes do 25 de Abril. Lembro mais a entrevista que fez sensação no conservador «L'Aurore» ao moribundo Oliveira Salazar, já substituído por Marcelo Caetano mas ainda se supondo fantasmagoricamente chefe de Governo.

A razão da «distracção» de alguns jornais e jornalistas em França terá outras razões, políticas e culturais: Porque a regra geral era efectivamente de indiferença.

Parece querer justificar Marcel Niedergang tal estado de coisas com o argumento de que a *Imprensa não pode criar acontecimentos*. Cabe perguntar, e não escondo o meu espanto, se a última guerra colonial de um país europeu, então com a mais velha ditadura em países ocidentais, não constituía por si uma fonte trágica de acontecimentos?! Como ainda, e daí decorrentes, e visíveis a olho nu por todas as regiões da Europa, Paris à cabeça, o êxodo maciço de portugueses (que provocou um filme francês de larga difusão, «O Salto»), os milhares de jovens refractários e desertores, bem como os não tão discretos como isso apoios diplomáticos e de tipo militar de várias potências europeias, França inclusa.

Estranho, pois, a constatação do *relativo desconhecimento* enunciado no Colóquio por Marcel Niedergang.

Efectivamente, no «Le Monde», onde o jornalista dirigia o pelouro de informação sobre a Península Ibérica e América Latina, o noticiário sobre as questões portuguesas surgia, rara e escassamente, em meia dúzia de linhas, na base, muitas vezes, de números (mortos e feridos) retirados de comunicados naturalmente duvidosos das Forças Armadas Portuguesas.

Acrescentaria ainda, e sem pretender entrar em desagradáveis pormenores, que, em certo dia de Outono de 67, Marcel Niedergang recusou agastadamente os préstimos que benevolamente se lhe ofereciam em dados e *dossiers* actualizados sobre as questões portuguesas e coloniais e poderiam eventualmente ajudar a ultrapassar o tal *relativo desconhecimento*.

Sublinho, para evitar ambiguidades, que a proposta surgia pela via empenhada, pessoal e aliás cordialíssima, de um prestigiado redactor do jornal da Rue des Italiens, infelizmente, no caso, com funções em área política diversa.

Naturalmente, muito fica ainda por dizer. Espero, todavia, que esta breve achega situe melhor *chacun à sa place*.

Vasco de Castro

Falta... de tudo!

No dia 19 de Abril, li no seu jornal a reportagem feita por Júlio Rodrigues, «Um dia na urgência de S. José», e veio-me à memória o que se passou nesse «banco» no dia 11 de Abril passado.

Meu pai, de 71 anos, vivia num lar porque, em virtude de doença, não podia ficar todo o dia sozinho em casa (eu e minha mãe andamos a trabalhar fora). Naquele dia, encontrava-me eu em casa de baixa, telefonaram do lar a comunicar que meu pai tinha sido transportado em coma para o «banco» de S. José, cerca das 11 horas, e estava no S.O. Fui imediatamente para o hospital com o meu marido e qual não é meu espanto, quando, nas informações me dizem que não dera entrada nenhum doente com o nome de Manuel de Oliveira Marques. Sugeriram-me que telefonasse para o lar, que talvez ele tivesse sido transportado para o Hospital de Santa Maria; respondi que era impossível, pois a zona do pai pertence a S. José. O funcionário não resolveu nada.

Fui falar com o polícia de serviço, expus-lhe o caso e ele prontificou-se a ir saber o que se passava. Quando voltou, trazia a notícia da morte do meu pai. Falecera às 11.30 h. e o funcionário não tinha nenhuma informação para me dar às 14.45 h., mais de uma hora depois do envio do telegrama para o lar, anunciando o desenlace, que tenho em meu poder.

Como sofro do coração senti-me mal. Trago sempre comigo um comprimido e meu marido foi pedir um copo de água ao funcionário das informações. Que fosse ao café mais próximo! Tive que beber água pelas mãos de uma senhora que estava na sala de espera.

Como vê, não há só falta de camas nem de macas em S. José. Também há falta de copos. E de humanidade e de informações correctas.

Virgínia Maria Rodrigues Marques França Castiço
- Leitora de Lisboa

informação TLP

ESTRELA
ALTERAÇÃO DE NÚMEROS DE TELEFONE

Preparando um aumento e renovação das suas infraestruturas, os Telefones de Lisboa e Porto SA, informam que na noite de **27 para 28 de Abril,** entra em serviço uma nova unidade digital da **Central da Estrela,** o que leva à alteração do seguinte prefixo telefónico.

DE	PARA
66DDDD	396DDDD

Em simultâneo serão transferidos para a unidade digital da Estrela alguns assinantes com número de telefone começado por **67 e 60.** É favor consultar a "Lista Telefónica Nacional Assinantes Lisboa Cidade", Edição 108, pág. 39.

Telefones de Lisboa e Porto S.A.

INTERNACIONAL

Igreja pressiona Aristides Pereira a recandidatar-se

Especial para o «DL»

A Igreja Católica Cabo-verdiana está a presionar o Presidente Aristides Pereira a não abandonar a vida política e a concorrer a um novo mandanto, soube o «DL» nos meios católicos daquele país africano. Uma delegação composta pelo bispo, D.Paulino Évora, e pelo dirigente da Acção Católica, António Moniz, foi explicitamente comunicar ao Presidente o apoio a uma eventual recandidatura, pouco antes deste partir para os Estados Unidos, onde se encontra para se submeter a exames médicos.

Segundo uma fonte próxima de António Moniz, que é também presidente do Instituto Cabo-Verdiano de Cinema, «o Presidente manifestou-nos a sua alegria por esse apoio dos católicos e pareceu receptivo». Aristides Pereira, recorde-se, vem desde há alguns anos manifestantdo o desejo de abandonar a liderança do Estado e do partido. Quando, em Fevereiro do ano passado, uma crise cardíaca o obrigou a suspender funções, durante mais de um mês, e a renunciar a candidatar-se à presidência da OUA, certos observadores deram como provável que não concorresse a um novo mandato. Durante a visita do Papa a Cabo Verde, em Janeiro, o Presidente cabo-verdiano teve, contudo, um gesto que muitos consideraram surpreendente e comentadores oficiais tentaram minimizar: casou-se pela Igrja e recebeu a comunhão das maõs do Papa.

O apoio que agora lhe é concedido pelos activistas católicos- donde, com a abertura, se espera o nascimento de um partido democrata-cristão- e pelo bispo, pessoalmente, vem dar consistência a rumores que circularam depois da última reunião do Conselho Nacional do PAICV de que ele estaria a reconsiderar a sua anterior decisão. Ironicamente, Aristides Pereira estaria a receber idênticas pressões dos sectores ditos marxistas do PAICV, o que teriam recebido mal a colagem do primeiro-ministro Pedro Pires à Internacional Socialista. Entretanto, em Lisboa, o «Público» citava ontem um colaborador não nomeado de Pedro Pires, dizendo que o segundo homem do partido, que já teria decidido candidatar-se às eleições presidenciais de Novembro-as primeiras por sufrágio directo-tinha a intenção de abandonar a chefia do Governo, caso Aristides Pereira se recandidatasse.

Manuel Delgado

Angolanos confiantes na paz pelo diálogo

Os mil e 300 angolanos ontem presentes na sessão inaugural do I Congresso de Quadros Angolanos no Exterior são, para já, unânimes num ponto. Em 14 anos de independência, Angola nunca assistira a nada semelhante. O estrépito das palmas que ecoavam no Auditório da FIL sempre que os oradores falavam da paz desfazia equívocos e dava conta de que, afinal, os objectivos das diferentes sensibilidades presentes caminham para a mesma direcção.

E, no fim da sessão de abertura do Congresso, em que discursaram Mário Soares, Cavaco Silva e o principal impulsionador do encontro, Francisco Viana, os ânimos dos angolanos não poderiam estar mais confiantes.

Em breves declarações aos jornalistas, o ministro angolano das Relações Exteriores, Loy Van Dunem, forneceu pistas para conclusões optimistas sobre a data do início das conversações ao dizer que as negociações directas entre o MPLA e a UNITA «estão no bom caminho». Norberto de Castro, porta-voz da UNITA em Lisboa, imediatamente corroborou: «estamos a avançar, por agora, na chamada fase de 'partir pedra', através dos canais de que dispomos. Se o congresso decorrer até ao fim no tom que hoje foi dominante, este entendimento poder-se-á estender ao MPLA e à UNITA», disse.

Anabela Loureiro

Cumplicidade manifesta entre Cavaco e Soares

Um diplomata angolano tinha, entretanto, revelado ao «DL» que uma série de contactos já foram estabelecidos previamente entre representantes de ambas as partes em Lisboa. «A grande problemática é conciliar a atitude de todos os elementos dos dois aparelhos», sublinhou. Recorde-se que, na passada quarta-feira, Loy Van Dunem acusou, em Nova Iorque, a África do Sul de retomar o seu apoio militar à UNITA e garantiu ter «dados bastante concretos» de que o movimento rebelde prepara uma grande ofensiva contra Luanda. Por seu lado o representante da UNITA nas Nações Unidas, Abel Chivukuvuku, afirmou duvidar das intenções negociais do MPLA.

Mário Soares, no seu discurso, prestou contas, em leves passagens, às afirmações do embaixador angolano em Londres, Luís Neto Kembata, divulgadas pelo jornalista Ricardo de Melo, segundo as quais o diplomata atribuía ao presidente diligências junto da África do Sul para um ataque a Mavinga: «Nós, portugueses, respeitamos Angola e entendemos que os angolanos não precisam dos nossos conselhos», referiu. O Presidente português proferiu, aliás, a frase mais ovacionada do encontro: «Estão aqui reunidos angolanos, luso-angolanos e quadros que, porventura, não sabem hoje se são angolanos ou portugueses, todos unidos pelo mesmo amor a Angola».

Cavaco Silva, por seu turno, elogiou o contributo do seu Governo para o visado processo de paz: «a clara posição dos meus Governos tem sido a de contribuir para a paz em Angola, respeitando o Governo estabelecido, dialogando oportunamente com a UNITA e escutando outras importantes correntes de opinião em Angola e sensibilizando as duas superpotências para a necessidade e vantagem de posições moderadoras», sublinhou.

Entre as personalidades presentes, o Congresso, hoje dedicado a paineis sobre economia, contou ontem com a presença do vice-ministro angolano Venâncio de Moura, Joaquim Pinto de Andrade, um dos fundadores do MPLA e presidente da Associação Cívica Angolana (ACA), André Mendes de Carvalho (Uanhenga Xitu), embaixador na RDA, Domingos Van Dunem, embaixador na UNESCO, o arcebispo de Luanda, Alexandre do Nascimento e o arcebispo do Lubango, Manuel Franklin.

M.T.

CONVOCATÓRIA

PARA COMEMORAÇÃO DO 30.º ANIVERSÁRIO DO

CURSO JURÍDICO 1955/60

da Faculdade de Direito de Lisboa

- 11 de Maio pelas 17h30, missa na Igreja Nossa Senhora de Fátima por alma dos professores e alunos já falecidos: pelas 18h00, visita à Faculdade de Direito de Lisboa. Cerca das 19h30 saída da Faculdade (autocarro disponível para o restaurante). Jantar às 20h30 no Restaurante Panorâmico de Monsanto com antigos colegas e professores.
- 12 de Maio, almoço-convívio no Hotel Golfmar do Vimeiro cerca das 13h00. Autocarro disponível com saída de Lisboa às 10h30 da Praça Marquês de Pombal.

JANTAR
Preço por pessoa — 6000$00

ALMOÇO
Preço por pessoa — 5000$00

INSCRIÇÕES: pelo telefone — 55 67 27

COM A COLABORAÇÃO DA

APTours
AIR PORTUGAL TOURS

S. R.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

AVISO

1 — Faz-se público, nos termos do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7/12 que se encontram abertos os seguintes concursos para admissão de pessoal em regime de contrato administrativo de provimento, para prestar serviço neste Instituto:

lugar	carreira	categoria	área	requisitos	validade
1	técnica superior	t. superior 1.ª classe	jurista	alínea c) do art.º 3.º do D.L. 265/88 lincenciatura em direito	para a vaga indicada
1	pessoal auxiliar	telefonista	-	n.º 2 do art.º 26.º do D.L. 248/85, de 15/7	para a vaga indicada
1	operária	ajudante de fotocopista	-	n.º 3 do art.º 29.º do D.L. 248/85, de 15/7	para a vaga indicada

2 — As candidaturas devem ser dirigidas ao Presidente do Instituto Politécnico de Santarém até ao dia 2/5/90 acompanhadas de «curriculum vitae» e dos documentos que comprovem a sua situação.

3 — Os vencimentos são os correspondentes à respectiva categoria aprovados pelo Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16/10.

Instituto Politécnico de Santarém, aos 10 de Abril de 1990.

O Presidente da Comissão Instaladora,

Joaquim da Silva Lourenço

Com o apoio português

Moçambique pede na ONU auxílio de emergência

Do nosso correspondente em Washington

Portugal exprimiu ontem o seu apoio ao pedido de ajuda de emergência apresentado por Moçambique junto da comunidde internacional. Falando perante uma reunião especial das Nações Unidas, visando recolher 136 milhões de dólares destinados a auxiliar milhão e meio de deslocados moçambicanos, o embaixador português na ONU, Fernando Reino, não só secundou a posição da CEE - exposta pela Itália - como anunciou que «o Governo português estuda a sua participação em alguns projectos contidos no programa de ajuda de emergência, principalmente nos sectores da educação e da saúde».

A delegação moçambicana, liderada pelo primeiro-ministro Mário Machungo, expôs a situação de carência extrema que se vive naquele país fustigado pela guerra civil, admitindo que milhares de pessoas estão gravemente ameaçadas pela fome, enquanto o Governo de Maputo tem vindo a receber menos ajuda internacional do que a que tem pedido.

Mário Machungo sublinhou ainda que as perspectivas de paz visíveis no horizonte político imediato irão criar novos problemas económicos ao país e alertou para o enorme esforço financeiro que exige o regresso massivo e a reintegração de perto de um milhão de refugiados em países vizinhos.

Neste momento, segundo o chefe do Governo moçambicano, cerca de quatro milhões e meio de residentes no país necessitam de ajuda alimentar imediata e outros dois milhões e quatrocentos mil terão ser realojados, finda a guerra civil.

Foi o próprio secretário-geral da ONU quem abriu esta sessão especial, lançando um apelo à comunidade internacional, enfatizando as enormes dificuldades que o país africano enfrenta neste período da sua história. Por seu lado, o principal responsável das Nações Unidas para as operações de emergência em Moçambique, Peter Simkin, revelou que, muito embora a comunidade internacional tenha vindo a corresponder aos apelos humanitários, essa ajuda já não chega aos mínimos necessários para manter o fluxo de fornecimentos.

Em termos concretos, Moçambique pede 229 mil toneladas de auxílio alimentar de emergência, cujos custos rondam os 57 milhões de dólares. Estão, igualmente previstas outras ajudas para a saúde (dez milhões), agricultura (oito milhões), assistência aos retornados (seis milhões e 600 mil) educação primária (um milhão) e fornecimento de água potável (900 mil). De salientar que o sector logístico (com 34 milhões de dólares) e o das instituições de apoio (três milhões e meio) devoram grande parte da ajuda agora pedida pelas autoridades moçambicanas.

Filipe Vieira

Atentado assegura vitória a Lafontaine?

A simpatia que as vítimas de atentados costumam despertar entre a opinião pública poderá ser fundamental para que Oskar Lafontaine, já em período de convalescença, consolide o seu favoritismo às eleições gerais de Dezembro, quando o partido a que pertence, o SPD, deverá disputar de igual para igual com a CDU de Helmut Kohl. O dirigente social-democrata, que deverá retomar a campanha assim que estiver recuperado, vê assim aumentarem as suas chances de se tornar o primeiro chanceler de uma Alemanha unificada.

Poderá ser mais um facto surpreendente na carreira deste político, conhecido pelas atitudes imprevisíveis e pelo prazer com que exerce a sua actividade, que lhe dão uma grande popularidade entre os alemães, comparável (ainda que ocupasse uma posição ideológica bastante diversa) à desfrutada pelo «touro da Baviera», o falecido líder democrata-cristão Franz -Joseph Strauss.

Lafontaine, cognominado o «Napoleão do Sarre» (devido à semelhança física e ao domínio absoluto que tem, ao longo de duas eleições, sobre este estado), teve uma ascensão meteórica entre os sociais-democratas, embora durante o período de Helmut Schmidt, estivesse fora do SPD, ligado à extrema-esquerda e fosse um crítico feroz do chanceler de então. Mulherengo, *bon vivant*, Lafontaine, manteve uma certa marginalidade em relação à previsibilidade dos políticos tradicionais, que tem sido recompensada pelas sondagens. Agora o atentado, do mal o menos, poderá dar-lhe um empurrão decisivo para a vitória em Dezembro.

Oskar Lafontaine logo após o atentado, com a mão no lugar onde a faca o atingiu. O seu estado é «satisfatório» segundo os médicos

D.C.

BREVES

Candidato morto na Colômbia

Foi o terceiro candidato presidencial morto na Colômbia nos últimos oito meses. Ontem, após ter passado mais de 20 anos em combates perigosos nas montanhas, o ex-guerrilheiro Carlos Pizarro, dirigente do M-19, foi assassinado por uma rajada de metralhadora ao embarcar para um avião, dois meses depois de ter deposto as armas. Os oito guarda-costas não foram suficientes para salvar Pizarro, de 39 anos, embora tenham morto o assassino que se calcula pertencer aos Extraditáveis, organização terrorista ligada aos barões da droga.

UNO à beira da ruptura

Apenas um dia após a tomada de posse de Violeta Chamorro, a UNO, uma coligação de 14 partidos, está à beira da ruptura devido às divisões entre os «duros» anti-sandinistas, liderados pelo vice-presidente Virgílio Godoy, e os que advogam o diálogo, representados pelo social-democrata Alfredo César, deputado e auxiliar da Presidente. A nomeação de Humberto Ortega como chefe das Forças Armadas, foi a principal responsável pela situação.

A vez de Shamir

Na manhã de ontem, o trabalhista Shimon Peres anunciou que desistia de tentar formar Governo. À tarde, o seu rival do conservador Likud, Yitzhak Shamir, foi convidado pelo Presidente Chaim Herzog a tentar a sua sorte. Shamir, actual primeiro-ministro interino de Israel, diz que conseguirá a difícil maioria parlamentar sem abdicar da sua rejeição ao plano de paz do secretário de Estado dos EUA, James Baker.

Terramoto na China

Um terramoto de quase sete graus na escala de Richter causou, ontem à tarde, pelo menos 109 mortos na província de Qinghai, no Centro da China, segundo informações oficiais. O violento abalo deixou muita gente sem casa, tendo destruído a aldeia de Tanggemu, onde estão situados numerosos campos de trabalho de Qinghai, região remota, conhecida como o «gulag» chinês. «A polícia anda atrás dos fugitivos», referiu um funcionário governamental.

Lituânia convidada a pôr independência na gaveta

Um acordo pondo termo às barreiras comerciais da «guerra fria» dos EUA contra a URSS deverá estar pronto para ser assinado na cimeira Bush-Gorbachev do próximo mês, anunciou Julius Katz, chefe de delegação americana às conversações soviético-americanas. Terça-feita chegou-se a pensar que o tratado poderia ser afectado por medidas de retaliação americanas, por causa do bloqueio soviético à Lituânia mas Katz disse que a questão não foi levantada nas conversações.

Entretanto, em Moscovo, Evgueni Primakov, membro do Cônselho Presidencial da URSS convidou os dirigentes lituanos a «rasgar» ou a colocar na «gaveta» a independência, para que possa haver negociações entre Moscovo e Vilnius.

Em Vilnius, o Presidente lituano, Vitautas Landesbergis, afirmou que iria estudar cuidadosamente a proposta franco-alemã no sentido de a Lituânia suspender a declaração de independência.

Redacção «DL»/Lusa

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRECÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS
OFERTA DE EMPREGO

Informam-se os interessados de que foi publicado no «Diário da República», 2.ª série de 26 de Abril de 1990, um Aviso relativo à oferta de emprego para 3 técnicos auxiliares da BAD de 2.ª classe, em regime de contrato de trabalho a termo certo, nos termos dos Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho e Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

CONDIÇÕES:

— O contrato de trabalho a termo certo, será celebrado por um ano renovável, de acordo com a legislação indicada.
— Local de trabalho: Avenida da República, 65 — 1000 Lisboa
— Habilitações: Curso Geral do Ensino Secundário e curso na área das Ciências Documentais.
— Condição de preferência: Conhecimento de catalogação UNIMARC.

OFERECE-SE

— Vencimento mensal equivalente ao de técnico auxiliar de 2.ª classe.

As candidaturas deverão ser formalizadas (prazo de 15 dias), nos termos do Aviso referido e remetidas por carta registada com aviso de recepção, ou entregues em mão na morada indicada.

Direcção-Geral do Tribunal de Contas, em 11 de Abril de 1990.

O Director-Geral,
Ernesto Luís Rosa Laurentino da Cunha

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRECÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS
OFERTA DE EMPREGO

Informam-se os interessados de que foi publicado no «Diário da República», 2.ª série de 26 de Abril de 1990, um Aviso relativo à oferta de emprego para um técnico superior de informática de 2.ª classe, em regime de contrato de trabalho a termo certo, nos termos do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho e Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

CONDIÇÕES:

— O contrato de trabalho a termo certo, será celebrado por um ano renovável, de acordo com a legislação indicada.
— Local de trabalho: Avenida da República, 65 - 1000 - Lisboa.
— Habilitações: Licenciatura, experiência de microinformática e conhecimentos e expertiência de análise e programação em D. Base III e/ou IV.

OFERECE-SE:

— Vencimento mensal equivalente ao de técnico superior de informática de 2.ª classe.

As candidaturas deverão ser formalizadas (prazo de 15 dias) nos termos do Aviso referido e remetidas por carta registada com aviso de recepção, ou entregues em mão na morada indicada.

Direcção-Geral do Tribunal de Contas, em 11 de Abril de 1990.

O Director-Geral
Ernesto Luís Rosa Laurentino da Cunha

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRECÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS
OFERTA DE EMPREGO

Informam-se os interessados de que foi publicado no «Diário da República», 2.ª série, de 26 de Abril de 1990, um Aviso relativo à oferta de emprego para 4 técnicos superiores de BAD de 2.ª classe, em regime de contrato de trabalho a termo certo, nos termos dos Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho e Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

CONDIÇÕES

— O contrato de trabalho a termo certo, será celebrado por um ano renovável, de acordo com a legislação indicada.
— Local de trabalho: Avenida da República, 65 — 1000 Lisboa.
— Habilitações: Licenciatura e curso na área das Ciências Documentais.
— Condição de preferência: Conhecimento de catalogação UNIMARC, em MINIMICRO CDC/ISIS — versão PORBASE e experiência com meios informáticos aplicados à descrição e gestão da documentação de arquivos.

OFERECE-SE

— Vencimento mensal equivalente ao de técnico superior de 2.ª classe.

As candidaturas deverão ser formalizadas (prazo de 15 dias), nos termos do Aviso referido e remetidas por carta registada com aviso de recepção, ou entregues em mão na morada indicada.

Direcção-Geral do Tribunal de Contas, em 11 de Abril de 1990.

O Director-Geral,
Ernesto Luís Rosa Laurentino da Cunha

QUOTIDIANO

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRECÇÃO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS
OFERTA DE EMPREGO

Informam-se os interessados de que foi publicado no «Diário da República», 2.ª série, de 26 de Abril de 1990, um Aviso relativo à oferta de emprego para **27 técnicos superiores de 2.ª classe,** em regime de contrato de trabalho a termo certo, nos termos dos Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho e Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

CONDIÇÕES
— O contrato de trabalho a termo certo, será celebrado por um ano renovável, de acordo com a legislação indicada.
— Local de trabalho: Avenida da República, 65 — 1000 — Lisboa
— Habilitações: Ref.ª A — Licenciatura em Gestão de Empresas, Auditoria e Controlo Financeiro.
Ref.ª B — Licenciatura em Economia.
— No âmbito da Ref.ª A serão celebrados 22 contratos.
— No âmbito da Ref.ª B serão celebrados 5 contratos.

OFERECE-SE
— Vencimento mensal equivalente ao de técnico superior de 2.ª classe.
As candidaturas deverão ser formalizadas (prazo de 15 dias), nos termos do Aviso referido e remetidas por carta registada com aviso de recepção, ou entregues em mão na morada indicada.

Direcção-Gerald do Tribunal de Contas, em 11 de Abril de 1990.

O Director-Geral
Ernesto Luís Rosa Laurentino da Cunha

COTAÇÕES

Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	46$20	52$20
ALEMANHA FED. (marco)	87$50	88$70
ÁUSTRIA (xelim)	12$45	12$65
BÉLGICA (franco)	4$051	4$301
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	126$80	129$30
(notas de 5 a 1000)	127$30	129$80
DINAMARCA (coroa)	23$00	23$40
ESPANHA (peseta)	1$350	1$470
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	147$15	150$65
(notas de 5 a 1000)	147$65	151$15
FINLÂNDIA (marka)	37$00	37$60
FRANÇA (franco)	26$10	26$80
HOLANDA (florim)	77$80	78$90
IRLANDA (libra)	235$75	239$75
ITÁLIA (lira)	$108	$123
JAPÃO (iene)	$885	$940
NORUEGA (coroa)	22$55	23$05
REINO UNIDO (libra)	241$35	245$85
SUÉCIA (coroa)	24$10	24$60
SUÍÇA (franco)	100$65	102$15
VENEZUELA (bolívar)	2$625	3$425

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

ESPECIAL FÉRIAS/90
no HOTEL DO PARQUE
VIANA DO CASTELO
COSTA VERDE

☆☆☆☆

O Hotel do Parque em Viana do Castelo elaborou para si um atractivo programa especial «Férias 90» oferecendo-lhe a possibilidade de gozar as suas melhores férias de sempre no coração do Alto Minho e no sossegado ambiente das suas 4 Estrelas, Piscinas, Bares, Sala de Jogos, etc. Preços p/pessoa em quarto duplo c/peq. almoço incluído.

		MAI.JUN.OUT.	JUL.AGO.SET.
PROGRAMA 1 6 noites 7 dias	Entrada domingos Saída sábados	15 900$00	18 975$00
PROGRAMA 2 7 noites 8 dias	Entrada qualquer dia	19 950$00	22 925$00

• Peq. Suplemento p/ocupação single.
• 1 a 31 de Agosto supl.: 1250$00/dia/quarto, em qualquer modalidade.
Peça-nos programa detalhado «ESPECIAL FÉRIAS 90», por Telef. (058)82 86 05, Telex 32511 HOPARC P, Fax 82 86 12 ou no seu AGENTE DE VIAGENS.

Autotransplante de medula faz estreia em Portugal

Um doente internado no Hospital de Santa Maria foi alvo da primeira autotransplantação de medula óssea efectuada em Portugal, revelou um responsável médico daquele estabelecimento hospitalar.

Forjaz de Lacerda, director da unidade de hematologia do Hospital de Santa Maria, referiu que a operação se iniciou às 8 horas de ontem e terminou às 7 horas de hoje.

«Tudo correu bem e o doente ficou também bem», acrescentou.

Forjaz de Lacerda explicou que o indivíduo operado, com cerca de 40 anos, sofria de uma doença maligna e resistia às terapêuticas convencionais.

A operação efectuou-se na unidade de hematologia daquele hospital.

Segundo o director clínico de Santa Maria, Carneiro de Moura, a autotransplantação de medula óssea «oferece uma esperança de cura para um maior número de doentes».

«A técnica utilizada oferece em alguns tipos de patologia maligna apreciáveis perspectivas de cura. Dado que até esta data, no nosso país o recurso à transplantação de medula óssea estava limitado aos doentes com dador familiar compatível», sublinhou Carneiro Moura.

Aquele catedrático explicou que a unidade de transplantação de medula óssea do Hospital de Santa Maria iniciou a sua actividade a 4 de Maio de 1989, tendo efectuado, até esta data, 21 transplantes.

Sistema sofisticado vigia barcos de pesca

Portugal pretende a adopção, pelos Estados da CEE, de um processo de controlo através de caixas negras

Portugal fez ontem, em Bruxelas, uma demonstração a peritos dos Estados membros da Comunidade Europeia de um sofisticado sistema de controlo e vigilância das actividades de pesca.

Na demonstração foram localizadas e contactadas três de cinco embarcações na costa portuguesa, a partir de Bruxelas, nas quais tinham sido colocadas caixas negras, elemento central do sistema de monitorização contínua de actividades de pesca, designado por Monicap.

Segundo declarações feitas à agência Lusa, em Bruxelas, Jorge Rainho, responsável pelo grupo coordenador do projecto, pretende que o sistema ou um semelhante seja adoptado por todos os Estados da CEE.

A Monicap pressupõe a instalação, nas embarcações de pesca, de caixas negras através das quais a unidade central recebe as necessárias informações. Este sistema permite o acesso central às características da embarcação, ao seu número de referência, à sua localização, à sua velocidade e a outras indicações úteis, explicou Jorge Rainho.

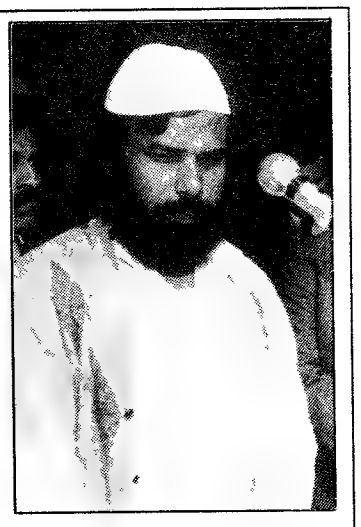
O projecto só é viável se em todas as embarcações autorizadas a operar em águas portuguesas forem instaladas caixas negras, acrescentou.

Na ausência ainda de legislação comunitária, Portugal pode apenas aconselhar todas as embarcações (portuguesas ou estrangeiras) que operam na sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) a instalar as referidas caixas negras. O projecto Monicap, orçado em 80 mil contos, beneficiará de um apoio comunitário da ordem dos 40 mil contos.

A Monicap é um elemento fundamental do sistema de controlo e vigilância de actividades de pesca, designado Sificap, o qual envolve ainda meios da Marinha de Guerra e da Força Aérea Portuguesa e tem custos superiores a 4 milhões de contos, metade dos quais serão suportados pela Comunidade Europeia.

Com recurso a sofisticados meios informáticos de comunicações via satélite, o Sificap assenta na cooperação de meios aéreos e navais, em ligação com um sistema de controlo central, o qual disporá de um banco de dados com todas as informações relativas à actividade de pesca na ZEE portuguesa.

De acordo com o projecto, a vigilância aérea será assegurada por três aviões da Força Aérea, dotados de material de detecção sofisticado, nomeadamente radares com alcance até 80 quilómetros.



Comunidade islâmica em festa

A comunidade islâmica comemora hoje, por todo o mundo, o fim do sagrado mês do Ramadão, o mês do jejum. Ao longo destes últimos 30 dias, mais de 15 mil maometanos portugueses não ingeriram qualquer sólido ou líquido do nascer ao pôr do sol.

Mas hoje é dia de festa. A primeira parte, de carácter religioso, decorreu esta manhã com a primeira oração, realizada às 10 horas, e a segunda às 11 horas, na mesquita central de Lisboa.

Ao meio - dia foi servido o almoço. A primeira refeição completa do último mês.

Às 19 e 30 horas os muçulmanos concentram-se na Feira Popular de Lisboa, para um espectáculo musical marcado para as 20 e 30 horas e que se prolonga durarnte três horas.

Deste espectáculo constam danças e cantares indianos e um desfile de trajes dos vários distritos da Índia. Os modelos serão crianças de idades entre os 8 e 13 anos. O júri presente irá eleger os três melhores trajes aos quais serão atribuídos prémios. Os participantes recebem também alguns brindes.

Após o perído de reflexão que caracteriza o mês do Ramadão, todos os mulçumanos recordaram hoje, durante o almoço, a subida de Maomé ao céu.

Lotaria Nacional

NUMEROS PREMIADOS
49.645- 70 000 contos
23.093- 12 000 contos
26.484- 3 000 contos

APROXIMAÇÕES AO 1º PREMIO
49.644- 750 000$00
49.646- 750 000$00

APROXIMAÇÕES AO 2º PRÉMIO
23.092- 350 000$00
23.094- 350 000$00

APROXIMAÇÕES AO 3º PRÉMIO
26.483- 157 250$00
26.485- 157 250$00

PREMIOS DE 1 000 CONTOS
7.611; 15.930; 26.266; 36.299; 41.197; 43.710; 43.950; 66.818; 68.060 e 68.100.

PREMIOS AOS ALGARISMOS FINAIS
1 000 000$00 - 9.391 Fracção nº 5
300 000$00 - 645
60 000$00 - 093
30 000$00 - 484
15 000$00 - 046; 132; 340; 472 e 921.
7 000$00 - 5 e 4.

PREMIOS DE CENTENAS
20 000$00 - 49.601 a 49.700.
12 500$00 - 23.001 a 23.100.
10 000$00 - 26.401 a 26.500.

Recuperação do Bairro Alto

A Câmara Municipal de Lisboa deverá solicitar brevemente ao Governo a declaração de área crítica de recuperação e reconversão urbanística para as zonas que englobam as Freguesias da Encarnação, Santa Catarina e Mercês e parte da Freguesia de S. Paulo. Nelas se situam, por exemplo o Bairro Alto e o Bairro da Bica. Segundo o vereador Rui Godinho, subscritor da proposta, com esta medida procura-se intervir de forma expedita e eficaz nas áreas onde a degradação dos imóveis se verifica a ritmo acelerado. De facto, o documento surge precisamente na altura em que se regista mais uma derrocada de um prédio, o da Calçada do Combro. O proprietário do edifício, Jorge de Brito, comprometeu-se já a proceder à sua demolição e aceitou também o empreiteiro que o município lhe propôs, informou o vereador Rui Godinho.

Quanto ao futuro, pouco se pode adiantar. Sabe-se no entanto, que a reconstrução do imóvel deverá respeitar a traça da zona já que este se situa numa área de protecção do IPPC.

A circulação do tráfego na Calçada do Combro, agora proibida, poderá ser retomada, segundo as estimativas dos serviços camarários, dentro de duas semanas. Entretanto, os serviços de fiscalização municipal acompanharão o decorrer das obras.

O plano de pormenor para a recuperação da zona sinistrada do Chiado é hoje entregue à edilidade lisboeta pelo seu autor, o arquitecto Siza Vieira que participará depois com o presidente Jorge Sampaio no programa da RTP, «O rosto da notícia».

Praça levanta polémica em Braga

As projectadas transformações no Campo da Vinha, em Braga, são motivo de conversa generalizada em toda a cidade e foram tema de debate público entre as autoridades municipais e assinalável número de cidadãos.

O Campo da Vinha é assim denominado por, no século XVI, ter sido uma vinha de propriedade do arcebispo D. Diogo de Sousa. Até há umas dezenas de anos ali se realizava a feira semanal e, ultimamente, está transformada num gigantesco e inóspito parque de estacionamento.

Recentemente, a Câmara Municipal de Braga abriu um concurso de ideias para o rejuvenescimento da vasta praça, concurso de que foi vencedor o arquitecto Rafael Gaspar. O projecto agora apresentado prevê, essencialmente, a implantação de dois edifícios, um frente ao Lar Conde Agrolongo, o outro no lado oposto, uma zona de esplanada e áreas verdes. Fundamental, será o banimento de todo o trânsito automóvel, que será, «enterrado» desde o edifício do Turismo até ao Convento do Pópulo, com dois ou três pisos.

Câmara deu pontapé de saída

Doze freguesias lisboetas lutam contra a droga

As juntas de freguesia de S. Mamede, Santos-o-Velho, Alto do Pina, S. Domingos de Benfica, Santo Condestável, Ameixoeira, Santa Maria de Belém, Encarnação, Santa Catarina, Santa Engrácia, Santa Maria dos Olivais e Lumiar constituem o primeiro grupo de áreas urbanas onde o plano de prevenção da toxicodependência, há meses anunciado pela Câmara Municipal de Lisboa, começa agora a ser aplicado.

Mudar a vida na cidade pode começar pelo combate à droga, considerou Sampaio

Para o presidente da edilidade, Jorge Sampaio, que ontem apresentou em conferência de Imprensa as acções do programa, a mudança da cidade pode começar «pelo combate à toxicodependência».

Com objectivos, metodologias e prazos já definidos o plano de prevenção do uso/abuso de drogas lícitas e ilícitas pretende dotar as juntas de freguesia e departamentos camarários com capacidade de resposta suficiente para fazer face a este problema. Para tal criaram-se cursos de sensibilização, formação e informação dos diversos elementos envolvidos no programa.

No caso das 12 juntas de freguesia seleccionadas, a formação decorrerá entre 12 e 19 de Maio, abrange quatro pessoas por Junta (um adulto e três jovens), ficando estas aptas a promover acções de informação junto dos jovens e adultos residentes na área da Junta e a elaborar projectos de prevenção, que deverão estar prontos até 15 de Setembro, informou o presidente da autarquia da capital.

Sampaio lamentou, no entanto, que o Projecto Vida, de combate à droga, há pouco tempo remodelado, continue sem referir o envolvimento das autarquias. Na sua opinião, a intervenção destas na prevenção do uso/abuso de drogas «irá facilitar a acção das estruturas do Estado que actuem neste campo».

Dirigindo-se aos jovens da cidade, através da Comunicação Social Jorge Sampaio disse: «Esperamos poder apoiar o que quiserem fazer: provas desportivas, uma pista de skate, alguns concertos ou um grupo de teatro, de forma a que o afecto passe entre nós e a droga fique no bolso de quem a vende».

B R E V E S

Lisboa a cantar e a marchar

«Lisboa sempre a cantar» é o nome da canção vencedora do concurso da Grande Marcha de Lisboa 1990. Com letra de Manuela Teles Santos e música de João Dâmaso Simões Queimado a composição será obrigatoriamente cantada e dançada pelas 19 colectividades que desfilarão na noite da Santo António pela Avenida da Liberdade.

Publicidade reúne-se em Congresso

Promovido pela Associação Portuguesa das Agências de Publicidade, realiza-se nos próximos dias 2 e 3 o primeiro Congresso de Publicidade. Os organizadores pretendem, com a iniciativa, acentuar o estatuto desta indústria na economia nacional. Aberto pelo ministro do Ambiente, Fernando Real, e encerrado por Albino Soares, secretário de estado adjunto do ministro da Juventude, o Congresso terá comunicações de, entre outros, Pinto Balsemão, Lucas Pires e José Miguel Júdice.

Feriado suspende recolha de lixo

Por motivo do feriado do 1º de Maio, na próxima terça-feira, não haverá, em Lisboa, recolha de lixo de domingo para segunda, nem de segunda para terça, retomando-se essa tarefa apenas na madrugada de quarta.

Reportagem sobre Telheiras

Por motivos de ordem técnica, a anunciada reportagem sobre «Telheiras: uma urbanização traída», que deveria sair a público na edição de hoje, só será publicada na próxima quinta-feira, 3 de Maio.

LISBOA — Avenida Almirante Reis, n.º 125 — telefone: 530076
LISBOA — Rua Luciano Cordeiro, n.º 18-A — telefone: 3522662
LISBOA — Estrada de Benfica, n.º 176 — telefone: 780599
LISBOA — Ipermercado Ibérico — telefone: 7595959
ALMADA — Avenida 25 de Abril, n.º 45 — telefone: 2769001
AMORA — Centro Comercial da Amora
SETÚBAL — Avenida D. Manuel I, lote 80 — telefone: 74699
MONTIJO — Rua José Joaquim Marques, n.º 40 — telefone: 2301197
BARREIRO — Rua Dr. Manuel Pacheco, n.º 92-A — telefone: 2077237
CARCAVELOS — Rua Paulo Jorge, n.º 3 — telefone: 2475289
MEM MARTINS — Rua da Azenha, n.º 3 — telefone: 9217570
QUELUZ — Rua José Elias Garcia, n.º 74 — telefone: 4363679
AMADORA — Avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.º 5-B — telefone: 4945691
ODIVELAS — Ponte da Bica — telefone: 9323938

Se não se importa de mandar as boas recordações à fava e não pôde assistir ao espectáculo que os «The Mamas and The Papas» deram ontem no Casino Estoril, esta noite ainda tem a oportunidade de ficar órfão

O pai e a filha

A história conta-se enquanto o diabo esfrega um olho. Quando os ácidos não tinham corantes nem conservantes, à pala dos Beatles os submarinos até conseguiam ser amarelos e a cabeça do pessoal parecia um canteiro de flores. Só que uns escaqueiravam a anatomia e a psique no Vietnam e Jim Morrisson berrava, possesso, que era o "*The End*".

À nossa lusitana e ímpar dimensão, como a rádio nos privava de ouvir o Zeca ou o Adriano, mantinha-nos muito a par do som da *west coast* ou São Francisco, sem nunca nos dizer quantos tinham dado "o salto" nessa noite ou para quantos o "até ao meu regresso" se limitava a um "adeus".

Maria Emília Prazeres

Depois do "California Dreamin" o pesadelo não se fez esperar

De entre as muitas coisas com que a rádio nos assaltava a atenção ainda hoje perdura na nossa memória o som inconfundível dos «The Mamas And The Papas». Tanto assim, e porque ultrapassado o perigo (era outro o que os educadores da altura viam nisso), o Casino Estoril resolveu proporcionar a essa generosa rapaziada dos anos 60, um espectáculo onde matassem as saudades do tempo em que uma flor bastava para resolver o assunto e não era só "de vez em quando" que éramos "todos iguais", como agora as criancinhas cantam na televisão. Faltavam cinco minutos para a meia-noite quando John Philips, o único sobrevivente da formação original, entrou em palco com a filha (Mackenzie Philips), Spanky MacFarlane (uma réplica de Cass Elliot, falecida em 1974) e Scott MacKenzie, nem mais nem menos que o autor de «San Francisco».

Muito embora o refrão do primeiro tema não se fartasse de dizer «California dreamin», no que eram apoiados por uma banda algo desatinada nos primeiros minutos, o pesadelo não se fez esperar. Com ou sem guitarra acústica ampliada, com mais ou menos idas de Mackenzie Philips aos cálices sobre o estrado da bateria, o velho John Philips via-se em papos de aranha para ter mão naquilo e chegar depressa a «San Francisco».

Valeu-lhe o autor do tema e o único ainda dono de voz. Sem se fazer rogado, aviou-o em duas boas doses reforçadas pelo coro polifónico da assistência, aproveitando os progenitores para simular o fim do espectáculo. Claro que não tinha acabado, ou não soubesse o público de trás para a frente, e da frente para trás, o curto e estafado repertório dos "The Mamas and The Papas". Faltava ainda ouvir o "Monday". Ouvido este, houve que repetir o primeiro e não terminar sem voltar a cantar o "San Francisco".

Os "The Mamas and The Papas" foram sempre um grupo de baile de finalistas e casinos. Tiveram o azar de criar dois ou três temas que ainda hoje, indiscutivelmente, resistem. Só que é bem melhor ouvi-los nos velhos *singles*, mesmo que o som saia "fritado", a assistir a tamanha decadência.

Isto é: não se pode fingir o presente, quanto mais o passado.

Jorge Fallorca

olhar de mocho

Uma questão de *copyright*

Quando a Ulrike Meinhof, primeiro, sozinha, depois com Andreas Baader, começou a fazer das suas, qualquer acção sua e do grupo Baader-Meinhof, leve ou pesada, de protesto ou criminosa, era invariavelmente rotulada de terrorista. Para a maioria dos *mass media* alemães, tudo o que cheirava a Baader-Meinhof era terrorismo. O campeão desta terminologia era o senhor Axel Caesar Springer que nos seus órgãos jornalísticos impunha a ditadura de Imprensa: desde que se suspeitasse levemente de uma ameaça bombista, logo o público ficava informado - «acção terrorista». Neste processo de aplicar a palavra terrorista, não se esperava pelo veredicto do tribunal, nem sequer pelos relatórios da Polícia. Heinrich Boll escreveu a este propósito um panfleto célebre, «Pretende Ulrike Meinhof perdão ou apenas ser julgada em tribunal?», texto este que deveria ser leitura obrigatória em cursos de ética jornalística. Em resumo, afirmava o Prémio Nobel da Literatura, que o jornal «Bild» sabia sempre tudo *antes* de os juízes se pronunciarem em sentença. E revoltava-se, ele, o Boll, que num Estado de Direito, o jornal «Bild» do Herr Springer fosse impunemente autorizado a decretar para a opinião pública a sentença «terrorista», antes de qualquer processo: a Imprensa estava autorizada a «linchar», dizia o Boll.

Ora bem, o que se passou com Oskar Lafontaine?

Fazia um pacífico comício eleitoral em Colónia, uma mulher ergue-se com um ramo de flores, pede ao candidato a chanceler da RFA um autógrafo e espeta-lhe uma faca de cozinha na carótida.

E como é que a Imprensa alemã relatou o facto? Um atentado cometido por uma mulher que sofre de perturbações mentais (a frase foi emitida *urbi et orbe* na rádio oficiosa da RFA, «Deutsche Welle»). Em cima do acontecimento, os repórteres ficaram logo a saber que a autora do atentado, de 42 anos, empregada num consultório médico, portanto em contacto permanente com funções de responsabilidade (lidar com análises clínicas, relatórios médicos), sofria de perturbações mentais e era paranóica.

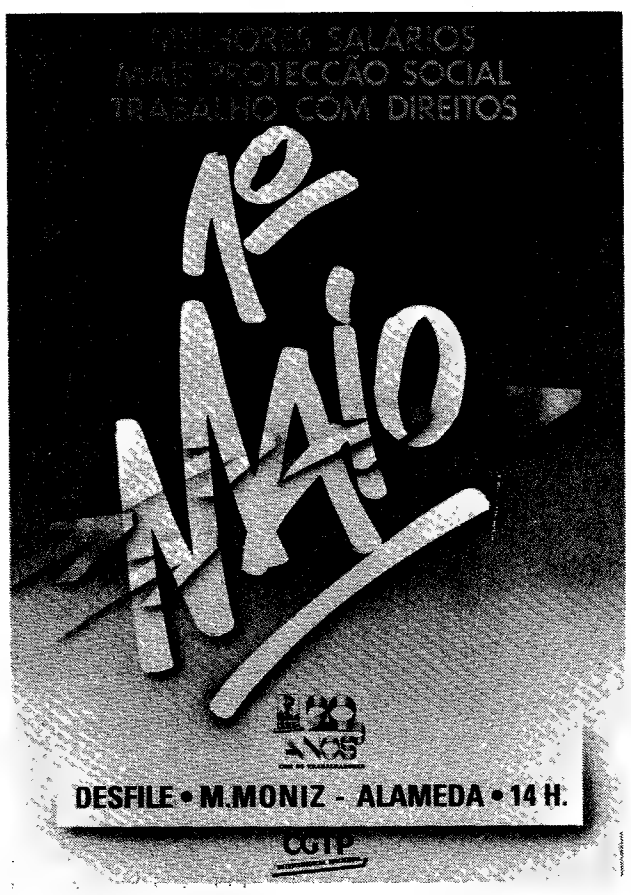
Para deslindar este romance policial do vocabulário da Imprensa alemã, necessário se torna referir, que Oskar Lafontaine é o principal adversário político do chanceler Kohl, o que lhe irá disputar a liderança política nas eleições de Dezembro, e que é um homem de esquerda.

Regressemos, pois, à questão dos *copyright* dos vocabulários da Imprensa. Quando um crime é perpetrado por alguém ligado à esquerda, não é só crime, mas também um acto terrorista.

Sempre, porém, que o crime vem das bandas da direita, do nazismo ou fundamentalismo, e sobretudo se o objecto do crime é alguém de esquerda, o crime já não é bem crime, é acto de um qualquer tresloucado que perdeu o juízo ao virar da esquina.

A palavra «terrorista» tem *copyright* e os direitos de autor pertencem à direita. Afinal o Hitler não foi um louco?

José Sousa Monteiro



DECRETOS E LEIS

ENCONTRAM-SE JÁ À VENDA:

- **DETERMINAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL DO IRC**
  3.ª edição
  Henrique Quintino Ferreira
- **ELEMENTOS DE CONTABILIDADE GERAL** — 9.ª edição
  António Borges, Azevedo Rodrigues e Rogério Rodrigues
- **O NOVO POC COMENTADO** — 2.ª edição
  António Borges e Martins Ferrão
- **MANUAL DE CASOS PRÁTICOS** — 2.ª edição
  António Borges e Martins Ferrão
- **REINTEGRAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO DAS EMPRESAS**
  Henrique Quintino Ferreira
- **ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS — NOTAS EXPLICATIVAS**
  2.ª edição
  Maria Teresa Barbot Veiga Faria
- **BENEFÍCIOS FISCAIS**
  Pinto Fernandes e Cardoso dos Santos
- **CÓDIGO DO IRS — ANOTADO E COMENTADO**
  Herculano Curvelo, Ramos Costa, Vasco Guimarães e Gaspar Encarnação
- **COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DO IRC**
  Henrique Quintino Ferreira
- **POC EXPLICADO** — 20.ª edição
  José Bento e João Fernandes Machado

ALÉM DESTES TÍTULOS TEMOS TODOS OS LIVROS SOBRE IMPOSTOS, DE TODOS OS AUTORES E DE TODOS OS EDITORES

REI DOS LIVROS

RUA DOS FANQUEIROS, 77-79 — 1100 LISBOA
TELEFS. 87 97 55 - 87 91 88

Interrompido por uns dias, o derradeiro programa da temporada de dança do Ballet Gulbenkian recomeçou ontem. Aqui se fala das virtudes de juntar, num mesmo espectáculo, um «jovem coreógrafo», uma «artista da casa» e um «nome seguro»

Qualquer coisa de diferente

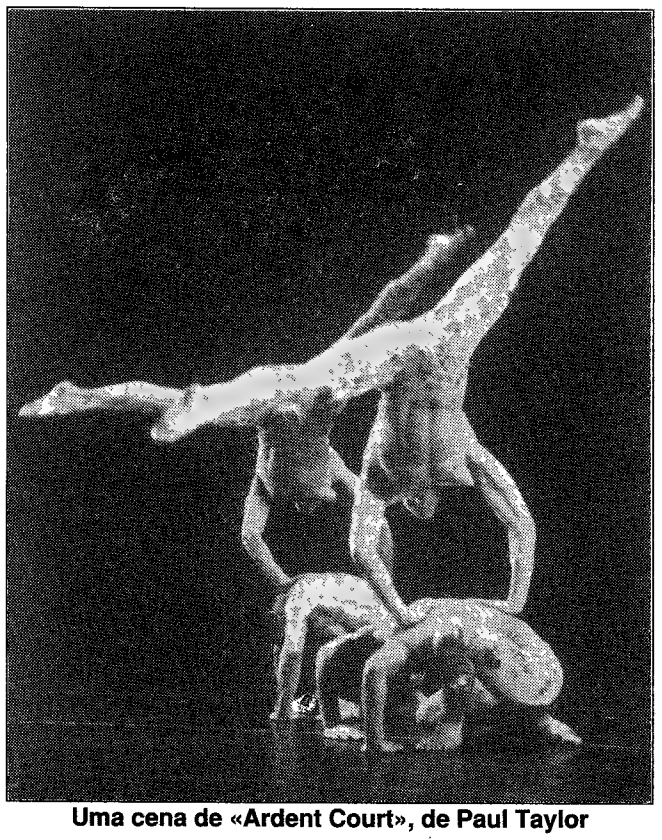
Há qualquer coisa de diferente neste IV Programa do Ballet Gulbenkian - que ontem, e depois de três espectáculos iniciais, retomou o seu lugar no denso calendário do Grande Auditório da Fundação Gulbenkian -, o último de uma temporada que agora termina para dar lugar a uma curta «tournée» à Suíça e uma extensa digressão de cerca de dois meses pelos quatro cantos de Portugal.

Apesar de um figurino organizativo em muito semelhante ao dos programas precedentes (uma estreia absoluta de um jovem coreógrafo, uma reposição de um «artista da casa» e uma importação de um «coreógrafo seguro» de renome internacional, o que naturalmente nos propõe logo uma leitura estética algo variada), este conjunto de obras parece ternos oferecido uma boa oportunidade de reflexão sobre a postura da nossa dança perante o século XXI, que a toda a pressa se avizinha.

Sem ter criado nos espectadores «habitués» e ocasionais um espaço de grande inquietação, ou mesmo de confronto, talvez a aparente simplicidade de certas propostas de movimento, nem sempre facilmente perceptíveis à «vista desarmada», encerrem uma complexidade estrutural mais do que desafiadora, fruto de um caminho que apenas o futuro provará ser verdadeiro e consistente, ou não.

Entre os bailados em questão parece haver algo que irremediavelmente os aproxima mas que simultaneamente os torna tão diferentes e mesmo individualizados: uma espécie de atracção (fatal?) pelo solo. Em «Do Medo, da Ilusão e da Queda» o coreógrafo João Fiadeiro sugere um chão que acompanha e sustém os corpos dos nove bailarinos; em «Violoncelo não Acompanhado em Suite de Luxo», de Olga Roriz, aquele tanto serve de barreira como de refúgio, enquanto que em «Ardent Court» se pretende elástico e energético, comportando-se como uma espécie de trampolim.

Há ainda algo que deixa lastro neste derradeiro programa do Ballet Gulbenkian, além de tudo aquilo que concerne forma de movimento e estrutura coreográfica: é a *simplicidade cénica*, salpicada de uma certa candura encontrada por Margarida Parente para a peça de Fiadeiro, à qual se opõe a *esmagadora grandeza* de um carnal «Rapto das Sabinas», que com barroca monumentalidade e sofisticadamente elaborado por Jasmim de Matos, serve com que luxo o «Violoncelo».



Uma cena de «Ardent Court», de Paul Taylor

Tem por contraponto a *bizarria* de uma bidimensional rosa gigante, que o «New York Times» apelidou de «elizabetiana» mas que em Lisboa assumiu formas mais repolhudas.

Uma dinâmica particular

Mais do que qualquer dos outros coreógrafos da nova geração que este ano tenha trabalhado com o Ballet Gulbenkian, João Fiadeiro imprimiu a este seu bailado de estreia uma dinâmica muito particular, optando por um tipo de movimento rasteiro e sem sobressaltos, casual e solto, que certamente não deu tréguas ao coeso conjunto de bailarinos que nele colaboraram.

«Do Medo, da Ilusão e da Queda» parte de uma poderosa imagem inicial - dois homens encasacados junto de uma mesa sobre uma plataforma, envolvendo-se num jogo protagonizado por um copo de vidro que teima em cair -, a que se segue um solo feminino e outras combinações várias de bailarinos, terminando com apenas um corpo solitário, que cai dentro de um poço de luz. Por vezes parece tratar-se de uma cultura de paramécias que, dentro de blocos de luz fabricada, se reproduzem tocando-se e repelindo-se, saltando e deslizando em incessante desequilíbrio.

Uma das virtudes desta obra é, sem dúvida, a perícia que o coreógrafo demonstrou ao criar nos espectadores erros de paralexe motivados pela peculiar articulação de corpos com situaçõess luminosas habilmente definidas por Rui Fernandes, um luminotécnico - também ele em início de carreira - que demonstrou um controlo e sensibilidade que prometem. As ligações entre os planos de luz que, ao longo de toda a obra, se sucedem e trespassam sem choques nem vertigens, exaltam a magia da meia-luz e tornam o movimento mais expressivo e quantas vezes mais espesso também.

A voz e a música de Meredith Monk criam uma ambientação que se balança entre o mistério e o gozo e cujo magnetismo tem bastante a ver com a repetição minimal. Também os figurinos, em tons de castanho e cinzas, assinados pela bailarina Carlota Lagido, são eficientes, dando ênfase a uma obra que o seu criador geriu com a generosidade de quem inicia um percurso por um caminho menos fácil e que encontra «no peso, no rebolar e no imaginário» motivações válidas de pesquisa e desafio.

Um «Violoncelo» que não envelheceu

Há danças que por uma razão ou outra nascem condenadas ao esquecimento ou ao sucesso, mas há outras que optam pela longevidade. Este será o caso de «Violoncelo», de Roriz, que estreada em Novembro de 1987 parece não ter envelhecido nem um só dia. Situando-se num espaço metafórico criado pela música de J. S. Bach (suites nº 1 e 2 para violoncelo) e pela reprodução de um quadro do pintor gaulês italianizado Nicolas Poussin, este bailado algo violento assenta em «leitmotives» que são desde o seu início perfeitamente identificáveis: o gesto de tocar um violoncelo imaginário, o subir o indicador de encontro ao nariz sibilando silêncios, o empurrão seco de corpos que se repelem e se abraçam, etc.

O facto de uma figura masculina vendada (Gagik Ismailian) atravessar o palco arrastando lentamente um instrumento que posteriormente desvendará para se misturar com dois grupos de oito bailarinos, cria um mistério que só encontra paralelo na elaborada e violenta relação homem-mulher.

Aliás, uma das leituras possíveis da imagética de Roriz é a evocação da cegueira para que a violentação de um ser humano por outro possa acontecer.

Olga Roriz e os seus colaboradores neste bailado mostraram um bom gosto de produção que faz de «Violoncelo Não Acompanhado em Suite de Luxo» sem dúvida uma das suas melhores obras.

Quanto a «Adent Court», na opinião de Clive Barnes um «trabalho de génio e uma das verdadeiras obras de arte criadas neste século», a versão do Ballet Gulbenkian talvez não seja a mais «tayloriana» possível. Apesar de um evidente esforço por parte da companhia em assimilar algo que lhe é estranho - e isso inclui uma técnica demasiado exigente para ser menosprezada -, o bailado resultou menos atlético e humorístico do que quando apresentado pela Paul Taylor Dance Company, grupo que em comum com o português tem um conjunto masculino que faz inveja a muitas grandes companhias.

Uma obra no mínimo inteligente, segura e sofisticadamente desenhada, ao som de uma suite de trechos de William Boyce, nem sempre ardente mas rigorosa e cortês.

António Laginha

A SEMANA

Em Abril águas mil

Sexta, dia 20

Porto, 3 - Lisboa , 3, em primeiras categorias. Pelo Porto «marcaram» Steve Coleman, em concerto único no Coliseu, Kenneth Branagh que no Norte iniciou digressão a Portugal e uma dúzia e meia de grupos teatrais numa festa para a infância e juventude. Por Lisboa «marcaram» Olga Roriz com duas estreias e uma reposição na Gulbenkian, António Reis que lançou «Portugal Contemporâneo» e a APE com um «golo» para todo o país, o Grande Prémio do Romance e Novela / 89 atribuído a «Fora de Horas» de Paulo Castilho.

Em reservas, distinguiu-se Saramago, o eterno derrotado da APE: enquanto em Lisboa se anunciava o grande prémio, ele falava em Serpa de cultura e poder local.

Em Lisboa também (mas sem categoria nenhuma) o Montepio suspende exposição: depois de censurar alguns quadros com nus masculinos, viu trinta pintores retirarem as suas obras e fechou a loja para não dar mais barraca.

Sábado, dia 21

Ama-se o Tejo no Parque Eduardo VII, vai haver «slot machines» nos aeroportos, é o país às avessas. Não há azar, que Soares, em Constança, homenageia Camões, e portugueses são já cinco entre os 140 músicos da Orquestra Juvenil das Comunidades Europeias que hoje toca em São Carlos.

Dos jovens para os menos jovens: em Paris, com 97 anos, morre Erte, o génio da «art déco», e em Mafra não morre ninguém, vai é morrendo o convento, atacado pelo cancro da pedra, Santana Lopes (no DN) grita «help», que é «socorro» em Unesco.

E por falar noutra língua, traduza-se o que se segue por História das Mentalidades e ver-se-à como vai este país: o Exército (diz o «Público») prepara-se para vender aos espanhóis os terrenos de Artilharia Um, mesmo em frente das Amoreiras; e José Manuel de Mello (ao «Expresso») explica como se vai entregando aos estrangeiros o património português. Assim e não é sic: primeiro nacionalizou-se, depois privatizou-se sem indemnizar os ex-proprietários, agora põe-se tudo à venda e eis como Portugal se transforma numa quinta, até a direita (inteligente) protesta (e com razão neste caso).

Domingo, dia 22

E por falar em mentalidades, era uma vez um pedreiro chamado Rafael, português, 31 anos de idade. Era... que morreu hoje, com um tiro no peito. Envolvera-se numa discussão, enquanto jogava às moedas, em Chelas, à porta de uma taberna, falava-se, à mesma hora, na Universidade Católica, de Amor e Psicanálise.

Falar também se falou por cá do Dia da Terra. Foram as comemorações à portuguesa com a Terra resumida a Alcochete, ou melhor, à luta contra o alargamento do dito campo de tiro e foi o que se pôde arranjar.

Segunda, dia 23

«Tu expulsaste-me do trono, ela do leito: que me resta?» . É «D. Afonso VI» ou a única peça escrita por Oliveira Martins. Inédita até hoje, vai saír por estes dias, é o acontecimento,que hoje passou despercebido porque morreu Paulette Goddard e Soares vetou a Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Um veto que é igual ao litro se a maioria parlamentar quiser, que nestas coisas de vetos Soares tem tanto poder como outrora o rei deposto.

Terça, dia 24

E por falar em deposto, hoje é 24 de Abril e os capitães do 25 estão agora pior do que (militarmente) estavam dantes. É um estudo DL com sondagem sobre os símbolos da Revolução. Otelo fica em primeiro, quanto ao resto nós por cá todos bem: somos republicanos, detestamos ditaduras, o 25 de Abril foi porreiro, quanto a isso de esquerda e direita é uma grande confusão.

Confusa parece ser a democracia em que um ministro admite no Parlamento que há escutas telefónicas, mas sem «insegurança dos cidadãos». A democracia é à portuguesa, quanto às escutas...desdramatizem.

Dramático começa a ser modo de nós amarmos. Hoje, por ciúmes, em São Pedro do Sul, um preterido não fez mais nada... pôs uma bomba numa casa e destruiu-a.

Quarta, dia 25

Hoje é dia 25 de Abril e é feriado, se não fosse feriado era dia 25 do corrente, assim, não foi, foi de Abril. Falou-se um bocado nisso, houve música por todo o país, os museus estiveram abertos, que a greve chegou ao fim, no Teatro Aberto estreou-se uma peça (por acaso) sobre a solidão e à tarde tivemos bola que, já agora, aproveitou-se a coisa para mais uma gloriosa jornada dos campeonatos nacionais de futebol,ele choveu (em Abril águas mil), mas foi um dia bem passado.

Quinta, dia 26

No Casino há "The Mamas and the Papas", a Cornucópia leva "Salada" ao Porto, antestreia na Cinemateca "Henrique V", versão Branagh, e no Clube Estefânia, de Nigel Wiliams, estreia-se "Inimigos". No original é "Inimigos de Classe", mas convenhamos que sem classe soa melhor, o 25 de Abril não é hoje, foi ontem...

Rodrigues da Silva

BREVES

Ópera «Werther» já amanhã, no São Carlos

Amanhã, sábado, pelas 16 horas, Alfredo Kraus interpreta Werther no São Carlos, protagonizando o elenco da ópera com o nome da personagem de Goethe, composta por Jules Massenet. O outro grande papel estará a cargo da diva Ileana Cotrubas, e não Martha Senn, cantora que havia sido inicialmente prevista. Participam também Elsa Saque, Jorge Vaz de Carvalho, José de Freitas, António Silva e Joel Costa.

O espectáculo, cuja direcção musical é de Gian Paolo Santogno e a encenação de Paolo Trevisi, repete a 2 de Maio, às 20 e 30, e a essa mesma hora, mas no dia 6, a Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de S. Carlos, mais a cenografia e os figurinos de Ferrucio Villagrossi, mudam para o Coliseu dos Recreios.

Amália no Japão

Amália cantará, em Julho, no Japão. Os espectáculos, em número de cinco, terão início na cidade de Tóquio. A deslocação de Amália a outro dos locais onde irá cantar — Amakusa — foi especialmente pedida pelos fundadores da futura Associação Luso-Nipónica, que Amália irá apadrinhar. Recorde-se que a já lendária fadista conta com um grande número de admiradores em terras japonesas, onde tem discos editados e realizou quatro digressões nos últimos 20 anos.

Artistas portugueses vão trabalhar em França

Alain Reinaudo, director da Galeria de Arte Contemporânea do Centro de St. Vincent, em Herblay, arredores de Paris, regressou a França depois de uma visita de quatro dias ao nosso país.

Na sequência de outras deslocações que directores de importantes centros de arte ou feiras internacionais (Jan Hoet, da Documenta de Kassel e Alberto Marina, da Fundação Luís Cernuda, de Sevilha, por exemplo) têm feito nos últimos meses, também Alain Reinaudo visitou ateliers, galerias e convidou artistas portugueses para apresentarem projectos a desenvolver nos ateliers de Herblay, onde viveu e está sepultado Vincent Van Gogh.

O intercâmbio entre operadores estéticos portugueses e franceses, que conheceu alguma relevância nos anos 70, terá sido interrompido por força da dinâmica das correntes italiana, alemã e, sobretudo, norte-americana. Por outro lado, o prestígio alcançado pela ARCO, de Madrid, contribuiu para o desinteresse dos galeristas europeus pela Feira Internacional de Arte Contemporânea, de Paris, a FIAC.

Helena Almeida - que tem uma exposição de pintura e desenhos, na Galeria Valentim de Carvalho - será a primeira artista portuguesa a residir nos ateliers do Centro de St. Vincent, em Herblay, já em Novembro, ao abrigo de um protocolo estabelecido por Alain Reinaudo e Maria Nobre Franco, directora da galeria de Helena Almeida.

Alain Reinaudo, que se propõe trazer a Portugal exposições de operadores estéticos franceses, voltará brevemente a Lisboa para estabelecer um protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian, tendente a viabilizar um maior intercâmbio entre os artistas dos dois países.

«A Vizinha do Lado» pelos trabalhadores dos TLP

O Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores dos TLP, através do su grupo de teatro, está a levar à cena, em vários palcos da Grande Lisboa, a peça «A Vizinha do Lado» de André Brun. Hoje, a peça será apresentada nos Bombeiros Voluntários da Malveira, às 16.30 e às 21.30. Nos dias 10 e 11 a apresentação será feita no Teatro da Trindade, às 21.30. A 19 de Maio, à mesma hora, «A Vizinha do Lado» irá à Academia Almadense. A encenação está a cargo de Fernando Augusto.

Crítica de Teatro

A Índia e as fadas

AUTOS DA ÍNDIA E DAS FADAS, de Gil Vicente. *Dramaturgia/Encenação:* José Mascarenhas. *Cenografia/Figurinos:* Vladimir Franklin. *Sonoplastia/Luz:* Fernando Ladeira. *Músicas:* José Raimundo. *Interpretação:* Lígia Duarte, Conceição Gonçalves, Victor de Freitas, José Figueiredo Martins, Victor Pires *(Auto da Índia)*. Fátima Reis, Victor de Freitas, José Figueiredo Martins, Victor Pires, Conceição Gonçalves, Lígia Duarte. *(Auto das Fadas)*. Teatro de Portalegre. Estreia: 8-03-90. Estreia em Lisboa: Auditório Frederico de Freitas/SPA (16-04-90).

Este grupo de Portalegre que vem regularmente a Lisboa mostrar o seu trabalho, é uma daquelas realidades do nosso teatro que lhe são indispensáveis e cuja existência é, por assim dizer, milagrosa. Indispensáveis porque a actividade teatral de um país não deve viver apenas à custa dos grandes grupos, das grandes companhias, sejam elas públicas, independentes ou empresariais. É também com grupos como este que é constituída uma estrutura teatral eficiente.

Outro exemplo a apontar é o do Persona, só que este ainda não conseguiu encontrar a maneira de conquistar o seu público, ao contrário do de Portalegre: é que há mais teatreiros na cidade alentejana no que na «linha», por incrível que pareça. Quanto ao «milagre», não vale a pena insistir, tem a ver com as consabidas dificuldades na manutenção destes grupos.

Desta vez, depois dos portugueses contemporâneos, em encomenda directa, o Teatro de Portalegre regressa a Gil Vicente que é um autor indispensável nestas andanças. Não só, nem principalmente, por razões lúdicas, mas por mais comezinhas razões económicas: Vicente é autor escolar, o que em princípio garante públicos.

José Mascarenhas encenou sem hiatos os dois autos vicentinos: um ultraconhecido, como se sabe nestas páginas, o da Índia, outro menos, muito menos, visto, o das Fadas. O Auto da Índia nada acrescentou ao que se tem visto: é um trabalho limpo na sua mediania, muito longe, para mal, do de TEUC, muito longe, para bem, do recente da Companhia Vicentina, no Trindade.

Um espaço bem concebido e gestionado, com uma cortina ao fundo que representa Lisboa, um bom achado de Vladimir Franklin; um trabalho de intérpretes equilibrado, talvez insuficientemente criativo. E já com as vozes marcadas pelos dias de representação, em especial as femininas.

Uma leitura do Auto da Índia, salvo erro, através da análise de Osório Mateus. Nenhum mal nisso, antes pelo contrário.

Mais interessante, talvez pela novidade do texto, o Auto das Fadas, que revela a preocupação, discutível, de ligar o teatro ao público e vive, principalmente, da criação de uma jovem, Patrícia Reis, que vai valer a pena voltar a ver. Como vive dos trabalhos dos intérpretes dos frades, José Figueiredo Martins e em especial Victor Pires, aqui no melhor trabalho qe lhe vi, salvo erro. Conceição Gonçalves é uma actriz de recursos confirmados como neste espectáculo se observa. Mas interessante, sobretudo, o equilíbrio do conjunto a escapar aquelas fífias que por vezes se observa em trabalhos deste tipo.

Voltaremos com gosto ao Teatro de Portalegre.

A bem dizer

QUADRANTE. Direcção, roteiro, figurino: Paulo Autran. *Interpretação:* Paulo Autran. Teatro Municipal São Luiz/ 16-04-90 (17-04-90).

Esta nova apresentação de Paulo Autran em Lisboa levanta alguns problemas que será interessante ter em conta. Em primeiro lugar pelas declarações que tem prestado com uma sinceridade de que não tenho razões para duvidar. Isto tanto no que se refere à sua crítica à crítica à telenovela, que «Sassaricando» explica, como à sua recusa ao excesso de popularidade (provocado pela televisão) que considera inútil.

Outro aspecto a ter em conta, é o tipo de espectáculo que Autran trouxe a Lisboa. A propósito lembremos que já em 1984, o actor brasileiro, então desgostoso com uma actuação numa revista de má nota, no Parque, se apresentou num espectáculo a solo, semelhante a este, no teatro Nacional D. Maria II («DL»/ 5-07-84).

Este novo espectáculo literário - Um actor em tempo de literatura se chamava o outro - é a síntese de uma longa carreira de um dos maiores actores brasileiros mas o seu êxito depende de realidades que têm pouco a ver com a realidade do teatro português, o que explica uma segunda noite com a sala quase vazia. A realidade do teatro no Brasil passa fundamentalmente pela ligação muito intensa, vibrante, ampla entre o público e os actores. É isso que explica o facto de uma actriz como Fernanda Montenegro ter podido manter em cena durante mais de seis meses um espectáculo a solo em que interpretava poemas de Adélia Prado que sendo embora uma poetisa conhecida, não tem a popularidade de um Vinícius ou de um Carlos Drummond. É possível que a enorme popularidade, o grande carinho de que os actores brasileiros são rodeados, tenham a ver com a difusão dos seus trabalhos em telenovela, mas parece-me que têm mais a ver com o facto de no Brasil o teatro ser um factor social importante.

Este novo recital de Paulo Autran, intitulado «Quadrante», é diferente do anterior, embora repita alguns dos textos utilizados nesse. É um espectáculo ao mesmo tempo aliciante e irritante. Aliciante pela enorme, pela imensa comunicabilidade do actor, pela empatia que a sua presença desperta, pela qualidade de alguns textos e pelo talento interpretativo que alguns deles exigem, como é o caso do mais longo e teatral deles, no qual vemos, pelo trabalho do actor, como um homem se transforma em onça (estória de Guimarães Rosa); como é o caso também de uma crónica de Rubem Braga e de poemas de Carlos Drummond e de Millôr Fernandes. O espectáculo é também aliciante pelas ligações que o actor estabelece entre os textos, pela ironia com que sabe dosear o seu discurso, como é o caso da descrição da arte de declamar.

Mas o espectáculo irritanos pelo que tem de fácil e de banal, pela selecção de textos demasiado débeis, pelo lado académico, esteriotipado, passivo dessa selecção.

Por outro lado, Paulo Autran volta atrás na interpretação da fala de Marco António, do «Júlio César», de Shakespeare, que surge datado por um estilo declamatório que ele próprio, geral e felizmente, recusa. Espectáculo aliciante, espectáculo irritante. Espectáculo que é um gosto ver, que é indispensável ver.

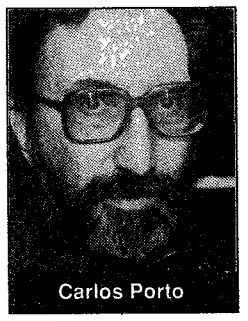
Lá entre eles

SOMENTE ENTRE NÓS de Reginaldo Faria. *Encenação:* Roberto Frota. *Interpretação:* Reginaldo Faria, Tony Ferreira, Ângela Vieira e Filipe Martins. *Teatro do Casino Estoril*. Estreia: 5-04-1990 (8-04-90).

Admite-se (e então agora!) que se juntem actores, neste caso brasileiros (é só um exemplo), para produzir um espectáculo que viva à custa da relação da telenovela com o público. É um actor popular através da televisão, caso de Reginaldo Faria, pronto: vamos lá ver o reflexo disso na bilheteira. Desta vez ainda com a vantagem da novela estar precisamente a ser exibida.

Tudo bem. Mas, penso, não vale tudo. Feras da bilheteira, está certo, mas feras radicais, é de mais. E o astro acaba por não brilhar no casarão do Estoril. O tempo dos dancing days já terá passado? Assim o nosso louco amor pelo teatro não pode resistir, não pode resistir a um excesso de brega sem qualquer chique, não pode resistir a esta selva de pedra.

E somos levados a pensar que cheira a cambalacho, que já basta de sassaricar.



Carlos Porto

É que é preciso ao artista dar alguma coisa em troca. E, como estamos onde estamos, aqui trata-se de dar em troca arte teatral. Não se trata de ser exigente: não estou a pensar na grande arte teatral, mas numa arte limpa, divertida, honesta. Isto é, um texto cozinhado com produtos de qualidade, uma encenação que não se limite ao trivial do esquerda-direita, alta-baixa; um trabalho de actores com um mínimo de engenhosidade.

No espectáculo de Reginaldo Faria, observa-se a carência de um texto a sério, mesmo que para rir, e apesar da caução do nome cerventino; preferiu-se usar indiscriminadamente o tempero (o palavrão a torto e a direito, as sugestões eróticas banais); há carência de um mínimo de criatividade.

Preferiu-se a convenção, o lugar-comum, a banalidade mais absoluta. Tão mau como um bulevar português. Talvez pior.

Uma ressalva: a actriz Ângela Vieira, que não conhecia, e que revelou sérios dotes de comediante. Aquilo que está no Casino do Estoril é tão mau que até apetece aplaudir a senhora.

CANAL DA CRÍTICA

«Eu que estive na Europa...»

Eu que estive na Europa, vi tanta fartura por lá, tanta riqueza, tanta prosperidade, as pessoas bonitas andando na rua, bem vestidas, bem alimentadas, bem nutridas, bem tratadas. A Alemanha pode até ter, mas não vi nenhum mendigo, nenhuma criança chorando de fome em Portugal. Por que é que no Brasil não pode ser assim também?

Eis como nascem as lendas. Não há crianças chorando de fome em Portugal?

O trecho que acabaram de ler foi tirado da Telenovela «Vale Tudo». Falava a Raquel, que é a boazinha de serviço.

Olha, Raquel, eu até acho que a miséria lusitana é inferior à miséria brasileira. Mas daí até não haver em Portugal crianças com fome...

Se quiser, venha a Lisboa, não é preciso ir mais longe. Eu mostro-lhe. Aliás, até o Presidente da República sabe que há em Portugal bolsas de miséria - bolsas onde a cotação das (más) acções é bastante alta.

Se quiser bem ver crianças sem fome, dê um salto até Cuba. Com a vantagem de ficar mais perto. Então, melhor saberá como um país tão rico pode ser mais pobre do que um país naturalmente pobre...

O poder da imagem, a imagem do poder

Antigamente dizia-se: é verdade, eu li no jornal. Agora diz-se: é verdade, eu vi na televisão.

A ilusão de que a imagem é a representação da realidade! As pessoas esquecem que não é a realidade que estão a ver, mas a realidade que a televisão quer que elas vejam.

Um exemplo. Na maratona de Londres, transmitida em directo e quando o britânico se prepara para cortar a meta, vêem-se ao longe, dois homens que transportam um cartaz para o meio da rua. Um magote de polícias precipita-se para os candidatos e manifestantes que ficam imediatamente fora do campo de visão.

Quem eram? O que pretendiam? Que dizia o cartaz? Porquê a violência policial? Era só para não prejudicar os corredores?

Não se sabe. O comentador podia ter dito o que se passava, mas como, se ele se encontrava nos estúdios em Lisboa? Na RTP só o futebol tem direito a assistência directa. Rei é rei...

Conforme os vírus se virem

Missão Impossível não espanta que tivesse regressado à televisão, pois está dito que o criminoso volta sempre ao local do crime. Espanta-me é que tenha reocupado o horário nobre, cousa que o *Dallas* não conseguiu. Televisão que tão ruminante me saíste!

Pois no último episódio, cuidavam os defensores da ordem e do bom-estar geral, de neutralizar a acção de um bando terrorista que conseguiu produzir «um vírus genético» capaz de destruir toda a colheita de trigo dos Estados Unidos.

Claro que a «missão impossível» se torna possível. Cousa que na realidade nem sempre acontece. Por exemplo: as colheitas de tabaco e de cana-de-açúcar de Cuba já foram distribuídas por um vírus genético produzido, segundo se diz, nos Estados Unidos - compinchas dos vírus electrónicos que uma estação de TV lança a todas as horas de Miami sobre a ilha.

Ou seja: vencem-se ou não os vírus, conforme o lado para onde se virem.

Lembrar... para não esquecer

São os grandes temas. É a droga, é a adopção, é o petróleo em Portugal, é o desporto, é o ensino e assim por diante.

Ou então são os directos de pequena rodagem, género «jogo de cartas», ora p'ra baixo, ora p'ra cima, o mais certo é p'ra lado nenhum.

Ou então são os documentários, os magazines - e tudo no fundo dá produção nacional. Portugal em pequeninos, para os pequeninos.

Em busca da memória é um desses magazines surgido agora, com apresentação do arquitecto Jorge de Brito. Não percebo bem esta preocupação da menção profissional. O dr. Fulano, o Prof. Cicrano, o engenheiro Beltrano. Para quê? Fosse ele um convidado, enfim, haveria que situá-lo ao nível da qualidade da opinião. Mas um apresentador não lucra mais pelo facto de ser arquitecto. Até pode ser contraproducente, dado que acentua o amadorismo, género «para arquitecto nem está mal». O que, para o caso até seria injusto. Claro que melhorará quando souber o que fazer das mãos.

Mas *em busca da memória* até se vê sem fastio. As mudanças constantes de motivo e de cenário distraem. E sempre ficamos a saber alguma coisinha mais a respeito do país mais desconhecido dos portugueses. E sempre é bom ver uns golos de Eusébio. E foi bom assistir à alegria do primeiro dia de liberdade, a 25 de Abril.

Belos suvenires!

Conta-gotas

1

A voz off da jovem locutora, a propósito da invasão espanhola da Páscoa: - *Encontramo-nos na Praça D. Pedro IV, mais conhecida por Rossio...*

Tão jóia!

2

Carlos Cruz - *Como se chama?*

Concorrente - *Fulana Ananias.*

C. Cruz - *Isso não tem nada a ver com ananás, pois não?*

Ó Carlos, ó Carlos, olhe que essas brincadeirinhas às vezes dão mau resultado...

3

O ministro João de Deus Pinheiro a propósito de uma reunião em Bruxelas: - ... *os países do chamado* Comecom...

Ó ministro. Ó senhor ministro. Então *comecom* é alcunha?

4

Reportagem sobre as minorias moradoras em Portugal. Até que chegados timorenses. O repórter conversa com uma criança de olhos

Nelson Mandela

estranhamente doridos, assustados. Rosiana de seu nome. Sabe-se que é filha de guerrilheiros timorenses.

Repórter - *Os teus pais?*

Rosiana - *Está em Timor.*

Repórter - *Eles estão vivos?*

Senhor jornalista: se não afeiçoar a sua sensibilidade, siga o meu conselho: mude de ofício. Faça-se prestamista.

5

Dina *(e antes que diga mene acordo e vejo...)* entrevista António Lopes Ribeiro. Dois minutos. Depresso, depresso, depresso! Era a propósito da morte de Greto Garbo.

Dina - Considera que, hoje, Greta Garbo teria o mesmo sucesso?

Meu Deus. Por que há-de ser possível perguntar sobre questões a que é praticamente impossível responder?

6

Dia da Terra. Chegamos a isto: dedicar um dia ao Planeta!

a) Com aquela caução de aviso:

Lixo! Lixo!

Que vamos nós fazer
quando não houver
lugar para mais lixo?

b) Com aquelas palavras de Costeau dirigidas aos americanos em especial: *Não há nos Estados Unidos uma única cidade onde se respire ar puro.*

E em Portugal?

c) Com as palavras de Miguel Boieiro, presidente da Câmara de Alcochete: *um país tão pequeno como Portugal não tem necessidade de um dos maiores campos de tiro da Europa. É uma questão de negócio...»*

Concursinho. Limpinho

Há no funcionamento interno da RTP uma regra: é legítimo colocar qualquer programa no segundo canal (mais correctamente *segundo programa)* desde que não faça concorrência ao *Telejornal.*

A decisão de colocar *Arca de Noé* às 19 horas de sábado, e não às 20, tem a ver seguramente com essa precaução. Talvez nem fosse preciso mas enfim, como é um concurso, nunca se sabe bem como as pessoas reagem...

Arca de Noé, com a experiência de Fialho Gouveia ao leme, nem é bem um concurso: é um concursinho. Mete bichos, quem não ama os bichos, em especial se se encontrarem em vias de extinção o que, na pobre bicharada, é um ver se te avias. Ligeiro, instrutivo, cómico de onde em onde - eis um concurso ideal para os mais novos. Pelos modos, não. Os concorrentes são adultos, o que introduz na natureza aparente da primeira emissão, um traço conflituoso.

Aliás, *Arca de Noé* não enfraqueceria se trouxesse aqui e ali uma postura *(postura* é a palavra da moda, já repararam? Isto numa sociedade cheia de imposturas!) mais séria.

Por exemplo: a maneira como os macacos chegam à maçã. Podia-se, a propósito discutir se há ou não inteligência entre os animais ou se, como querem alguns, há apenas instinto.

Mas pronto - é o que é, concursinho de trazer por casa. Limpinho. Como dizia João de Deus «às vezes os pobrezinhos tendo menos, valem mais».

Convidado o Nicolau Breyner. Off!, são sempre os mesmos. Na RTP sofre-se de claustrofobia.

Ah, Mandela, sé fosses um craque!

Não. Não percebo. Gostava de perceber. Puxo pela cabeça - e nada.

Acontece uma das maiores manifestações musicais de todos os tempos. O maralhal de qualidade está lá em força. Todo o mundo dá em directo. Mil milhões de espectadores. É obra!

Pois a televisão portuguesa dá uns minutinhos em directo, com voz em *off*, e depois mais um minutinho aqui e outro além...

Refiro-me ao festival em Wembley, dedicado a Mandela, do qual nem o breve discurso ouvimos em directo! Reparem: a programação é alterada, digamos, e não pouco, por um desafio de futebol. Por que não transmitem o desafio em diferido?

O mal de Nelson Mandela é não ser craque da bola. Fosse-o, e talvez a RTP gostasse dele um pouco mais.

As notícias e os rostos

Há anos que Maria Elisa não tinha programa seu na televisão. De repente aparece com trabalho na *Primeira Página* e como responsável de um programa novo: *o rosto da notícia.*

Mais um programa a engrossar a concorrência na mesma coutada. Não bastava a hora da verdade, não bastava a *Primeira Página,* nem *Telemundo,* nem *Sinais dos Tempos...*

Mais problemas, mais questões, mais conversa fiada, mais discussão. E sobretudo, ó Elisa, quem não aparece, esquece, n'é mesmo, cara?...

A SIDA, claro. A verdade é que não já é doença em abstracto, «usem preservativos, meninos», mas a presença de doentes. O efeito é outro. Maior impacte. Não sei a influência que a televisão pode ter na luta contra a maldição e o medo. Não sei se exorcisar demasiado os demónios não contribuirá ainda mais para aumentar os poderes demoníacos. Foi-se já demasiado longe na maldição para obter êxito fácil na luta pela compreensão. Os casos já mencionados em Vale de Maceiras e na Madeira não serão paradigmáticos?

A luta contra a SIDA não pode fazer-se isoladamente. Tem de ser um combate em todas as frentes: escolar, profissional, social, sexual.

Aquela família madeirense (a mãe, de 34 anos, tem oito filhos...) vivia numa barraca exígua, eram 11 pessoas com um metro quadrado por pessoa, qualquer coisa como uma sala de três por quatro metros.

As *bolsas de pobreza* são por aí cada vez mais. Tem razão Carvalho da Silva, da CGTP, quando diz que «o desenvolvimento económico do País não se traduziu em desenvolvimento social» daqui a conclusão da imoralidade desses desenvolvimentos que enchem os bolsos de alguns e esvaziam os bolsos de muitos. Ora a luta da miséria da SIDA é tanto mais eficaz quanto mais se combater a SIDA da miséria.

A segunda parte do «Rosto» foi preenchida com uma imeeeeeensa entrevista ao dr. Lucas Pires. Qual a notícia deste rosto? Ser candidato - candidato à presidência da República...

E não houve notícia. Era difícil. O dr. Lucas Pires é das pessoas mais entrevistadas deste País. Trata as câmaras por tu. Mestre consumado em metáforas e figuras correlativas, vai tendo no entanto cada vez mais dificuldades no traçado original. «Falar com os seus botões» é metáfora familiar e sem usura. Mas na TV falam com *os nossos botões* e a coisa complica-se. Lucas Pires tanto falou com os nossos botões que já lhe conhecemos os truques todos.

Lamentável e de muito mau gosto foi sujeitar os pobres dos convidados a assistir a uma conversa doutro mundo. Coitados, como se já lhes não bastasse a sua cruz.

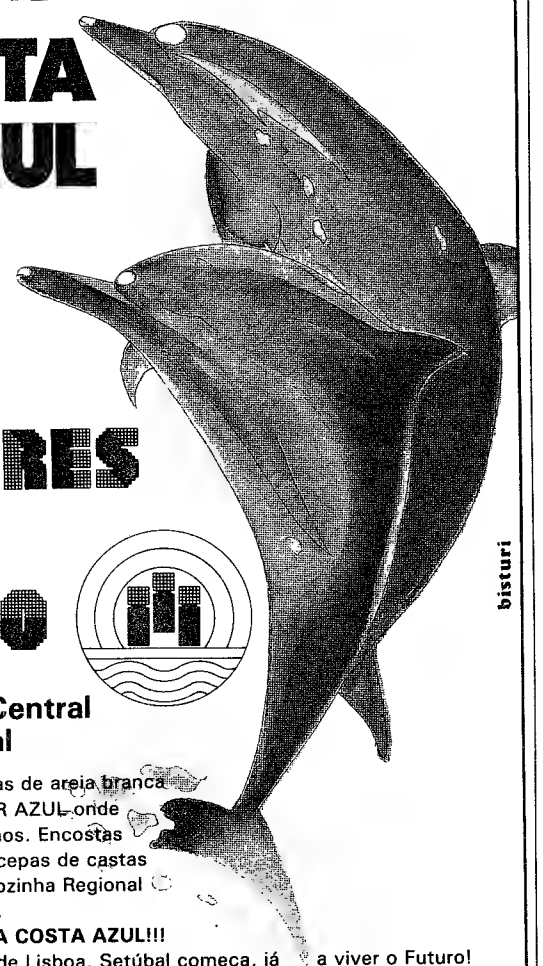
Mas a pré-candidatura foi mero pretexto. As figuras que vão aparecer ali são como «as do costume» do *Casablanca.* Agora veio o Lucas Pires, depois virá o Alberto João Jardim, depois o Pinto Balsemão, a Amália Rodrigues, o Eusébio, o Mota Amaral, o Pimentinha, o Gonçalo Ribeiro Teles, o Freitas do Amaral, o Taveira ainda não - e, mais dentro da moda sei lá, uma Zita Seabra, um Judas...

A televisão faz a notícia, com os rostos. Depois, vai buscar os rostos e faz a notícia. A notícia do rosto passa a ser o rosto da notícia de forma que, quando aparece o rosto, logo aparece a notícia e, mal surge a notícia, logo emerge o rosto. Maria Elisa conta com as notícias que a televisão lhe dá e depois é só colocar-lhe os rostos apropriados. Fácil. Aliás, o génio não é senão a facilidade com que se peneira o difícil.

Certamente, Maria Elisa vem destreinada. Não está em forma. É natural. Enerva-se, descontrola-se, espia as câmaras de soslaio. Insegura. E grita, ela que possui um óptimo registo TV. Baixe a bolinha, Maria Elisa, vá, descontraia-se. Veja o Sereno das *Cartas de humor.*

Mário Castrim

COMPRE
APARTAMENTOS NA
COSTA
AZUL



bisturi

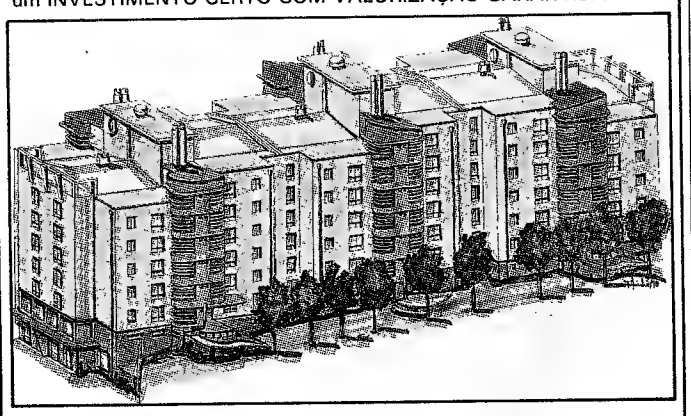
TORRES
DO
SADO

Na zona Central de Setúbal

Praias oceânicas de areia branca e fina. Um MAR AZUL onde brincam golfinhos. Encostas atapetadas de cepas de castas únicas. Uma Cozinha Regional incomparável...

TUDO ISTO É A COSTA AZUL!!!

A dois passos de Lisboa, Setúbal começa, já a viver o Futuro!
Já lhe chamam **SILICON BAY**...
E com razão! Os Grandes Projectos começaram a arrancar.
Setúbal é um caso muito sério para os INVESTIDORES AVISADOS...
As **TORRES DO SADO** — BEM NO CENTRO DA CIDADE — são um INVESTIMENTO CERTO COM VALORIZAÇÃO GARANTIDA!!



Apartamentos T2 e T3.

Há várias maneiras de contactar connosco.
Por telefone, Telex ou Fax.
Ou, porque não, fazendo-nos uma visita em Setúbal,
MESMO NO — CORAÇÃO — DA CIDADE!

ANDAR MODELO EM SETÚBAL:
Av. Bento Jesus Caraça - defronte do posto mobil
Telefone **065/721144**
Telex 63810 ARTET P

TERRA CONSTRUÇÃO, S.A.

Sede: Av. Defensores de Chaves, 27 - 1.º Esq. — 1000 LISBOA
Telefone 54 10 10 (rede de Lisboa) Telex 13012 ESTIL P Fax 352 63 71

CENTRO MÉDICO E DENTÁRIO

COSMÉTICA
E ESTÉTICA
DENTÁRIA

DENTES FIXOS
E MÓVEIS
(Prótese fixa
adesiva)

•ORTODÔNCIA• RX• ULTRA-SONS
•OBTURAÇÕES A ULTRA-VIOLETAS
•DOMICÍLIOS A PESSOAS INCAPACITADAS
CLÍNICA GERAL
HORÁRIO: 9 às 13 e 15 às 20h.
(Atende sem marcações casos urgentes)

cmsg

Av. Guerra Junqueiro 5 – r/c
Tel.: 84 88 158
(Metro Alameda)

DESPORTO

Ao solicitar a desvinculação contratual que o ligava ao Vitória de Setúbal, Manuel Fernandes elevou para dez o número de técnicos que, na presente temporada, mudaram de clube na Primeira Divisão. Na divisão secundária a «cifra» já vai em 43

Manuel Fernandes: adeus Bonfim

Manuel Fernandes renunciou ao comando técnico da equipa principal de futebol do Vitória de Setúbal para defender os interesses do clube, sublinhando no momento da saída o «comportamento extraordinário» dos jogadores sadinos.

«*A decisão foi tomada com ponderação e penso que, para bem dos interesses do Vitória de Setúbal, esta foi a melhor solução*» — afirmou o técnico salientando: «*os jogadores tiveram sempre um comportamento extraordinário para comigo.*»

Segundo o técnico, os dirigentes do clube sadino «ficaram surpreendidos» com a sua decisão, mas acabaram por aceitar as razões que lhe foram apresentadas, «embora não estivessem muito de acordo». «*O que é importante é a minha dignidade e a consciência mandou-me tomar esta decisão*» — *frisou Manuel Fernandes, para quem o Setúbal tem «grandes hipóteses» de terminar o Campeonato na quinta posição e garantir a qualificação para a Taça UEFA, «se ganhar os seus dois jogos em casa, frente ao Penafiel e ao Portimonense».*

«*Manuel Fernandes tinha contrato por mais uma época e, apesar de ter condições para continuar, entendeu que devia sair do clube por uma questão psicológica, mostrando muita frontalidade e seriedade*» —referiu o presidente sadino, acrescentando: «*se já gostava muito dele, fiquei a gostar muito mais.*»

Fernando Oliveira mostrou-se empenhado em «encontrar com a maior brevidade possível um substituto para Manuel Fernandes, pois o Setúbal não pode ficar sem treinador nas últimas quatro jornadas».

Para já Radisic e Conhé assumem a liderança mas tudo indica que José Augusto (recentemente despedido do Penafiel) venha a ser o eleito por Fernando Oliveira.

A saída de Setúbal de Manuel Fernandes segue-se aos despedimentos de Manuel José (Sporting), Hristo Mladenov (Belenenses), Raul Águas (Boavista), Quinito (Marítimo e Portimonense), Carlos Alhinho (Penafiel), José Torres (Portimonense), Fernando Pires (Nacional), Jean Thissen (Beira Mar) e José Augusto (Penafiel).

Sporting — Pedro Rocha litígio chega ao fim

O trécnico uruguaio Pedro Rocha e o Sporting chegaram a acordo quanto aos termos da rescisão do contrato que vigorava com validade até ao final da presente temporada futebolística. Sobre o assunto disse Sousa Cintra: «*Acertámos uma situação que era quase escandalosa para o Sporting.*» Pedro Rocha afirmou: «*A situação era delicada, mas acabou por ser fácil chegar a um acordo que satisfaz as duas partes.*»

Farense: tudo bem

O Farense continua na Taça de Portugal, após o Conselho de Disciplina da FPF ter arquivado o processo instaurado ao clube por utilização irregular do jogador Ricardo nos quartos de final da prova, frente ao Valonguense.

Segundo o conselheiro Pedro Marques, o futebolista actuou regularmente no jogo em que os algarvios derrotaram o Valonguense, por 4-0, disputado no dia 28 de Março, pelo que o CD da Federação Portuguesa de Futebol decidiu arquivar o processo.

Fiorentina punida pela UEFA

A Fiorentina terá de disputar o jogo da segunda mão da final da Taça UEFA com a Juventus a pelo menos 300 km do seu estádio, decidiu a Comissão de Disciplina da União Europeia de Futebol (UEFA).

Esta decisão prende-se com o mau comportamento dos adeptos da Fiorentina no decorrer da partida realizada a 17 de Abril com o Werder Bremen, meia-final da Taça UEFA.

Ciclismo:

Delmino vai resistindo

O espanhol Santiago Portillo (Festina/Lotus) venceu a quinta etapa da Volta ao Algarve em bicicleta, quase «roubando» a camisola amarela ao português Delmino Pereira (Recer/Boavista), que tem agora apenas dois segundos de vantagem.

A classificação geral individual após a quinta etapa, é a seguinte: 1.º, Delmino Pereira (Recer/Boavista), 19.29,50 horas, à média de 36,755km/h; 2.º, Santiago Portillo (Festina/Lotus), a 2 segundos; 3.º, Fernando Carvalho (Ruquita/Feirense), a 44s; 4.º, Manuel Cunha (Avibom/Lousa), a 1,00 minutos; 5.º, Constâncio Reis (Bom Petisco/Tavira), a 1,05m.

Vuelta

Manuel Abreu, oitavo classificado na terceira etapa da Vuelta, continua a ser o primeiro português na geral, no 132.º lugar, a 9,28 minutos do líder Viktor Klimor, da União Soviética.

A posição dos ciclistas da Sicasal na classificação geral e as suas diferenças para o camisola amarela são as seguintes: 1.º, Viktor Klimov (URSS), 8.01,15 horas; 132.º, Manuel Abreu, a 9,28 minutos; 133.º, Jorge Silva, m.t.; 134.º, António Pinto, m.t.; 137.º, Serafim Vieira, a 9,32; 138.º, Cássio Freitas, m.t.; 139.º, Joaquim Gomes, m.t.; 155.º, José Poeira, a 10,07; 156.º, Fernando Mota, m.t. e 157.º, Rui Vitorino, m.t.

EM AGENDA

1.ª Divisão

Chaves-Beira Mar, Guimarães-Nacional, Vitória de Setúbal-Penafiel, Belenenses-Porto, Estrela da Amadora-Portimonense, União da Madeira-Sporting, Boavista-Benfica, Tirsense-Marítimo e Feirense-Braga.

2.ª Divisão

Zona Norte: Bragança-Gil Vicente, Infesta-Aves, Joane-Marco, Freamunde-Trofense, Rio Ave-Leixões, Maia-Varzim, Vianense-Paços de Ferreira, Vizela-Famalicão e Fafe-Felgueiras.

Zona Centro: Águeda-Académico de Viseu, Guarda-União de Lamas, Académica-Oliveira do Bairro, Mirense-Benfica de Castelo Branco; Caldas-Oliveirense, Salgueiros-Peniche, Sporting da Covilhã-União de Leiria, Espinho-Lousanense e Mangualde-«Os Marialvas».

Zona Sul: «O Elvas«-Portalegrense, Sintrense-Juventude, Olivais e Moscavide-Torreense, Estoril-Lusitano de Vila Real, Silves-Farense, Olhanense-Alverca, Louletano-Seixal, Lusitano de Évora-Atlético e Samora Correia-Barreirense.

3.ª Divisão

Série A: Celoricense-Prado, Amares-Vieira, Maria da Fonte-Valpaços, Ribeirão-Macedo de Cavaleiros, Ponte da Barca-Vila Pouca, Lanheses-Valdevez, Mirandela-Delães, Caminha-Esposende e Santa Maria-Moreirense.

Série B: Régua-Sanjoanense, Rio Tinto-Vila Real, Lixa-Santa Marta de Penaguião, Amarante-Ermeside, Cinfães-Valadares, Sandinenses-Paivense, Leça-Lousada, Paredes-Lusitânia e Pedrouços-Valonguense.

Série C: Estarreja-Argus, Santacombadense-Valonguense, Tabuense-Oliveira do Hospital, Anadia-Ovarense, Mealhada-Seia, Gouveia-Luso, Valecambrense-União de Coimbra, Alba-Sabugal e Oliveirinha-Mortágua.

Série D: União de Santarém-Alcobaça, Castelo de Vide-Naval, Torres Novas-Sertanense, Mirandense-Bombarralense, Marrazes-Alfeizerense, Ferrel-Fátima, Marinhense-Alcanenense, Alcains-União de Tomar e «Os Nazarenos«-Estrela de Portalegre.

Série E: Loures-Oriental, Lusitânia-Borbense, Cartaxo-Almeirim, Odivelas-Campomaiorense, Futebol Benfica-Fronteirense, Vilafranquense-Santa Clara, Sacavenense-Câmara de Lobos, Fanhões-Cacém e Portosantense-Praiense.

Série F: Pescadores-Vasco da Gama, Beja-Trafaria, Quimigal-Almancilense, Estrela de Vendas Novas-Quarteirense, Amora-Sesimbra, Imortal-Montijo, Esperança de Lagos-União de Montemor, Leões de Tavira-Palmelense e Santiago do Cacém-Moura.

Outras modalidades

Andebol: Benfica-Académica (16 horas), V. Setúbal-Boavista (17) e ABC-Porto (21 e 30).

Hóquei em patins: Quimigal-Paço de Arcos, Sanjoanense-O. Barcelos, Sporting-Académica, Benfica-Oliveirense, Tomar-Grundig, Valongo-Turquel e Porto-Parede (todos às 21 horas).

Basquetebol: prossegue no próximo-de-semana a realização do Nacional de basquetebol com a disputa dos encontros das meias-finais do «play-off» com o Benfica a defrontar a Ovarense e o FC Porto a «medir forças» com o Estrelas da Avenida.

Atletismo: organizado pela Federação Portuguesa de Atletismo, disputa-se amanhã, na zona do Campo Grande, a 1.ª edição do Campeonato Nacional de estrada com o Benfica (masc.) e o SC Braga (fem.) a assumirem-se como fortes candidatos ao título.

Ciclismo: disputa-se a 6.ª etapa da Volta ao Algarve, na extensão de 150 km, ligando Loulé e Albufeira.

Hóquei em campo: jogos para a Taça de Portugal: Belenenses-Cascais e Lousada-União de Lamas.

Ténis: «ranking» mundial

Nuno a subir, Cunha a descer

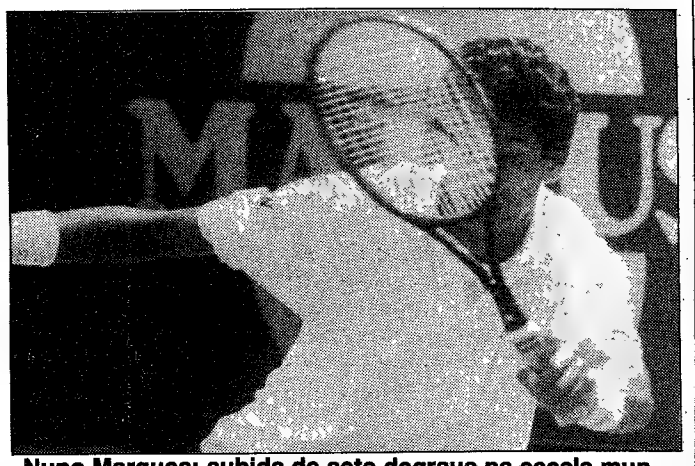
Nuno Marques, que na passada semana chegou aos quartos de final do Oporto Cup, ascendeu ao lugar 162 do «ranking» mundial.

Subindo sete lugares na lista ATP enquanto o tretacampeão nacional João Cunha e Silva desceu para além dos 200 melhores pela primeira vez este ano. Cunha e Silva, que perdeu na primeira ronda do «Oporto Cup», é agora o número 201 do mundo.

O espanhol Emílio Sanchez, vencedor do Estoril Open, desceu um lugar encontrando-se na 11.ª primeira posição do «ranking» mundial.

Sanchez tem menos 12 pontos que o décimo classificado, o norte-americano Michael Chang, vencedor do Open de França, em Roland-Garros, o ano passado.

A lista dos dez melhores é a seguinte: 1.º — Ivan Lendl, Checoslováquia; 2.º Stefan Edberg, Suécia; 3.º Boris Becker, RFA; 4.º André Agassi, EUA; 5.º Brad Gilbert, EUA; 6.º Aaron Krickstein, EUA; 7.º Jay Berger, EUA: 8.º John McEnroe, EUA; 9.º Andrés Gomez, Equador; 10.º Michael Chang, EUA.



Nuno Marques: subida de sete degraus na escala mundial

Bibliografia desportiva

«Foot» Os dois mais recentes números da revista «Foot» continuam dentro do padrão a que j´nos habituou: valorização dos textos mercê de maior relevo dado a fotos que, assinadas por Carlos Cunha, Amílcar Teixeira, Manuel Lopes e Paulo Teixeira, assumem especial relevância nesta produção comandada por Luís Norton de Matos, técnico de futebol e professor de Educação Física que chefia os jornalistas da redacção encabeçada por José Paulo Canelas, que é assistido por Teresa Cunha Viana (coordenadora editorial) e pelos grafistas Virgílio Neves e João Redondo.

Nas edições agora nas bancas, especial destaque para alguns temas: onde estão os campeões de Riade, o perfil dos melhores goleadores de sempre no futebol europeu, apresentação de países mundialistas em Itália (Checoslováquia, Áustria, Egipto, Camarões, Costa Rica, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos) um inquérito aos árbitros (que ficam em meias-tintas, adulando as chefias e todos desconhecendo qualquer hipótese de existir corrupção nas suas fileiras...) e, obviamente, reportagens sobre Porto e Benfica, as equipas mais «in» do futebol português, lado a lado com páginas dedicadas a Boniperti, Zico, Rui Barros, Madjer e Real Madrid. «Foot»: revista portuguesa com todas as características a merecerem nome internacional.

«Atletismo»

Dirigida por M. Arons de Carvalho, a revista «Atletismo» prossegue um percurso firme. Dando lugar de destaque a Albertina Dias, aplaudindo as façanhas de Dionísio Castro e Carlos Monteiro, arquivando todo o noticiário sobre a modalidade desportiva-base, a revista que tem nos seus quadros elementos de alta valia (casos de Renato Graça, Norberto Santos, Sequeira Andrade, Luís Lopes, Jorge Proença, Casquinha Costa, Jorge Salcedo, Gomes da Silva, Rogério Azevedo, Luís e José Dias, Bernardo Manuel e António Campos) é estandarte desse atletismo que nos ofereceu as glórias maiores de todo o desporto lusitano.

«Benfica Ilustrado»

«Benfica Ilustrado» surge na nossa banca, desta vez dedicando espaço muito especial ao museu do emblema da águia. A revista (dirigida por José Respício, tendo a seu lado M. Arons de Carvalho e Carlos Morgado) está repleta de temas interessantes: o recorte humano do dirigente Gaspar Ramos («internacional» de râguebi agora na chefia do Departamento de Futebol), inquérito às prefeências do defesa brasileiro Ricardo, reportagem sobre as grandes datas do historial benfiquista, entrevista com o râguebista João Queimado e curioso trabalho em redor dos homens que tratam da relva no Estádio do Benfica. Um bom veículo de divulgação do clube que vai defender o estandarte de Portugal na final futebolística de Viena.

«Jornal do Ténis»

Cumprindo 12 anos de vida, o «Jornal do Ténis» continua como válida aposta de João Lagos, que recentemente ergueu o Estoril Open e está no vértice de muitas outras realizações que vincaram o ténis nos nossos «courts». Neste último número, o «Jornal do Ténis» oferece colaboração rubricada por especialistas e, ainda, por Marcelo Rebelo de Sousa.

«Ténis Magazine»

Muito vocacionada para os melhores eventos tenísticos que se processam além-fronteiras (Taça Davis, Open da Austrália) «Ténis Magazine» é para aí que se inclina na sua edição de Março/Abril, onde o êxito de Portugal sobre o Gana e a actuação de Lendl no Flinders Park australiano são assuntos-base.

N. de S.

BREVES

Estoril versus Federação

A direcção do Estoril Praia emitiu um comunicado no qual considera estar a sua equipa principal de futebol a ser alvo de decisões, que qualifica de discriminatórias, por parte da Federação Portuguesa de Futebol.

O Estoril Praia disputa o Campeonato Nacional da II Divisão (Zona Sul) e a direcção do clube revela que a sua equipa foi sete vezes ao controlo «antidoping», cinco das quais seguidas, **o que nos surpreende mas não nos intimida,** como o comunicado sublinha.

Por outro lado, a apreciação, pelo Conselho de Disciplina da FPF dos processos que envolvam eventuais castigos a serem aplicados a jogadores do Estoril Praia, também é considerada demasiado lenta pela direcção do clube.

Oeiras: Câmara apoia clubes

A Câmara Municipal de Oeiras concedeu um subsídio de 630 contos destinado a custear a deslocação dos atletas da Associação Desportiva de Oeiras e do Clube Desportivo de Paço de Arcos a Saint Étienne (França) onde vão participar no VI Torneio Internacional em Hóquei em Patins.

Destinado ao desenvolvimento de diversas iniciativas de animação desportiva no sector do atletismo (triatlo infantil, triatlo para os restantes escalões e teste de condição física) a CMO atribuiu um subsídio no valor de 220 contos.

Para apoiar as actividades de educação física nas escolas preparatórias e secundárias do concelho, a CMO concedeu subsídios diversos contemplando 11 estabelecimenros de ensino e no valor total de 1655 contos.,

Sov Expressso apoia a vela

Na sua aposta como patrocinador de várias modalidades desportivas, a SOV não deixou de lado a vela, ainda que no caso concreto, tenha optado pelo apoio a uma classe de promoção, os 420, partindo do princípio que o incentivar dos jovens se traduzirá necessariamente num investimento consequente na modalidade.

Na verdade, a menos de três anos dos Jogos Olímpicos de Barcelona, os 420 poderão considerar-se a aposta adequada para a preparação dos velejadores portugueses, que com o traquejo adquirido se encontrarão em melhores condições para poder abraçar os 470 (classe olímpica).

assim vai o

totobola

Penalti: 121 111 112 X221; Jornal da Beira: XX2 111 1X1 X2X2; Correio de Coimbra: 222 111 1XX X2XX; Correio do Vouga: X2X 1X1 111 221X; A Defesa: XXX 111 1XX 11X2; Defesa de Espinho: XX2 111 11X 2211; O Diário: X22 111 111 22XX; Diário de Lisboa: XXX 111 X11 2222; Diário de Viseu: XXX 111 X12 2211; Ecos de Cacia: 22X 1X1 11X 2212; Jornal de Felgueiras: X22 111 11X XX1X; Jornal de Gaia: 12X 1X1 1XX 221X; Rádio Guarda: 222 111 X21 2X12; Rádio Totobola: XXX 111 1X2 2222; Linhas de Elvas: 112 1XX X11 X211; Litoral: 2X1 1X1 1X1 XX21; Maria da Fonte: X22 111 11X X2XX; O Mensageiro: 222 1X1 212 2X1X; No Estúdio e no Estádio: 1XX 111 XXX 121X; Notícias de Chaves: 222 X12 X22 11XX; Notícias de Felgueiras: X22 111 11X XX1X; Notícias de Guimarães: 222 111 1XX X221; Notícias de Viseu: 12X 111 X12 22X1; Jornal Reconquista: X12 111 1X1 XX12; Não Há Duas Sem Três/Rádio Comercial: 22X 111 112 22XX; Bom Dia/Rádio Comercial: X11 122 121 X1XX; A Voz do Domingo: X22 111 11X 1XXX; Voz de Lamego: 222 111 1XX 2X12; Desporto/Rádio Guarda: 2X1 2X1 11X 11XX; Contacto/Rádio Guarda: X1X X21 1XX 11X1; Encontro Com a Manhã/Rádio Guarda: 2X1 21X X12 X2XX; Meia Tarde/Rádio Guarda: 122 X2X 11X 2X11; Jornal de Notícias: X1X 11X 11X XXX1; Convidámos Para Lanchar/Rádio Guarda: 1X2 2X1 XXX X1X2; Tarde Desportiva/Antena Um: XX2 111 11X XX1X; Livre e Directo/Antena Um: 1XX 12X XXX X212; Um Caso Por Semana/Rádio Covilhã: 122 XXX 112 1X22; Foi Notícia/Rádio Covilhã: 2X2 11X 111 221X; Desporto e Música/Rádio Covilhã: 111 X11 21X 2X12; Cultura e Recreio/Rádio Covilhã: XXX 111 XX1 22X1; De Tudo Um Pouco/Rádio Covilhã: 222 111 1XX X21X; O Algarve: XX2 111 X12 2212; Comércio de Leixões: XX1 111 1X2 2X2X; De Tudo Um Pouco/Comércio de Leiões: 222 111 11X X2XX; Algarve Desporto: X2X 111 X12 1112; Ronda Desportiva: X2X X11 X2X 2X2X; Diário de Coimbra: XXX 111 11X 221X; Grande Área/Nova Antena: 21X X11 X12 12X2; Jornal da Lixa: 2X2 111 112 XX1X; Jornal da Graça: X12 111 11X 22X1; Quadrante Norte: 2X2 111 111 XXXX; Tempo e Resultados/Rádio Comercial: XX2 111 11X X2XX; Secção Desportiva/Rádio Comercial: 222 111 X11 2222; Tempo e Resultados/Rádio Comercial: 1XX 111 1XX 2X12; Resenha Desportiva: XX1 111 1XX 1221; A Voz dos Ridículos: 2XX 111 111 XX2X; Eu Sei Tudo: 222 111 11X X222; Jornal do Fundão: 1XX 111 X1X 1X1X; Gazeta das Caldas: XX2 111 X11 XX2X; Informação Desportiva/Rádio Altitude: XXX 111 11X XX11; RR/Desporto: 11X 1X1 X11 2X2X; RR/Bola Branca: 11X 111 X1X X2X1; RR/Frente Desportiva: XX1 1XX 11X 22XX; Alvo Desportivo: 1X2 111 X11 1X2X; Rádio Alvo: X21 111 2XX X211; Alvo: 21X 1X1 111 X1X1; Alvo Suplemento: XX2 X11 XX1 2221; Disco e Daquilo/Rádio Altitude: 222 111 1XX 111X.

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 17/90 DE 29 DE ABRIL DE 1990

	RESUMO 1	X	2	BOLAS (*) 1	X	2
1. Belenenses - F.C. Porto	15	31	23	3	5	4
2. Boavista - S.L. Benfica	11	31	27	2	5	5
3. U. Madeira - Sporting C.P.	10	25	34	2	4	6
4. V. Guimarães - Nacional	58	8	3	10	1	1
5. D. Chaves - Beira Mar	53	12	4	9	2	1
6. V. Setúbal - Penafiel	59	8	2	10	1	1
7. E. Amadora - Portimon.	44	22	3	8	3	1
8. Tirsense - Marítimo	44	21	4	8	3	1
9. Feirense - S.C. Braga	20	35	14	4	6	2
10. Bragança - G. Vicente	14	28	27	2	5	5
11. Vizela - Famalicão	9	24	36	2	4	6
12. Covilhã - U. Leiria	28	24	17	5	4	3
13. O. Moscavide - Torreense	19	32	18	3	6	3

(a) Nos termos do Art.º 14º do Regulamento Geral dos Concursos, se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A «CHAVE» LÓGICA SERÁ: XX2 111 11X X21X

O Sado está doente mas tem cura. Deputados e jornalistas não p

A Natureza iludiu-os

Socialistas encalham na reserva

O mestre António Barreto, ao leme do «Costa Azul», tinha avisado mas ficou danado. A maré não deixava que a embarcação, alugada ontem pelo Partido Socialista para proporcionar aos seus deputados e aos jornalistas convidados um passeio pela reserva natural do estuário do Sado, completasse a sua viagem: chegar à Herdade dos Pinheiros, o local mais bonito da zona e, ainda, o menos poluído.

Sob sua responsabilidade, vinha um considerável número de parlamentares do PS, muitos jornalistas da escrita, e uma infinidade de repórteres fotográficos. Porquê?

António Guterres, o líder da bancada dos socialistas sempre foi e deverá continuar a ser um político aberto. Sado acima, não escamoteou nenhuma questão: é evidente que o PS está a dar especial atenção ao ambiente, para quando chegar ao Poder, em 1991, não ser surpreendido por assuntos que desconhece.

Ele considera ser vital «recuperar o tempo perdido» e não deixar que o ambiente se transforme num «elemento de contra-política», como, afirma, outros políticos querem fazer crer. Para si, para o PS, «no nosso país ainda é possível encontrar o equilíbrio» entre as necessidade de preservação do ambiente e a urgência de acelerar o desenvolvimento. O critério dessa harmonia, na perspectiva dos socialistas, deve ser sempre «o do bem estar humano».

O paradoxal cenário - beleza da pesca artesanal e fumo das fábricas de celulose e cimento - ia correndo para além do que Guterres nos dizia em discurso conversado. O seu partido está empenhadíssimo na elaboração e aprovação da Lei-Quadro das Áreas Protegidas que, no fundo, visa a criação de um sistema descentralizado dessas regiões, de acordo com os interesses de cada região, definindo responsabilidades de nível nacional, regional e local. É evidente que o Serviço Nacional de Parques ficará sempre «dono» das superfícies de interesse global. Deixará é de preocupar-se com «pequenas lagoas» e «herdades históricas» que poderão ser mais bem protegidas pelos órgãos do poder regionais e locais competentes a quem deverá ser dado apoio específico para essa função.

O deputado José Sócrates dir-nos-ia, instantes depois - antes de nos aconselhar a trabalhar menos e a gozar mais o passeio - que escrevêssemos o seguinte: « O actual Executivo de Cavaco Silva é o Governo mais antiambientalista que Portugal já teve.»

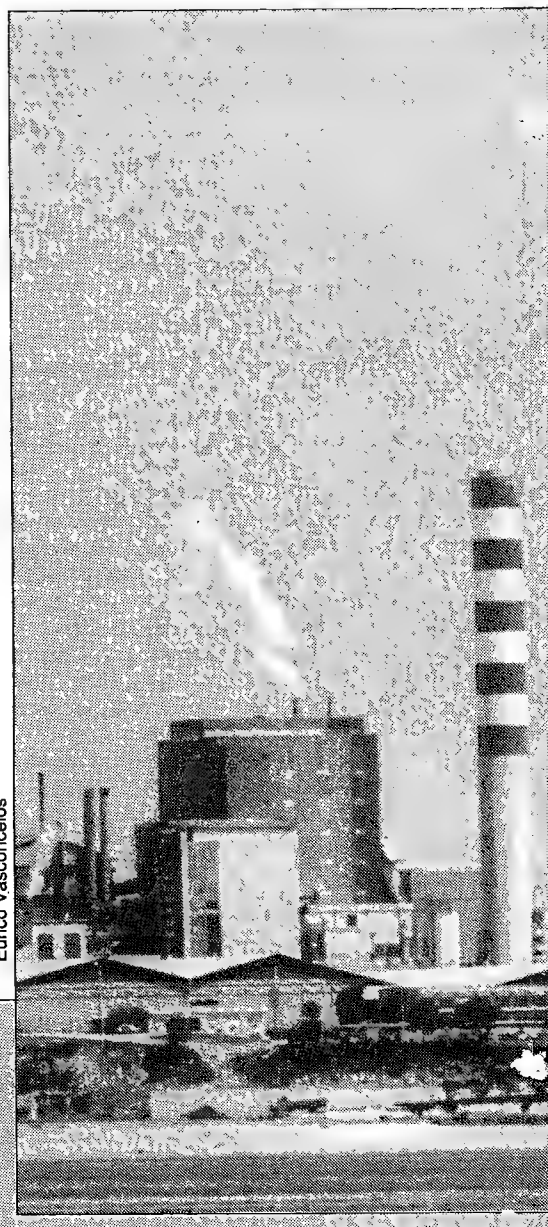
Uma viagem virgem

É evidente que o passeio pelo estuário, onde ainda há golfinhos e «lontras europeias» em vias de extinção tinha uma função eminentemente ecológica, longe de condicionantes políticas. A documentação distribuída aos jornalistas no final do passeio desmente, em absoluto, essas intenções.

À hora da caldeirada do almoço, jornalistas e políticos fizeram o casamento habitual. Rimos e gracejámos sobre questões sérias. Antunes Dias, o director da Reserva Natural do Estuário do Sado, era, na nossa mesa, a única pessoa com vontade de falar e tinha razões para isso. Os números fornecidos sobre a crescente poluição do Sado são alarmantes. De 1964 a 1972, a captura só de ostras, no rio, ascendeu a 55 mil toneladas. Em volta da actividade piscatória geravam-se 4 mil postos de trabalho. Para além das 20 mil aves aquáticas que viviam na região, das 40 mil toneladas de sal - produzido em moldes artesanais - que saíam das salinas do Sado. Como ele diz, em voz quase de apelo, «não há nada que substitua a produção biológica de um estuário».

Um colega espirituoso classificou-o de maluco: «Quer defender isto tudo», disse em tom convicto.

O timoneiro do «Costa Azul», António Barreto, ou o seu companheiro de cabina, o mestre José Maria da Silva - que servia de guia para tentar passar entre os baixios, para nos fazer chegar à Herdade dos Pinheiros -, seriam também loucos na perspectiva desse jornalista. Quase tiravam os olhos do rumo, tamanho era o entusiasmo com que nos falavam do meio onde cresceram, trabalharam e se reformaram. «Vinham até pescadores do Algarve ao linguado, valia a pena vir até aqui», assegura Barreto. Abre o rosto quando se lembra dos «búzios de bico» que apareciam em todas as marés altas. Abana a cabeça ao revelar o actual preço dessa especialidade nas bancas do mercado de Setúbal, a semana passada: mil e oitocentos escudos o quilo. Ambos recordam a juventude e o rio com a mesma frescura com que falam, conde-



Eurico Vasconcelos

Eurico Vasconcelos

Ver à turista, uma realidade bonita e complexa

fp sindicato dos trabalhadores da função pública do sul e açores

sul e açores

11 A 18 MAIO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(descentralizada)

CONVOCATÓRIA

A solicitação da Direcção e para os fins previstos na alínea j) do Art.º 36.º dos Estatutos, convoco, a **Assembleia Geral de Trabalhadores do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.**

Esta Assembleia Geral realizar-se-á ao abrigo dos Art.ºs 1.º — 1 e 6 º — c) do regulamento da Assembleia Geral e funcionará de forma descentralizada entre os dias 11 e 18 de Maio/90 inclusive, nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal e na Região Autónoma dos Açores, nos locais de trabalho e às horas que atempadamente serão designados.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. a) Análise da situação reivindicativa sobre:
   — Aumentos de salários
   — Revalorização de carreiras
   — Descongelamento dos escalões do NSR
   — Aposentação
   — Horário de trabalho

   b) Deliberar sobre as formas de luta a adoptar, designadamente o recurso à Greve, e mandatar a Direcção para a decretar.

Lisboa, 26 de Abril de 1990

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Maria Raquel Mota Marques Pinheiro Matos

A.M.A.

Auto Monumental do Areeiro S.A.

Audi

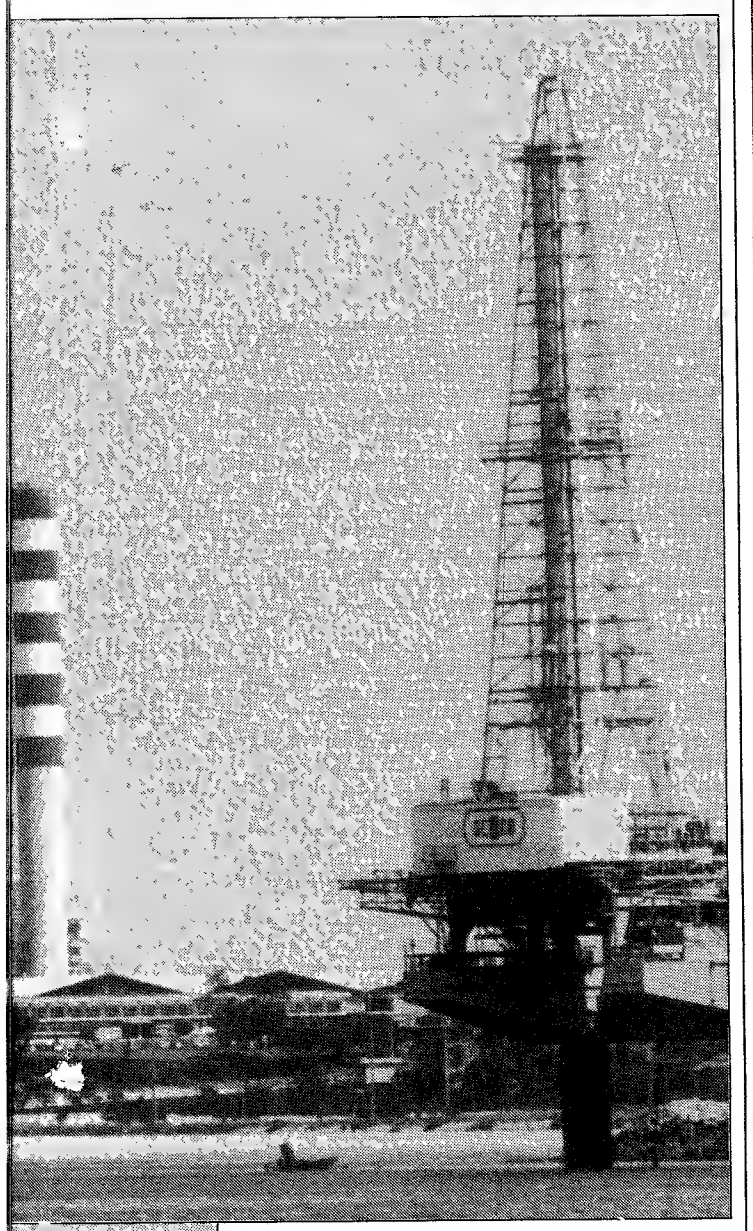
CO

AUTOMÓVEIS • FU

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 –

ão puderam ver tudo.

a natural



Os graus de poluição são alarmantes

nados que estão, hoje, a tripular um barco para turistas ricos no Verão, e políticos e jornalistas em época de pesca.

Porque ainda se pesca muito no Sado, ao contrário do que se possa supor. A lota de Setúbal tem grande movimento e como explica Antunes Dias, o director da reserva, «há que acreditar na capacidade de recuperação natural dos estuários». O barco encalhou na no leito do rio com convidados a bordo, senão ele contaria mais. Sobre a Herdade dos Pinheiros, sobre as exóticas «lontras europeias», sobre os gansos selvagens que só já existem ali.

Mas o passeio valeu indiscutivelmente a pena. Uma gaivota perdida, furiosa porque não picou logo o peixe à linha de água, sugeriu-nos que o Partido Socialista nunca esteve no Poder e que estávamos, portanto, num barco virgem.

Em 1991 sim, vai ser tudo diferente, até a ponte sobre o Sado (que, a fazer-se como está projectada, destruiria por completo a península de Tróia) irá ser edificada noutros moldes.

Mudam-se os tempos, mudam-se as marés, o rio é sempre igual. Os peixes e os homens que deles vivem querem acreditar nos que andaram a passear e a comer ao vento - frio, por sinal.

Pereira de Almeida

CONCESSIONÁRIOS

• FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

rega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

Informação

CP — CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP.

INFORMAÇÃO

ALTERAÇÃO DO SERVIÇO FERROVIÁRIO NO PERÍODO DAS 05.00 HORAS DO DIA 90.04.26 E AS 24.00 HORAS DE 90.05.10, RESULTANTE DOS PRÉ-AVISOS DE GREVE DO SINDICATO NACIONAL DOS MAQUINISTAS DOS CAMINHOS DE FERRO

Prevendo-se perturbações que afectarão gravemente a normalidade do serviço ferroviário no período compreendido entre as 05.00 horas do dia 90.04.26 e as 24.00 horas do dia 90.05.10, a C.P. concretizará o seguinte programa de circulações que, no mínimo, abrangerá:

1 — **COMBOIOS A REALIZAR NO EIXO LISBOA / PORTO / BRAGA E BRAGA / PORTO / LISBOA**

1.1 — **Comboios rápidos especiais:**

Nos dias 26, 28 e 30 de Abril e 2, 4, 6, 8 e 10 de Maio de 1990 a CP vai realizar, neste percurso os seguintes COMBOIOS RÁPIDOS ESPECIAIS (T 130) com paragens em POMBAL, COIMBRA, AVEIRO e V.N. GAIA e as seguintes horas de partida e chegada:

LISBOA	PORTO	BRAGA
07-20	10-55	—
17-05	20-40	22-00
20-25	24-00	—
BRAGA	**PORTO**	**LISBOA**
—	07-20	10-55
15-50	17-15	20-50
—	20-30	00-05

Estes COMBOIOS RÁPIDOS ESPECIAIS realizam o percurso LISBOA-PORTO em 03.35 horas.
O comboio RÁPIDO ESPECIAL com partida de Lisboa às 17.05 horas tem seguimento a BRAGA.
O comboio RÁPIDO ESPECIAL que tem paragem no PORTO às 17.15 horas tem a sua origem em BRAGA às 15.50 horas.
São suspensas todas as circulações ALFA e INTERCIDADES deste eixo nos dias 26, 28 e 30 de Abril e 2, 4, 6, 8 e 10 de Maio de 1990.
Nos dias 27 e 29 de Abril e 1, 3, 5, 7 e 9 de Maio são suprimidas apenas as circulações ALFA 124 e 125 e os INTERCIDADES 520 e 521 (Aveiro/Lisboa e volta).

1.2. — **Comboios Inter-Regionais**
A CP assegura a realização dos comboios INTER-REGIONAIS 825 e 827 com partidas de LISBOA às 11.55 e 15.25, e também os comboios 824 e 828 com partida do PORTO às 12.00 e 18.45 horas.

1.3. — **Comboios Regionais**
Realizar-se-ão as circulações que se revelarem possíveis.

2 — **COMBOIOS A REALIZAR NOS RESTANTES EIXOS NOS DIAS 26, 28 E 30 DE ABRIL E 2, 4, 6, 8 E 10 DE MAIO DE 1990:**

2.1 — **EIXO LISBOA/GUARDA**

2.1.1 — São SUPRIMIDOS OS COMBOIOS Intercidades 510 e 511.

2.1.2 — São realizados **COMBOIOS INTER-REGIONAIS ESPECIAIS** entre **LISBOA** e **GUARDA,** com paragens em CELORICO DA BEIRA, MANGUALDE, NELAS, OLIVEIRINHA-CABANAS, SANTA COMBA DÃO, PAMPILHOSA, com partida da Guarda às 07.15 (com destino a Lisboa) e 17.40 (com destino a Coimbra) e de Lisboa às 18.55 e de Coimbra às 10.15 (destinados à Guarda).

2.1.3 — **Serviço Regional:** Realizar-se-ão as circulações que se revelarem possíveis.

2.2. — **EIXO LISBOA-COVILHÃ**

2.2.1 — São suprimidos os comboios Intercidades 540, 541, 542, 543/545.

2.2.2 — Serão realizados **COMBOIOS INTER-REGIONAIS ESPECIAIS** entre **LISBOA** e **COVILHÃ,** com paragem em ENTRONCAMENTO, ABRANTES, ALFERRAREDE, RÓDÃO, CASTELO BRANCO e FUNDÃO, com partida de **LISBOA** às 8.30 horas e 19.00 horas e da **COVILHÃ** às 07.10 e 15.00 horas.

2.2.3 — **Serviço Regional:** Realizar-se-ão as circulações que se revelarem possíveis.

2.3 — **EIXOS, LISBOA / LEIRIA / FIGUEIRA DA FOZ, PORTO / RÉGUA / TUA E PORTO / VIANA DO CASTELO / VALENÇA**

2.3.1 — São suprimidos os comboios INTERCIDADES LISBOA / LEIRIA (500 e 501); PORTO / RÉGUA (560/561) e PORTO / VIANA DO CASTELO (550/551).

2.3.2 — **COMBOIOS INTER-REGIONAIS E REGIONAIS**
Serão realizados nestes EIXOS as circulações que se revelarem possíveis.

2.4 — **EIXO LISBOA-FARO / LAGOS**

2.4.1 — São suprimidos os comboios **INTERCIDADES LISBOA/FARO 580 e 585 e LISBOA/FARO/LAGOS** 582 e 583.

2.4.2 — Serão realizados os **COMBOIOS INTER-REGIONAIS ESPECIAIS** entre **BARREIRO** E **FARO** com paragens em TUNES E ALBUFEIRA e com partida do **BARREIRO** às 15.00 e 18.50 e de **FARO** às 07.30 e 14.15 horas.
As ligações de e para **LAGOS** serão asseguradas por COMBOIOS REGIONAIS.

2.4.3 — **Serviço Regional:** Serão realizados os comboios que se revelarem possíveis.

2.5 — **EIXO LISBOA/ALENTEJO**
Serão realizados os comboios INTER-REGIONAIS e REGIONAIS que forem possíveis.

2.6 — **EIXOS NÃO EXPRESSAMENTE MENCIONADOS**
Serão asseguradas as ligações possíveis.

3 — **COMBOIOS A REALIZAR NOS RESTANTES EIXOS, NOS DIAS 27, 29 DE ABRIL E 1, 3, 5, 7 E 9 DE MAIO DE 1990:**

3.1 — Não são garantidos nestes dias os INTERCIDADES PORTO/VIANA DO CASTELO (550 e 551) e os INTERNACIONAIS PORTO/VIGO.

3.2 — Serão realizados a maioria dos comboios Inter-Regionais e Regionais, com supressões pontuais.

4 — **SERVIÇO INTERNACIONAL**
Durante todo o período de 90. Abril. 26 a 90. Maio. 10 todas as ligações Internacionais serão asseguradas, com excepção do PORTO/VIGO.

5 — **SERVIÇO SUBURBANO**

5.1 — Comboios a realizar nos dias 26, 28 e 30 de Abril e 2, 4, 6, 8 e 10 de Maio de 1990:

5.1.1 — **LINHA DE SINTRA**
Serão realizados, com algumas supressões pontuais, os comboios com origem e destino em Sintra e Cacém.
O Serviço Ferroviário será complementado por Rodovia, com origem e destino de Amadora, Queluz, Rio de Mouro, Mercês, Algueirão e Sintra.
Todos os comboios têm paragem em Campolide.

5.1.2 — **LINHA DE CASCAIS**
Prevê-se que seja praticado, com algumas supressões pontuais o horário dos comboios que vigora aos Domingos.
Todos os comboios têm paragem em Santos. A CP desenvolve também a partir das 6.00 horas e até às 24.00 horas, um esquema Rodoviário complementar com origens e destinos em:

CASCAIS
S. PEDRO
PAREDE
CARCAVELOS
OEIRAS
PAÇO DE ARCOS
CAIS DO SODRÉ

5.1.3 — **LISBOA/AZAMBUJA**
Prevê-se a realização do serviço normal.

5.1.4 — **BARREIRO/SETÚBAL/PRAIAS DO SADO**
Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal, com pontuais supressões, nomeadamente na ponta da manhã.

5.1.5 — **VIA FLUVIAL**
Lisboa/Terreiro do Paço
Será praticado o serviço normal.

5.1.6 — **CACÉM/TORRES VEDRAS**
Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal, com pontuais supressões, nomeadamente na ponta da manhã.

5.1.7 — **PORTO/MARCO, PORTO/GUIMARÃES, PORTO/BRAGA E PORTO/AVEIRO**
Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal.

5.1.8 — **PORTO/PÓVOA**
Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal, o qual será complementado por Rodovia, com origem e destino em Póvoa de Varzim e Porto-Boavista (Cemitério de Agramonte), entre as 5.00 e as 10.30 horas.

5.1.9 — **COIMBRA/FIGUEIRA DA FOZ E COIMBRA/SERPINS**
Prevê-se a realização de grande parte do serviço normal.

5.2 — Nos dias 27 e 29 de Abril e 1, 3, 5, 7 e 9 de Maio serão asseguradas a maioria das circulações, com supressões pontuais.

6 — **SOLICITA-SE AOS SENHORES PASSAGEIROS QUE CONTACTEM AS ESTAÇÕES OU SECÇÕES DE INFORMAÇÕES DA CP PARA A OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES SOBRE A EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS A PRESTAR.**

Informação Divulgada
pela Divisão Relações Públicas

90 ABRIL 25

Caminhos de Ferro Portugueses

Banco Nacional Ultramarino, S.A.

Sede: Rua do Comércio, 78 — 1100 LISBOA. Capital Social 20 000 000 000$00. Matriculado na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa, com o n.º de matrícula 56 do livro C1. Pessoa colectiva n.º 500792780

BNU

RELATÓRIO, BALANÇO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1989

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I — ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Economia Internacional

Evolução Positiva da Economia Internacional

A evolução económica internacional, em especial na área da OCDE, foi em 1989 de novo relativamente positiva e favorável para a economia portuguesa — se bem que em menor grau do que no ano anterior. O comportamento globalmente positivo da actividade económica foi porém acompanhado de uma certa instabilidade monetária e financeira, reflectindo a persistência de desequilíbrios fundamentais nas principais economias

No que respeita ao crescimento económico, a zona da OCDE, área que absorve mais de 90% das exportações portuguesas, registou no seu conjunto uma expansão de 3,6% em termos reais, ritmo bastante forte embora inferior ao de 1988 (4,4%). O crescimento observado assentou sobretudo no investimento que constituiu a rubrica mais dinâmica da despesa interna nas principais economias da zona, apesar de ter sofrido uma marcada desaceleração nos E.U.A. No conjunto da zona o investimento privado não residencial cresceu cerca de 9%, com um crescimento da mesma ordem de grandeza na Europa, bastante mais forte no Japão (+18%) e um incremento de apenas 4% nos E.U.A. Em relação ao consumo privado, verificou-se acentuada desaceleração no Japão (crescimento de 2,8% contra 5% do ano anterior) e uma pequena desaceleração nos E.U.A. (aumento de 2,7% contra 3,4% em 1988). Na área europeia da OCDE o consumo privado cresceu 3%, apenas menos 0,4 pontos percentuais do que em 1988.

O crescimento económico verificado em 1989 esteve associado à continuação de forte dinâmica do comércio mundial, embora com certa desaceleração em relação a 1988 (crescimento de 7,6% em 1989 contra 9% em 1988), aspecto que é de grande significado na óptica da economia portuguesa, dado o seu elevado grau de abertura ao exterior.

O vigor da expansão económica dos últimos anos (1989 foi o terceiro ano consecutivo de forte crescimento) conduziu a uma redução da taxa de desemprego. No conjunto da OCDE o desemprego diminuiu 0,4 pontos percentuais relativamente a 1988, situando-se em 6,6% em termos de média anual (o nível mais baixo da década de 80). Algumas economias, porém, sobretudo na área europeia da OCDE, apresentam taxas de desemprego significativamente mais altas: a taxa média para o conjunto dessa área foi de 9,6% — nível bastante elevado sobretudo atendendo a que vem na sequência de três anos de forte crescimento. A persistência destes níveis relativamente altos de desemprego na OCDE — Europa poderá explicar-se por características estruturais da economia e do mercado de trabalho e ainda pelo padrão de crescimento dos últimos anos, caracterizado por um intenso esforço de modernização/racionalização do aparelho produtivo.

O forte ritmo de crescimento económico dos últimos anos fez-se acompanhar de um ressurgimento de tensões inflacionistas que começaram a manifestar-se a partir de 1988. Este surto inflacionista deveu-se em parte à subida dos preços do petróleo bruto e de certas matérias-primas de base (o petróleo bruto subiu 50% entre o ponto mais baixo de 1988 e Maio de 1989). Os reajustamentos da tributação indirecta efectuados em certos países contribuíram também para intensificar as pressões inflacionistas. A aceleração da subida de preços prosseguiu até meados de 1989, altura em que a estabilização dos preços do petróleo entretanto ocorrida, a viragem na variação dos preços de outras matérias-primas (com excepção de produtos alimentares) e ainda o cariz mais contraccionista da política monetária em certos países (nomeadamente E.U.A. e Japão), contribuíram para a estabilização da taxa de inflação no conjunto da zona OCDE em torno de 4,5%.

A preocupação de conter a inflação dominou os objectivos da política monetária em 1989, a qual assumiu durante boa parte do ano um sentido restritivo na maioria dos países da zona, conduzindo à inversão da curva de rendimentos das aplicações financeiras (taxas de juro de longo prazo inferiores às taxas a curto prazo). Acessoriamente, a restritividade da política monetária nalguns países visou igualmente corrigir evoluções indesejadas nos mercados de câmbios, as quais poderiam elas próprias conduzir a um reforço de inflação.

No respeitante aos desequilíbrios externos, que têm constituído um dos traços negativos persistentes da situação económica internacional dos últimos anos, verificou-se algum progresso na redução do défice da balança de transacções correntes (BTC) dos E.U.A. (que representou 2,3% do PNB em 1989 contra 2,6% em 1988) e igualmente uma atenuação do excedente japonês (2,2% do PNB face a 2,8% no ano anterior). Esta evolução foi em si mesma favorável (apesar de não ter havido redução no excedente da R.F.A., o qual pelo contrário se avolumou atingindo 5,1% do PNB) mas insuficiente para diluir as tensões que se têm manifestado nos mercados monetários e cambiais internacionais — o próprio movimento de correcção do défice americano conduziu, aliás, a surtos especulativos, ao criar expectativas que favoreceram subidas do dólar nos mercados cambiais. Assim, registou-se forte apreciação do dólar face ao iéne e à generalidade das divisas europeias durante os segundo e terceiro trimestres. No quarto trimestre verificou-se a inversão da tendência anterior, regressando a cotação do dólar aos níveis do primeiro trimestre.

Assistiu-se igualmente em 1989 a um **agravamento nos desequilíbrios intracomunitários** no tocante à situação das BTC's, em parte provocado pelas volumosas importações de bens de equipamento originários da RFA efectuadas por outros países (nomeadamente Espanha, Itália e Reino Unido) dirigidas à modernização dos respectivos aparelhos produtivos (tendo em vista a sua capacitação para o ambiente mais concorrencial pós-1992). O défice britânico, resultante não apenas do esforço de investimento mas de um certo sobreaquecimento geral da economia, atingiu expressão muito elevada (quase 4% do PNB) conduzindo a grande pressão sobre a libra esterlina. Pressão que forçou as autoridades monetárias britânicas — com o objectivo de evitarem a deterioração excessiva da sua divisa — a manterem níveis de taxas de juro nominais e reais bastante elevados.

A instabilidade reinante nos mercados de câmbios obrigou as autoridades monetárias a actuar para contrariar os movimentos especulativos adversos susceptíveis de prejudicarem a situação económica global. A inversão da tendência altista do dólar no quarto trimestre foi em parte induzida pela intervenção das autoridades monetárias alemãs — rapidamente seguidas pelas de outros países — que elevaram em 1 ponto percentual a taxa de redesconto, reduzindo assim o diferencial de juros favorável ao dólar. Os acontecimentos políticos no leste europeu favoreceram igualmente a subida do marco alemão — e, por força do mecanismo cambial europeu, a subida de outras importantes divisas europeias — contribuindo para forçar a descida do dólar.

O restabelecimento de condições duradouras de estabilidade nos mercados de câmbios exige naturalmente a correcção dos importantes desequilíbrios entre poupança e investimento que se verificam em alguns dos países de maior influência na economia internacional. Desequilíbrios que em grande medida resultam de défices excessivos nas contas públicas (excepção feita ao Reino Unido), embora a este respeito seja de registar que no ano de 1989 se assistiu a uma redução dos défices orçamentais globais em alguns desses países, nomeadamente nos EUA.

Os desequilíbrios existentes na economia internacional tendem a assumir um carácter mais crítico, e potencialmente mais desestabilizador, no contexto do processo de liberalização, inovação e internacionalização que caracteriza a evolução dos mercados financeiros. Processo que tem sido acompanhado de alterações significativas do comportamento financeiro dos agentes económicos, que procuram recompor os seus patrimónios o que, por sua vez, está a induzir alterações nos seus níveis de endividamento. Estas modificações estruturais têm vindo a criar situações de equilíbrio delicado em determinadas áreas e originado uma crescente instabilidade no conjunto do sistema.

A forte baixa generalizada ocorrida na Bolsa de Nova Iorque em 13 de Outubro (o índice Dow Jones de valores industriais desceu 190 pontos nesse dia) e logo propagada às restantes bolsas mundiais, exprimiu de forma espectacular esta instabilidade — ainda que a queda tenha tido como causa imediata factos particulares, nomeadamente o anúncio das dificuldades de financiamento de uma operação de «take-over» de uma companhia de aviação americana que vinha sendo aguardada desde há muito tempo. Apesar de as cotações dos títulos terem recuperado rapidamente após o «mini-crash» de 13 de Outubro, a parte final do ano continuou a ser marcda por certa instabilidade nos mercados financeiros.

No que respeita à dívida do Terceiro Mundo, e em especial dos principais países da América Latina, que embora em termos mais atenuados que no passado recente permanece como um factor de desequilíbrio da economia mundial, os principais desenvolvimentos em 1989 relacionaram-se com a implementação do chamado Plano Brady. Este foi concebido de modo a favorecer a resolução prioritária do problema da dívida dos países com melhores perspectivas de «performance» económica, com o objectivo de reduzir a importância global do problema. Sendo ainda cedo para se poder avaliar o impacto deste plano na melhoria das perspectivas de desenvolvimento económico dos países endividados, a verdade é que os primeiros resultados do caso mexicano foram positivos.

2. Economia Portuguesa

2.1 Situação Global

Comportamento Global Muito Positivo da Economia Portuguesa

A economia portuguesa registou em 1989 um crescimento bastante forte e um comportamento global muito positivo. Os indicadores já disponíveis nesta altura apontam, com efeito, para um **crescimento do PIB da ordem de 5,5%,** ritmo de expansão que constitui o mais elevado dos últimos anos. Como consequência deste crescimento, o desemprego reduziu-se ainda mais, estando agora a economia nacional muito próxima da situação de pleno emprego. A situação da BTC apresenta-se também bastante favorável, sendo certo que o défice de 1989 deverá ser inferior ao de 1988, apesar do forte crescimento do produto. No tocante à inflação, porém, verificou-se o agravamento do ritmo de subida dos preços, com retorno aos níveis de inflação de dois dígitos.

No que respeita às contas públicas, verificou-se uma diminuição do défice do sector público administrativo (SPA), embora este tenha continuado a apresentar um nível ainda excessivo que dificulta a adopção de uma política coerente de contenção da inflação. Como

Banco Nacional Ultramarino, S.A.

resultado do comportamento da inflação os salários reais poderão ter registado um ligeiro decréscimo, pelo menos nos casos em que os salários praticados estão mais rigidamente enquadrados pelo estipulado nas convenções colectivas.

Este comportamento globalmente positivo da economia portuguesa explica-se por uma **conjugação de factores de ordem externa e interna.**

Entre os factores de **ordem externa** são de apontar a conjuntura internacional propícia (sobretudo o forte crescimento da procura mundial) e as transformações e expectativas associadas ao processo de integração na CEE e à criação do Mercado Interno Europeu — destacando-se a notável expansão das relações económicas com a Espanha, o forte crescimento do investimento estrangeiro e o contributo dos fundos estruturais comunitários no financiamento de projectos de desenvolvimento.

No tocante aos factores de **ordem interna,** tiveram especial importância, do lado da procura agregada, quer o impacto contraccionista — embora transitório — da reforma fiscal na evolução do rendimento disponível das famílias, quer as medidas restritivas no domínio da política de crédito que vieram limitar a expansão da procura e em particular do consumo privado, o qual apresentou um ritmo de expansão excessivo nos primeiros meses do ano. A moderação na subida dos salários nominais, que poderão, nalguns sectores, não ter acompanhado o ritmo da inflação, contribuiu igualmente para travar a expansão do consumo. No lado da oferta, a melhoria da capacidade produtiva e o aumento da produtividade no sector industrial, como consequência do esforço de investimento dos anos anteriores, e a recuperação verificada em certas produções agrícolas, foram os factores mais determinantes.

a. Procura e Produção

A Procura Externa Líquida Contribuiu Positivamente para o Crescimento do Produto.

Um dos aspectos mais salientes da evolução da economia portuguesa em 1989 resultou do contributo da procura externa líquida, o que contrastou com o padrão evolutivo tradicional. Com efeito, a procura interna desacelerou em 1989, crescendo a ritmo significativamente inferior ao do produto, cuja expansão assentou deste modo num crescimento das exportações muito mais forte que o das importações.

De acordo com dados provisórios, **as exportações terão crescido à taxa verdadeiramente notável de cerca de 16% em volume —** contra 7,5% em 1988 — ritmo bastante mais forte que o da procura mundial. Esta evolução sugere ter sido mantida basicamente a competitividade das nossas exportações, apesar de o diferencial de inflação face aos nossos parceiros e principais concorrentes comerciais não ter sido inteiramente compensado pela depreciação deslizante do escudo. É assim de admitir que tenha ocorrido uma melhoria da produtividade no nosso sector exportador — como resultado do recente esforço de investimento — conduzindo a um andamento favorável dos custos unitários de trabalho, na medida em que os salários reais não acompanharam esta evolução da produtividade.

Para o crescimento das exportações terá também contribuído o aumento da capacidade produtiva do sector exportador, o surgimento de novos produtos de exportação e ainda o desenvolvimento de novas correntes comerciais, de que o exemplo mais notável é o do comércio com a Espanha (ver caixa).

No respeitante às **importações, que terão crescido cerca de 10% em volume contra 18,2% em 1988,** o abrandamento do seu ritmo de crescimento reflecte naturalmente a desaceleração observada na procura interna e em especial em componentes desta com elevado conteúdo de importação.

Esta desaceleração resultou sobretudo do **arrefecimento na expansão do consumo privado,** cuja taxa de crescimento caiu de 6,5% em 1988 para apenas cerca de 3% em 1989, desaceleração explicada pelos factores já acima aludidos, os quais tiveram um impacto especialmente marcado na procura de bens de consumo duradouros e em particular de automóveis.

As despesas de investimento em capital fixo sofreram igualmente uma moderação do seu crescimento, mas terão aumentado ainda assim cerca de 8-9% em termos reais. O investimento em equipamento desacelerou — como aliás era esperado, já que em 1988 registou um crescimento de mais de 20% — e o investimento na construção repetiu praticamente a taxa de crescimento obtida em 1988 — 10%, com a componente de obras públicas a compensar a quebra de ritmo mais acentuada observada na construção privada.

De acordo com os elementos disponíveis, o consumo público deverá, por sua vez, ter também registado uma certa desaceleração.

ECONOMIA PORTUGUESA
Principais Indicadores Macroeconómicos

	1987	1988	1989 P
PIB (1)	4,3	4,0	5,5
Taxa de Desemprego (2)	7,0	5,7	4,9
Inflação (3)	9,4	9,7	12,6
BTC			
Saldo (1000 milhões de USD)	0,4	-1,0	-0,5
% do PIB	1,2	-2,0	-1,0
Consumo Privado (1)	6,0	6,5	3-4
FBCF (1)	19,6	15,5	8-9
Exportações (1)	10,5	6,8	16,0
Importações (1)	26,2	17,1	10,0
Razões de Troca (4)	2,1	2,4	-1,5
Coeficiente de Cobertura (5)	72,1	67,6	71,0

P — Valores provisórios

(1) Taxa de crescimento em termos reais
(2) Taxa média anual (desemprego em sentido restrito)
(3) Com base na evolução do Índice de Preços no Consumidor
(4) Variação percentual em relação ao ano anterior
(5) Numa base fob/fob

Fonte: Banco de Portugal, Relatório de 1988, Boletim Trimestral Set. 1989 e Síntese Mensal da Conjuntura Dez. 1989.

b. Emprego

Desemprego Reduz-se para Nível Bastante Baixo

Com o forte crescimento económico verificado em 1989, a economia portuguesa completou quatro anos consecutivos de rápida expansão, o que teve reflexos positivos no emprego, que aumentou incessantemente durante esse período. **A taxa de desemprego,** que em média anual fora de cerca de 6% em 1988, **deverá ter rondado em 1989 menos de 5%** — desemprego em sentido restrito, que inclui apenas as pessoas desempregadas que procuraram trabalho — o que em termos globais corresponde a uma situação de quase pleno emprego. Isso é corroborado pela evolução do número de colocações efectuadas e pelo número de ofertas de emprego por satisfazer que continuaram a crescer de forma acentuada, prenunciando uma situação de certa tensão no mercado de trabalho. Sectorialmente, foi na área dos serviços que o acréscimo de emprego foi mais forte, sobretudo no comércio.

c. Preços e Salários

Ritmo de Subida dos Preços Volta a Acelerar

O comportamento da inflação constituiu o aspecto menos favorável da evolução da economia portuguesa em 1989. O ritmo de subida dos preços no consumidor (excluindo rendas de habitação) que descera de 11,7% em 1986 para 9,4% em 1987, estabilizando em 1988, voltou a acelerar em 1989, situando-se de novo a um nível de dois dígitos — que poderá rondar os 12,5%. Este agravamento da taxa de inflação resultou directamente do dinamismo da procura e também de factores circunstanciais como a fraca produção agrícola no ano anterior — a classe de alimentação e bebidas é a que regista maiores subidas de preços. Para além destes factores internos, verificou-se ainda a alta dos preços de importação de diversos produtos — petróleo, metais e produtos alimentares — com impacto directo ou indirecto no andamento do índice de preços no consumidor. Nos últimos meses do ano assistiu-se a uma certa estabilização da taxa de inflação.

A economia portuguesa tem mantido níveis de inflação sistematicamente mais elevados que os dos seus parceiros comunitários e que os da média da OCDE em geral. A convergência para os níveis de inflação dos países que participam no mecanismo cambial do Sistema Monetário Europeu (SME) é naturalmente importante para permitir a adesão plena do escudo à disciplina deste mecanismo sem criação de tensões especulativas negativas para a nossa economia. Presentemente, do conjunto das moedas dos países membros, apenas o escudo, a libra esterlina e a dracma não fazem parte do mecanismo, depois da adesão da peseta em Julho.

A evolução dos salários nominais, apesar da situação em que se encontra o mercado de trabalho — com reduzido desemprego e forte procura — foi bastante moderada em comparação com a inflação, podendo afirmar-se que o comportamento dos salários não terá contribuído significativamente para a alteração do ritmo inflacionista. Os indicadores existentes para os sectores da indústria e transportes e da construção apontam para subidas efectivas de salários em torno de 10-11% — com excepção da indústria e transportes na região de Lisboa onde os aumentos terão sido um pouco superiores. Assim e embora a informação disponível sobre os salários efectivamente praticados seja ainda escassa e preliminar, o ritmo de aumento deverá ter-se situado sensivelmente na ordem de grandeza da taxa de inflação ou até um pouco abaixo. Já perto do fim do ano, o Governo procedeu à reforma do estatuto remuneratório da função pública, cujo impacto deverá fazer-se sentir sobretudo em 1990.

Dada a subida registada na produtividade, que poderá ter atingido 4%, e a virtual estagnação — ou até ligeira redução nalguns sectores — do salário real, a participação dos salários no rendimento nacional deverá ter decrescido ligeiramente em 1989.

d. Comércio Externo

Crescimento das Exportações Não Tradicionais

Como resultado do já referido aumento das exportações — à forte taxa de cerca de 16% em volume — e do crescimento a ritmo muito inferior das importações — expansão da ordem de 10% também em volume — **a balança comercial portuguesa registou em 1989 uma evolução positiva.** Muito embora a redução do défice em termos absolutos possa não ter sido muito significativa, a evolução da taxa de cobertura foi muito favorável, sendo de admitir que a cobertura venha, em 1989, a situar-se acima dos 71% — contra cerca de 66% em 1988, apesar de se ter verificado uma deterioração das razões de troca da ordem dos 2 por cento.

Deve, no entanto, notar-se que estes números são ainda provisórios, uma vez que não se encontra disponível informação para os últimos meses do ano.

O crescimento das exportações assentou sobretudo num grande dinamismo de classes de produtos não pertencentes às nossas exportações tradicionais, tais como minérios e metais — reflectindo novas explorações mineiras no Alentejo — e material de transporte. Acrescente-se que a taxa de expansão indicada não está muito influenciada pelo comportamento das reexportações de combustíveis — a partir da refinação de petróleo bruto — que em 1989 ganharam maior importância.

Os produtos tradicionais apresentaram igualmente um crescimento a ritmo superior ao do respectivo comércio internacional, embora inferior ao crescimento médio global das exportações portuguesas. Assim, o peso das exportações de produtos agro-alimentares e de têxteis, vestuário, madeira, cortiça e papel no total das nossas vendas ao exterior, que em 1988 ainda representaram 62% do total, deverá ter-se reduzido em 1989.

A análise por mercados de destino indica um aumento muito acentuado das exportações para Espanha e um crescimento também forte, embora em menor grau, para a R.F.A. e os E.U.A. Em termos de crescimento relativo, se bem que representando montantes de menor importância, é ainda de destacar o grande aumento nas exportações para os PALOPs.

No tocante às importações, as rubricas cujo crescimento mais desacelerou foram as das máquinas, material de transporte e produtos agro-alimentares. Apenas os combustíveis apresentam um crescimento mais forte, em parte como reflexo da expansão do comércio de reexportação desses produtos, mas também em resultado da maior utilização de «fuel» na produção de electricidade e do crescimento do parque automóvel.

e. Balança de Pagamentos e Dívida Externa

Evolução Positiva na Balança de Transacções Correntes

A melhoria da balança comercial, referida no ponto anterior e que representou, a inversão da tendência observada desde 1986, reflectiu-se naturalmente no comportamento da balança de transac-

Banco Nacional Ultramarino, S.A.

ções correntes em 1989. No respeitante a outras rubricas de maior peso, verificou-se um aumento das receitas do turismo — apesar da quebra verificada no mercado britânico que tradicionalmente tem sido um dos mais importantes para o nosso sector turístico — um ligeiro crescimento nas remessas de emigrantes e um crescimento nas transferências públicas unilaterais — fundos estruturais da CEE.

Esta evolução poderá conduzir, de acordo com os elementos disponíveis, a **uma situação de défice na BTC da ordem de 500 milhões de dólares,** correspondente a cerca de 1,1% do PIB, contra cerca de 2% em 1988.

A balança de operações de capitais registou igualmente vultosas entradas de capitais, quer a título de investimento directo estrangeiro (IDE), quer de capitais de curto prazo não associados à dívida, quer ainda como resultado de um maior recurso ao crédito externo por parte de muitas empresas, designadamente do sector privado.

O montante entrado como IDE, acrescido das entradas de capitais de não residentes destinados à aquisição de imóveis ou títulos, terá mesmo sido superior ao necessário para financiar o défice da BTC.

A situação global da balança de pagamentos terá sido assim superavitária, originando uma significativa acumulação de disponibilidades líquidas sobre o exterior.

Estas disponibilidades, incluindo as reservas de ouro contabilizadas a preços de mercado, perfaziam cerca de 15 mil milhões de dólares em meados do ano.

Um maior recurso ao financiamento externo por parte do sector empresarial não financeiro em 1989 deve ter conduzido a um certo aumento da dívida externa global. Na primeira metade do ano esta, quando expressa em dólares, reduziu-se em relação ao nível de 1988, embora tal redução tenha resultado da apreciação do dólar face ao ECU e às divisas europeias em geral, dado o peso destas moedas na dívida.

Em meados do ano a dívida situava-se em cerca de 16,5 milhões de dólares, valor próximo do das disponibilidades líquidas sobre o exterior.

f. Finanças Públicas

A situação financeira do SPA registou uma evolução favorável em 1989, com redução do défice global do orçamento.

Para tal redução contribuíram, do lado das receitas, o maior montante arrecadado de impostos directos resultante do impacto imediato da reforma fiscal — antecipação de cobrança — e o produto das privatizações de empresas do Estado efectuadas durante o ano. No caso dos impostos indirectos verificou-se uma marcada desaceleração, certamente resultante do abrandamento verificado na procura interna e sobretudo no consumo privado. Mesmo assim, a receita efectiva destes impostos deverá vir a exceder o montante orçamentado, em grande medida como consequência da evolução das cobranças do IVA.

No que respeita às despesas, observou-se uma certa aceleração do seu crescimento em relação a 1988, quer nas despesas correntes, quer nas de capital, embora mais acentuada nestas últimas.

O financiamento do défice do SPA foi na sua totalidade efectuado com recursos internos.

2.2 Evolução Monetária e Cambial

a. Política Monetária

Prioridade à Desaceleração da Procura Interna e à Contenção da Inflação

A política monetária continuou em 1989 a ser restritiva, dando prioridade à contenção da procura interna e à contenção da inflação. O persistente défice das contas públicas, em grande parte financiado junto do sistema bancário, por um lado, as transformações em curso no sistema financeiro e o comportamento da procura agregada, por outro, vieram no entanto limitar o êxito da política dirigida ao controlo da inflação. Foi no entanto possível conter a expansão da procura interna e no final de 1989 começou a ser visível um certo abrandamento das pressões inflacionistas.

O forte crescimento que a procura agregada apresentava no início do ano e que ameaçava conduzir a um défice excessivo na BTC, e a uma evolução desfavorável da taxa de inflação, conduziram à adopção de um conjunto de medidas visando, por um lado, assegurar uma maior eficácia na aplicação dos limites de crédito — que permaneceram em 1989 como o instrumento central da política monetária — e, por outro, induzir um aumento da poupança e consequentemente a retracção das despesas familiares — incluindo despesas de investimento, como a aquisição de habitações. Deste modo, o controlo bimensal do cumprimento dos limites de crédito por parte da banca passou, a partir de Março/Abril, a incidir na média do saldo de crédito concedido em cada um dos dois meses.

Em meados de Março foram ainda adoptadas as medidas seguintes:

- subida em 1 ponto percentual da taxa de desconto do Banco de Portugal e da taxa de referência para o mercado de títulos — fixadas em 14,5% e 16%, respectivamente;
- foram liberalizadas as taxas de juro dos novos contratos de crédito à habitação e fixada em 17,5% a taxa máxima para os contratos já celebrados;
- aplicação de um único coeficiente de reserva de caixa de 17% às responsabilidades do sistema bancário — abrangendo novas responsabilidades na sujeição a reservas — com remuneração, limitada, das reservas referentes a responsabilidades menos imediatas.

Em Maio, foi determinado que o crédito ao sector público, representado por títulos de médio e longo prazo, voltaria a ficar sujeito aos limites de crédito a partir de 1 de Julho de 1989. Assim, só os títulos emitidos entre 1 de Junho de 1987 e 30 de Junho de 1988 — excluindo os adquiridos no período de Maio/Junho de 1989, mas emitidos anteriormente — deixariam de estar abrangidos pelos limites de crédito.

Ainda no âmbito dos esforços para conseguir controlar a expansão do crédito e a liquidez do sistema, foi decidido, nos finais do primeiro semestre, alterar o regime aplicado ao financiamento externo. Este, a partir de 1 de Julho, passou a estar sujeito aos limites de crédito, com excepção das operações de prazo superior a cinco anos junto de instituições de financiamento internacionais de que Portugal fosse membro. O recurso ao crédito externo por parte das instituições financeiras não monetárias foi igualmente limitado.

b. Taxas de Juro

Subida das Taxas de Juro

Estas medidas fizeram-se naturalmente sentir na evolução das taxas de juro do crédito sujeito a limites. A taxa de juro indicativa para as operações a 90 dias da Associação Portuguesa de Bancos (APB) elevou-se de cerca de 18,33%, em Janeiro/89, para 19,83% em Junho e continuou a subir nos meses subsequentes, atingindo cerca de 20,8% em Dezembro.

No que respeita às taxas passivas do sector bancário, a taxa de juro dos depósitos a prazo de 181 dias a 1 ano — taxa «pivot» do sistema — manteve-se no limite mínimo legal de 13%, enquanto as taxas efectivamente praticadas pelas instituições bancárias se elevaram entre 0,5 e 1%.

c. Crédito

Acentuada Desaceleração e Expansão do Crédito Bancário

Apesar da orientação imprimida à política monetária, o crédito concedido pelo sistema não se contraiu de igual modo, em virtude de se ter verificado uma expansão significativa do crédito não enquadrado — resultante em larga medida do desenquadramento das Obrigações do Tesouro a médio e longo prazo acima referido e de recurso ao financiamento externo. Assim, o crédito global registou uma variação positiva em termos nominais, embora com acentuada desaceleração relativamente à evolução registada em 1988.

O financiamento obtido no mercado de capitais registou por sua vez em relação a 1988 no segmento accionista e, no primeiro semestre, também no segmento obrigacionista. Deste modo e uma vez que as fontes alternativas de financiamento — como capital de risco, «leasing», etc. — não têm ainda expressão significativa, é de admitir que a expansão do investimento em 1989 tenha sido realizada em medida importante com capitais próprios, reflectindo a boa situação financeira do sector empresarial e com fundos proporcionados pelos incentivos financeiros dos programas de apoio ao desenvolvimento das actividades produtivas — sobretudo o PEDIP.

d. Liquidez

Desaceleração no Crescimento dos Agregados Monetários

No que respeita ao comportamento dos agregados monetários, o seu ritmo de crescimento reflectiu o carácter restritivo imprimido à política monetária em 1989. Assim, verificou-se uma desaceleração no crescimento, quer da massa monetária em sentido restrito (M1-), cuja expansão poderá ter sido mesmo inferior à taxa de inflação, quer no crescimento dos Outros Activos Líquidos de Residentes — essencialmente depósitos a prazo e títulos de dívida pública de curto prazo. Este último agregado registou crescimento mais moderado do que o M1-, apesar de uma maior preferência do público pelos depósitos a prazo, nomeadamente certos depósitos de poupança, o que se poderá explicar pelas vantagens fiscais associadas a tais depósitos.

Globalmente, a evolução dos agregados monetários reflectiu a orientação imprimida à política monetária restritiva.

O ressurgimento das tensões inflacionistas verificado em 1989 não encontra assim explicação directa no comportamento da esfera monetária da economia — a não ser que se tenham verificado alterações significativas no comportamento tradicional da procura de activos monetários por parte dos agentes económicos, o que é de avaliação difícil a partir dos elementos disponíveis. Refira-se aliás que o controlo monetário em 1989 foi conduzido num contexto particularmente complexo, à semelhança do que já sucedera no segundo semestre de 1988, em virtude de o principal factor de expansão da liquidez ter sido o aumento das DLX — reflectindo a evolução dos fluxos de pagamentos da economia portuguesa com o exterior. Esta evolução obrigou a uma utilização mais severa e porventura com eficácia marginal decrescente, dos instrumentos dirigidos ao controlo directo dos factores internos de expansão da liquidez.

e. Política Cambial

A política cambial seguida durante o ano consistiu na desvalorização mensal do escudo em cerca de 0,25% ao mês, em termos de taxa de câmbio efectiva, o que em termos anuais representou uma desvalorização de 3%, entre o fim de 1988 e o fim de 1989. Embora esta desvalorização não tenha neutralizado o diferencial inflacionista entre a nossa economia e a média dos nossos parceiros comerciais, a verdade é que, como já se referiu, as exportações tiveram um comportamento favorável. Deste modo a política cambial conseguiu manter um quadro em que a balança comercial terá registado melhorias, sem custos adicionais em relação às pressões inflacionistas.

A política cambial posta em prática conduziu, entre finais de 1988 e finais de 1989, à depreciação do escudo face à maioria das principais moedas numa proporção que variou entre 2,3% face ao dólar e 6,6% face ao marco alemão. Em relação à peseta, o valor do escudo baixou 5,5% e em relação ao ECU a depreciação foi de 3,5%, enquanto em relação à libra esterlina, o escudo se valorizou em 10,2%.

f. Mercado Monetário

O funcionamento do mercado monetário em 1989 teve **dois períodos relativamente distintos.** O primeiro, mais ou menos coincidente com o primeiro trimestre, foi marcado por uma **situação estrutural de excesso de liquidez.** O segundo veio na sequência das medidas de política monetária adoptadas em Março — nomeadamente a elevação e alargamento do âmbito de aplicação dos coeficientes de reserva de caixa — e caracterizou-se por **maior equilíbrio no mercado,** ocorrendo até situações pontuais de aperto de liquidez.

Durante o primeiro trimestre, os depósitos a prazo junto do Banco de Portugal — instrumento criado para facilitar a absorção da liquidez estruturalmente excedentária — constituíram a forma de aplicação dos excessos de liquidez a que as instituições bancárias preferencialmente recorreram.

A partir de Março, porém, a alteração das condições prevalecentes no mercado levou as instituições bancárias a deslocarem a sua preferência para aplicações de mais curto prazo, nomeadamente títulos de regularização monetária de 1 a 7 dias — reduzindo consequentemente o montante de depósitos a prazo no Banco de Portugal. As aplicações no mercado monetário passaram então a revestir verda-

Banco Nacional Ultramarino, S. A.

deiramente o carácter de aplicações para colocação de excessos pontuais de liquidez. Esta modificação quantitativa na natureza das operações no mercado monetário foi acompanhada de grande aumento do volume de transacções e da subida marcada nas taxas de juro praticadas. Como se referiu, em certos momentos verificaram-se mesmo situações de aperto de liquidez que levaram o Banco de Portugal a intervir injectando liquidez no sistema.

A preocupação das autoridades monetárias continuou porém a ser a de preparar as condições para a introdução do regime de controlo monetário indirecto. Com esse objectivo, as taxas dos depósitos a prazo das instituições monetárias junto do Banco de Portugal foram elevadas várias vezes ao longo do ano, de forma a garantir a imobilização da liquidez excedentária antes da adopção do novo regime. Igualmente com o mesmo objectivo, foi dada a possibilidade às instituições monetárias de venderem ao Banco de Portugal títulos da dívida pública em caso de aperto de liquidez — medida que veio aproximar o mercado monetário interbancário e o mercado interbancário de títulos.

g. Mercado de Capitais

O comportamento do mercado de capitais na primeira metade de 1989 permaneceu marcado pelos **efeitos depressivos** do «crash» de Outubro de 1987.

Nos meses de Julho e Agosto, porém, verificou-se **crescente animação do mercado secundário,** sobretudo na componente accionista. As cotações da maioria dos títulos recuperaram assim significativamente, embora não tenham, de modo geral, atingido os níveis máximos registados antes do «crash».

Na parte final do ano — sensivelmente no último trimestre — verificou-se um **desvio no interesse dos investidores para o segmento obrigacionista,** como reflexo de modificações de ordem fiscal — que tornaram mais atraentes certos títulos da dívida pública — e também como consequência, supõe-se, da quebra generalizada das cotações das acções ocorrida em Outubro de 1989. Assim, depois de uma certa recuperação da queda brusca de meados de Outubro, verificou-se nos últimos meses do ano uma tendência gradual de declínio das cotações das acções e de subida das cotações de certas obrigações.

A dinamização do mercado secundário no final do ano veio a atingir grande expressão em termos do volume de transacções, que atingiu em Novembro cerca de 60 milhões de contos, contra níveis à volta de 8-10 milhões nos primeiros meses do ano.

No tocante aos mercados primários, o mercado accionista foi caracterizado por grande inércia, tendo-se realizado apenas quatro aumentos de capital por subscrição pública, com fraca receptividade por parte dos investidores em geral.

No mercado primário obrigacionista, porém, registou-se grande actividade, com a realização de cerca de 400 empréstimos obrigacionistas, os quais movimentaram mais de 850 milhões de contos — apesar de as incertezas relativamente ao regime de benefícios fiscais só terem permitido a concretização de operações a partir de meados do ano. Constatou-se o progressivo recurso das empresas a esta forma de financiamento, mesmo para prazos curtos — 12 a 18 meses — como solução para ultrapassar as limitações decorrentes do controlo quantitativo do crédito bancário.

Na actividade do mercado de títulos, há ainda a registar o **início do processo das privatizações,** que movimentou cerca de 45 milhões de contos nas quatro operações realizadas.

Em termos de desenvolvimento estrutural do mercado de capitais, continuaram a surgir novas instituições de prestação de serviços financeiros — sociedades financeiras de corretagem, sociedades de investimento, sociedades gestoras de patrimónios, sociedades gestoras de fundos, sociedades de capital de risco, etc. — e bem assim novos produtos financeiros, o que naturalmente contribuiu para a intensificação da concorrência nos mercados financeiros, com reflexos naturais sobre o processo de desintermediação que o sistema bancário tem vindo a enfrentar.

II — ACTIVIDADE DO BANCO

1. Continente e Ilhas

Melhoria da «Performance» Global do Banco

O exercício de 1989, ano em que se completaram 125 anos de actividade da Instituição, ficará decerto a marcar um momento de viragem na vida do Banco Nacional Ultramarino.

Para além das alterações estatutárias que criaram condições para o reforço dos capitais próprios — concretizado na parte final de 1988 — o que se apresentava como condição prévia a qualquer esforço de relançamento e recuperação financeira, foi alargado e intensificado o processo de reorganização interna do Banco.

Processo que atingiu praticamente todos os Departamentos, tendo em particular sido lançados processos de reorganização em áreas de grande importância, de que se salienta:

- — a criação e implantação de estruturas técnicas;
- — a criação de uma estrutura destinada a apoiar as áreas operacionais, através da racionalização e centralização de responsabilidades e funções até aqui dispersas e fracamente coordenadas;
- — a reorganização e reequipamento de sectores «chave», de modo a aumentar a capacidade de intervenção do Banco nos mercados financeiros.

Os resultados de todo este esforço de reestruturação, a consolidar em 1990, foram já visíveis em 1989.

As condições de exploração da empresa melhoraram significativamente, apesar do contexto extremamente adverso em que teve de operar como resultado da orientação restritiva adoptada pela política monetária, com reflexos sobre os limites de crédito atribuídos ao BNU.

Este contexto, pela intensidade com que os respectivos limites foram progressivamente reduzidos, teve para o BNU várias implicações, obrigando, quer à canalização de recursos para aplicações alternativas — oferecendo por via de regra remunerações mais baixas, embora com menor risco — quer a um esforço adicional sobre operações de crédito não enquadradas.

1.1 Captação de Recursos

Evolução Favorável da Carteira de Depósitos e da Estrutura desta

Os depósitos totais do BNU — Continente e Ilhas — registaram um aumento de cerca de 15%, entre Dezembro de 1988 e o período homólogo de 1989, passando de 358 para 412 milhões de contos.

A composição dos depósitos registou igualmente uma evolução favorável, pois o maior crescimento ocorreu nos depósitos à ordem (20,2%), os quais se expandiram de 118 milhões de contos em 31.12.88, para cerca de 142 milhões no final de 1989. Os depósitos a prazo, por sua vez, aumentaram 12,9%, entre as datas referidas, passando de 239 para 270 milhões de contos. Como consequência destas taxas de crescimento diferenciadas nos depósitos à ordem e a prazo, o peso dos primeiros no total dos depósitos elevou-se de 33 para 34%.

Mesmo em termos de média anual os depósitos totais cresceram cerca de 12,5%, reflectindo uma evolução que se considera globalmente positiva.

A evolução verificada na captação de depósitos terá mesmo permitido ao Banco, de acordo com os elementos disponíveis para o conjunto do sistema, melhorar a sua quota de mercado.

1.2 Evolução da Carteira de Crédito

Crescimento do Crédito Desenquadrado

A evolução verificada nesta variável foi fortemente condicionada pela orientação imprimida à política de crédito e pela solução adoptada pelas autoridades monetárias na definição do limite de crédito aplicável ao BNU, na sequência do aumento de capital do Banco efectuado na parte final de 1988.

Desde modo, o saldo do crédito sujeito a limite quantitativo — o chamado crédito enquadrado — registou um forte decréscimo de cerca de 13,2% entre 31.12.88 e o final de 1989 o que, como já se referiu, foi em parte compensado pelo crescimento da carteira constituída por operações não enquadradas.

Em particular as operações dirigidas ao financiamento do comércio externo — que foram consideradas uma das variáveis operacionais «chave» do Programa de Actuação para 1989 — evoluíram de forma muito favorável. O desconto sobre o estrangeiro, por exemplo, cresceu cerca de 38%, entre 31.12.88 e o final de 1989 — passando de 16,5 milhões para 22,8 milhões de contos, registando assim um comportamento mais dinâmico que o das exportações portuguesas — variável cuja expansão tende naturalmente a condicionar a possibilidade de crescimento deste tipo de crédito.

Em termos globais, a carteira de crédito do Banco reduziu-se em cerca de 8% entre fins de 1988 e Dezembro de 1989.

Em 1989 intensificou-se, por outro lado, o esforço dirigido à regularização de operações de crédito vencido e em situação de mora. No âmbito deste processo foi possível recuperar — através, nomeadamente, de dações em cumprimento — activos no montante de cerca de 10 milhões de contos.

1.3 Intervenção nos Mercados Monetário e Cambial

Intensificação da Intervenção do Banco nos Mercados Monetário e Cambial

A actividade do BNU no mercado monetário e cambial envolveu um acompanhamento dinâmico da evolução que se tem vindo a processar nestes mercados.

A actuação nesta área procurou responder às pressões que se estão a exercer sobre o sistema bancário, entrando nomeadamente em linha de conta com os novos desafios que decorrem, quer da crescente globalização dos mercados — com a progressiva interdependência entre os mercados monetários e os de capitais — quer da intensificação da concorrência. De igual modo se está a verificar uma crescente sofisticação na gestão de tesouraria das empresas, com implicações no tipo de produtos/serviços que os bancos estão a ser chamados a oferecer.

Foi neste contexto atribuída elevada prioridade à melhoria da organização interna e ao reforço da capacidade técnica e operacional — através do seu reequipamento e informatização e bem assim do recrutamento e formação de pessoal — ao mesmo tempo que se procurou aumentar a participação do Banco no mercado monetário e cambial.

No respeitante à organização interna desta área, completou-se o processo de integração física da tesouraria em moeda nacional e moeda estrangeira, o que veio permitir uma gestão mais racional das disponilidades e um melhor controlo do risco de taxas de juro e de câmbio.

No campo da informatização, é de destacar a instalação do sistema RPKS, o qual permite uma gestão mais eficiente e rápida das operações cambiais e operar sobre um elevado número de instrumentos em moeda estrangeira e nacional. Equipou-se simultaneamente a Sala de Mercados com o sistema de informação PRISMA e com um novo centro de comunicações, tornando possível contactos mais rápidos e a utilização de dados mais actuais na concretização de negócios com outras instituições — «brokers», «dealers» e clientes — viabilizando assim um maior envolvimento do BNU em operações do mercado monetário e cambial.

O reforço dos meios que o Banco afectou a esta área permitiu-lhe actuar com dinamismo crescente nos mercados monetário e cambial, com reflexos nas intervenções conduzidas neste mercados, bem como na tomada e colocação de títulos da Dívida Pública de curto prazo. O maior crescimento porém ocorreu no mercado cambial, onde o Banco conseguiu aproveitar a liberalização do movimento cambial ocorrida no País e fazer subir de forma muito acentuada o «turnover» cambial diário da sala de operações.

Em particular no mercado do escudo o Banco passou a actuar como um «market maker», com reflexos directos na sua imagem técnico/operacional e nos proveitos gerados por estas operações.

No início do ano de 1989 foi criado no âmbito da Sala de Mercados o «Corporate Desk» que se destina a assegurar um tratamento preferencial e especializado aos melhores clientes, bem como atender as solicitações das Agências e Dependências do Banco. As áreas de intervenção deste serviço abrangem o mercado cambial à vista e a prazo e as aplicações em produtos financeiros.

O volume de operações conduzidas verificou um crescimento bastante rápido ao longo do ano, que atingiu em Dezembro um valor total acumulado de cerca de 48 milhões de contos.

A actividade no domínio da tomada e colocação de Títulos da Dívida Pública de curto prazo passou, por sua vez, de um volume médio de cerca de 56 milhões de contos, em 1988, para cerca de 64 milhões em 1989, um acréscimo de 14,5%.

1.4 Intervenção no Mercado de Capitais

Aumento da Participação no Mercado de Capitais

A actividade do Banco neste mercado caracterizou-se pelo aumento do nível de intervenção segundo duas linhas principais. Por uma

Banco Nacional Ultramarino, S. A.

lado, procurou acompanhar a progressiva deslocação do centro de actividade do sector das áreas tradicionais para as áreas de prestação de novos serviços financeiros e criação de novos produtos. Por outro, procurou melhorar a sua posição no mercado através da elevação da qualidade dos serviços prestados e do envolvimento em áreas complementares de actividade, através da participação em novas empresas especializadas.

No mercado secundário bolsista o nível de actividade do banco não reflectiu de forma expressva o movimento verificado, em virtude da prática habitual dos maiores investidores estrangeiros, que realizam as suas operações directamente com os corretores.

A actividade do banco foi porém significativa a outros níveis, destacando-se a sua intervenção nas seguintes operações:

— organização e liderança na montagem de 13 empréstimos obrigacionistas — dos 380 empréstimos realizados — e participação no sindicato de tomada firme e colocação de mais 36 operações, tendo tomado firme cerca de 7 milhões de contos — dos 71 milhões de contos movimentados;
— no segmento accionista e apesar da reduzida actividade que se verificou neste mercado, o banco liderou a montagem e organização de cinco aumentos de capital, um dos quais com subscrição pública, tendo tomado firme mais de 5 milhões de contos — dos 17 milhões de contos movimentados;
— ainda no segmento accionista, mas na área das Ofertas Públicas, o Banco participou em 6 operações, incluindo as 4 operações de privatização tendo tomado firme 3,4 milhões de contos dos 25 milhões envolvidos, calculados ao preço base.

Na média das operações em que o Banco interveio a sua quota de participação situou-se em cerca de 14%.

Nos empréstimos da Dívida Pública de médio e longo prazo, o Banco tomou no mercado primário mais de 13 milhões de contos, tendo procedido à alienação de cerca de 20 milhões de contos de títulos do Estado abrangidos pelo desenquadramento.

O Banco participou ainda no lançamento de 3 novos fundos de investimento de que é banco depositário e cujas unidades de participação são comercializadas nos seus balcões:

- um fundo fechado de obrigações;
- um fundo aberto de obrigações;
- o **Fundo BNU-Tesouraria** — comercializado exclusivamente pelo BNU — que só nos primeiros três meses de actividade registou quase 40 milhões de contos de subscrições.

Por outro lado foi negociada a participação nas seguintes sociedades:

- Sociedade Financeira de Corretagem;
- Sociedade de Financiamento de Aquisições a Crédito (SFAC);
- Sociedade de Desenvolvimento Regional de Setúbal;
- Sociedade de Capital de Risco;
- Sociedade de Fomento Empresarial da Guarda;
- Sociedade de Fomento Empresarial de Bragança;
- Sulpedip;
- Norpedip.

Na actividade do Banco no mercado de capitais cabe ainda destacar a emissão de certificados de consignação no montante de 5 milhões de contos, os quais foram tomados pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública, fundos estes a serem aplicados pelo BNU no apoio a empresas PME, quer através do financiamento directo — participação no capital social — quer de sociedades de capital de risco ou de fomento empresarial.

Prosseguiu-se — no âmbito da política de desinvestimento — a alienação de participações mantidas em carteira.

1.5 Área Internacional

Reorganização da Área Internacional

Ao longo de 1989 o Banco procurou igualmente criar condições que lhe permitam um adequado aproveitamento das suas potencialidades neste segmento do mercado bancário.

Para o conseguir intensificou o processo de reorganização da área internacional, de modo a dotá-la de adequadas condições técnicas e operacionais, quer através do reforço do quadro directivo e técnico, quer intensificando a informatização de todos os seus serviços.

Em articulação com este processo, a actividade internacional do Banco caracterizou-se por uma rigorosa selecção do risco de exposição, tendo continuado a privilegiar a segurança e a liquidez das operações realizadas.

De forma progressiva e prudente, o BNU prosseguiu uma política de maior penetração nos mercados tradicionais, procurando apoiar a sua clientela portuguesa na obtenção de facilidades em moeda estrangeira, especialmente destinadas ao financiamento de operações de comércio externo e à realização de investimentos produtivos, quer em Portugal, quer no exterior.

Neste contexto, referem-se pela sua importância as participações do banco nos empréstimos sindicados destinados a financiar projectos de investimento da Electricidade de Portugal, EDP, no montante de DEM 318 milhões e da SOPORCEL, SA, no montante de USD 15 milhões.

Merece igualmente destaque o apoio prestado pelo Banco às exportações de produtos de origem doméstica destinados aos países africanos de expressão oficial portuguesa, com realce para a República Popular de Angola, com cujo Banco Central se negociou, para o efeito, um protocolo financeiro.

Em resultado da clara preferência pela assumpção do risco português no conjunto das operações internacionais efectuadas, o peso das operações sobre Portugal denominadas em moeda estrangeira representava, em 31 de Dezembro, cerca de 80% do total da carteira «offshore» do Banco.

Tal situação traduz o aumento e diversificação da clientela de base, com especial relevo para o sector das Pequenas e Médias Empresas, relativamente ao qual o Banco se encontra bem posicionado na oferta de produtos e serviços financeiros da área internacional, em especial nas operações de curto prazo.

Em consequência, o peso das operações de curto prazo ultrapassava, no final do ano, 70% do total da carteira de risco português, o que lhe conferia um elevado grau de liquidez.

Ainda no que respeita às operações de financiamento externo às empresas portuguesas, é de salientar o forte crescimento registado em 1989 comparativamente ao ano anterior. Assim, as operações de curto prazo registaram um aumento de 400% enquanto as de médio e longo prazos cresceram cerca de 65%.

Na carteira de crédito sobre terceiros países, representando cerca de 20% do total, assumem especial relevo os riscos assumidos em Países da Comunidade Económica Europeia e em alguns Países da Ásia que se situam na zona de influência da Sucursal do Banco em Macau.

O crescimento dos negócios do BNU na área internacional, a que acima se fez referência, veio possibilitar a dinamização do relacionamento com os Bancos correspondentes, permitindo uma mais eficiente gestão das fontes de financiamento disponíveis e a negociação de contrapartidas mais vantajosas para o Banco.

No contexto da política de internacionalização das actividades do Banco foi solicitada e obtida autorização para a instalação de uma Sucursal «Offshore» na Zona Financeira Exterior da Madeira, a qual vem facilitar a diversificação das operações internacionais do banco e uma mais eficiente articulação com os Bancos seus associados — Bank of Lisbon International e Banque Franco-Portugaise — os quais estão especialmente vocacionados para apoiar as comunidades portuguesas radicadas nos países onde se encontram sediados, respectivamente a África do Sul e a França.

A Banque Franco-Portugaise — BFP — instituição onde o BNU mantinha uma participação minoritária " atravessou em 1989 um período particularmente complexo e difícil.

Na sequência de decisões tomadas, quer pelas Autoridades Portuguesas e Francesas, quer pelos próprios Accionistas deste Banco, o BNU aceitou assumir a responsabilidade de passar a gerir a BFP como Administrador Provisório.

Esta intervenção do banco que teve por objectivo essencial defender os interesses das muitas dezenas de milhar de depositantes portugueses da BFP que trabalham e vivem em França, permitiu preservar a estabilidade deste Banco.

Recentemente o BNU, depois de decisão nesse sentido tomada pelo Governo e pelos Accionistas — decisão posteriormente ratificada em Assembleia Geral — assumiu o controlo global da BFP, tornando-se seu accionista maioritário.

Estando convencido que as potencialidades da Banque Franco-Portugaise permitirão relançar esta Instituição e transformá-la num instrumento de penetração no mercado bancário francês, o BNU vai intensificar a sua presença junto da comunidade portuguesa em França que canaliza anualmente para o sistema financeiro português recursos financeiros muito significativos.

1.6 Recursos Humanos e Informática

Em relação aos recursos humanos desenvolveu-se uma acção dirigida à redução global do número de empregados, ao rejuvenescimento dos quadros e ao reforço do pessoal técnico e qualificado, ao mesmo tempo que se lançou um processo destinado a preparar as bases de uma nova política nesta área.

Durante 1989, como reflexo do programa de reformas antecipadas já anteriormente adoptado, o movimento de pessoal teve um saldo negativo de 154 empregados.

Embora o processo de rejuvenescimento dos quadros esteja ainda no início, as admissões têm procurado privilegiar empregados de enquadramento e com formação técnica.

Refere-se ainda a renovação, realizada com base em pessoal do banco e em algumas admissões do exterior, operada, quer ao nível das Direcções dos Departamentos, quer ao nível das Gerências — nestas movimentaram-se 232 empregados.

Paralelamente ao reequacionar das políticas de pessoal e no sentido de dotar o BNU de capacidade para competir no mercado de trabalho, adoptaram-se algumas medidas tendentes à fixação dos quadros.

Com vista ao reajustar das políticas de pessoal às novas solicitações com que o Banco se defronta lançou-se um trabalho — com o apoio de consultores externos — que permitirá redefinir, entre outras, as políticas de carreiras, salarial, de motivação e de avaliação e desempenho.

Outro vector importante de actuação, centrou-se no domínio da formação onde se realça o grande esforço de formação de gerentes e subgerentes, constando do Balanço Social elementos detalhados sobre esta questão.

Com a ocupação da nova Sede, realizada progressivamente durante o ano de 1989, lançaram-se várias acções tendentes à obtenção de vantagens no domínio da reorganização e da melhoria do nível de comunicação interdepartamental, tendo-se inaugurado a Agência da Sede nova em 16 de Maio, data do 125.º aniversário do banco.

O BNU iniciou ainda um processo de substituição dos equipamentos informáticos centrais de que dispunha e que se encontravam tecnologicamente desactualizados, ao mesmo tempo que se instalou o teleprocessamento em toda a rede de Agências, ficando assim reunidas as condições de base para uma reorganização mais profunda dos balcões.

Incrementaram-se igualmente os esforços de informatização, de que se mencionam, a título de exemplo, a área dos Títulos e o Novo Plano de Contas. Paralelamente instalaram-se as soluções baseadas em microcomputadores que têm permitido melhorar sensivelmente a capacidade de resposta técnica e operacional de Departamentos considerados «chave».

2. Macau

2.1 Enquadramento Macroeconómico (breve referência)

A Economia do Território Prosseguiu um Crescimento Sustentado

Com um aumento do Produto Interno Bruto (P.I.B.) estimado em 5%, em termos reais, a economia de Macau prosseguiu em 1989 um processo de crescimento sustentado que tem vindo a manter-se sem interrupções desde 1985. O comportamento moderado da procura externa de mercadorias provocou, nos dois últimos anos, um abrandamento dos ritmos de crescimento, á semelhança do acontecido na economia de Hong Kong. Todavia, tal facto tem sido compensado pelo dinamismo verificado nas restantes componente do P.I.B., com realce para o investimento — FBCF — e a exportação de serviços, variáveis que em 1989 registaram taxas de crescimento, em termos reais, de 12% e 22%, respectivamente.

Nos primeiros dez meses de 1989 o **Território registou um excedente comercial nas suas transacções com o exterior superior a 1 bilião de Patacas,** cerca de 132 milhões de dólares americanos.

Banco Nacional Ultramarino, S.A.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERNO
(preços correntes)

	(Jan./Out.)	
	1988	1989
Taxa de Crescimento das Exportações	7%	10%
Taxa de Crescimento das Importações	15%	17%
Balança Comercial *(milhões de patacas)*	1514	1059

Fonte: D.S.E.C.

As exportações do «sector têxtil e vestuário», que representam 72% das exportações totais de Macau, cresceram nos primeiros dez meses de 1989 a uma taxa de 8% ao ano em valor, enquanto que o conjunto dos «sectores não-têxteis» registou um aumento de 17% nas respectivas exportações, no mesmo período.

Os E.U.A. mantiveram-se em 1989 como o principal mercado de destino das exportações do território, das quais absorvem cerca de 38%, tendo o fluxo de mercadorias com aquele destino registado um acréscimo de 22%. As exportações para a Europa comunitária que representam 30% do total, registaram um decréscimo de 4% relativamente ao mesmo período do ano anterior, em consequência nomeadamente do menor dinamismo da procura interna naqueles países.

O significativo crescimento real das exportações de serviços nos últimos anos é explicado principalmente pela evolução do sector de turismo. Neste contexto, para além do importante afluxo de visitantes a Macau, traduzido em elevadas taxas de ocupação dos hotéis, não obstante o aumento de oferta nos últimos anos, assume particular destaque o aumento das receitas do jogo, cujo crescimento anual, a preços correntes, se estima em cerca de 44% em 1989.

O sector da construção civil registou em 1989 uma assinalável expansão, com um aumento de cerca de 24% na área bruta dos edifícios concluídos e no crescimento do consumo de materiais de construção.

A inflação manifestou tendência para acelerar em 1989, estimando-se que tenha alcançado valores próximos dos 9%, enquanto que em 1988 se situou em 7,8%. Para além dos efeitos do crescimento económico, associados a uma baixa taxa de desemprego, tal evolução dos preços no consumidor fica a dever-se, essencialmente, ao comportamento dos preços na República Popular da China, transmitido a Macau através da importação de produtos alimentares, de que é o principal fornecedor ao território.

À semelhança dos anos anteriores a massa monetária (M2) cresceu de forma acentuada (28%), sendo a componente mais dinâmica a dos Depósitos a Prazo, que representam 72% daquele agregado e que terão sofrido um acréscimo de 38%, em termos homólogos.

EVOLUÇÃO MONETÁRIA
(variação homóloga)

	NOV/88	Nov/89
Massa Monetária (M2)	+ 28%	+ 28%
Depósitos de Residentes	+ 28%	+28%
dos quais:		
• a prazo	+ 31%	+ 38%
Crédito Interno	+ 19%	+ 26%

Fonte: A.M.C.M.

Por sua vez, o **crédito interno,** ao registar um acréscimo de 26% relativamente a 1989, indiciou **uma tendência de crescimento superior aos anos anteriores.**

Devido à ligação existente entre a pataca e o dólar de Hong Kong, os movimentos das taxas de juro da pataca acompanham de perto as tendências de mercado daquele território.

As taxas de referência para as operações passivas aprovadas pela Associação de Bancos de Macau, apresentaram valores médios superiores aos de 1988, em 2,4 e 2,5 pontos percentuais, respectivamente para os depósitos de poupança e a 3 meses.

Apesar de se situarem em valores médios superiores aos de 1988, as taxas praticadas no mercado interbancário de Macau revelaram uma tendência descendente ao longo do ano.

Através da indexação do dólar de Hong Kong, as taxas de câmbio da pataca reflectiram, em 1989 , as tendências manifestadas pelo dólar dos E.U.A.

Assim a pataca apreciou-se em termos médios, face à libra e ao iéne tendo sofrido ligeira depreciação face às restantes moedas europeias.

As perspectivas de desenvolvimento futuro da economia de Macau estão fortemente associadas a um conjunto de projectos de infraestruturas, de grande dimensão, cuja implementação se iniciou em 1989. Destacam-se, pela sua importância, a Central de Incineração de Resíduos Sólidos, a Segunda Ponte Macau-Taipa, o Porto de Águas Profundas e o Aeroporto Internacional de Macau. Estes projectos, que pela sua dimensão e características terão por si só um importante impacto ao nível de actividade, representam, por outro lado, significativa fonte de atracção de novos investimentos.

No contexto do período de transição que o Território atravessa, cujos parâmetros estão definidos na Declaração Conjunta Luso-Chinesa, este conjunto de projectos perspectiva a gradual criação de condições para suportar a continuação do desenvolvimento económico do Território.

2.2 Actividade do Banco no Território

Crescimento Rápido da Actividade do Banco em Macau

Para além das transformações ocorridas no exercício de funções de natureza institucional decorrentes do contrato com o **Território, que adiante se referirão, a actividade do BNU ao longo de 1989 foi caracterizada pela sua consolidação enquanto banco comercial e «offshore», traduzida em crescimentos geralmente superiores aos registados para o conjunto do sistema bancário do território,** de que se destacam os verificados no total dos activos, na carteira de depósitos e na carteira global de crédito.

Estes crescimentos produziram os seus naturais reflexos ao nível de conta de exploração, **com o «cashflow» a atingir cerca de 60 milhões de patacas —** mais de um milhão e cem mil contos —, traduzindo um acréscimo da ordem dos 102% em relação ao valor registado em 1988 — que já havia crescido cerca de 76% em relação ao ano anterior.

No que respeita às funções de Banco emissor que o BNU tem mantido desde a sua instalação em Macau em 1902, o ano de 1989 ficou assinalado pela decisão do Governo do Território de extinguir o Instituto Emissor de Macau — IEM — criando em sua substituição a Autoridade Monetária e Cambial de Macau — AMCM.

Na sequência de tal decisão, **foi renegociado o contrato de 1980 com o Território e assinado em 22/Julh/1989 um novo contrato,** nos termos do qual o Banco, mantendo embora as funções anteriores, passou a ser o agente directo do Território para a emissão de notas com curso legal em Macau e para o exercício das funções de caixa geral do tesouro, actividade anteriormente exercida na qualidade de agente do Instituto Emissor de Macau.

Os **activos totais** do Departamento de Macau — excluindo os valores patrimoniais do extinto IEM — ascendiam, em 31 de Dezembro de 1989, a 6,3 biliões de patacas, valor que resulta de um crescimento de 44% relativamente ao ano precedente (*). Este crescimento resulta do dinamismo evidenciado pelas componentes mais significativas das aplicações.

(*) Devido à função emissora exercida pelo Banco, os respectivos activos passaram a incluir certificados de dívida do Governo de Macau, como contraprtida da emissão monetária, registando-se as notas em circulação como rubrica do passivo. Se excluirmos esta componente, bem como as referentes à função de caixa geral do tesouro, os activos totais do Departamento teriam crescido 32%.

EVOLUÇÃO DAS APLICAÇÕES
(taxa de crescimento 88/89)

Crédito Concedido	+ 41%
Aplicações no MMI	+ 24%
Aplicações no Mercado de Capitais	+ 10%

O crédito interno cresceu em 13% em 1989. Deste, a parcela mais significativa é representada pelo apoio à actividade de empresas do sector industrial exportador, em sintonia com a importância destas no conjunto da economia, destacando-se, como seria de esperar, o financiamento a transacções comerciais com o exterior, as quais corresponderam a 35% do crédito interno.

Embora sem impacto na evolução atrás referida, merece também destaque o comportamento registado em algumas das contas extrapatrimoniais, na medida em que traduzem o envolvimento do Banco no apoio à economia do Território, sob a forma de crédito indirecto e prestação de serviços bancários indispensáveis ao seu desenvolvimento. Assim, salientam-se os crescimentos importantes observados nas **garantias e avales prestados (320%), nos créditos abertos (45%)** e nas **compras e vendas a prazo** de divisas (120%) e (133%), respectivamente.

Como já atrás ficou referido, o ano de 1989 ficou marcado pelo início da concretização de alguns dos grandes projectos de infraestruturas por parte da Administração do Território cujo financiamento, pela sua dimensão, assenta em empréstimos assegurados por **sindicatos bancários.** Neste contexto, o Departamento de Macau do **B.N.U.** assumiu as funções de «arranger» e agente para o sindicato financiador da construção da Central de Incineração de Resíduos Sólidos, no qual participará ainda como líder e integrou-se no sindicato bancário para o novo Porto de Águas Profundas com o estatuto de «lead-manager». Ainda no domínio dos empréstimos sindicados, merece realce a adjudicação ao **B.N.U.**, como «arranger», agente e «lead-manager» de um sindicato bancário para uma «stand-by letter of credit», um financiamento a médio prazo, com opção multidivisas, e uma facilidade de crédito «revolving», destinado à aquisição de dois geradores pela Companhia de Electricidade de Macau, cuja situação envolveu bancos de Hong Kong.

Este conjunto de financiamentos, lançados e negociados durante 1989, deverão começar a reflectir-se na carteira de crédito do Departamento ao longo de 1990, ano em que estão previstas as primeiras utilizações.

O **crédito «offshore»** revelou igualmente um comportamento particularmente activo ao longo de 1989, tendo crescido 60% quando comparado com o ano anterior. Para este crescimento contribui o aumento em 69% registado pela procura de crédito externo por parte de empresas sediadas em Portugal, as quais representam 80% da carteira de crédito «offshore».

No respeitante a outras aplicações, merece destaque o significativo acréscimo de colocações no **mercado monetário interbancário** local, em linha com o aumento importante dos recursos denominados em patacas e em dólares de Hong Kong. Enquanto os depósitos junto de Bancos em Macau aumentaram 37%, as aplicações em Bilhetes Monetários emitidos pela Autoridade Monetária e Cambial atingiram os 679 milhões de Patacas, contra 287 milhões em 1988.

O facto mais relevante na óptica dos **recursos** terá sido, sem dúvida, o acentuado crescimento dos **depósitos de clientes,** os quais, depois de terem crescido 17% em 1988, registaram em 1989 um acréscimo de 78%.

Este facto veio consolidar a tendência, que já se verificara no ano anterior, para uma importância crescente dos depósitos de clientes, enquanto fonte estável de recursos, passando de 22% do passivo em 1988 para 28% em 1989, com a consequente diminuição de peso dos **depósitos captados no mercado interbancário** no conjunto dos recursos, de 58% para 46%, no mesmo período de tempo. No que a estes últimos se refere, vale a pena sublinhar a acentuada diminuição de recursos oriundos do mercado interbancário local, como consequência do reforço da posição excedentária do Departamento em patacas e dólares de Hong Kong, moedas em que se constitui como um colocador líquido **(*).** Por outro lado, o aumento da captação no mercado interbancário do exterior, essencialmente de Hong Kong, tem a ver com as necessidades de «funding» geradas pela procura de crédito «offshore», geralmente denominado em dólares americanos ou moedas europeias.

Banco Nacional Ultramarino, S.A.

Reflectindo a estrutura mais favorável dos recursos e o comportamento das taxas de juro, a **margem financeira,** que em 1988 registara já um aumento de 21%, cresceu 60% em 1989.

(*) Os depósitos denominados em dólares de Hong Kong representavam, em 31 de Dezembro de 1989, 38% do conjunto dos depósitos de clientes. No mesmo período de 1988, esta percentagem situava-se em 45%.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS E PROVEITOS
(milhões de patacas)

	1988	1989	Taxa de crescimento 88/89
Margem Financeira (a)	46,2	74,1	+ 60%
Proveitos de Serviços e Operações Bancárias	24,3	31,0	+ 30%
dos quais: de Operações Cambiais	15,6	22,2	+ 42%
Custos	40,8	45,8	+ 12%
«Cash-flow«	29,7	59,9	+ 102%

(a) Proveitos de operações activas menos custos de operações passivas, incluíndo proveitos e custos inerentes às aplicações no mercado de capitais.

Este aumento, acompanhado por um crescimento moderado dos custos, da ordem dos 12%, e por uma evolução favorável dos proveitos de outros serviços e operações bancárias, nos quais se verificou um acréscimo de 30%, gerou um acentuado crescimento do «cash-flow», o qual se cifrou em 59,9 milhões de patacas — cerca de um milhão e cem mil contos — mais do que duplicando o valor alcançado em 1988.

O processo de desenvolvimento económico de Macau gera necessidades de produtos e serviços financeiros mais sofisticados por parte dos agentes económicos. Visando responder a este desafio, o Departamento de Macau do **BNU** prosseguiu em 1989 as acções de reorganização já encetadas anteriormente. Por um lado, preparou-se o alargamento da rede de balcões e ATM's através da aquisição de novos espaços, com o objectivo de tornar os serviços prestados mais acessíveis e de satisfazer o crescimento da procura de serviços bancários, associado ao desenvolvimento de novos pólos de concentração comercial e populacional. Por outro, foi dada continuidade à reestruturação da Direcção e das áreas operacionais, no quadro da qual assumem particular importância as acções destinadas a aumentar a capacidade de intervenção nos mercados monetários, cambiais e de capitais e a reforçar a área comercial, nomeadamente na prestação de serviços relacionados com as transacções com o exterior e com o apoio financeiro a projectos de investimentos.

No âmbito do processo dirigido à diversificação da actividade do Banco no Território e à articulação deste esforço com outras entidades portuguesas interessadas em intensificar as suas ligações às economias da área, o BNU em associação com o IPE constituiu uma sociedade gestora de participações locais — SOGESTE.

III — APRECIAÇÃO DO BALANÇO E CONTAS DO EXERCÍCIO

Melhoria das Condições de Exploração do Banco

Em 1989 prosseguiu-se o esforço, já iniciado no exercício anterior, de clarificação da situação patrimonial do Banco.

Em particular no que respeita à consolidação das contas entre o Continente e Ilhas e Macau, adoptaram-se critérios contabilísticos mais adequados, tendo sido eliminados saldos comuns, assim como todos os proveitos/custos gerados por operações realizadas entre a Sede e Macau.

De igual modo o esforço do relançamento técnico e operacional e de reorganização da generalidade dos serviços, a par das acções dirigidas à regeneração financeira da empresa, começaram a dar resultados visíveis com o consequente reforço da solidez patrimonial e a melhoria das condições de exploração do Banco.

A decisão do Governo de atribuir ao BNU responsabilidades especiais na canalização de recursos para as Pequenas e Médias Empresas veio reforçar a vocação tradicional do Banco.

No âmbito desta orientação, o BNU recebeu do Fundo de Regularização da Dívida Pública 5.000 milhares de contos de fundos consignados, com o objectivo de dotar o Banco com recursos canalizáveis para o apoio a estas empresas.

1. Critérios Utilizados no Encerramento das Contas

- Na valorimetria dos activos e passivos foram utilizados os critérios estabelecidos para o efeito pelas Autoridades Monetárias.
- Nas amortizações do imobilizado foram aplicadas as taxas máximas fiscalmente admitidas, constantes das tabelas anexas ao Decreto-Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, ou nas tabelas anexas à Portaria n.º 737/81, de 29 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.os 990/88 e 85/88, consoante se tratasse de bens adquiridos ou entrados em funcionamento após 31 de Dezembro de 1988 ou em data anterior.
- Na imputação dos custos e proveitos foi aplicado o princípio da especialização dos exercícios.

2. Evolução do Balanço Consolidado

Forte Crescimento do Balanço Consolidado

Reflectindo, sobretudo, o forte crescimento da actividade do Banco em 1989, os Activos Globais registaram o elevado crescimento de 16,3%, apesar, quer das significativas reduções verificadas ao nível do Balanço do BNU — Macau, originadas por ajustamentos contabilísticos decorrentes da renegociação em 1989 do Contrato com o Território de Macau, quer ainda pelos já referidos critérios de consolidação de todos os saldos compensáveis entre a Sede e Macau e que foram adoptados na sequência das recomendações do Conselho Fiscal e dos Auditores.

Com efeito, enquanto o Activo do BNU - Continente e Ilhas apresenta, em relação a 1988, o substancial crescimento de 23,2%, o Activo do BNU - Macau regista, pelos motivos atrás referidos, um crescimento quase nulo, não obstante ter experimentado em 1989 um considerável aumento da sua actividade operacional, aliás verificável, como se referiu no ponto II, ao nível das correspondentes rubricas do respectivo Balanço, de que se destaca — considerando a evolução em escudos:

- Crédito Concedido ..... + 43%
- Depósitos Totais ..... + 53%

Da comparação entre os Balanços consolidados de 1988 e 1989 são ainda de salientar os seguintes aspectos:

Rubricas do Activo

- A rubrica Certificados de Dívida do Governo de Macau, qua passou a ser inserida no Balanço de 1989, explicita o contravalor dos activos que dão cobertura à responsabilidade da emissão monetária nos termos do novo contrato, celebrado em 1989 com o Território de Macau.
- O conjunto dos recursos mantidos sob a forma de Activos Disponíveis, tendo crescido à elevada taxa de 48,5%, aumentou o seu peso no Balanço de 27,6% em 1988 para 35,3% em 1989, o que evidencia o continuado aumento da liquidez, forçada pela redução progressiva do crédito enquadrado.
- O Crédito Concedido, pelas razões atrás referidas, registou uma redução, tendo o seu peso relativo passado, por isso, de 37,5% para 31,1%.
- O aumento do valor Imobilizado Bruto no montante de 11.512 milhares de contos (39,1%) é explicado, na sua maior parte, pelos imóveis que vieram à posse do Banco por recuperação de créditos e, ainda, pelos investimentos na nova Sede e Agências e em equipamento informático que, no entanto, foram parcialmente compensados, em termos financeiros, pelo desinvestimento realizado.

Rubricas do Passivo

- A evolução dos Depósitos Totais reflectiu, quer o comportamento favorável dos depósitos no Continente e Ilhas, quer o crescimento muito rápido destes recursos em Macau — como já se referiu no ponto II.2.
  Enquanto no Balanço da Sede os Depósitos Globais cresceram, em 1989, 15,1%, em Macau este crescimento atingiu a taxa de 53%, reflectindo a evolução muito favorável dos respectivos Depósitos a Prazo (65,4%).
- A elevada redução da rubrica Contas Diversas reflecte por sua vez a utilização de critérios contabilísticos mais adequados, adoptados na sequência das já referidas observações do Conselho Fiscal e dos Auditores e dos ajustamentos decorrentes do novo contrato, celebrado em 1989 com a Administração de Macau.

3. Contas de Resultados do Exercício

Crescimento Acentuado das Margens Financeiras e do «Cash-flow«

Neste exercício verificou-se uma melhoria substancial das condições de exploração, que se reflectiu de forma muito visível, quer nas margens financeiras, quer sobretudo no «cash-flow» do Banco.

Enquanto, de facto, a Margem Financeira Alargada apresentou um crescimento de 7.349 milhares de contos (78,9%), o «cash-flow» consolidado cresceu de forma muito acentuada (690%).

Em paralelo com esta melhor «performance» da função financeira, quer em termos de volume operacional, quer de rentabilidade, verificou-se igualmente, ao nível das outras componentes do «cash-flow», uma melhoria do grau de cobertura dos Outros Custos pelos Outros Proveitos, que passou de 43% em 1988, para 46% em 1989, evolução que se sublinha por ter constituído uma das preocupações fundamentais da orientação adoptada no Progama de Actuação adoptado para este exercício.

Nestas condições foi possível apurar um «cash-flow» global de 7.264 milhares de contos, dos quais 1.116 milhares de contos foram gerados em Macau, o que, em comparação com 1988, representa, em termos consolidados, um acréscimo de 6.340 milhares de contos (686,2%).

Após a dedução das Dotações para Amortizações de 1.159 milhares de contos foi deste modo possível reforçar as Provisões em 5.453 milhares de contos, isto é, mais 3.718 milhares de contos (214,3%) do que em 1988, que assumiram no final deste exercício o montante de cerca de 10,4 milhões de contos.

O Resultado de Exportação explicitado em 1989 foi assim de 652 milhares de contos, reflectindo uma considerável melhoria em relação ao do ano anterior.

O Resultado do Exercício em 1989, obtido após a consideração dos saldos das sub-rubricas de Lucros e Perdas, cifrou-se, assim, em cerca de 789 milhares de contos. Este, pela sua expressão francamente positiva, representou um ponto de viragem em relação aos anteriores exercícos, mostrando que o processo de recuperação começou, em 1989, a proporcionar resultados claramente visíveis.

De referir ainda que — na sequência de recomendações nesse sentido do Conselho Fiscal e dos Auditores e de acordo com o estabelecido no art.º 12.º, do Decreto-Lei 442-B/88 de 30 de Novembro — decidiu-se passar a imputar aos custos do exercício o montante de férias e subsídios relativos à actividade do próprio ano, embora vencíveis no ano seguinte.

Deste modo, o montante correspondente às férias e subsídios, referentes a 1989 e que irá ser pago em 1990, foi considerado em 100% como custo do actual exercício, enquanto em relação ao montante imputável a 1988 foi adoptado um processo de regularização escalonada, de modo a imputar, como custo de 1989, 25% do respectivo montante.

Este procedimento que permitirá regularizar esta questão de forma progressiva, sem sobrecarregar desnecessariamente um só exercício, obrigou a considerar no exercício de 1989 um encargo adicional de cerca de 320 milhares de contos.

IV — PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Como se referiu no ponto anterior, o Resultado do Exercício, em 1989, foi de 788.772.024$31, propondo o Conselho de Administração aos Senhores Accionistas, nos termos do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 24/86, de 18 de Fevereiro, e do art.º 23.º dos Estatutos do BNU, que estes tenham a seguinte aplicação:

- Reserva Legal ..... 78.900.000$00
- O Remanescente para Resultados Transitados ..... 709.872.024$31

Banco Nacional Ultramarino, S. A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS (1988 — 1989)

(10³ contos)

RUBRICAS	31.12.88	31.12.89	Variação 31.12.88 - 31.12.89 Absoluta	Relat. (%)
ACTIVO	578 400	672 655	94 255	16,3
Certificados Dívida do Governo de Macau (*)	—	11 669	11 669	—
Disponível	159 643	237 088	77 445	48,5
Caixa e Dep. em Bancos Centrais	27 987	74 381	46 394	165,8
Outras Disponib. em Moeda Nacional	106 686	139 235	32 549	30,5
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	24 970	23 472	-1 498	-6,0
Crédito Concedido	216 748	209 350	-7 398	-3,4
Outros Activos	202 009	214 548	12 539	6,2
Aplicações em Títulos	39 127	46 265	7 138	18,2
Imobilizado	29 418	40 930	11 512	39,1
Outras Contas	133 464	127 353	-6 111	-4,6
PASSIVO	578 400	672 655	94 255	16,3
Notas em circulação (emissão de Macau) (*)	—	12 358	12 358	—
Exigível	451 242	569 381	118 139	26,2
Depósitos Totais	411 096	488 781	77 685	18,9
Depósitos à Ordem	132 078	156 208	24 130	18,3
Depósitos a Prazo	279 018	332 573	53 555	19,2
Outras Exigibilidades	40 146	80 600	40 454	100,8
Não Exigível (**)	92 359	55 336	-37 023	-40,1
Contas Diversas	79 542	37 030	-42 512	-53,5
Regularização do Activo (***)	9 260	13 725	4 465	48,2
Provisões para Riscos Diversos	3 557	4 581	1 024	28,8
Capitais Próprios e Equiparados	34 799	35 580	781	2,2
Capital e Reservas	25 768	25 760	-8	—
Títulos de Participação	10 150	10 150	—	—
Result. Transit. do Exercício de 1988	—	-1 119	-1 119	—
Resultado do Exercício	-1 119	789	1 908	

(*) — Contabilização adoptada na sequência da assinatura, em 1989, do contrato com a Administração do Território e a Autoridade Monetária.

(**) — O comportamento desta rubrica em 1989 está influenciado pelas alterações de registo contabilístico, com incidência em Contas Diversas, decorrentes do novo contrato do Banco com o Território de Macau.

(***) — Inclui Provisões para Créditos Cobrança Duvidosa, Amortizações Acumuladas e Menos Valias.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO CONSOLIDADO (1988 — 1989)

(Em %)

RUBRICAS	31.12.88	31.12.89
ACTIVO	100,0	100,0
Certificados Dívida do Governo de Macau (*)	—	1,7
Disponível	27,6	35,3
Caixa e Dep. em Bancos Centrais	4,8	11,1
Outras Disponib. em Moeda Nacional	18,5	20,7
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	4,3	3,5
Crédito Concedido	37,5	31,1
Outros Activos	34,9	31,9
Aplicações em Títulos	6,8	6,9
Imobilizado	5,1	6,1
Outras Contas	23,0	18,9
PASSIVO	100,0	100,0
Notas em circulação (emissão de Macau) (*)	—	1,8
Exigível	78,0	84,7
Depósitos Totais	71,1	72,7
Depósitos à Ordem	22,8	23,2
Depósitos a Prazo	48,3	49,5
Outras Exigibilidades	6,9	12,0
Não Exigível (*)	16,0	8,3
Contas Diversas	13,8	5,6
Regularização do Activo (*)	1,6	2,0
Provisões para Riscos Diversos	0,6	0,7
Capitais Próprios e Equiparados	6,0	5,2
Capital e Reservas	4,5	3,8
Títulos de Participação	1,7	1,5
Result. Transit. do Exercício 1988	—	-0,2
Resultado do Exercício	-0,2	0,1

(*) — Vidé notas do Quadro — Balanços Consolidados.

RESULTADOS CONSOLIDADOS (1988 — 1989)

(10³ contos)

DISCRIMINAÇÃO	1988	1989	Variação 1988 — 1989 Absoluta	Relat. (%)
Proveitos de Operações Activas	41 459	53 801	12 342	29,8
Custos de Operações Passivas	35 435	41 950	6 515	18,4
Margem Financeira	6 024	11 851	5 827	96,7
Rendimento de Tít. de Créd. e Part. Financeiras	3 286	4 808	1 522	46,3
Margem Financeira Alargada	9 310	16 659	7 349	78,9
Outros Proveitos por Natureza	6 271	7 922	1 651	26,3
Outros Custos por Natureza	14 657	17 317	2 660	18,2
«Cash-flow» de Exploração	**924**	**7 264**	**6 340**	**686,2**
Dotações para Amortizações	822	1 159	337	41,0
Dotações para Provisões	1 735	5 453	3 718	214,3
Resultado de Exploração	-1 633	652	2 285	
Outros Proveitos (de lucros e perdas)	7 898	1 613	-6 285	-79,6
Outros Custos (de lucros e perdas)	7 384	1 476	-5 908	-80,0
Resultado do Exercício	**-1 119**	**789**	**1 908**	

V — BREVE REFERÊNCIA AOS PRIMEIROS MESES DE 1990

Já no corrente exercício foram tomadas algumas decisões que pela sua importância merecem uma breve referência.

Em Assembleia Geral realizada no dia 25 de Janeiro, os Accionistas deliberaram, entre outras decisões significativas para a vida do Banco, um aumento de capital. Este, será realizado mantendo ambos os accionistas as respectivas participações de 40% para o Estado e 60% para a Caixa Geral de Depósitos. O montante exacto do aumento ficou condicionado à avaliação, a fazer por um Revisor Oficial de Contas, nos termos da regulamentação aplicável, dos títulos com que o Estado decidiu realizar a respectiva participação.

Foram, por outro lado, ratificadas na mesma Assembleia Geral as decisões do Conselho de Administração do BNU, tomadas com o objectivo de este Banco passar a ser o accionista maioritário da Banque Franco-Portugaise.

VI — NOTAS FINAIS

A concluir, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para os bons resultados alcançados ao longo do exercício de 1989 e em particular:

- ao **Ministério das Finanças** e ao **Banco de Portugal,** pelo apoio e compreensão que sempre dispensaram e muito particularmente ao **Senhor Ministro das Finanças** e aos **Senhores Secretários de Estado das Finanças e do Tesouro;**
- aos **Accionistas** — Estado e Caixa Geral de Depósitos — pela sua colaboração activa na procura de soluções capazes de potenciar o processo de reorganização e fortalecimento da situação financeira do Banco Nacional Ultramarino;
- às **Autoridades de Macau,** pelo apoio e colaboração que continuaram a prestar à Sucursal do Banco em Macau, principalmente no exercício das funções que exerce no âmbito do contrato que o BNU mantém com a Administração do Território;
- ao **Conselho Fiscal,** pela sua prestimosa assistência;
- a todos os **Empregados do Banco** que, com a sua dedicação, empenho e capacidade profissional, estão a contribuir de forma decisiva para a melhoria da imagem da Instituição e para o seu fortalecimento técnico, operacional e financeiro;
- por último e muito especialmente, a todos os Clientes — razão de ser do Banco Nacional Ultramarino — que continuaram a demonstrar confiança pelos serviços do Banco e perante quem reafirmamos a intenção de continuar a melhorar a qualidade dos serviços que lhes oferecemos.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1989.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João António Morais da Costa Pinto (Presidente)

Carlos Prieto Traguelho (Vogal)

Vítor Manuel Carvalho Madureira (Vogal)

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral (Vogal)

Carlos Alberto Fernandes Alcobia (Vogal)

Banco Nacional Ultramarino, S. A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1989
CONTINENTE, AÇORES E MADEIRA

CONTAS	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES AMORTIZAÇÕES E MENOS VALIAS	ACTIVO LÍQUIDO
Caixa e Depósitos em Bancos Centrais	74 379 288 261$74		74 379 288 261$74
Valores a Cobrar	67 584 120 910$43		67 584 120 910$43
Depósitos e Aplicações noutras Instituições de Crédito no País	45 656 001 426$60		45 656 001 426$60
Depósitos no Estrangeiro	16 783 469 378$89		16 783 469 378$89
Notas e Moedas Estrangeiras e Ouro	1 425 086 473$40		1 425 086 473$40
Crédito Concedido	147 865 449 953$09	5 593 766 671$16	142 271 683 281$93
Aplicações em Títulos	36 486 670 987$03	118 850 251$58	36 367 820 735$45
BT's e Outros Títulos a Curto Prazo de Dívida Pública	7 113 449 000$00		7 113 449 000$00
BT's e Outros Títulos a Curto Prazo de Dívida Pública com Acordos de Recompra	9 539 280 000$00		9 539 280 000$00
Obrigações do Tesouro — Médio Prazo	46 730 000$00		46 730 000$00
Aplicações de Recursos Consignados	3 626 546 334$53		3 626 546 334$53
Devedores	30 840 745 300$90		30 840 745 300$90
Participações Financeiras	2 360 476 480$70		2 360 476 480$70
Imóveis	25 164 224 642$14	3 553 204 987$99	21 611 019 654$15
Equipamento	5 669 383 829$83	2 985 593 642$81	2 683 790 187$02
Outras Imobilizações	8 609 277 291$63	737 720 063$58	7 871 557 228$05
Contas Diversas	84 981 755 804$39		84 981 755 804$39
TOTAIS	568 131 956 077$30	12 989 135 617$12	555 142 820 460$18

CONTAS	PASSIVO	
Depósitos à Ordem	141 921 859 933$13	
Depósitos com Pré-Aviso	178 533 514$00	
Depósitos a Prazo	220 735 950 561$29	
Depósitos de Poupança	43 622 184 380$10	
Depósitos a Prazo Representados por Certificados	5 120 800 000$00	411 579 328 388$52
Cheques e Ordens a Pagar	3 875 087 016$46	
Recursos Consignados	3 626 832 562$93	
Outros Recursos	41 931 022 174$05	
Credores	21 740 244 925$38	
Contas Diversas	33 480 607 247$36	104 653 793 926$18
Provisões para Riscos Diversos		3 802 622 036$28
Títulos de Participação	10 150 000 000$00	
Capital	20 000 000 000$00	
Reservas	5 759 873 654$44	35 909 873 654$44
Resultados Transitados de Exercícios Anteriores	(1 119 285 539$57)	
Resultado do Exercício	316 487 994$33	(802 797 545$24)
TOTAL		555 142 820 460$18

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
O DIRECTOR
Carlos José da Silva Bagão

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS	
Valores Recebidos em Depósito	65 569 413 926$50
Valores Recebidos para Cobrança	20 637 692 118$95
Valores Recebidos em Caução	232 451 617 961$09
Garantias e Avales Prestados	26 111 236 719$66
Créditos Abertos	8 117 794 994$63
Aceites em Circulação	1 258 005 646$77
Valores Dados em Caução	303 995 680$00
Operações Cambiais	
A Prazo	
Compras	1 872 212 035$70
Vendas	4 922 212 130$40
Outras Contas Extrapatrimoniais	141 657 760 871$79

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
João António Morais da Costa Pinto — Presidente
Carlos Prieto Traguelho
Vítor Manuel Carvalho Madureira
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Carlos Alberto Fernandes Alcobia

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1989
CONTINENTE, AÇORES E MADEIRA
CONTA DE EXPLORAÇÃO

DÉBITO	MONTANTE	CRÉDITO	MONTANTE
Custos de Operações Passivas	36 617 476 388$90	Proveitos de Operações Activas	47 665 222 174$90
Custos com o Pessoal		Proveitos de Serviços Bancários	2 415 565 428$62
Remunerações dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	42 174 238$00	Proveitos de Outras Operações Bancárias	3 667 422 661$88
Remunerações de Empregados	7 784 355 878$10	Rendimento de Títulos de Crédito e de	
Encargos Sociais Obrigatórios	3 932 208 025$60	Participações Financeiras	4 148 390 327$04
Outros Custos com o Pessoal	18 408 639$70	Outros Proveitos Bancários	1 177 295 001$06
Fornecimentos de Terceiros	555 142 062$79	Proveitos Inorgânicos	184 038 784$60
Serviços de Terceiros	2 676 052 054$78		
Outros Custos Bancários	1 383 371 122$26		
Impostos	25 676 648$10		
Custos Inorgânicos	75 283 634$70		
Dotações para Amortizações	1 059 392 037$00		
Dotações para Provisões	5 057 309 172$20		
Lucro de Exploração	31 084 475$97		
TOTAL	59 257 934 378$10	TOTAL	59 257 934 378$10

CONTA DE LUCROS E PERDAS

DÉBITO	MONTANTE	CRÉDITO	MONTANTE
Perdas Relativas a Exercícios Anteriores	1 292 825 080$35	Lucro de Exploração	31 084 475$97
Perdas Excepcionais	32 155 522$90	Lucros Relativos a Exercícios Anteriores	418 288 978$91
Resultado do Exercício	316 487 994$33	Lucros Excepcionais	509 187 775$90
		Provisões Utilizadas	682 907 366$80
TOTAL	1 641 468 597$58	TOTAL	1 641 468 597$58

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
O DIRECTOR
Carlos José da Silva Bagão

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
João António Morais da Costa Pinto — Presidente
Carlos Prieto Traguelho
Vítor Manuel Carvalho Madureira
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Carlos Alberto Fernandes Alcobia

Banco Nacional Ultramarino, S. A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1989
CONSOLIDADO

CONTAS	ACTIVO BRUTO	PROVISÕES AMORTIZAÇÕES E MENOS VALIAS	ACTIVO LÍQUIDO
Certif. Dívida Governo Macau	11 668 679 405$43		11 668 679 405$43
Caixa e Depósitos em Bancos Centrais	74 381 408 541$62		74 381 408 541$62
Valores a Cobrar	67 678 433 461$97		67 678 433 461$97
Depósitos e Aplicações noutras Instituições de Crédito no País	64 410 138 300$76		64 410 138 300$76
Depósitos no Estrangeiro	21 928 315 558$63		21 928 315 558$63
Notas e Moedas Estrangeiras e Ouro	1 576 467 196$29		1 576 467 196$29
Crédito Concedido	209 350 018 608$13	5 776 788 535$82	203 573 230 072$31
Aplicações em Títulos	43 764 885 034$67	118 850 251$58	43 646 034 783$09
BT's e Outros Títulos a Curto Prazo de Dívida Pública	7 113 449 000$00		7 113 449 000$00
BT's e Outros Títulos a Curto Prazo de Dívida Pública com Acordos de Recompra	9 539 280 000$00		9 539 280 000$00
Obrigações do Tesouro — Médio Prazo	46 730 000$00		46 730 000$00
Aplicações de Recursos Consignados	6 461 297 500$24		6 461 297 500$24
Devedores	31 224 912 125$18		31 224 912 125$18
Participações Financeiras	2 453 576 480$70		2 453 576 480$70
Imóveis	25 954 769 907$34	3 643 402 937$54	22 311 366 969$80
Equipamento	6 222 950 154$89	3 383 387 531$78	2 839 562 623$11
Outras Imobilizações	8 752 094 184$95	802 922 858$99	7 949 171 325$96
Contas Diversas	80 128 071 301$26		80 128 071 301$26
TOTAIS	672 655 476 762$06	13 725 352 115$71	658 930 124 646$35

CONTAS	PASSIVO	
Notas em Circulação		12 357 934 519$70
Depósitos à Ordem	156 208 120 350$78	
Depósitos com Pré-Aviso	178 533 514$00	
Depósitos a Prazo	281 571 231 117$99	
Depósitos de Poupança	45 702 102 846$64	
Depósitos a Prazo Representados por Certificados	5 120 800 000$00	488 780 787 829$41
Cheques e Ordens a Pagar	3 875 087 016$46	
Recursos Consignados	6 461 583 728$64	
Outros Recursos	45 958 972 457$68	
Credores	24 305 454 486$02	
Contas Diversas	37 029 750 346$35	117 630 848 035$15
Provisões para Riscos Diversos		4 581 194 122$91
Títulos de Participação	10 150 000 000$00	
Capital	20 000 000 000$00	
Reservas	5 759 873 654$44	35 909 873 654$44
Resultados Transitados de Exercícios Anteriores	(1 119 285 539$57)	
Resultado do Exercício	788 772 024$31	(330 513 515$26)
TOTAIS		658 930 124 646$35

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
O DIRECTOR
Carlos José da Silva Bagão

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS	
Valores Recebidos em Depósito	66 161 599 364$21
Valores Recebidos para Cobrança	21 411 682 289$45
Valores Recebidos em Caução	280 586 469 123$73
Garantias e Avales Prestados	29 242 817 065$07
Créditos Abertos	10 029 210 719$51
Aceites em Circulação	1 258 005 646$77
Valores Dados em Caução	303 995 680$00
Operações Cambiais	
A Prazo	
Compras	11 245 141 383$11
Vendas	14 865 746 061$79
Outras Contas Extrapatrimoniais	300 048 627 591$52

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
João António Morais da Costa Pinto — Presidente
Carlos Prieto Traguelho
Vítor Manuel Carvalho Madureira
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Carlos Alberto Fernandes Alcobia

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1989
CONSOLIDADO
CONTA DE EXPLORAÇÃO

DÉBITO	MONTANTE	CRÉDITO	MONTANTE
Custos de Operações Passivas	41 949 893 752$85	Proveitos de Operações Activas	53 801 346 882$09
Custos com o Pessoal		Proveitos de Serviços Bancários	2 455 501 445$23
Remunerações dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	42 174 238$00	Proveitos de Outras Operações Bancárias	4 073 419 603$02
Remunerações de Empregados	8 241 315 134$17	Rendimento de Títulos de Crédito e de Participações Financeiras	4 808 004 090$52
Encargos Sociais Obrigatórios	3 965 392 552$36	Outros Proveitos Bancários	1 207 109 685$29
Outros Custos com o Pessoal	80 150 535$71	Proveitos Inorgânicos	186 012 553$01
Fornecimentos de Terceiros	609 249 383$04		
Serviços de Terceiros	2 862 393 829$88		
Outros Custos Bancários	1 388 383 639$53		
Impostos	34 979 088$38		
Custos Inorgânicos	93 731 039$40		
Dotações para Amortizações	1 158 853 668$00		
Dotações para Provisões	5 453 430 360$84		
Lucro de Exploração	651 447 037$00		
TOTAL	66 531 394 259$16	TOTAL	66 531 394 259$16

CONTA DE LUCROS E PERDAS

DÉBITO	MONTANTE	CRÉDITO	MONTANTE
Perdas Relativas a Exercícios Anteriores	1 323 061 418$74	Lucro de Exploração	651 447 037$00
Perdas Excepcionais	32 213 382$69	Lucros Relativos a Exercícios Anteriores	419 609 034$53
Dotações para Impostos sobre Lucros do Exercício	120 620 360$00	Lucros Excepcionais	510 429 774$59
Resultado do Exercício	788 772 024$31	Provisões Utilizadas	683 181 339$62
TOTAL	2 264 667 185$74	TOTAL	2 264 667 185$74

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
O DIRECTOR
Carlos José da Silva Bagão

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
João António Morais da Costa Pinto — Presidente
Carlos Prieto Traguelho
Vítor Manuel Carvalho Madureira
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Carlos Alberto Fernandes Alcobia

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DE 30 DE MARÇO DE 1990

Banco Nacional Ultramarino, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto no Código das Sociedades Comerciais e nos Estatutos do Banco Nacional Ultramarino, SA, vem o Conselho Fiscal apresentar-vos o relatório da actividade desenvolvida bem como o parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e as Contas e respectivos. Anexos, relativos ao exercício de 1989.

1. Introdução

No exercício de 1989, o Banco Nacional Ultramarino completou 125 anos de actividade num contexto de reorganização interna e recuperação financeira que, pelos resultados já alcançados num ambiente caracterizado por grande competitividade e acrescidas restrições ao crédito impostas pela política monetária, permite perspectivar a consolidação da sua posição na banca comercial portuguesa.

Em especial cumpre destacar, desde já, a melhoria conseguida nas condições de exploração, reflectida quer a nível da chamada margem financeira alargada (+ 78,9% do que a registada no ano anterior) quer a nível do «cash-flow» global (+ 686,2% do verificado no ano transacto).

É, por isso, grato ao Conselho Fiscal sublinhar a forma empenhada e eficaz como o Conselho de Administração conduziu a gestão do Banco e secundar a homenagem prestada por este último aos trabalhadores da Instituição.

2. Actividade do Conselho Fiscal

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal, no desempenho das suas funções, acompanhou a actividade e o funcionamento do Banco, em especial no Continente, Açores e Madeira, para o que manteve os necessários contactos com o Conselho de Administração e com os Serviços, principalmente de Contabilidade e Inspecção e Auditoria, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias, entender convenientes. Por outro lado, através dos indicadores de gestão e outra documentação recebida, designadamente as situações analíticas e os controlos de execução orçamental e da situação do crédito, verificou a evolução dos resultados e dos desvios relativamente ao Orçamento para 1989, que foi também objecto de apreciação. Acompanhou-se ainda de perto a sequência dada às recomendações feitas pelos auditores externos em relatório de Abril de 1989.

Para este efeito, o Conselho Fiscal, além de reuniões de trabalho em regra com periodicidade semanal, reuniu pelo menos uma vez por mês, lavrando em acta todas as matérias tratadas nessas reuniões, em que igualmente se pronunciou sobre os assuntos que lhe foram submetidos e fez as recomendações, que transmitiu ao Conselho de Administração, que julgou oportunas.

Deve anotar-se, por último, que se encontra presentemente em curso uma nova auditoria externa. O seu relatório final só estará disponível em data posterior à deste parecer, mas o Conselho Fiscal, em contactos com os auditores, procurou informar-se sobre os principais problemas detectados.

3. Actividade interna do Banco

O exercício de 1989 foi o primeiro completamente decorrido após as alterações estatutárias do Banco, consequentes modificações na titularidade do capital e respectivas elevações até 20 milhões de contos.

Este novo quadro, complementado com condições favoráveis proporcionadas pelos accionistas, permitiu lançar um conjunto de medidas essenciais para a recuperação do Banco, que foram intensificadas no decorrer de 1989.

No âmbito das condições operativas, o Conselho Fiscal sublinha o continuado esforço de qualificação dos recursos humanos, as medidas de reorganização orgânica e o reequipamento de estruturas indispensáveis à modernização e satisfação das exigências do mercado, com resultados já traduzidos numa acrescida capacidade de intervenção.

A política de contenção do crédito em vigor continuou a representar um importante condicionamento para a evolução da carteira de operações no mercado interno, limitação parcialmente compensada pelo desconto sobre o exterior.

Por outro lado, o banco aumentou substancialmente o seu envolvimento nos mercados monetário e de capitais ao mesmo tempo que introduziu novos produtos e serviços, incrementando, assim, a sua actividade comercial em diferentes segmentos de mercado e criando fontes de proveitos adicionais.

Por deliberação do Conselho de Ministros foi ao Banco dirigida a orientação de votar especial apoio financeiro a pequenas e médias empresas para o que viria a receber fundos consignados no montante de 5 milhões de contos. Neste contexto merecem referência, de entre as várias participações concretizadas e em curso, na criação de novas sociedades financeiras, as que se dedicam a fomentar o capital de risco.

Na esfera internacional destacam-se a constituição da Sucursal Financeira Exterior na zona «off-shore» da Madeira, bem como a tomada de controlo na gestão da Banque Franco-Portugaise.

4. Apreciação do Relatório, Balanço e Contas

Da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados do exercício de 1989, destaca-se o resultado positivo alcançado, em termos consolidados, de 788 772 024$31, sendo:

— Para o Continente, Açores e Madeira um resultado positivo de 316 487 994$33; e
— Para Macau um resultado igualmente positivo de 472 284 029$98.

O resultado positivo apurado representa uma melhoria de 1 908 milhares de contos em relação ao resultado negativo de 1988, que foi de 1 119 mil contos, sendo de notar que o apuramento daquele resultado é feito depois de:

— Reforçadas as provisões em 5 453 mil contos, sendo o total das provisões disponíveis, no final de 1989, de 10 368 mil contos, sendo para créditos de cobrança duvidosa a quantia de 5 777 mil contos;
— Feitas as amortizações do exercício no montante de 1 159 mil contos, excluindo-se deste cômputo as relativas à nova sede do BNU, em fase de acabamento;
— Registados em custos a totalidade dos encargos para férias e subsídios de férias de 1989 a pagar em 1990 relativos ao Continente, Açores e Madeira e bem assim a quantia de 320 mil contos, correspondente a 25% desses encargos relativos a 1988 e pagos em 1989, no que se seguiu o critério fiscal previsto no art.º 12.º do Decreto-lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro.

Pelas verificações a que se procedeu e pelas informações obtidas do Conselho de Administração e dos Serviços, o Conselho Fiscal conclui que as peças financeiras de final do exercício sujeitas à sua apreciação tiveram em consideração as regras e os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras instruções e orientações complementares aplicáveis.

As análises feitas tiveram particular incidência nas contas referentes à actividade do Banco Nacional Ultramarino desenvolvida no Continente, Açores e Madeira. Para as contas da Sucursal de Macau houve apenas uma apreciação com base em simples análise dos documentos que foram apresentados a este Conselho.

Em consequência dessas análises, são de destacar, pela sua extensão qualitativa e quantitativa, os seguintes aspectos:

— Foram regularizados pelo Estado os prejuízos dos exercícios de 1986 e 1987, continuando apenas pendente a esse respeito em Devedores a quantia de 723 contos;
— Continuam pendentes de regularização em contas do Activo e do Passivo saldos relacionados com a descolonização;
— Apesar do reforço, efectuado neste exercício, já atrás mencionado, continuam insuficientes as provisões existentes para cobertura de créditos de cobrança duvidosa e para cobertura de outros riscos;
— São inexistentes as provisões necessárias para cobertura de encargos com pensões de reforma e de sobrevivência;
— Não obstante as regularizações já feitas, continuam ainda a carecer de adequada análise, reclassificação ou regularização situações incluídas nas contas de «Devedores», «Credores» e «Contas Diversas», com destaque neste último caso para o saldo das «Contas Interdepartamentais».

O Relatório do Conselho de Administração encontra-se em conformidade com as contas apresentadas.

5. Parecer

Em face do exposto, com as ressalvas dele decorrentes e tendo em conta o conteúdo da Certificação Legal das Contas, subscrita pela Sociedade Revisora de Contas, com a qual concorda, o Conselho Fiscal emite parecer favorável à aprovação do Relatório, Balanço e Contas do Banco Nacional Ultramarino, SA, relativos ao exercício de 1989.

O Conselho Fiscal dá igualmente o seu parecer favorável à proposta de aplicação dos resultados do exercício de 1989, apresentada pelo Conselho de Administração, a saber:

• Reserva Legal	78 900 000$00
• Resultados Transitados	709 872 024$31

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1990

O CONSELHO FISCAL

(Manuel Henrique de Freitas Pereira — Presidente)

(Joaquim António Rodrigues Bagorro — Vogal)

(Albuquerque, Aragão e Associados, S.R.O.C.,
representada por João Florêncio Vicente de Carvalho)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

1 — Examinámos as contas do Banco Nacional Ultramarino, S.A. que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1989, a Demonstração de Resultados — **Contas de Exploração e de Perdas e Lucros** — e os respectivos Anexos, relativos à actividade exercida no Continente e Ilhas, elaborados em conformidade com o **Plano de Contas para o Sistema Bancário,** aprovado pelo Decreto-Lei n.º 455/78, de 30 de Dezembro, com a legislação complementar aplicável e com as instruções e orientações das Autoridades Monetárias.
O exame em referência fez-se com a profundidade e a extensão que foram julgadas necessárias dentro das possibilidades existentes nas circunstâncias.

2 — Relativamente a Macau, cujas contas foram adicionadas, em termos de consolidação, às anteriores, os exames feitos foram mais limitados, por razões óbvias de dificuldades de contactos com os responsáveis, cingindo-se à simples análise dos documentos financeiros facultados ao Conselho Fiscal.

3 — O Banco Nacional Ultramarino prosseguiu, em 1989, com a sua reestruturação financeira e administrativa, com evidentes sinais de melhoria, quer em meios materiais e humanos, quer em condições de exploração.

4 — Em matéria de análise de operações e da consequente regularização de situações contabilísticas vindas do passado houve já um avanço significativo, mas o assunto não se encontra ainda totalmente ultimado, em termos de saneamento contabilístico e financeiro, nomeadamente quanto às contas de «Devedores», «Credores» e «Contas Diversas».

5 — Em contas activas e passivas continuam pendentes de regularização verbas relacionadas com a descolonização.

6 — As provisões para cobertura de crédito «mal parado» e de riscos diversos, apesar de reforçadas por montantes adequados, dentro dos limites possíveis estabelecidos, continuam a revelar-se insuficientes.

7 — São inexistentes provisões ou reservas necessárias para cobertura de encargos com pensões de reforma e de sobrevivência.

8 — O Relatório do Conselho de Administração está elaborado de acordo com as contas apresentadas.

9 — Não obstante as observações anteriores, é nossa convicção que os documentos de prestação de contas apresentados traduzem a situação financeira do Banco, bem como os resultados das suas operações referentes ao exercício de 1989, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites na actividade bancária, aplicados de uma forma consistente em relação ao exercício anterior.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1990

ALBUQUERQUE, ARAGÃO & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por João Florêncio Vicente de Carvalho.

Banco Nacional Ultramarino, S. A.

INVENTÁRIO DE APLICAÇÕES EM TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1989

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR PARA EFEITOS DE BALANÇO
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA PORTUGUESA		
Tesouro/1975 — Nac. Exprop. B. Angola — 1.ª Série	3	8 670$00
Tesouro/1975 — Nac. Exprop. B.N.U. — 1.ª Série	3	10 110$00
Tesouro/1975 — Nac. Exprop. B. Port. — 2.ª Série	1	1 898$50
Tesouro/1977 — Nac. Exprop. Classe VI	37	37 000$00
Tesouro/1977 — Nac. Exprop. Classe VII	90	90 000$00
Tesouro/1977 — Nac. Exprop. Classe XII	1	963$86
Tesouro/1980 — Fides/Fia Classe VIII	135	135 000$00
Tesouro/1980 — Fides/Fia Classe IX	20	20 000$00
Tesouro/1980 — Fides/Fia Classe X	100	100 000$00
Tesouro/1980 — Fides/Fia Classe XI	770	770 000$00
Tesouro/1980 — Fides/Fia Classe XII	760	760 000$00
Empréstimo Interno Amortizável — 1987	1 180 000	1 180 000 000$00
Tesouro — Fip — 1982	51 562	51 562 000$00
Tesouro — Fip — 1983	14 684	14 684 000$00
Tesouro — Fip — 1984	10	10 000$00
Tesouro — Fip — 1985 — 1.ª Emissão	2 440	7 320 000$00
Tesouro — Fip — 1985 — 2.ª Emissão	6 550	32 750 000$00
Tesouro — Bonificação — 1985	7 391	3 695 500 000$00
Tesouro — Fip — 1986 — 1.ª à 3.ª Série	21 201	212 010 000$00
Tesouro — Fip — 1987 — 1.ª à 3.ª Série	24 849	248 490 000$00
Tesouro — Fip — 1987 — 4.ª à 12.ª Série	123 692	1 236 910 000$00
Tesouro — Fip — 1988 — 7.ª Série	53 792	537 920 000$00
Tesouro — Fip — 1989 — 1.º Período	136 458	1 364 580 000$00
Tesouro — Fip — 1989 — 3.º Período	59 890	598 900 000$00
Tesouro — Fip — 1989 — 7.ª Série	204 185	2 041 850 000$00
Tesouro — Fip — 1989 — 14.º Período	366 318	3 663 180 000$00
Tesouro — Capit. Automática — 1986 — 5.ª Série	293	7 325 000$00
Tesouro — Capit. Automática — 1989 — 10/11.ª Série	2 056 470	2 056 470 000$00
Certificado Empréstimo Interno Amortizável	40 000	4 000 000 000$00
SOMA		20 951 394 642$36
OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DO ESTADO		
C.P. (SF — 1) — 1985	13 615	136 150 000$00
C.P. (SF — 2) — 1985	21 720	217 200 000$00
Setenave — Estaleiros Navais de Setúbal/1980/81/84/88	448 173	448 173 000$00
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	42 652	42 652 000$00
Fábrica — Escola Irmãos Stephens	173 145	173 145 000$00
Junta Autónoma das Estradas	1 900	1 900 000$00
Tap — Transportes Aéreos Portugueses	11 429	11 429 000$00
Região Autónoma dos Açores	86 625	86 625 000$00
Governo Regional da Madeira — Portaria n.º 672/81	45 500	45 500 000$00
Governo Regional da Madeira — Portaria n.º 663/82	86 286	86 286 000$00
Governo Regional da Madeira — Portaria n.º 883/83	74 400	74 400 000$00
Governo Regional da Madeira — Portaria n.º 1054-B/83	66 400	66 400 000$00
Governo Regional da Madeira — Portaria n.º 783/85	217 010	217 010 000$00
Governo Regional da Madeira — Portaria n.º 762/86	252 179	252 179 000$00
Governo Regional da Madeira — Portaria n.º 1028/81	19 200	19 200 000$00
Governo Regional da Madeira — Portaria n.º 1028/81	19 200	19 200 000$00
Governo Regional da Madeira — Portaria n.º 663/82	58 500	58 500 000$00
SOMA		1 955 949 000$00
OUTRAS OBRIGAÇÕES DE ENTIDADES NACIONAIS		
Cotadas na Bolsa		
Comp.ª Geral Cred. Predial Português 3,5% — 1944	450	22 500$00
Comp.ª Geral Cred. Predial Português 3,5% — 1945	100	3 200$00
Comp.ª Geral Cred. Predial Português 3,5% — 1953	1 700	76 500$00
Cisf — Comp. Inv. Serv. Financeiros/88 — Série A	100 310	95 294 500$00
Cisf — Comp. Inv. Serv. Financeiros/88 — Série B	25 900	25 123 000$00
Copaz/Iberol — 1986	9 100	8 645 000$00
EDP — Electricidade Portugal/86 — 10.ª Emissão	120	121 200$00
EDP — Electricidade Portugal/88 — 14.ª Emissão	3 740	3 627 800$00
Essi — Soc. Investimentos, SA/88	44 900	41 308 000$00
Euro-Financeira/88 — Série A	37 060	37 060 000$00
Euro-Financeira/88 — Série B	28 300	28 300 000$00
Euroleasing/88 — 1.ª Emissão	70	67 900$00
Euroleasing/88 — 2.ª Emissão	910	882 700$00
Fitor — Comp. Port. Têxteis, SA/87	24 670	24 670 000$00
Hidro Eléctrica do Douro — 5%	308	194 040$00
Hidro Eléctrica Portuguesa — 5% — 1951	1	450$00
Lameirinho/87	40	39 600$00
Lusoleasing/88 — Emissão Especial	10 625	9 934 375$00
Sociedade Construções Amadeu Gaudêncio/88	9 460	9 270 800$00
Sociedade Rações Vimeiro/Agrobate/86	12 200	12 322 000$00
Sociedade Têxtil — Luís Correia — 1988 — Série A	1 200	1 140 000$00
Sociedade Têxtil — Luís Correia — 1988 — Série H	7 500	7 125 000$00
Sociedade Têxtil — Luís Correia — 1988 — Série I	7 500	7 125 000$00
Somelos/88 — Indústria de Têxteis — 6.ª Emissão	10 000	9 900 000$00
União Eléctrica Portuguesa — 5% — 1960	6	3 300$00
Vila Têxtil — Soc. Indústria Têxtil — 1988	23 535	23 535 000$00
Não Cotadas na Bolsa		
Baviera — 1988 — Comércio de Automóveis	441	441 000$00
Bemposta — Inv. Turist. Algarve	665	665 000$00
Brás & Brás, SA	30 370	30 370 000$00
Câmara Municipal do Porto	6 870	6 870 000$00
Caves D. Teodósio — 1988	10 000	10 000 000$00
Cetec — E. Tec. Electricidade — 1988 — Série A	3 680	3 680 000$00
Cetec — E. Tec. Electricidade — 1988 — Série B	7 500	7 500 000$00
Cimpomóvel — Com. Imp. Automóveis e Acessórios	12 700	12 700 000$00
Coelima — Indústria de Têxteis, SA/88	4 400	4 400 000$00
Emasa — Emp. Alimentação — 1988 — Série A	30 000	30 000 000$00
Emasa — Emp. Alimentação — 1988 — Série B	30 000	30 000 000$00
Emasa — Emp. Alimentação — 1988 — Série C	8 000	8 000 000$00
Emasa — Emp. Alimentação — 1988 — Série D	30 000	30 000 000$00
Emasa — Emp. Alimentação — 1988 — Série E	9 550	9 550 000$00
F. Ramada — 1988 — Série A	400	400 000$00
F. Ramada — 1988 — Série B	1 860	1 860 000$00
F. Ramada — 1988 — Série C	500	500 000$00
F. Ramada — 1988 — Série D	7 500	7 500 000$00
Fábrica de Porcelanas Vista Alegre	540	540 000$00
Fett-Fundo Esp. Transportes Terrestres — Série A	1 860	18 600 000$00
Fett-Fundo Esp. Transportes Terrestres — Série B	13 640	136 400 000$00
Francisco Fino, Lda. — 1.ª/2.ª Tranches — 1987	2 280	2 280 000$00
Geofinança — 1988 — 1.ª Emissão	53 700	53 700 000$00
Iberol — Sociedade Ibérico Oleaginosas — 1988	20 890	20 890 000$00
Interfina — 1989 — Cautela	1 940	1 940 000$00
Liscont — Operadores Contentores — 1987	42 500	42 500 000$00
Nova Deta — 1989 — Cautela	129 010	129 010 000$00
Polijalfe — 1989 — Cautela	12 010	12 010 000$00
Real Companhia Velha — 1988	20 620	20 620 000$00
Real Vinícola — 1988	2 440	2 440 000$00
Renault Gest — 1988 — Cautela	160	160 000$00
Ricardo Galo — 1989	4 000	4 000 000$00
Salvador Caetano — 1988	122 090	122 090 000$00
Slibail Portuguesa — 1988 — 2.ª Emissão	10 000	10 000 000$00
Sociedade Comercial Orey Antunes — 1989 — Cautela	19 500	19 500 000$00
Sociedade Portuguesa Leasing — Série A — Cautela	65 620	65 620 000$00
Sociedade Portuguesa Leasing — Série B — Cautela	2 100	2 100 000$00
Sociedade Portuguesa Leasing — Série C — Cautela	4 300	4 300 000$00
Sociedade Construções Severo de Carvalho	500	500 000$00
Sopsi — 1988 — Soc. Port. Sistema Informático	10 000	10 000 000$00
Transmotor — Soc. Com. Ind. Transmotores — 1988	25 000	25 000 000$00
Tave — Fábrica Calçado, Lda. — 1988 — Série A	1 450	1 450 000$00
Tave — Fábrica Calçado, Lda. — 1988 — Série B — Cautela	500	500 000$00
Tave — Fábrica Calçado, Lda. — 1988 — Série C — Cautela	200	200 000$00
Tave — Fábrica Calçado, Lda. — 1988 — Série D	600	600 000$00
Tave — Fábrica Calçado, Lda. — 1988 — Série E — Cautela	6 000	6 000 000$00
Tetra — Estil — 1989 — Cautela	1 420	1 420 000$00
Vicaima Industrial — Série A	2 900	2 900 000$00
Vicaima Industrial — Série B	100	100 000$00
Vicaima Industrial — Série C	12 500	12 500 000$00
SOMA		1 270 097 865$00
ACÇÕES DE EMPRESAS NACIONAIS		
Cotadas na Bolsa		
Alco — Algodeira Comercial e Industrial	278	389 200$00
B.P.I. — Banco Português de Investimento — Portador	3	24 900$00
B.P.I. — Banco Português de Investimento — Nominativa	18	129 600$00
Banco Manufacturers Hanover Portugal, SA — Portador	30 037	75 092 500$00
Cipan — Companhia Ind. Produtos Antibióticos — 1987	19 174	25 884 900$00
Companhia Fiação e Tecidos Torres Novas — Portador	2 131	2 770 300$00
Companhia Portuguesa do Cobre	840	1 318 800$00
Companhia Portuguesa Rádio Marconi	5	79 500$00
Companhia Portuguesa Rádio Marconi — Nominativa	134 074	1 756 369 400$00
Companhia Portuguesa Rádio Marconi — Portador	174 692	2 777 602 800$00
Companhia de Seguros O Trabalho	484	1 887 600$00
Dom Pedro — Investimentos Turísticos	196	474 320$00
Emasa — Empresa de Alimentação	52 753	63 303 600$00
Essi — Espírito Santo Sociedade de Investimento	4 119	21 212 850$00
Estoril-Sol — Emissão 1986 — Portador	85 406	128 963 060$00
F. Ramada — Cupão	814	1 294 260$00
Finagra — Sociedade Industrial e Agrícola	45	58 500$00
Fisipe — Fibras Sintéticas de Portugal	140	259 000$00
Fitor — Companhia Portuguesa de Têxteis	812	1 997 520$00
Hidroprojecto — Consult. Hidráulica Salubridade	19 870	30 997 200$00
Imobiliária Construtora Grão Pará, SA	3 034	7 160 240$00
I.T.I. — Sociedade Invest. Turístico Ilha da Madeira	116	248 240$00
J. Soares Correia	1	2 880$00
Lameirinho — Indústria Têxtil, SARL	11 970	59 131 800$00
Lisnave — Estaleiros Navais de Lisboa	183 707	484 986 480$00
Lusoleasing — Sociedade Loc. Financeira Imobiliária	2 437	20 105 250$00
Mundicenter — Sociedade Imobiliária, SA	4	9 520$00
Novembal — Sociedade Portuguesa Novembal	150	408 000$00
Novopan — Empreend. Prod. Aglomerados de Madeira	66	137 280$00
Papelaria Fernandes	105	247 800$00
Polimaia — Sociedade Industrial Química, SA	16	17 120$00
Proadec — Produtos Adesivos e Decorativos	134	241 200$00
Proalimentar — Companhia de Produtos Alimentares Centro	10	23 000$00
Sabel — Santos e Bento	100	248 000$00
Sacor Marítima	43 204	103 689 600$00
Sociedade Comercial Orey Antunes	129	163 830$00
Sociedade Construções Amadeu Gaudêncio	15	31 500$00
Sonagi — Sociedade Nac. Gestão e Investimento — Portador	80	248 000$00
Sopete — Sociedade Poveira de Empreend. Turísticos — Portador	2 992	3 590 400$00
Soporcel — Sociedade Portuguesa de Celulose, SARL	169 189	1 827 241 200$00
Transinsular — Transportes Marítimos Insulares — Portador	2	4 000$00
Vila Têxtil — Sociedade Industrial Têxtil	11	16 390$00
Corticeiras Amorim, SA	28	109 200$00
Não Cotadas na Bolsa		
Aepa — Administrações Est. Participações Financeiras	50	1 700$00
Agloma — Aglomeradora de Madeira	21 850	69 989 921$00
Alumínio Português de Angola — Série A	1 000	500 000$00
Alumínio Português de Angola — Série C	12 500	6 250 000$00
B.S.V. — Máquinas e Automatismo, SA	15 076	15 076 000$00
Compal — Companhia Portuguesa de Conservas Alimentares	4	1$00
Cnufa — Companhia Nacional Ultramarina Fom. Administração	4 991	70 897 138$28

Banco Nacional Ultramarino, S. A.

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR PARA EFEITOS DE BALANÇO
Companhia Portuguesa Loc. Financeira Mobiliária Locapor	87	261 000$00
Comundo — Consórcio Mundial Export. Importação — Portador	10	14 644$26
Casa Hipólito	16 544	16 544 000$00
Companhia Criação e Comércio de Gados — Portador	34	4 070$80
Cosider — Companhia Serviços Siderúrgicos	192 352	192 352 000$00
Efanor — Empresa Fabril do Norte, SA	7 996,125	63 969 000$00
Eminco — Empreendimentos Industriais Comerciais	14 863	14 863$00
Empresa Têxtil — Duarte Ferreira	41 835	41 835 000$00
Fábrica de Portugal, SA	6 075	6 075 000$00
Fábrica Alvorada — Fiação Malhas e Meias	90	9 000$00
I.A.T.H. — Indústria Açoreana Turística Hoteleira	3 085 778	3 085 778 000$00
Incal — Indústria e Comércio de Alimentação, SARL	213	1$00
Incotal — Indústria de Concentrados de Alvalade	38 466	38 466 000$00
Imobiliária de Aviz — Portador	20	20 000$00
Interhotel — Sociedade Internacional Hotéis — Série B	680	1 504 058$00
Laboratórios Azevedo — Ind. Farmacêuticas, SARL	24	1$00
Matur — Sociedade Empreend. Turísticos da Madeira — Portador	2 052	2 555 756$00
Messa — Máquinas de Escrever, SARL (Privilegiada)	30 000	3 000 000$00
Nacional — Companhia Ind. Transformação de Cereais	52 547	52 547 000$00
Nova Vouga — Indústrias de Alimentação, SARL	80 848	80 848 000$00
Salvor — Sociedade Investimentos Hoteleiros — Portador	177	613 250$10
Sege — Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas	3 700	3 700 000$00
Sociedade Industrial Aliança — Cupão	10	9 016$50
Sociedade Industrial Farmacêutica — Portador	24	96 990$00
Sociedade Investimentos Imobil. Praia da Rocha — Portador	891 000	355 892 441$30
Sociedade Portuguesa Electrometalúrgica	65 614	65 614 000$00
Sointal — Sociedade Iniciativas Algarvias — Nominativa	128	1 015 433$10
Sodimul — Sociedade Comércio e Turismo	5	114$80
Somotel — Sociedade Portuguesa Moteis — Portador	10	24 958$30
Sopol — Sociedade Geral Construções e Obras Públicas	2	1 960$00
Sorefame — Sociedades Reunidas Fabricações Metálicas	343	343 000$00
Sulei — Sociedade Ultramarina Empreendimentos Imobiliários	325 000	4 988 139$00
Retur — Residências Turísticas — Cupão	572	170 000$00
Proprial — Sociedade Invest. Administração Propriedades Alcobaça	2 500	2 504 300$50
Proturotel — Promoção Turística e Hoteleira	5 000	5 000 002$00
Companhia Portuguesa Fornos Eléctricos — Cupão	1 886	1 149 603$60
SOMA		11 587 806 103$54

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR PARA EFEITOS DE BALANÇO
QUOTAS		
Colinas do Alvor — Sociedade Imobiliária, Lda.		21 000 000$00
Empresa Transportes Fluviais Silves e Portimão		5 302$30
Sociedade Imobiliária Colinas D'Arge, Lda.		87 000 000$00
Sociedade Imobiliária Tróia — B 3, Lda.		24 000 000$00
SOMA		132 005 302$30
TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO		
Caíca — Complexo Agro-Industrial do Cachão — Portador	91 511	91 511 000$00
I.P.E. — Sorefame	304 300	304 300 000$00
T.L.P. — 1987 — 1.ª Emissão — 1.ª Tranche	39 491	42 650 280$00
T.L.P. — 1987 — 1.ª Emissão — 2.ª Tranche	1 250	1 350 000$00
SOMA		439 811 280$00
UNIDADES PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS INVESTIMENTO		
Fundo Mobiliário Invest	17 125	22 228 250$00
Fundo Investimento Rendimento Acumulado	478	512 320$40
SOMA		22 740 570$40
TÍTULOS ESTRANGEIROS		
Companhia Comercial Indust. Agrícola de S. Paulo	529 878	2 958 637$00
Companhia Ilha de S. Tomé	1 000	1 000 000$00
Five Arrows, Lda.	570	450 000$00
Sociedade Comercial Ultramarina	3 501	447 265$55
Sociedade Industrial Ultramarina	3 160	3 160 000$00
Movinvest — Sociedade Nouvelle D'Investissements	25	69$30
SOMA		8 015 971$85
TOTAL GERAL		**36 367 820 735$45**

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1989

Bank of Lisbon International, Ltd.	4 430 600	(a)	375 145 378$00
Banque Franco Portugaise	255 000	(b)	172 665 004$00
SWIFT — Soc. For World Wide Fin. Tel.	47	(c)	2 740 674$00
UNICRE — Cartão Internacional de Crédito	46 500		10 750 861$50
CISF — Companhia Investimentos Financeiros, SARL	91 336	(d)	564 854 561$20
FINANGESTE — Emp. Fin. Gestão Desenvolvimento, SARL	38 600		38 600 000$00
ETV — Empresa Transporte Valores, SARL	7 500		7 500 000$00
Euro-Travellers Cheques (Portugal), SA	400		400 000$00
Fundo Garantia de Riscos Cambiais	60	(e)	60 000 000$0
IPE — Inv. e Participações do Estado	66 836		100 254 000$00
INVESTIL — Sociedade Gestora F. Inv. Mobiliário Invest, SA	4 351	(f)	43 510 000$00
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços	89 316		100 943 200$00
PARAEMPRESA — Sociedade Parabancária Recuperação Empresa	2 500		2 500 000$00
Sociedade Portuguesa Leasing, SA	396 744		793 584 802$00
VANGUARDA — Sociedade Gestora Fundos e Pensões, SA	2 100	(f)	21 000 000$00
Companhia Portuguesa de Rating, SA	1 250		1 250 000$00
SOFINAC — Sociedade Gestão Investimento Imobiliário	22 028		22 028 000$00
PREVISÃO — Sociedade Gestora Fundo Pensões, SA	11 250		11 250 000$00
SOSET — Sociedade Desenv. Reg. Península de Setúbal	1 500		1 500 000$00
SULPEDIP — Sociedade Para Desenv. Indust., SA	100 000		15 000 000$00
NORPEDIP — Sociedade Para Desenv. Indust., SA	100 000		15 000 000$00
TOTAL			2 360 476 480$70

(a) Contravalor de 4 230 600,00 RAND
(b) Contravalor de 25 500 000,00 FRF
(c) Contravalor de 235 000,00 BEC
(d) Valor nominal 5 000$00
(e) Valor nominal 1 000 000$00
(f) Valor nominal 10 000$00

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
LISBOA-1864

BNU

I Série N.º 97
Dia 27 de Abril

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Declaração:
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério para 1990 no montante de 4 482 651 contos.

Ministérios das Finanças e da Saúde

Portaria n.º 316/90:
Altera o quadro de pessoal do Hospital de São João na parte referente à carreira médica hospitalar, no serviço de anatomia patológica.

Ministério da Justiça

Portaria n.º 317/90:
Cria várias conservatórias do registo predial, consequente desanexação de alguns serviços e alargamento de quadros de oficiais.

Ministério da Educação

Portaria n.º 322/90:
Aprova os planos de estudos dos cursos de formação complementar a que se refere o n.º 16 da Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho, nas variantes de Português e Francês, de Educação Visual e de Educação Física, ministrados na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Portaria n.º 323/90:
Altera os n.ºs 4.º e 6.º da Portaria n.º 497/88, de 27 de Julho, que regulamenta a avaliação do desempenho decorrente da aplicação do Estatuto do Pessoal das Administrações dos Portos (EPAP). Revoga o n.º 6.º da Portaria n.º 501/88, de 27 de Julho.

Portaria n.º 324/90:
Estabelece uma redução de 50% nas taxas de utilização de equipamentos de radiocomunicações do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão aplicável a utentes deficientes.

Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

Decreto-Lei n.º 139/90:
Desenvolve o regime jurídico instituído pela lei n.º 90/88, de 13 de Agosto (protecção ao lobo ibérico).

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

ORQUESTRA

Concurso para admissão de instrumentistas de:

violino
concertino
concertino assistente
solista A
solista B
tutti

viola
solista B

fagote
solista A

trombone
(com trombone baixo)
solista B

tímpanos
(com percussão)
solista A

Os candidatos devem efectuar a sua inscrição na Secretaria da Orquestra, onde os respectivos programas e demais condições estão patentes até 25/5/90. As provas realizar-se-ão entre 5 e 8 de Junho.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AGENDA

O ESTADO DO TEMPO

HOJE

CONTINENTE

Regiões do Norte: - Céu pouco nublado ou limpo e vento fraco ou moderado de Nordeste.

Regiões do Centro: - Céu pouco nublado, tornando-se muito nublado a partir da tarde, com possibilidade de aguaceiros e trovoada. Vento fraco a moderado de Leste.

Regiões do Sul: - Céu muito nublado, alternando com boas abertas. Vento do quadrante Leste, geralmente moderado e possibilidade de ocorrência de aguaceiros e trovoadas.

Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Noroeste de 2 a 3 metros na Costa Ocidental e cavado com ondulação Sueste de 1 a 2 metros na Costa Sul.

Amanhã:
Regiões do Norte: céu pouco nublado, apresentando períodos de muito nublado a partir da tarde. Vento fraco a moderado de Leste.

Regiões do Centro e Sul: Céu geralmente muito nublado. Aguaceiros e possibilidade de trovoadas. Vento fraco a moderado do quadrante Sul, podendo apresentar períodos de muito nublado na região Sul. Vento Leste fraco a moderado.

Depois de amanhã:
Períodos de céu muito nublado nas regiões Norte e céu geralmente pouco nublado nas regiões do Centro e Sul. Aguaceiros e possibilidade de trovoadas em especial no Centro e Sul. Vento fraco a moderado de Sueste.

MADEIRA

Períodos de céu muito nublado e vento moderado , por veses forte de Norte. Aguaceiros, em especial nas vertentes Norte. Mar cavado com ondulação Norte de 2 metros na Costa Norte e mar encrespado a de pequena vaga com ondulação inferior a 1 metro na Costa Sul.

No Funchal: - Períodos de céu muito nublado e vento fraco. Possibilidade de aguaceiros.

Amanhã:
Períodos de céu muito nublado. Vento moderado de Norte, soprando fraco na região do Funchal. Aguaceiros nas vertentes viradas a Norte.

Depois de amanhã:
Períodos de céu muito nublado. Vento fraco a moderado de Norte. Aguaceiros nas vertentes viradas a Norte.

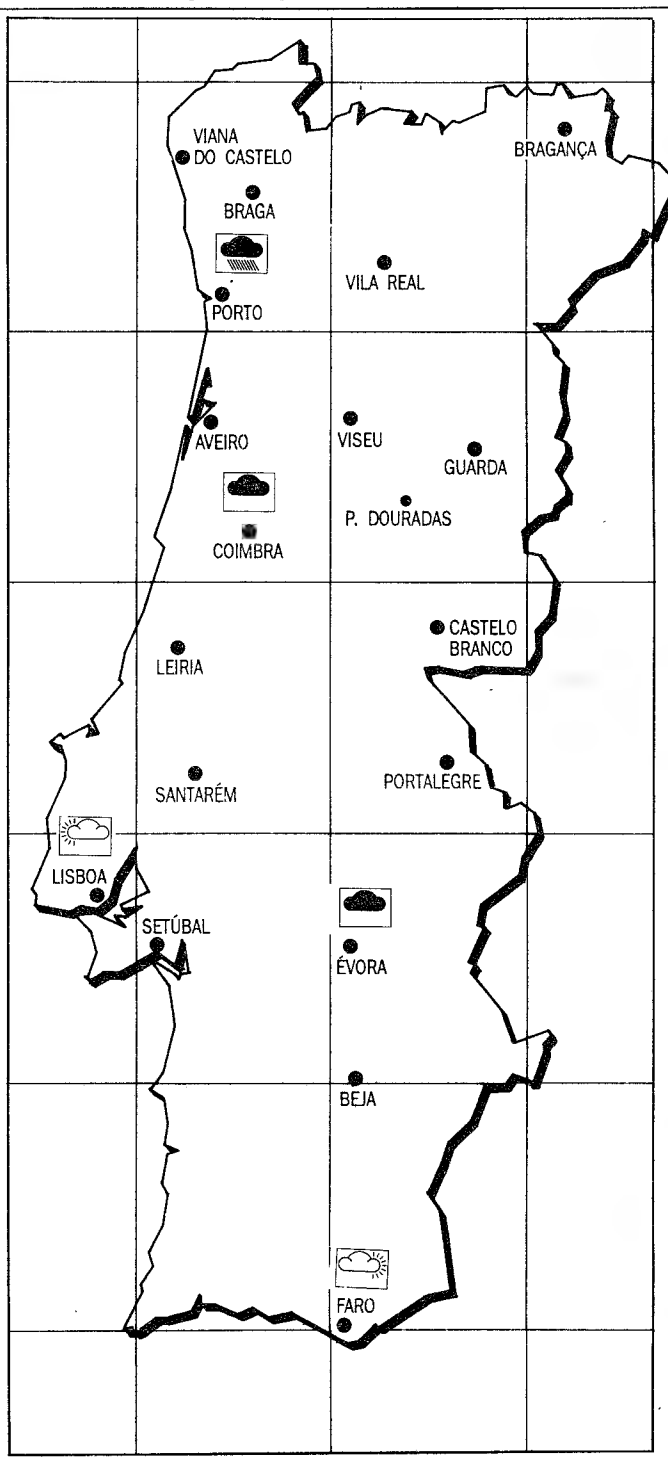
AÇORES

Grupo Ocidental:
Períodos de céu muito nublado e vento moderado de Sueste. Mar de pequena vaga ou cavado com ondulação Noroeste de 2 metros.

Grupo Central:
Períodos de céu muito nublado e vento moderado de Leste. Mar de pequena vaga ou cavado com ondulação Noroeste de 2 metros.

Grupo Oriental:
Períodos de céu muito nublado e vento moderado de Nordeste. Mar de pequena vaga ou cavado com ondulação Noroeste de 2 metros.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofisica



Céu limpo
Céu pouco nublado
Céu muito nublado
Chuva
Trovoada
Neve
Vento
Mar calmo
Mar encrespado

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
05.23	3,9m	10.59	0,4m
17.43	3,9m	23.28	0,4m

Amanhã

06.11	3,7m	11.44	0,7m
18.31	3,8m	00.18	0,6m

PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança	6	7	P. nub.
V. Castelo	9	9	Neblina
Vila Real	9	9	P. nub.
Porto	12	14	P. nub.
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	12	13	P. nub.
C. Carvoeiro	13	14	Limpo
C. Branco	9	10	P. nub.
Portalegre	-	-	-
Lisboa	13	13	P. nub.
Évora	11	11	M. nub.
Sines	-	-	-
Beja	9	10	M. nub.
Faro	12	15	M. nub.
Sagres	12	14	M. nub.
P. Delgada	11	12	P. nub.
Horta	14	14	M. nub.
Funchal	11	12	M. nub.

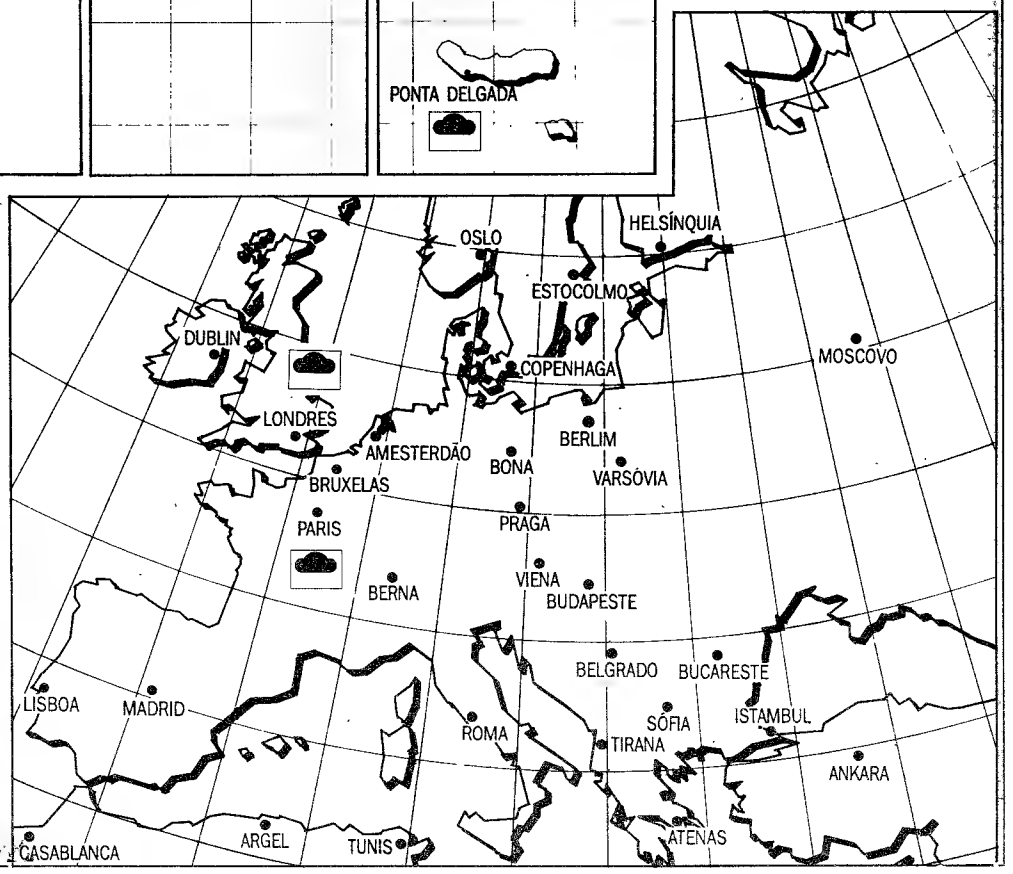
Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 20; Porto, 24; Faro, 20; P. Delgada, 18; Funchal, 19.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h
Madrid	-	13	Neblina
Londres	-	9	P. nub.
Paris	-	12	Chuva
Bruxelas	-	10	M. nub.
Amesterdão	-	11	P. nub.
Genebra	-	11	Chuva
Roma	-	17	Neblina
Oslo	-	8	M. nub.
Copenhaga	-	8	M. nub.
Estocolmo	-	9	Aguaceiros
Berlim	-	10	Chuva
Viena	-	14	M. nub.
Varsóvia	-	13	M. nub.
Atenas	-	22	P. nub.
Moscovo	-	8	Aguaceiros

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Chicago	18	25	Trovoada
Houston	20	28	Trovoada
Los Angeles	14	24	Limpo
Montreal	12	26	Limpo
Nova Iorque	16	29	Limpo
S. Francisco	11	23	Limpo
Toronto	17	30	Limpo
Vancover	5	13	Aguaceiros
Washington	16	32	Neblina
Hong Kong	16	23	Chuva
Melbourne	12	20	Aguaceiros
Pequim	8	20	Limpo
Perth	16	27	Aguaceiros
Singapura	27	34	Trovoada
Sydney	13	26	V. forte
Tóquio	13	20	Limpo
Wellington	11	18	Limpo



AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

SERVIÇO PERMANENTE

À Av. Estados Unidos N.º 9: Nova Lisboa, Rua Guilhermina Suggia, 12, Tel. 887721; **Campo de Ourique:** Lobel, Rua Infantaria 16, 98-B, Tel. 688807; **Estefânia:** Mundial, Largo D. Estefânia, 10, Tel. 545578; **João XXI:** Onilda, Av. João XXI, 13-A, Tel. 886848; **Lumiar:** Nicolau, Calçada de Carriche, Lote 4 - Loja Esq.ª, Tel. 7588727; **Martim Moniz:** Ferrão, Rua da Mouraria, 12-16, Tel. 860464; **Mercado do Chile:** Alcalis, Rua Carvalho Araújo, 46-B, Tel. 8141708; **Olivais Norte:** Central Olivais, Rua Alferes Barrilaro Ruas, 7-C, Tel. 315539; **Palhavã:** Aguiar, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A, Tel. 3469120; **Parque Eduardo VII:** Gomes, Rua Rodrigo da Fonseca, 101-A, Tel. 682333; **Santo Amaro:** Correia Azevedo, Rua Luís Camões, 42-B, Tel. 363625; **Sapadores:** Zema, Rua General Justiniano Padrel, 21-A, Tel. 832580; **Carnaxide:** Central Carnaxide, Av. Portugal, 16-B, Tel. 4184913; **Colina Sol - Brandoa - Amadora:** Vidal Reis, Urb. Alfornel - Cel. G - Lote 35, Tel. 996540; **Moscavide:** Império, Rua 1 de Maio, 48-A, Tel. 2513234; **Odivelas:** Nabais Vicente, Rua A, Lote 19-A - Loja E (Urb. Codivel), Tel. 9816803; **Pontinha:** Pontinha, Estrada Santo Elói, 4 - Lote SE, Tel. 479220.

REFORÇO

Ajuda: Lídia Almeida, Calçada da Ajuda, 170, Tel. 3637318; **Alvalade:** Cartaxo, Av. da Igreja, 21-C, Tel. 897958; **Avenidas Novas:** Valle, Av. Visconde Valmor, 60-B, Tel. 773043; **Benfica - Igreja:** Marques, Estrada de Benfica, 648, Tel. 700096; **Camões:** Andrade, Rua do Alecrim, 125-127, Tel. 322328; **Campo Santana:** Peninsular, Campo Mártires da Pátria, 117-118, Tel. 527308; **Campolide:** Pátria, Calçada dos Mestres, 30-A, Tel. 680627; **Lapa:** Rodrigues & Aires, Rua da Lapa, 52-54, Tel. 662246; **Penha de França:** Central da Penha, Rua da Penha de França, 58-60, Tel. 8149245; **Picheleira:** Marluz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Vale Formoso - Poço Bispo:** Barros Gouveia, Rua Vale Formoso de Cima, 79-B, Tel. 8595180; **Buraca - Amadora:** Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loja E - 36-B, Tel. 970660; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA DE CASCAIS

Algés: Miraflores, R. Dr. Ant.º Granjo, 2-B, Tel. 4101161. Permanente; **Linda-a-Velha:** Moderna, Av. 25 Abril, 30-C, Tel. 4191235. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Caxias:** Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A, Tel. 2432839. Até às 22 h; **Carcavelos:** Vilar, Av. M.ª Conceição, Lote B, Tel. 2470777. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro, Tel. 4430485. Permanente; **Parede:** Aisir, Av. Gago Coutinho - B.º Caixas Previdência, Tel. 2472948. Permanente; **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Estoril:** Parque, Arcadas do Parque, 3, Tel. 260191. Até às 22 h; **Cascais:** Misericórdia, R. Regimento 19, 41, Tel. 280141. Permanente.

LINHA DE SINTRA

Amadora: Helénica, R. Elias Garcia, 372, Tel. 4933613. Permanente; **Damaia:** Girassol, R. Elias Garcia, 17-C, Tel. 974161. Até às 22 h; Lemos, R. Goa, 21-A, Tel. 971121. Até às 22 h; **Queluz:** Azeredo, Av. Quit.ª Mirante, Lote 47, Tel. 435087. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Rico, L. Adriano S. Gil - Agualva, Tel. 4312833. **Algueirão:** Rodrigues Rato, R. Morés, 1, Tel. 9212038. Permanente; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Cargaleiro Lourenço, Calç. Rinchoa, 38, Tel. 9262006. Até às 22 h; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **S. Pedro de Sintra:** Valentim, Tel. 9230456. Permanente; **Loures:** Sálvia, Av. República, 29, Tel. 9831240. Até às 22 h.

OUTRA BANDA

Almada: Macedo Henriques, R. Bern. Francisco Costa, Lote 1, Tel. 2751297. Permanente; **Cova da Piedade:** Louro, R. Alex. Herculano, 6-B, Tel. 2763517. Permanente; **Monte de Caparica:** Guerreiro, Lote 31, IJ, Moinho, Tel. 2950727. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Carlos, Av. Mar, 34-A, Tel. 2901060. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Moderna, R. Dr. Ant.º Elvas, 8-A, Tel. 2290305. Até às 22 h; **Sesimbra:** Lopes, R. Cândido Reis, 23, Tel. 2233028. Até às 19 h; **Lavradio:** Parreira, R. D. Silva Cristino, 15-A, Tel. 2042016. Até às 19 h; **Barreiro:** Moderna, R. D. Henriqueta G. Araújo, 12, Tel. 2073443. Permanente; **Baixa da Banheira:** Nunes, R. 1.º Maio, 106-A, Tel. 2043532. Até às 19 h; **Corroios:** Bento Lino, Est. Vale Milhaços, Tel. 253260. Até às 19 h; **Amora:** Nobre Guerreiro, R. Dr. Emídio G. Mendes, 314, Tel. 2212923. Permanente; **Seixal:** Godinho, L. Igreja, 51, Tel. 2213580.

CLÍNICA S. JOÃO DE DEUS

MÉDICO DE URGÊNCIA

795 06 80/9

HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa

FEBRE REUMÁTICA: 1500 MORTOS TODOS OS ANOS NO NOSSO PAÍS

FOI A ENTERRAR EM CAMPA RASA O ENG. CUNHA LEAL

Oito satélites lançados

Febre reumática: 1500 mortos no nosso país

«Temos seguramente, em Portugal, dezenas de milhares de doentes com artrites reumáticas, reumatóides, ancilosantes psoriáticas, infecciosas, gotosas, etc., torturando, diminuindo ou inutilizando crianças, mulheres jovens, homens na força da vida» - afirmou esta manhã o dr. Assunção Teixeira, director clínico do Instituto Português de Reumatologia, numa conferência de Imprensa convocada para expor as finalidades do grande peditório público que nos dias 29 e 30 se realiza em Lisboa.

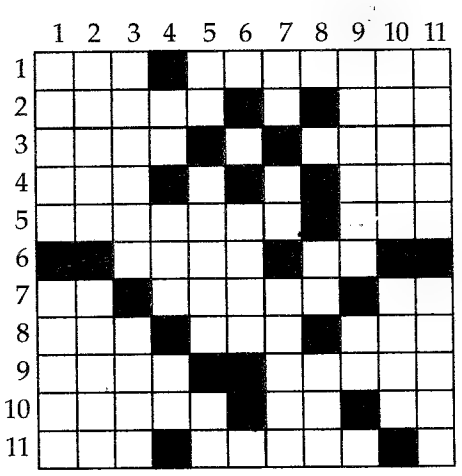
Cunha Leal enterrado em campa rasa

Constituíu sentida manifestação de pesar o funeral do engº. Cunha Leal, antigo presidente do Governo, homem público de vulto, que saíu esta manhã, da igreja de S. João de Brito, após missa de corpo presente, com destino à vila de Alcaide, onde o corpo ficará sepultado em campa rasa.

Oito satélites lançados pela URSS

A União Soviética anunciou hoje o lançamento do número «record» de oito satélites não tripulados com um único foguetão impulsor.

PALAVRAS CRUZADAS



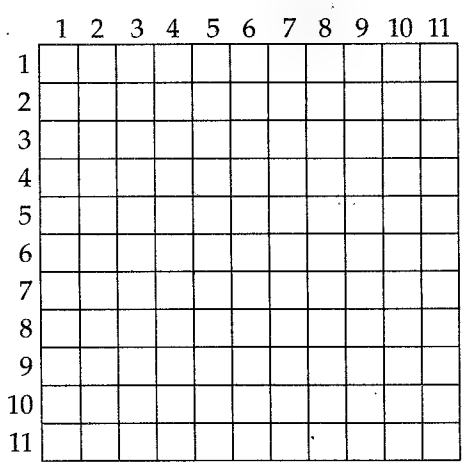
PROBLEMA N.º 17907

HORIZONTAIS:

1 - Fedor. Moviam os remos.
2 - Freguesia do concelho de Belmonte. Naquele lugar.
3 - Descerra. Artigo definido. Nascente de água.
4 - Fava de um centímetro de diâmetro, usada como condimento. Nome de astro.
5 - Perversão que consiste em tirar prazer do sofrimento alheio. Guarneço de asas.
6 - Ensejo. Bromo (s.q.).
7 - Átomo. Irmão de Moisés. Era cristã.
8 - Pronome relativo. Espaço de trinta dias. Fileira.
9 - Freguesia do concelho e distrito de Portalegre. Matizar.
10 - Dera aviso de alguma coisa em voz alta. Vê. Serviço Nacional.
11 - Pedras de moinho. Estimara.

VERTICAIS:

1 - Palmeira também chamada juçara. Da parte de cá.
2 - Guindaste grande. Da Turquia.
3 - O mesmo que ruda. Estavas.
4 - Isto é. Ilha do estado da Baía. Brisa.
5 - Batráquio. Tostam. Autores.
6 - Ensejo.
7 - Milímetro. Cobalto (s.q.). Alberga por esmola.
8 - Boro (s.q.). Raer.
9 - Dançar a valsa. Nesse lugar.
10 - Pessoas espertas (fig.). Pronome pessoal.
11 - Juízo (fig.). Natureza animal.



PROBLEMA N.º 16717

HORIZONTAIS:

1 - Macaco antropóide, que tem inteligência superior à do cão.
2 - Hilotas. Nesse lugar.
3 - Ilha do estado da Baía. Apelido. Acrescentais.
4 - Vãos. Freguesia do concelho de Belmonte.
5 - Moderato. Escavar. Fruto da ateira.
6 - Peixe do género siluro. Chiste.
7 - Tabeliões.
8 - Sufixo que designa abundância. Apoios.
9 - Preposição latina que designa movimento. Rio da Ásia Central tributário do lago Balcache.
10 - Caixões em que os egípcios encerravam as múmias.
11 - Miadela. Curasse.

VERTICAIS:

1 - O que é dado ao vício do ópio. Samário (s.q.).
2 - Bafientos. Nesse lugar.
3 - Jarro (planta). Freguesia do concelho de Alenquer. Letra grega.
4 - Níquel (s.q.). Mulher astuciosa. Actínio (s.q.).
5 - Fluido aeriforme. Rosados.
6 - Cidade do Japão. Prefixo de negação. Nota musical.
7 - Brisa. Preparar com ópio.
8 - Prender. Tempera com sal.
9 - Apelido. Cursos de água naturais e abundantes.
10 - Ladina. Abreviatura de Santíssimo.
11 - Primeira das três palavras que formam o nome de uma freguesia do concelho de Águeda. Desenrugo.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17 906

HORIZONTAIS: 1 - Farripas. Mr. 2 - Anais. Rolei. 3 - Zê. As. Arosa. 4 - Mano. Só. 5 - Viga. O. Rera. 6 - AAA. USO. Ser. 7 - Ágata. 8 - Espia. Avá. 9 - Talar. Rio. 10 - ER. Sara. 11 - Salão. Ca. Al.
VERTICAIS: 1 - FAZ. Valetes. 2 - Anemia. Sara. 3 - Rã. Agá. Pl. 4 - Riana. Aiara. 5 - Isso. Ugar. 6 - Osa. O. 7 - Aras. Otão. 8 - Soror. Avisa. 9 - Lo. És. Ara. 10 - MESTRE. Ra. 11 - Ria. Arre! Al.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 716

HORIZONTAIS: 1 - Colossas. Sa. 2 - Io. Olaias. 3 - Lar. Aviltas. 4 - Olimpo. Aro. 5 - Mão. Pá. 6 - Serralho. 7 - Oc. Réstia. 8 - Oral. Anina. 9- Aló. Chã. 10 - V.º Calão. Ta. 11 - Or. Ara. Urai.
VERTICAIS: 1 - Colombo. Avô. 2 - Ala. Color. 3 - Lírios. Ro. 4 - Oó. Era. Cá. 5 - Aparelhar. 6 - Sovo. Rs. La. 7 - Ali. Pataca. 8 - Sal. Alinhou. 9 - Ita. Haia. 10 - Saar. Ta. 11 - Assoa. Sanai.

PROVÉRBIO: O USO FAZ O MESTRE.

EFEMÉRIDES

1928

• Oliveira Salazar toma posse do cargo de ministro das Finanças de Portugal.

1937

• Morre António Gramsci, dirigente e cofundador, juntamente com Bordiga, do Partido Comunista Italiano.

1978

• Ocorre um golpe militar pró-soviético no Afeganistão, durante o qual é abatido a tiro o presidente Mohammad Daoud.

1984

• O primeiro embaixador da Nicarágua em Lisboa, Herrea Perez apresenta credenciais ao Presidente da República Portuguesa.

• Os 30 líbios que se encontravam retidos na sua embaixada em Londres, cercada pela polícia depois dos incidentes em que morreu uma mulher-polícia inglesa e ficaram feridos 11 manifestantes anti-Khadafy, regressam ao seu país. Por seu lado, os diplomatas britânicos retidos na embaixada do seu país em Trípolis, regressam a Londres.

1987

• O EUA proíbem o presidente austríaco, Kurt Waldheim, e ex-secretário-geral da ONU, de entrar no país devido ao papel que desempenhou no exército alemão no decurso da Segunda Guerra Mundial.

1989

• Uma multidão calculada em meio milhão de pessoas, na maior movimentação de massas desde a revolução cultural dos anos 60, ocupa a Praça Tiananmen, no centro de Pequim, entoando palavras de ordem antigovernamentais.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA 1
Av. Almirante Gago Coutinh - T. 806496
TANGO E CASH
Filme de Andrei Konchalovsky
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

ALFA 2
MISS DAISY
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 3
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 4
A ÚLTIMA SAÍDA PARA BROOKLYN
M/18 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA 5
UM AMOR INEVITÁVEL
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

ALFA CLUBE
Av. Almirante Gago Coutinh - T. 806496
HENRIQUE V
Filme de Kenneth Branagh
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa - T. 691275
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 2
MISS DAISY
M/12 anos - Às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 3
UM AMOR INEVITÁVEL
M/12 anos - Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 4
HENRIQUE V
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 5
CRIMES E ESCAPADELAS
Filme de Woody Allen
M/12 anos - Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 6
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

AMOREIRAS 7
A ÚLTIMA SAÍDA PARA BROOKLYN
M18 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 8
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

AMOREIRAS 9
NASCIDO A 4 DE JULHO
M/16 anos - Às 13.30, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.30

AMOREIRAS 10
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A - T. 763319
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10 - T. 776098
CRIANÇA ADORÁVEL
Filme de Anthony Simmons
M/12 anos - Às 15.00, 18.00 e 21.30

CAPITÓLIO
Parque Mayer
INSPIRAÇÕES SEXUAIS
Hard-core - 1.º escalão (porno)
M/18 anos - Às 15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15 - T. 324194
DAS ARDENAS AO INFERNO
Filme de Alberto de Martino
M/12 anos - Às 14.15, 16.30 e 21.30

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37 - T. 533253
MISSÃO DE ALTO RISCO
Filme de Peter Hunt
M/12 anos - Às 14.00, 16.30 19.00 e 21.30
MISSÃO DE ALTO RISCO
M/18 anos - Às 24.00

CINE PORTELA ESTÚDIO ANUSHA
T. 9434762
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30

ESTÚDIO SHEZA
100.000 - VOLTS DE TERROR
M/16 anos - Às 15.15 e 21.15

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27 - T. 573407
SEXO À FRANCESA
Hard-core - 1.º escalão (porno)
M/18 anos - Às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30

CINEMATECA PORTUGUESA
R. Barata Salgueiro, 39 - T. 546085
AS PUPILAS DO SENHOR REITOR
De Perdigão Queiroga, às 18.30
A HORA SUPREMA
Com Janet Gaynor, às 21.30

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34 - T. 549999
A GUERRA DAS ROSAs
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

CONDES
Av. da Liberdade, 2 - T. 322523
CRIMES E ESCAPADELAS
Filme de Woody Allen
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

ESTÚDIO
Al. D. Afonso Henriques, 35 - T. 3525133
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F - T. 8487255
CAMPO DE SONHOS
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

O MEU PÉ ESQUERDO
Em exibição Quarteto Sala 1 — Qualidade — PUB — Maiores 12 anos

FONTE NOVA I
Est. de Benfica 503 - T. 7145088
AMIGOS E DETECTIVES
M/6 anos - Às 14.30, 16.45 19.00 e 21.30

FONTE NOVA 2
BLAZE - UM AMOR PROIBIDO
M/12 anos - Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo - T. 541037

AUDITÓRIO 1

O FILÓSOFO
Filme de Rudolf Thome
M/16 anos - Às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00

AUDITÓRIO 2

O COZINHEIRO, O LADRÃO, SUA MULHER E O AMANTE DELA
Filme de Peter Greenaway
M/18 anos - Às 14.00, 16.30, 19.15 e 22.00

IMPÉRIO
Al. D. Afonso Henriques - T. 3525133
TANGO E CASH
Filme de Thomas Baldwin
M/16 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI
R. Sousa Lopes - T. 8480808
LAMBADA - A DANÇA PROIBIDA
M/16 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.30

KING TRIPLEX 1
R. Bulhão Pato, 1-C - T. 8480808
CAMPO DE SONHOS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

KING TRIPLEX 2
BLAZE - UM AMOR PROIBIDO
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

KING TRIPLEX 3
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara - T. 3631162
BLAZE - UM AMOR PROIBIDO
M/12 anos - às 15.15, 18.30 e 21.30

LAS VEGAS 2
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 15.30, 18.45 e 21.45

LONDRES
Av. de Roma, 7-A - T. 801313
CRIMES E ESCAPADELAS
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão - T. 538743
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

MUNDIAL 2
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

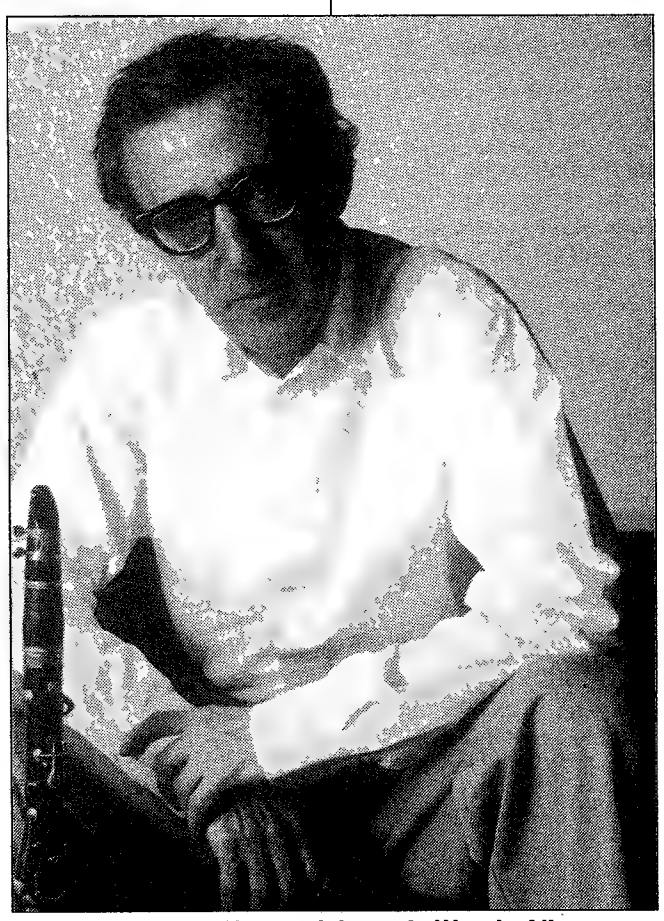
MUNDIAL 3
UM AMOR INEVITÁVEL
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B - T. 574362
LUA-DE-MEL ATRIBULADA
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

ODEON
R. dos Condes, 4 - T. 326283
CAÇADOR DE CONDENADOS
M/16 anos - Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30

OLIMPIA
Rua dos Condes, 13 - T. 325309
FANTASIAS NA CAMA
Filme porno
M/18 anos
Sessões contínuas a partir das 14.00

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
CINEMA PARAÍSO
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45



«Crimes e Escapadelas», de Woody Allen

Gamosa

TAPEÇARIAS REVESTIMENTOS
CORTINAS DE BANDAS VERTICAIS ESTORES DE PALITOS

AV. JÚLIO DINIS, 2-C
1000 LISBOA
TEL. 76 90 12

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

NESTLÉ PORTUGAL

COMPANHIA DE SEGUROS METRÓPOLE

apresentam

GRANDES ORQUESTRAS MUNDIAIS

1989/90

COLISEU DOS RECREIOS ÀS 21H30

28 Abril — **ORQUESTRA DA REDIOTELEVISÃO SOVIÉTICA**
VLADIMIR FEDOSOEV, maestro
VLADIMIR OVCHINIKOV, piano
TCHAIKOVSKY: Sinfonia n.º 1 em sol menor, op. 13 / Fantasia para piano e Orquestra, op. 56 / Francesca da Rimini, op. 32.

13 Maio — **ORQUESTRA SINFÓNICA DE BUDAPESTE**
ANDRAS LIGETI, maestro
DAVID LIVELY, piano
BARTÓK: Suite de Danças / Concerto n.º 3 para piano e orquestra / O Mandarim Maravilhoso, op. 19

3 Junho — **ORQUESTRA FILARMÓNICA DE OSLO**
MARIS JANSSONS, maestro
STRAVINSKY: Petrucha (1947) / CHOTAKOVITCH: Sinfonia n.º 5 em ré maior, op. 47

BILHETES À VENDA

CARTAZ

PLAZA 2
DEMÓNIO DE SAIAS
M/12 anos - Às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00

POLITEAMA
R. Portas de St.º Antão - T. 326305
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16 - T. 771378
O MEU PÉ ESQUERDO
Filme de Jim Sheridani
M/12 anos - Às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00

QUARTETO 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00

QUARTETO 3
CRIMES E ESCAPADELAS
Filme de Woody Allen
M/12 anos - Às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00

QUARTETO 4
O COZINHEIRO, O LADRÃO, A SUA MULHER E O AMANTE DELA
M/18 anos - Às 14.15, 16.30, 19.00, 21.45 e 24.00

SÃO JORGE 1
Av. da Liberdade, 175 - T. 579144
ALWAYS - SEMPRE
M/12 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.15

SÃO JORGE 2
HENRIQUE V
M/12 anos - Às 13.30, 16.15, 19.00 e 21.45

SÃO JORGE 3
MISS DAISY
M/12 anos - Às 14.30, 16.45, 19.15 e 21.30

7.ª ARTE
Av. da República - T. 730715
AMIGOS E DETECTIVES
M/6 anos - Às 14.45, 17.00, 19.00 e 21.45

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C - T. 804210
CRIANÇA ADORÁVEL
M/12 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

TERMINAL
Estação do Rossio - T. 371573
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 13.00, 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30
COCKTAIL
De Roger Donaldson
Sábado às 23.45

TURIM
Est. de Benfica, 723 - A - T. 706666
CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 15.00, 17.30 e 21.30

XENON
Av. da Liberdade, 9 - T. 3468446
BLAZE - UM AMOR PROIBIDO
M/12 anos - Às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30
TESTEMUNHA A ABATER
Hoje e amanhã às 23.45

ALMADA
ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 15.30 e 21.30

COSTA DE CAPARICA
CAPARICA OCEANO
Sala 1
UM AMOR INEVITÁVEL
M/12 anos - Às 15.45 e 21.30

Sala 2
FLORES DE AÇO
M/12 anos - às 16.15 e 21.45

O PESCADOR
Telef. 2905350
SEM PRESSA DE VIVER
M/6 anos - Às 15.30 e 21.45

LINHA DE CASCAIS
CARCAVELOS
ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
GUERRA DAS ROSAS
M/12 anos - Às 15.30 e 21.30
A PRAGA DOS DEUSES
Hoje e amanhã às 24.00

CASCAIS
MIRAMAR
Telef. 2841744

Sala 1
CRIMES E ESCAPADELAS
M/12 anos - Às 15.15 e 21.15

Sala 2
QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO
M/16 anos - Às 15.15 e 21.30

OXFORD
Av. 25 de Abril - T. 2865027
TANGO R CASH
M/16 anos - Às 16.00 e 21.30

NOVA OEIRAS
CINE PALMEIRAS
Telef. 2479144

Sala 1
CORAÇÕES DE AÇO
M/12 anos - Às 15.15 e 21.30

Sala 2
TANGO E CASH
M/12 anos - Às 15.30 e 21.45

OEIRAS
ALTO DA BARRA
Av. das Descobertas - T. 4439759

Sala 1
AMIGOS E DETECTIVES
M/6 anos - Às 15.15 e 21.45

Sala 2
A ÚLTIMA DAÍDA PARA BROOKLIN
M/12 anos - Às 15.30 e 21.45

LINHA DE SINTRA
AMADORA
BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia - T. 4934871
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

CACÉM
ESTÚDIO FLORES
Telef. 9247570

CLUBE DOS POETAS MORTOS
M/12 anos - Às 15.00 e 21.30

QUELUZ
KING D. PEDRO III
Telef. 4364845

Sala 1
TANGO E CASH
M/16 anos - Às 15.00, 18.00 e 21.15

Sala 2
GUERRA DAS ROSAS
M/12 anos - Às 15.15, 18.15 e 21.30

Sala 3
AMIGOS E DETECTIVES
M/6 anos - Às 15.30, 18.30 e 21.45

TEATRO LISBOA

ABC
Parque Mayer
De 3ª a Sáb. às 21.30.
Dom às 16.00
WHAT HAPPENED TO MADALENA IGLÉSIAS
De Filipe La Féria

A BARRACA (Cinearte)
Largo de Santos, 2 - T. 665360
Sáb. e Dom às 21.30
MARGARIDA DO MONTE
De Marcelino Mesquita e Helder Costa

CHAPITÔ
R. da Costa do Castelo, 7 - T. 878225
5ª, 6ª e Sáb. às 21.30 horas
KLASSIKUS KABARET
De Fernando Gomes

CINEMA STADIUM
Av.Combatentes G.Guerra,52-Algés
6ª e Sáb. às 21.30
OS TRÊS CHAPÉUS ALTOS
De Mihura, pelo grupo de teatro - Intervalo

COMUNA
Praça de Espanha - T. 7260818

CAFÉ TEATRO
FESTIVAL DA OTITE
De Carlos Paulo
Em cena aos Sábados às 24 horas.

IBÉRICO
R. de Xabregas, 54 - T. 8582531
De 3ª a Sáb às 21.30.
Dom. Feriados. às 17.00
O FIM
De António Patrício.
De 3ª a 6ª às 17.00
A CASTRO, de António Ferreira e **AUTO DA INDIA**, de Gil Vicente

MARIA MATOS
Av. Frei Miguel Contreiras, nº 52 - T. 897017
3ª a 5ª, às 21.30, 6ª e Sáb às 20.30 e 22.45.
Dom. às 15.00 e 18.00
SEVERA
De Júlio Dantas. Encenação de Nicolau Breyner

MARIA VITÓRIA
Parque Mayer - T. 3461740
De 3ª a Dom. às 20.30 e 22.45.
Domingos e Feriados, também às 16.00
VITÓRIA! VITÓRIA!
De Henrique Santana, Francisco Nicholson, Augusto Fraga, Nuno Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO
Av. Fausto Figueiredo - Monte Estoril - T. 2670320
De 3ª a sáb. às 21.30. Dom. às 17.00
QUERO SER REI ESTA NOITE
De Peter Shaffer

PRIMEIRO ACTO
R. Eduardo Pedroso, 16-A - Algés - T. 2115033
De 3ª a sáb. às 21.30.
Sáb. e dom. às 17.00
AS PULGAS
De Cunha Leiradella, pela Comp. Persona.

TEATRO ABERTO
Praça de Espanha - T. 770969
De 5ª a Sáb. às 21.45
Dom. às 16.00
NA SOLIDÃO DOS CAMPOS DE ALGODÃO
De Bernard- Marie Koltés

TRINDADE
R. Nova da Trindade - T. 320000
De 5ª a Sáb. às 21.45
Dom. às 16.00
AUTO DA ÍNDIA - VIAGEM A CALECUTE
De Gil Vicente, pelo Teatro de Todos os Tempos - Comp. Vicentina

VARIEDADES
Parque Mayer - T. 320000
De 3ª a Domingo às 21.30.
Domingos e Feriados também às 16.00
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ
Versão livre de Henrique Santana

OUTRAS LOCALIDADES

ESTORIL
CASINO ESTORIL
T. 2684521
De 4ª a 6ª às 21.30
sáb. às 18.00 e 21.30.
Dom. às 17.00
SOMENTE ENTRE NÓS
De Reginaldo Faria

ODIVELAS
TEATRO DA MALAPOSTA
T. 9873299
De 3ª a Sáb. às 21.30.
Dom. às 16.00
A FLORESTA
De Alexander Ostrowsky
3ª, Sáb. e Dom. às 16.00
A TARANTELA VERMELHA
De Salvatore Cuffaro
(em cena até dia 29)

PORTO
TEATRO SÁ DA BANDEIRA
T. 2003595
5ª às 21.30,
6ª e sáb. às 20.30 e 22.45.
Domingos e Feriados às 16.00 e 20.30
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas

EXPOSIÇÕES

INAUGURAM

ABÍLIO - Pintura
Fundação Calouste Gulbenkian (Inaugura hoje, às 18 horas)
CATHERINE BULL - Pintura
Galeria do Hotel Meridien (Inaugura dia 2 de Maio)
FRANCESES EM COLECTIVA
Galeria Espiral - Oeiras (Inaugura dia 4 de Maio, às 21 e 30)
JOAQUIM BALTAZAR - Pintura
Espaço INTERNI - Rua Rodrigo da Fonseca, 51 (Inaugura dia 4 de Maio, às 19 horas)
MARITHÉ ROY - Pintura
Galeria JF - Cascais (Inaugura dia 5 de Maio, às 21 e 30)
MIGUEL HORTA - "Fronteiras", pintura
Galeria Novo Século - Rua do Século, 23 (Inaugura hoje, às 22 horas)

LISBOA

HELENA ALMEIDA - Mais dos desenhos que da pintura de Helena Almeida, poderíamos falar de levitação. Depois de uma relação com o corpo (em "Desenho Habitado/Pintura Desabitada", Helena Almeida *apagava*, frequentemente, o corpo fotografado com a pintura) nunca como agora o risco do desenho levitou, numa volumetria que - na pintura, nos ferros pintados - se confronta com a espacialidade da escultura.
Galeria Valentim de Carvalho - Rua da Cruz dos Poiais, 111 (15/20 horas, excepto domingos. Até 19 de Maio)

MANUEL VILARINHO - Desenhos a tinta da china e carvão sobre papel, mostrados na intimidade que a Loja de Desenho lhe dispensa. A liberdade do desenho permite confidências que a pintura de Manuel Vilarinho não faz. O resultado é um diário de bordo de uma itinerância profundamente urbana, sem os tiques da denúncia, percorrida pela exemplaridade da solidão.
Loja de Desenho - Rua da Academia das Ciências, 2 (15/19 e 30, excepto domingos e segundas-feiras. Até 15 de Maio)

J.F.

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

ORQUESTRA

Concurso para admissão de instrumentistas de:

violino
concertino
concertino assistente
solista A
solista B
tutti

viola
solista B

fagote
solista A

trombone
(com trombone baixo)
solista B

Os candidatos devem efectuar a sua inscrição na Secretaria da Orquestra, onde os respectivos programas e demais condições estão patentes até 25/5/90. As provas realizar-se-ão entre 5 e 8 de Junho.

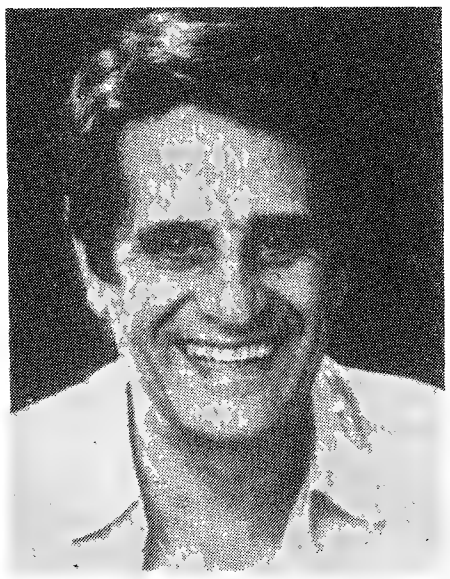
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

colaboração da
EMBAIXADA DO BRASIL

de 30/4 a 4/5, no
Auditório da Embaixada do Brasil
Estrada das Laranjeiras, 144

LUÍS DE LIMA



dirige dois 'ateliers':
RECICLAGEM TEATRAL das 10 às 13 horas
INICIAÇÃO TEATRAL das 14.30 às 16.30 horas

Quem desejar seguir estes 'Ateliers' deverá estar no Auditório da Embaixada, às 10 h ou às 14.30, conforme o 'Atelier' que escolheu.

MUNICÍPIO DE LISBOA

EDITAL

N.º 37/90
REPARAÇÃO DAS CANALIZAÇÕES

Faço saber que correm éditos de 30 dias, contados da data da segunda publicação deste edital intimando nos termos do artigo 12.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas e por meu despacho de 27 de Dezembro de 1989 e por delegação de competência de Sua Ex.ª O Presidente (Despacho 62/P de 10 de Janeiro de 1986), LUÍS HENRIQUE AMADO DE FREITAS, ausente em parte incerta, na qualidade de proprietário do 3.º andar letra C e condomínio do prédio situado na Rua Alexandre O'Neil, n.º 20/20-A, em Lisboa a proceder à reparação das canalizações do referido andar, por forma a eliminar as intenças infaltrações que se notam no andar inferior (2.º andar-letra C). Fica ainda intimado a proceder na parte que lhe diz respeito à reparação geral da canalizações comuns do prédio, nomeadamente prumadas de esgotos, de modo a ficarem sem rutoras e em condições normais de funcionamento.

As obras deverão ser iniciadas no prazo de 8 dias, findo o dos éditos e concluídas nos 30 dias seguintes.

NOTA: Obras isentas de licença nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 166/70.

Paços do Concelho de Lisboa, em 9 de Abril de 1990.

O Vereador,
Vasco Franco

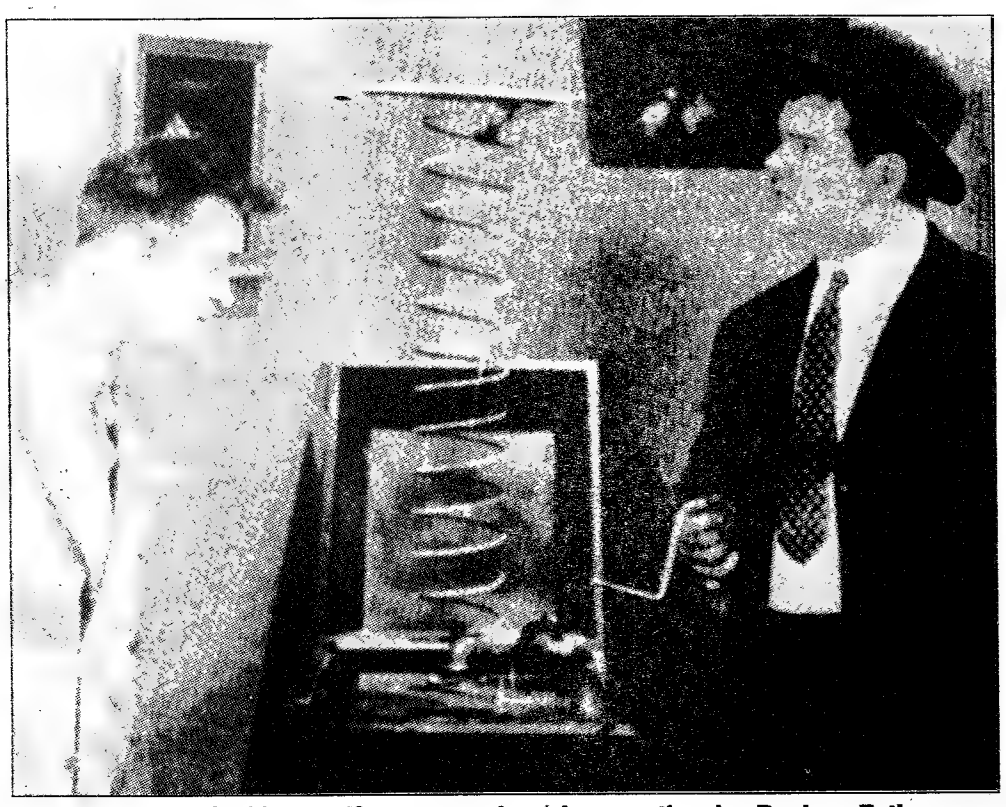
SNOOPY POR SCHULZ

CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

16.40 - CLÍNICA GERAL
12º episódio
17.30 - JUNTOS E AO VIVO
18.30- RUA SÉSAMO
125º programa
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.10 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - CANÇÕES DO EUROFESTIVAL
Cinco canções compõem o último bloco desta apresentação prévia. Assim, é tempo de conhecermos as canções da Suécia, Itália, Áustria, Chipre e Finlândia.
20.35 - VALE TUDO
100º episódio
21.35 - MISSÃO IMPOSSÍVEL
22.30 - O ROSTO DA NOTÍCIA
23.35 - CHEFE, MAS POUCO...
12º episódio: Tony entusiasma-se demais quando percebe que Samantha é uma excelente bailarina. Mas, a precavida Mona avisa-o de que ele está a caminho de se transformar num daqueles pais de vedetas insuportáveis que não conseguem deixar de falar nos filhos.
00.15 - 24 HORAS
00.35 - UM DIA...
Com Fernando Nobre
00.40 - REMATE
00.55 - CARTAS DE HUMOR
35º programa, com a actriz Amélia Videira
01.00 - PELA NOITE DENTRO
«F/X - EFEITOS MORTAIS»: um filme de Robert Mandel, com Bryan Brown, Brian Dennehy, Diane Verona, Cliff de Young, Mason Adams, Jerry Orbach, Joe Grifasi e Martha Gehman.
«Efeitos mortais» parte de um argumento engenhoso que não tenta criar nenhuma fábula sobre o mundo do cinema, mas partindo desse mesmo universo, fornecer o pano de fundo a uma emocionante e inteligente intriga policial que tem como protagonista um mago das ilusões que por isso mesmo se envolve numa sinuosa conspiração e que graças a esse mesmo talento é capaz não só de sobreviver às mais perigosas e inquietantes perseguições, como virar o curso dos acontecimentos.



No 2º Canal às 20.15, o 4º programa da série evocativa de «Bucha e Estica»

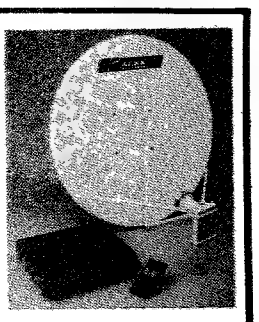
RTP-2

16.55 - HERÓIS I
1º episódio
17.20 - AS GRANDES VIAGENS DE COMBOIO
18.20 - PRIMEIRO ANDAMENTO
18.45 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
92º episódio
19.25 - ESPAÇO INFANTIL
19.55 - AS CIDADES E AS TERRAS
20.20 - BUCHA E ESTICA
20.40 - VIA RÁPIDA
21.00 - JORNAL DAS NOVE

«Chefe, mas Pouco...», no 1º Canal ás 23.40

21.30 - DONA BEIJA
31º episódio
23.00 - ROTAÇÕES
00.00 - HAJA MÚSICA
A anunciada vinda a Portugal da superbanda Rolling Stones é o grande tema desta 43ª edição do Haja Música, que terá uma antevisão daquele que se espera venha a ser o maior espectáculo «rock» visto no nosso país.

ALBA
ANTENAS PARABÓLICAS ACESSÍVEIS A TODOS
INFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL. 410 62 75
ALGÉS



AMANHÃ

RTP-1

09.02 - TV RURAL
09.25 - MEU QUERIDO SÁBADO
12.30 - GRANDES TORMENTOS
13.00 - NOTÍCIAS
13.10 - SAGA DA CANÇÃO FRANCESA
Gilbert Becaud
14.05 - PARLAMENTO
14.35 - CRIME, DISSE ELA
15.20 - VIVAMÚSICA
16.10 - SESSÃO DA TARDE
18.15 - VIAGEM INFINITA
19.10 - SETE FOLHAS
19.45 - TOTOLOTO
20.00 - JORNAL DE SÁBADO
21.15 - O TEMPO
21.20 - BOLETIM DAS PESCAS
21.30 - CENÁRIOS PERDIDOS
22.30 - OS «GRAMMY AWARDS» 1990
00.10 - CINEMA DA MEIA NOITE
«Shinning»

RTP-2

09.02 - UNIVERSIDADE ABERTA
10.15 - NOVOS HORIZONTES
10.35 - SONS DA SURPRESA
11.30 - CAMINHOS
12.00 - UM LAR PARA OS ANIMAIS
13.00 - REVISTA TAUROMÁQUICA
13.30 - CINE-SÁBADO
15.00 - ESTÁDIO
19.00 - PRIMEIRO JORNAL
19.15 - ARCA DE NOÉ
19.50 - CONTOS POPULARES EUROPEUS
21.30 - ESTÁDIO
23.30 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
Compacto

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...

BLAUPUNKT
Grupo BOSCH
Um pequeno ponto faz a diferença

Móveis
OLIVEIRA & LEAL, LDA
(Casa Fundada em 1945)

Mobiliário em todos os estilos-estantes, móveis soltos — jogos de maples veludo e pele, arcas — colchões molas e espuma (por medida) — sommiers (por medida).
Móveis - sala e quarto (por medida).
Mobiliário em pinho — móveis de cozinha.

Não compre sem nos consultar.
Entregas em qualquer ponto do país.

Rua da Rosa (Bairro Alto) 73-81-158-160
Telef. 32 18 72 (200 ² exposição)

«Precisarão os portugueses, na África do Sul, do 'apartheid' para sobreviverem economicamente, ou serão atingidos pela abertura à maioria negra?»

Guilherme Pereira e Jeremias Carvalho, «Público», 27.04.90

A PERGUNTA DO DIA

José Coelho
Associação Académica de Lisboa

Como vão ser este ano as comemorações da Semana Académica de Lisboa?

«Os objectivos fundamentais da Semana Académica são dois: estabelecer o contacto entre os estudantes e a cidade e aumentar o dinamismo das relações entre os alunos das diferentes faculdades. Para isso, organizámos um programa que toca várias áreas de actividade, desde o desporto à música, teatro, cinema e festa. As comemorações iniciam-se no próximo sábado, com um almoço de abertura, um bailado na Gulbenkian e um convívio académico. No domingo, haverá uma largada de toiros na praia de Paço d'Arcos e um baile de gala no Casino do Estoril. De destacar ainda as manifestações de maior tradição na Semana Académica de Lisboa, como sejam, o sarau académico, previsto para 3 de Maio, a garraiada do Campo Pequeno, e o arraial académico, que terá lugar no Castelo de São Jorge e irá encerrar a semana.»

O DL SUGERE

a Torres Couto

Vá às COMEMORAÇÕES DO 1º DE MAIO organizadas pela CGTP. Uma vez que anda em maré de unidade com a central sindical «adversária», talvez possa aproveitar para comunicar, de viva voz, as suas propostas aos dirigentes da Inter e auscultar as suas reacções. A sua ida será, com certeza, uma boa mostra da vontade que o anima, podendo ainda servir para recordar esses «bons velhos tempos» em que o Dia do Trabalhador era celebrado em conjunto.

a Roberto Carneiro

Não perca os INIMIGOS, em cena no Clube Estefânia. A peça conta a história de um grupo de alunos da turma 9ºK, numa escola degradada do Barreiro. Quando o professor falta, seis miúdos decidem dar eles próprios a aula... Apesar de escrita por um dramaturgo britânico, esta história bem se poderia passar no nosso país. Semelhanças não lhe faltam: alunos com problemas, instalações destruídas, professores ausentes. Problemas que o ministro conhece bem, sem conseguir dar-lhes o desejado remédio!

a José Luís Judas

Veja CRIMES E ESCAPADELAS, a mais recente película de Woody Allen. Como o seu «casamento» com o PCP anda a atravessar uma fase tão difícil, talvez encontre neste filme a forma de poder cometer alguns «desvios conjugais» sem ser apanhado. Tal como Judah Rosenthal, o herói da história, também José Luís Judas tem a imagem do humanista devotado a causas nobres. Não deixe que ela se estrague com escapadelas a mais...

a Herculano Pombo

Inscreva-se num CURSO DE ARTESANATO. Agora que decidiu deixar «Os Verdes» e o seu lugar na Assembleia da República e regressar a Dorna, a aldeia da região de Chaves de onde é oriundo, vai certamente ter mais tempos livres. Aprender a fazer cerâmica, a pintar azulejos ou a fazer arranjos de flores pode ser uma boa forma de passar os longos serões transmontanos.

Segunda-feira no
Diário de Lisboa

CGTP e UGT sem sombra de unidade

«Paredes de todo o Mundo uni-vos!» por Eduarda Dionísio

«Futebol e política» por Alfredo Margarido

Crónica de Artur Portela

VAI ACONTECER

Bruno Neves

A nova réplica da caravela quinhentista «Cabo da Boa Esperança» vai abanadonar amanhã o porto de Vila do Conde. Encomendada pela Associação Portuguesa de Treino de Vela, a embarcação vai navegar para Bruges, na Bélgica, a fim de participar nas comemorações da fundação daquela cidade. Posteriormente, participará também nas celebrações dos Descobrimentos Portugueses

Manipulados

Todo o espectáculo, cada obra de arte, provém do desejo, da fé em alguma coisa, da alegria elementar, da dor, da memória. A criação artística não escapa a esses (e outros) factores, pelo menos em parte.

Porém, todo o espectáculo, cada obra artística, acaba em manipulação, «engana». Engana o desejo de origem, a fé, a memória, deforma a realidade, simula a verdade, manipula o público colectivo, o interlocutor individual.

Vi recentemente um extraordinário e indescritível espectáculo de dois mimos alemães, *Habbe Meik*, na Acarte da Gulbenkian, burlesco, sim, mas político e por pouco filosófico, treinado, sim, mas inspirado, idem, dois mascarados, mas mais expressivos e vivos do que muitos (que conhecemos) com o próprio rosto; no último número, um deles manipulou-nos a seu belo prazer, de tal maneira tinha sabido preparar o terreno para a sua ditadura. O público tornou-se criança, acatava as ordens vindas das suas mãos, sem uma única palavra. Até que... chegou o seu parceiro, a manipular o manipulador.

Atrás desse manipulador-chefe, quem estava? Quem o manipulava?

Vivemos num mundo assim. Manipulados, sabemo-lo; o saber até faz parte da manipulação inteligente. Não podemos fazer nada: entre os vários géneros de manipulação, pouca *zona franca* nos resta.

No entanto, de todas as manipulações públicas, visíveis, invisíveis, pagas, de borla, a manipulação artística constitui a mais nobre, mais bela, mais inocente. Fortifica, paradoxalmente, contra as outras, paradigmáticas, nocivas, obrigatórias, quase.

Jorge Listopad

LOTARIA NACIONAL

Informação dos números mais premiados na extracção de hoje da LOTARIA NACIONAL

1.º PRÉMIO
49 645
70 000 Contos

2.º PRÉMIO
23 093
12 000 Contos

3.º PRÉMIO
26 484
3 000 Contos

Para próxima extracção compre Lotaria
aos BALCÕES da
CASA DA SORTE
LISBOA • BRAGA • PORTO • AVEIRO • VISEU • COIMBRA • SETÚBAL • FARO

CADA CONTO 1 PONTO!
COMPRE NA **CASA VIOLA**
E GANHE VÍDEOS, AUTOMÓVEIS, ETC.
CASA VIOLA — A sorte que «Toca»
LISBOA • BRAGA • ESTORIL • VISEU • PORTIMÃO • SETÚBAL
Correio: R. Assunção, 67 - 1000 LISBOA

SUPLEMENTO DAS SEXTAS-FEIRAS
DO DIÁRIO DE LISBOA
27 DE ABRIL DE 1990,
FAZ PARTE INTEGRANTE DO JORNAL
NÃO SE PODE VENDER
EM SEPARADO.

A MOSCA

DL

Esta montagem aproveita, com a devida vénia, um trabalho de João Abel Manta inserido no seu livro de «cartoons», publicado por Edições o Jornal, em 1975

SUPLEMENTO DAS SEXTAS-FEIRAS
DO DIÁRIO DE LISBOA
20 DE ABRIL DE 1990,
FAZ PARTE INTEGRANTE DO JORNAL
NÃO SE PODE VENDER
EM SEPARADO.

A MOSCA

DL

TEXTO DE
ERNESTO SAMPAIO

O SECRETÁRIO-GERAL

A **Epístola aos Corintos,** de Clemente Romano, Papa, escrita nos tempos derradeiros de Domiciano (cerca dos anos 90 dC) constitui, entre outras coisas, uma espécie de proto-estatuto da figura, hoje lendária, do secretário-geral.

Nessa época, grassava profunda discórdia na comunidade cristã de Corinto, dividida em dois partidos irremediável e apaixonadamente inimizados. Clemente fala de «querelas, arrebatamentos, dissídios, cismas e guerra», e a verdade é que na altura da missiva papal já um dos bandos tinha lançado o outro pela borda fora.

Ganhou (ou antes: estava a ganhar quando o Papa decidiu intervir) a facção congregadora da imensa maioria dos fiéis e que era a do povo; perdiam as autoridades eclesiásticas, os bispos e presbíteros.

Pelo que Clemente diz no princípio da sua carta, o pronunciamento popular havia sido iniciado por «meia dúzia de indivíduos impulsivos e insolentes», cujo número reduziria mais adiante ao considerar vergonhoso que «a Igreja de Corinto, tão antiga quão firme, se tivesse separado dos seus padres por causa de uma ou duas pessoas».

Quem eram essas «uma ou duas pessoas»? Ao que parece, profetas, colocando afinal o conflito numa linha antiga de desinteligências que não poucas vezes dividiram o tronco tradicional donde provinha o cristianismo. De um lado, o Espírito inspirador dos grandes profetas do Velho Testamento, Espírito de que Jesus foi consciência encarnada e que significou, na sua hora, um levantamento contra o institucionalismo do primeiro templo e dos seus sacerdotes. Do outro lado, a instituição em que esse espírito é suposto «incorporar-se» por razões de culto exterior, e onde o essencial do fenómeno religioso, que é o Espírito ou conhecimento de Deus sem intermediários, deve submeter-se ao ritual e às disposições legisladas.

A concentrada aptidão profética do judaísmo, ferreamente reprimida pela Sinagoga, voltava a explodir no cristianismo primitivo, com o Jesus dos Evangelhos a atacar acerbamente a geração de víboras dos doutores da lei que fecharam o reino dos céus e atiraram fora as chaves, de modo que nem eles lá entram, nem deixam entrar os outros.

Quando Paulo outorga ao espírito profético ou de sabedoria o primeiro lugar entre os dons do espírito que dão vida à Igreja, define-a, contra o espírito de corpo representado pela Sinagoga, como um corpo de espírito. A profecia estava acima de tudo; a organização era coisa secundária.

«O quê?! A organização vem em segundo lugar? Já ides ver, farroupilhas!», ameaçou Clemente, e vá de mandar contra o povo cristão de Corinto uma legião romana que depressa acabou com a anarquia e restabeleceu a ordem. Aos profetas cortaram a língua, quando não a cabeça, redourando o comité central da Igreja de Corinto em todo o seu esplendor, poder e jurisdição infalíveis.

Com os antecedentes expostos e com os que explicita e implicitamente proporciona a Epístola de Clemente Romano, pode fazer-se uma ideia do carácter da crise que conduziu ao referido desenlace. Não se debatia em Corinto diferença alguma doutrinal.

Clemente não encontra, na verdade, nada que reprovar nem corrigir, excepto a cisão, a discórdia, aproveitando a ocasião para reforçar o monopólio sacerdotal e estabelecer, de uma vez para sempre, uma descriminação entre o bem e o mal. O bem é representado pelo clero e o mal por aqueles que, mesmo sendo cristãos, não se submetem à vontade dos padres.

Para lograr os seus fins, Clemente tem que formular uma teoria teocrática segundo a qual a Igreja era uma instituição de direito divino fundada por Jesus, para isso enviado pelo Déspota, conforme o Romano se compraz em chamar a Deus. O dever do cristão é acatar esse divino despotismo, submeter-se gregariamente às suas normas e aguardar com paciência os acontecimentos. Eleição do clero pelo povo? Que raio de ideia! A ninguém podia ocorrer semelhante coisa. Sem margem para dúvidas, o bispo de Roma institui na sua Epístola uma ditadura total do sacerdócio.

Começava a manifestar-se aqui a estranha ideia católica que transforma a virtude em seu monopólio. De facto, nada irritava mais as milícias da Igreja, já nesses tempos remotos, do que verem alguém falar sozinho com Deus e chegar naturalmente a um estado de renúncia que elas, milícias, com toda a sua religião, tanta dificuldade tinham em alcançar. Para Clemente e para os vigários romanos que se lhe seguiram. não conta tudo o que for obtido sem os seus padre-nossos. E também não perdoam, mesmo a cristãos, taxando-a de ímpia, toda a graça e felicidade que não leve a sua chancela.

Só eles têm direito à bem-aventurança, mas é de resto um privilégio de que usam pouco.

Exactamente como os secretários-gerais, figuras que é impossível pintar «d'après nature», engolfadas como estão num bizantino sistema de precedências em que a análise deve vir sempre antes da síntese, mas separadas pela mesma distância que afasta um mapa de anatomia de uma estátua.

Naqueles longínquos anos de Domiciano, ainda não havia secretários-gerais, mas o seu modelo, com Clemente Romano, já começava a ganhar contornos nítidos: a Igreja organiza-se como um partido, com bases, quadros intermédios, direcções locais e centrais, comissão política e secretariado. O secretário-geral dizia às bases quem devia escolher para eleger a direcção, e esta, por sua vez, elegia o secretário-geral. Tudo se passava num circuito fechado, entre uma cleresia de funcionários, e fora disto não havia mais que desvairo e perdição.

Quando, dois mil anos depois, chegou a hora dos partidos, limitaram-se a decalcar o modelo de Clemente Romano, com variantes especiais como as de eleger falsos secretários-gerais, que não alteram nada à essência do padrão, excepto num ponto: o autor da **Epístola aos Corintos** tinha que se haver com crentes fervorosos e lutadores; os secretários-gerais, nas bases dos seus partidos, mais ou menos movimentadas, encontram sempre maiorias habituadas a viver segundo as regras, moral e banalmente aceites sem grandes sobressaltos. É o espírito de partido, que não quer, como o de Corinto, atropelar o secretário-geral para entrar no reino dos céus: apenas espera que o seu pastor o conduza aos prometidos pastos da abundância deste mundo, naturalmente através da espada e não da pomba, posto que é preciso tirar de lá (através de eleições, bem entendido), os outros partidos.

ATALAIA
RESTAURANTE SNACK BAR

FADOS NO ATALAIA

Jante ou ceie connosco até às 2 horas da manhã ao som do fado com **ESMERALDA AMOEDO e AUGUSTO RAMOS** e os artistas convidados **MACIEL e BERTA FERNANDA** acompanhados por **LUÍS GONÇALVES e QUIM DE OLIVEIRA.**

EXPERIMENTE O NOSSO SERVIÇO ESPECIAL DE ALMOÇOS (DE 2.ª A 6.ª FEIRA)

APRECIE AS NOSSAS ESPECIALIDADES: BACALHAU À ATALAIA, FONDUE À BOURGUIGNONE, ARROZ DE MARISCO.

ENCERRAMOS AO DOMINGO • RUA DA ATALAIA, 35-37 (AO BAIRRO ALTO) • **TELEFONE 32 01 21**
1200 LISBOA

Texto de
Paula Sá

FALCÃO E CUNHA
A ASCENSÃO DE UM «ANJO»

Não que os nosso prezados ministros tenham muito tempo disponível. Mas esta coisa de governar os portugas desgasta. Gerir a maioria, que adormeceu à sombra da bananeira, nem se fala! Cavaco, agastado com algumas dores de fígado (nervos, em vésperas de Congresso, terá dito o médico), remoía no nome a escolher para o cargo de secretário-geral. Recorreu aos clássicos, precisava de cultivar o espírito. Camilo foi o escolhido.

A concentração era pouca e o desfolhar das páginas constante. «Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, morgado de Angra de Freimas, tem hoje 49 anos...». Salta o nosso ministro mais uma página, agora a 15: «Estava pois, o mestre-escola, de parceria com o boticário a castigar a perversidade dos imperadores romanos (...) abeirou-se deles Calisto Elói, e para logo se calarem as duas capacidades, em deferência ao Salomão da terra. 'Portugal está alagado pela onda de corrupção, que subverteu Roma imperial! Os costumes dos nossos maiores são metidos a riso!' Ficaram o boticário e o professor de primeiras letras, e mais lavradores, ruminando as palavras do fidalgo. Um dos mais graves e anciãos lavradore exclamou: 'Aquilo é que dava um deputado às direitas! Um homem assim, se fosse a Lisboa falar aos rei, as contribuições haviam de acabar!»

Cavaco remexeu-se na cadeira. Começava a gostar daquela prosa. «Resistiu Calisto Barbuda tenazmente às solicitações dos lavradores, que o procuraram com o mestre-escola à frente (...)Neste encontro, o professor excedeu o juízo avantajado que ele propriamente fazia da sua vocação oratória. Mostrou as faces do abismo escancaradas para tragarem Portugal, se os sábios e virtuosos não acudissem a salvar a Pátria moribunda. Calisto Elói enternecido até às lágrimas pela sorte da terra de D. João, voltou-se para a esposa, e disse, como o agricultor Cincinato: 'Aceito o jugo!'»

Poucas horas mediaram entre esta leitura e o encontro de Cavaco Silva com Falcão e Cunha no seu gabinete. Desta feita, foi o engenheiro civil de Mangualde, de 53 anos, penalizado com o futuro dos democratas de Cavaco, a proferir: «Aceito o cargo de secretário-geral do PSD! Há lugares que não se pedem nem se desejam mas que, em determinadas alturas, não se devem recusar!»

Afinal de quem vieram estas sábias palavras? Que douta personagem é esta que quase levantou em «rebelião» as hostes laranjas durante o seu último Congresso (não por mau trabalho no partido, mais por desconhecimento das suas virtudes, diga-se em abono da verdade)?

Pois bem, José Bernardo Veloso Falcão e Cunha, engenheiro civil, licenciado pela Universidade do Porto, bom aluno desde a escola primária (diz quem o conheceu, lá por Mangualde, em tenra idade), não tinha desenvolvido actividade política até que, há três anos, após as eleições presidenciais, decidiu aderir ao partido «mais identificado com o sentir dos portugueses», o PSD.

Só tardiamente descobriu a sua vocação, quando os cabelos brancos já eram muitos. Pecado que levou os correlegionários, e especialmente o acutilante Ângelo Veloso, a acusarem-no de ser uma «figura apagada» e de não ter qualquer proeminência pública digna de um posto-chave no partido da maioria. Ele próprio confessou ao «DL»: «Não sou um homem político, sou um homem de acção».

«Se é tenro no partido, tornou-se um dos mais ferrenhos adeptos da cor laranja», comenta um seu ex-subordinado. Refere, a propósito, as muitas vezes que Falcão e Cunha se lançou numa cruzada contra os possíveis PS's a seu mando. «Era escusado argumentar que certas pessoas eram competentes, para ele isso não interessava desde que tivessem o ferrete de socialistas», acrescenta.

Em 1985, antes de Dias Loureiro ter assinado o seu pedido de admissão no PSD, é convidado por um antigo colega, Oliveira Martins, ministro dos Transportes e Comunicações, para gerir a Secretaria de Estado das Vias de Comunicação. E se Calisto Elói, o erudito, conhecia dons da palavra, Falcão e Cunha, o prático, torna-se perito em ferrovias, apeadeiros e buracos aquém e além-mar. E de longa data lhe vinham os dotes de *public-relations*, outro instrumento precioso para um homem do século XX.

Falcão e Cunha iniciou a sua actividade profisional no Vale de Soraia, como engenheiro da firma Simões Pereira & Cª. Em 1963, parte para Moçambique, acompanhado por duas graças - a mulher Maria da Graça Maria e a filha Graça Maria. Ocupa o cargo de director geral adjunto do Gabinete do Plano do Zambeze e, mais tarde, já depois do 25 de Abril, sobe a director-geral. Acaba por partir para o Brasil, onde assumiu a direcção de uma empresa americana, ficando responsável pela área financeira e pelo *marketing*. Regressa a Lisboa em 1980 e desempenha as funções de consultor até 1985, quando entra para o Governo.

Despedido por Oliveira Martins, na última remodulação do Executivo, em Janeiro, (dizem as más línguas que o ministro já não suportava há muito tempo a sua petulância), regressa à vida de gestor, na administração da Caixa Geral de Depósitos.

O longo *curriculum vitae*, sómado ao vasto conhecimento dos caminhos de Portugal e à fama de pessoa de fácil contacto, terá feito esquecer a Cavaco o malogrado despedimento.Terá pensado o nosso primeiro-ministro: «Aquilo é que dava um secretário-geral às direitas! Um homem assim se fosse pelo País falar com os amigos empresários, em vésperas de campanha eleitoral, as receitas do partido haviam de subir!». Dito e feito. Falcão e Cunha vai gerir os tostões no PSD.

O próprio tem-se em boa conta. Define-se como uma pessoa «frontal, avessa a jogos de bastidores, eficaz na decisão, solitário, leal e amigo das pessoas». Diz não gostar de falar do que não sabe, admira profundamente o «chefe» Cavaco Silva e também Giscard d'Estaing. Joga golfe e lê, desde policiais a livros de histórias. É tido como extrovertido e algo impaciente. O primeiro-ministro afirma que «ele fala ao coração».

Alguém que trabalhou com ele de perto deu-nos um versão menos angelical da sua personalidade. «Um obsecado pelo partido e nada tolerante com as críticas» foi o mais suave que ouvimos. Consta que durante as reuniões de trabalho, Falcão e Cunha mandava vir café sem ter a delicadeza de o oferecer aos seus interlocutores. Coisas...

O mesmo subordinado exalta as suas capacidades de trabalhar nos bastidores «É do género de almoçar com o patronato e depois com os sindicatos, acicatando uma entidade contra a outra, para sair airoso no final, como a figura do consenso», frisa.

No PSD os trabalhos estão facilitados: confusão nas bases existe em abundância. Não pertencendo a qualquer grupo, basta ao secretário-geral congregar os ânimos. Os social-democratas, apanhados de surpresa com a escolha do primeiro-ministro, dão-lhe agora «o benefício da dúvida».

Cavaco Silva não foi além da página 30 da «Queda de um anjo» de Camilo Castelo Branco. E longe de nós estabelecer paralelo entre Calisto Elói e Falcão e Cunha. Por ora o nosso «anjo» está em ascensão. A queda, se acontecer, será para 1991.

BOLETIM DE ASSINATURA

ASSINE O Diário de Lisboa

NÃO PERCA NENHUMA EDIÇÃO!

Pretendo assinar a partir do dia ___/___/___ Pelo período de

☐ 1 ANO — 18 000$00
☐ 6 MESES — 9 000$00
☐ 3 MESES — 4 500$00
☐ 1 MÊS — 1 500$00

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Junto envio: ☐ cheque ☐ vale do correio

• Números atrasados: 70$00 cada • Mudança de endereço: 150$00 • Por períodos mínimos de 6 meses poderá também assinar o «Diário de Lisboa» uma vez por semana, embora sempre a edição do mesmo dia da semana, sendo, para esse período, o preço de 1 850$00. • **Informação ao assinante:** os preços acima indicados levam em conta que o jornal beneficia do porte pago postal no território nacinal até 100 gramas, pelo que os encargos postais ali incluidos são apenas os do excesso de peso que todos os dias existe. Se por algum motivo este benefício for retirado, aqueles preços terão de ser imediatamente alterados em conformidade.

Enviar para: **DIÁRIO DE LISBOA — Assinaturas**
Rua Luz Soriano, 44 — 1200 LISBOA

ENTREVISTA-FICÇÃO
POR A. ALMODÔVAR

CAVACO SILVA À «MOS

A SINGULARIDADE DO
É NÃO SABER NADA.
NEM SE ELE É O ÚNIC

Está, porventura, numa frase do presidente do partido a chave da nomeação como secretário-geral de um técnico que partidariamente ninguém conhece e que manifestamente não conhece nada nem ninguém do partido. A frase é esta: **«Se, no partido, ninguém sabe quem é o novo secretário-geral, é porque o novo secretário-geral é um bom secretário-geral, considerando que eu, pela minha parte, me quero dedicar, sobretudo, ao Governo.»**

Afirma-o o presidente do partido à «Mosca», numa entrevista ao longo da qual estabelece, exemplarmente, a linha que não separa, embora em rigor não una, a família dos políticos da família dos técnicos. A ler, sofregamente.

Estamos na sede do partido.

Espera-se, a qualquer momento, a chegada do novo secretário-geral.

Dirigimo-nos ao presidente do partido.

- Sr. Prof., quem é o novo secretário-geral?

- Justamente, não sei!

- Como, não sabe, Prof., ?!...

- Não sei! Eu fiz questão de escolher um técnico, não uma personalidade.

- Técnico de quê, Prof. ?!...

- Não sei, justamente!

- Como, não sabe, Prof. ?!...

- Não sei! Como eu fiz questão de escolher um técnico e não uma personalidade, não sei, precisamente porque ele é um técnico e não uma personalidade. Se fosse uma personalidade, eu saberia quem era. Como é um técnico, eu não sei quem é. Pergunta-me: técnico de quê? Eu respondo: não sei. E está bem que eu não saiba. Porque eu escolhi um técnico que, desde logo, não fosse uma person-

OSCA»

DO NOVO SECRETÁRIO-GERAL
A. NEM O QUE É O PARTIDO
NICO SECRETÁRIO-GERAL

re- alidade como técnico. Logo, eu não sei
ção de que é que ele é técnico.
que **- Nesse caso, Prof., de quem é que**
que **está à espera?!...**
em - Estou à espera do novo secretário-
sta: geral!
m é - Prof., como
e o é que vai recon-
se- hecê-lo se não
eu, sabe quem
ar, é?!...
- É fácil! Um
) à técnico distin-
da gue-se imedia-
nha tamente de uma personalidade.
não **- De que maneira, Prof.?!...**
dos - Não se distingue! Portanto, quando entrar aqui alguém que eu não distinga, sei imediatamente que é o novo secretário-geral! Com os técnicos, é assim!
a **- Mas há sempre imensos técnicos a**
), a **entrar e a sair, Prof.!...**
se- - É indiferente! O cargo de secretário-geral deste partido não é nem um cargo
re- cativo nem um cargo unipessoal! Todos
é o os técnicos podem ser secretários-gerais
io- do partido. Com duas condições: **primeira,** não se saber quem são, o que é
não fácil, porque, sendo técnicos, não se sabe quem são; **segunda,** não se saber
be, de que é que são técnicos, o que é fácil, porque, sendo verdadeiros técnicos, não
fiz se sabe de que é que são técnicos. Dito
her de outra maneira. Se se souber quem
ma são, não são técnicos, são personali-
dades. Logo, não podem ser secretários-
uê, gerais do partido! E, se se souber em que
é que são técnicos, sabe-se quem são,
us- ou seja, o que são, ou seja, não são
be, técnicos, são personalidades. Logo, não podem ser secretários-gerais do partido!
- Prof., todos os técnicos que en-
es- **tram e saem podem ser, em qualquer**
o e **momento, secretários-gerais do par-**
não **tido?!...**
le é - Podem! Desde que não se saiba
Se quem são, porque são técnicos, e desde
eria que, sendo técnicos, não se saiba em
sei que é que são técnicos!
uê? **- Mas, Prof., nesse caso, há vários**
eu **secretários-gerais do partido!...**
nico - Há!
on- **- Ao mesmo tempo, Prof.,?!...**

- Ao mesmo tempo! E isto porque, sendo necessário, para se ser secretário-geral, ser técnico, e sendo necessário, para se ser, simultaneamente, técnico e secretário-geral, ser técnico, e não se saber, **primeiro,** em quê, **segundo,** quem é, eu pergunto, como distinguir, desde logo, os técnicos entre si, e, depois, entre si, os secretários-gerais, e, finalmente, os técnicos dos secretários-gerais? A força de um secretário-geral está em não se saber, dele, duas coisas fundamentais. Uma é: quem é. Outra é: quantos são.

> - «Não sabendo ninguém no partido quem é o novo secretário-geral, quem é que pode exigir a demissão de quem não sabe quem é?»

- Mas, Prof., como é que o secretário-geral secretaria se o partido não souber quem ele é?!...

- O problema deste partido é justamente esse! Por um lado, ser todo constituído por pessoas que se sabe quem são e que sabem, entre si, uns quem são os outros, outros quem são esse uns, e, todos, quem é o secretário-geral, com a agravante de o secretário-geral saber muitíssimo bem quem são todos!

- Com este secretário-geral, Prof., não se passará nada disso?!...

- Absolutamente! A singularidade deste novo secretário-geral é não saber nada! Nem o que é o partido, nem se ele é, no partido, o único secretário-geral. Acrescente-se que, não sabendo ninguém, no partido, quem é o novo secretário-geral, que é que ele faz, quem é que pode exigir a demissão de quem não sabe quem é?!

> - «Tendo eu, finalmente, dito a alguns ministros de que é que eles eram ministros, alguns demitiram-se. Outros, sabendo eu, finalmente, de que é que eles eram ministros, demiti-os eu!»

- E o próprio sabe, Prof.?!...

- O próprio, quem ?!...

- O próprio secretário-geral, Prof.! Ele sabe quem é?!...

- Em rigor, não sabe! Se soubesse, podia dizer a alguém, e espalhava-se! É assim que, neste partido, começam a surgir personalidades. O caso é que, tendo eu, finalmente, dito a alguns ministros de que é que eles eram ministros, uns, ao saberem de que é que eram ministros, demitiram-se, outros, sabendo eu, finalmente, de que é que eles eram ministros, demiti-os eu! A vantagem dos técnicos de que não se sabe de que são técnicos é que são, indiferentemente, tudo!

- Mas, neste caso, Prof., nomeou ou não nomeou um secretário-geral?!...

- O problema está aí! Eu não consigo lembrar-me se nomeei ou não nomeei um secretário-geral. O que se compreende. Se eu me lembrasse dele é porque ele era, não um técnico, como tem de ser um secretário-geral, mas uma personalidade. Quem é que se lembra de um técnico? Portanto, está bem que eu não me lembre. Sendo isto indício, no mínimo, de que, se nomeei, nomeei bem! Também está bem que não me lembre de que é técnico o técnico que, se nomeei um secretário-geral, nomeei. Se eu me lembrasse em que é que é técnico o técnico que, se nomeei um secretário-geral, nomeei, ele deixaria de ser um técnico e seria uma personalidade. Portanto, também nesse aspecto está bem. Sendo, assim, este outro indício de que, na hipótese de ter nomeado um secretário-geral, nomeei bem!

- Mas, Prof., não há quem, na direcção do partido, tente lembrar-lhe quem será?!...

- Justamente, há. Mostram-me, insistentemente, imagens impressas de rostos de que eu não consigo fixar. Afirmam-me que é sempre o mesmo técnico e que é precisamente o técnico que eu nomeei secretário-geral e que me estão passando fotocópias sempre com o mesmo rosto. Provavelmente serão, porque, por um lado, eu não me lembro dele, por outro lado, sempre que passam uma fotocópia, eu não me lembro da fotocópia anterior. E assim sucessivamente. O que está tecnicamente bem. E, para o caso, politicamente!

- Quer dizer, Prof., que, no partido, também ninguém sabe quem é o novo secretário-geral?!...

> - «Saber-se-á, em 1991, quem é o novo secretário-geral. Se o partido for derrotado, outra vez.»

- Ninguém! Toda a gente me pergunta: Prof., quem é o novo secretário-geral? Eu não respondo e sorrio. Sorrio porque, se me perguntam quem é o novo secretário-geral do partido é porque não sabem quem é o novo secretário-geral do partido. Ora, se no partido ninguém sabe quem é o novo secretário-geral do partido, é porque o novo secretário-geral do partido é um bom secretário-geral para o partido, considerando que eu me quero dedicar sobretudo ao Governo. Em todos os aspectos foi tudo milimetricamente pensado!

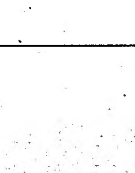
- Prof., saber-se-á, alguma vez, quem é o novo secretário-geral?!...

- Eventualmente, em 1991!

- Porquê em 1991, Prof.,?!...

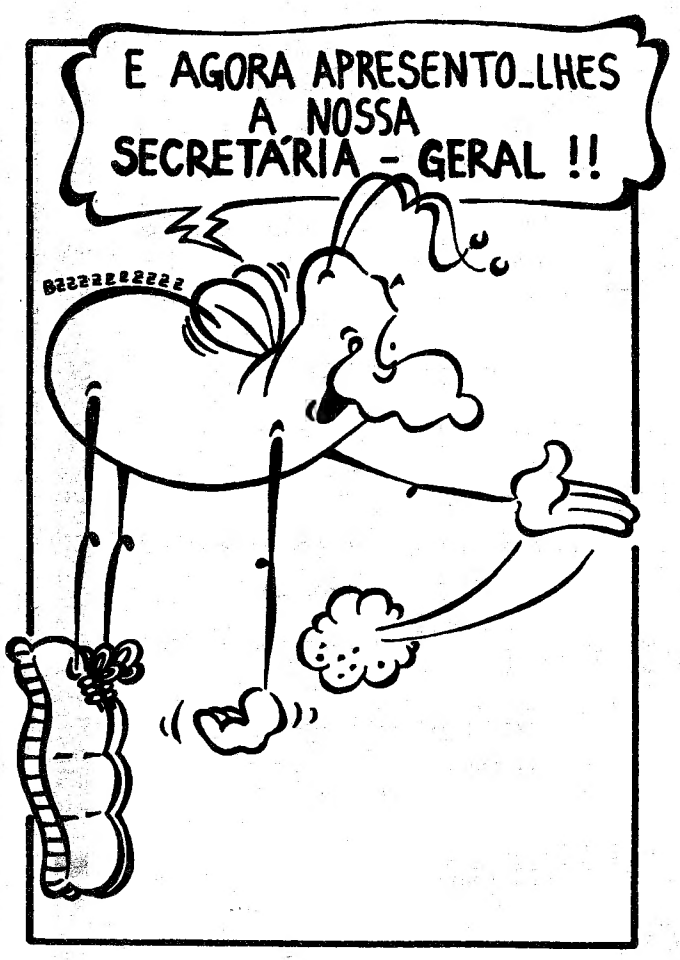
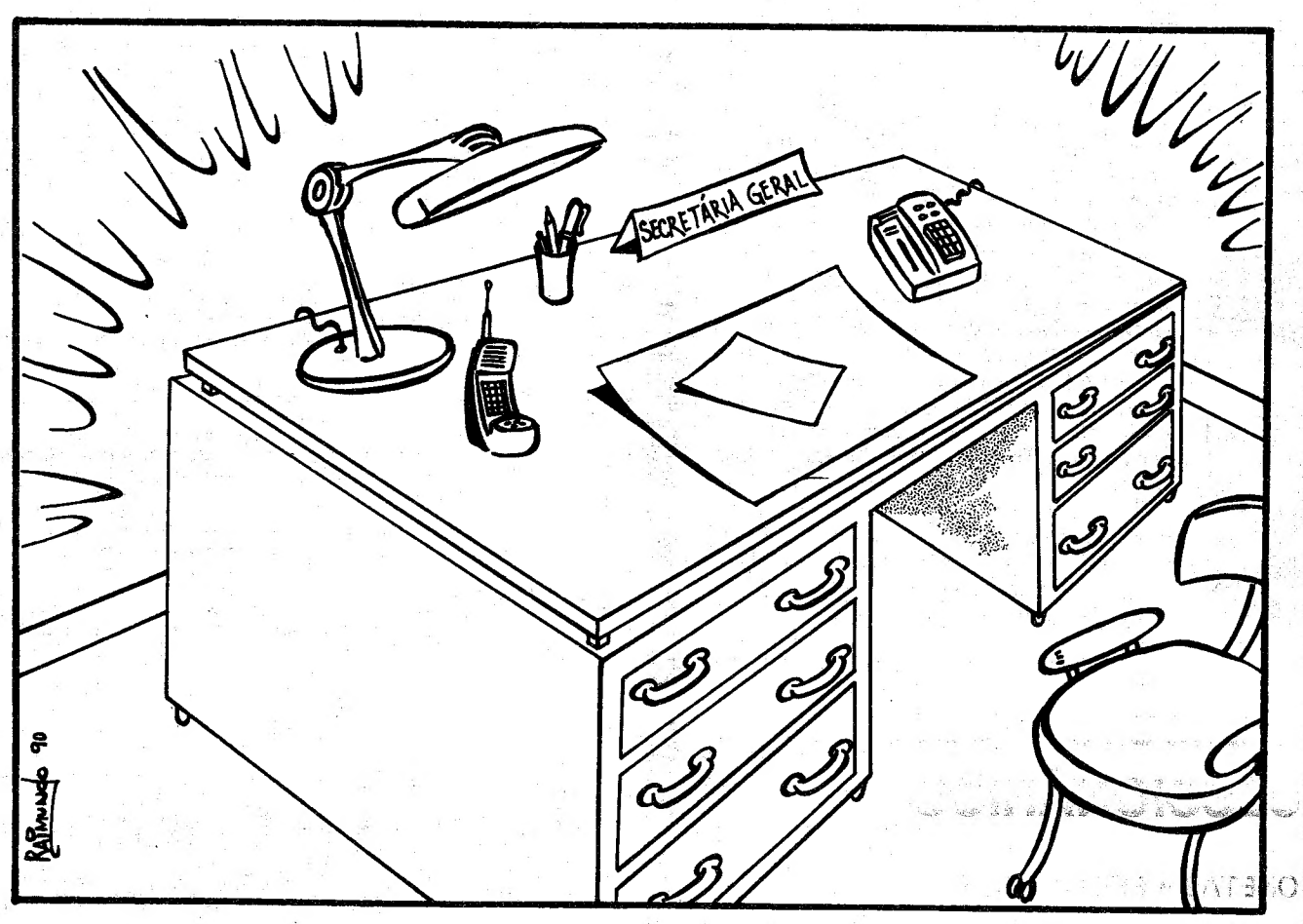
- Porque, se se souber quem é, é porque o novo secretário-geral é o responsável pela derrota! Não sendo, nessa circunstância, aquele que eu nomeei, porque eu não sei quem nomeei! Ou seja, eu nomeio técnicos, mas demito políticos!

OS SECRETÁRIOS-GERAIS

Cargo político	Idade, estado civil, filhos	Habilitações literárias	Cargos exercidos antes de 25 de Abril	Cargos exercidos no pós-25 de Abril	Obras publicadas	Hobbys	Citações
Mário Soares (PS) 1973	Nasceu em Lisboa em 1924, casado, dois filhos	Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas e Direito	Fundador do MUD-juvenil; secretário da Comissão Central de Candidatura do general Norton de Matos e do general Humberto Delgado; fundador da Acção Socialista (ASP) e do PS	Ministro dos Negócios Estrangeiros nos I,II e III Governos Provisórios; ministro de Estado do IV Governo Provisório; primeiro-ministro dos I, II e IX Governos Constitucionais; vice-presidente da Internacional Socialista; Presidente da República desde 1985	«As ideias político-sociais de Teófilo Braga»; «A justificação Jurídica da Restauração e Teoria da Origem Popular do Poder Político»; «Escritos Políticos»; «Do Salazarismo ao Caetanismo»; «Portugal Amordaçado»; PS, Fronteira de Liberdade», entre outros	Leitura e pintura	«Em política sempre me um corredor de fundo» (1979)
Vítor Constâncio (PS) 1985	Nasceu em Lisboa em 1943, casado, dois filhos	Licenciado em Economia	Consultor do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho e do Centro de Estudos da Presidência; professor do Instituto Superior de Serviço Social	Director dos Serviços de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal; secretário de Estado do Orçamento e Plano (IV. Gov. Pro.); deputado; vice-governador do Banco de Portugal; ministro das Finanças e do Plano (II Gov. Cons.) governador do BP; presidente da União dos Partidos Socialistas e Sociais Democratas da Comunidade Europeia	«Coerência e rigor»	Ler, jogar xadrex no computador e ouvir Paul Simpon e ópera	«Sou um homem convencional» (1986)
Jorge Sampaio (PS) 1989 	Nasceu em Lisboa em 1943, casado, dois filhos	Licenciado em Direito	Colaborador da revista «Seara Nova»; candidato a deputado, pela CDE, em 69; fundador do Movimento de Esquerda Socialista	Secretário da Cooperação Externa (IV Gov. Pro.); fundador da Intervenção Socialista (GIS); deputado; presidente do grupo parlamentar do PS; membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem		Sportinguista, gosta de futebol e golfe e de passear a pé	«Maio de 68,sim; se for imaginação» (1989)
Álvaro Cunhal (PCP) 1961	Nasceu em Coimbra em 1913, solteiro, uma filha	Licendiado em Direito	Delegado dos Estudantes da Universidade de Lisboa ao Senado Universitário; secretário-geral da Federação das Juventudes Comunistas de Estudantes; membro do Secretariado-Geral do PCP e secretário-geral do partido	Ministro sem pasta nos I, II, III e IV Governos Provisórios; deputado à Assembleia Constituinte e da República	«Rumo à vitória»; «A questão agrária em Portugal»; «O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista»; «O partido com paredes de vidro», entre outras	Ler e pintar	«Nunca tive medo da morte, mas gosto da vida. Da vida em todas as suas expressões e modalidades, da forma de viver de um ser humano» (1990)

Cargo administrativo	Idade, estado civil, filhos	Habilitações literárias	Cargos exercidos antes de 25 de Abril	Cargos exercidos no pós-25 de Abril	Obras publicadas	Hobbys	Citações
Magalhães Mota (PSD) 1977	Nasceu em Santarém em 1935, casado	Licenciado em Direito	Dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito e da JUD; membro da Junta de Colonização Interna; chefe de Gabinete do secretário de Estado da Indústria; fundador da SEDES, deputado à Assembleia Nacional (X legislatura)	Fundador do PSD; ministro da Administração Interna (I Gov. Pro.); ministro sem pasta (II, III e IV Gov. Pro.); ministro do Comércio Interno (VI Gov. Pro.); presidente do grupo parlamentar do PSD		Canta o fado coimbrão	«É possível pensar pela própria cabeça sem perder o ganha-pão» (1974)
Menéres Pimentel (PSD)	Nasceu em Lisboa em 1928,casado	Licenciado em Direito	Delegado do Procurador da República; juíz de Direito; Adjunto do Procurador da República; consultor do Ministério da Agricultura e Pescas	Secretário de Estado da Recuperação Social; deputado; presidente do grupo parlamentar do PSD e da Comissão dos Assuntos Constitucionais; ministro da Justiça e da Reforma Administrativa (VII e VIII Gov. Const.); presidente da Comissão Política do PSD			«Irrito-me com o exagero das promessas em relação ao que pode ser cumprido» (1976)
Sérvulo Correia (PSD)	Nasceu em Angra do Heroísmo em 1937	Licenciado em Direito	Assistente da Faculdade de Direito de Lisboa; consultor jurídico do Banco de Portugal	Secretário de Estado da Emigração; membro da Comissão Política do PSD; deputado	Tem vários trabalhos publicados em matéria de Direito Administrativo, segurança social e sociedades cooperativas		
António Capucho (PSD) 1983	Nasceu em Lisboa em 1945, casado, dois filhos	Licenciado em Organização e Gestão de Empresas	Dirigente estudantil e associativo	Presidente da Comissão Política Concelhia de Cascais; presidente da Assembleia Distrital da Área Metropolitana de Lisboa; deputado; ministro dos Assuntos Parlamentares, da Qualidade de Vida; secretário-adjunto do primeiro-ministro; deputado do Parlamento Europeu; vice-presidente do mesmo órgão		Joga ténis	«O que mais me aborrece na política é a conspiração» (1983)
Antunes da Silva (PSD) 1984	Nasceu na Sertã em 1948	Licenciado em Direito	Funcionário do Banco Espírito Santo; administrador da Rádio Nacional	Monitor da Faculdade de Direito; secretário-geral do Ministério da Administração Interna; membro do Gabinete de Estudos Nacional do PSD; vereador da Câmara de Cascais; deputado			

Cargo administrativo	Idade, estado civil, filhos	Habilitações literárias	Cargos exercidos antes de 25 de Abril	Cargos exercidos no pós-25 de Abril	Obras publicadas	Hobbys	Citações
Dias Loureiro (PSD) 1985	Nasceu em Aguiar da Beira em 1951	Licenciado em Direito	Fundador e vice-presidente da Associação Portuguesa de Jovens Advogados	Governador Civil em Coimbra; deputado; vice-presidente da Federação Europeia dos Partidos Liberais, Democratas e Reformistas; vice-presidente do conselho de Administração do IPSD e da Fundação Liberdade e Desenvolvimento; presidente da Comissão Eventual de Timor-Leste; presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da AR		Escrever poemas	«Sempre vi a política como um serviço em que todos se empenham, e porque, por outro lado, fascina-me estar empenhado nalguma coisa em que possa ser co-autor na criação»
Falcão e Cunha (PSD) 1990	Nasceu em Mangualde em 1937	Licenciado em Engenharia	Director Técnico da Sofil; presidente do Conselho de Administração dos Serviços Autonómos de Electricidade; director dos Serviços Hidrálicos de Moçambique e do Gabinete do Plano do Zambeze; presidente do Conselho Fiscal da Sociedade Financeira Portuguesa	Director da Internacional de Engenharia; presidente da VENDAP; secretário de Estado das Vias de Comunicação do XI Governo Constitucional		Gosta de ler e jogar golfe	«Não sou político, sou um homem de acção» (1990)
Adelino Amaro da Costa (CDS) 1974	Nasceu em Lisboa em 1943, casado	Licenciado em Engenharia	Técnico da Reserva Naval do Instituto Hidrográfico; consultor do Gabinete e Planeamento da Acção Educativa; sub-director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação	Deputado à Assembleia Constituinte e da República; presidente do grupo parlamentar do CDS; ministro da Defesa Nacional			Sobre ele, em 1980 no semanário Expresso: «Perde-se muitas vezes no promenor táctico e no floreado de bastidores, o que diminui a sua imagem política»
Pestana de Vasconcelos (CDS) 1978	Nasceu em Lisboa em 1925, casado, cinco filhos	Licenciado em Direito	Consultor Jurídico na Direcção Geral dos Serviços Industriais e dirigente da Liga Católica	Deputado; membro da Assembleia Municipal de Lisboa; provedor da Santa Casa da Misericórdia		Joga bridge, xadrez e pratica marcha	«As forças armadas têm que ser garantes da democracia e nada mais» (1976)
Rui Garcia de Oliveira (CDS) 1979	Nasceu em Stª Ildefonso em 1931	Licenciado em Medicina	Médico no Hospital de São João no Porto; vogal da Concelhia Executiva Regional do Norte do CDS	Director do Serviço de Anestesia no Centro Hospitalar de Gaia		Gosta de ouvir música, de ler e jardinagem	
Anacoreta Correia (CDS) 1981	Nasceu na Beira Moçambique em 1944, casado, quatro filhos	Licenciado em Engenharia	Consultor no Gabinete de Estudos da Secretaria Provincial das Obras Públicas e Transportes de Angola	Secretário de Estado dos Transportes (VI Gov. Cons.) e da Defesa Nacional (VII Gov. Pro.); fundador e e coordenador do Instituto Amaro da Costa; deputado; funcionário superior da CEE no Departamento de Cooperação Industrial e Mineira com o Terceiro Mundo			
Vieira de Carvalho (CDS) 1983	Nasceu em Moreira em 1938	Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas	Director do Gabinete de Estudos do Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército; assistente na Faculdade de Letras de Lisboa e Porto; presidente da Câmara da Maia; deputado à Assembleia Nacional	Presidente da Câmara da Maia; delegado efectivo da Assembleia dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa			
Pedro Feist (CDS) 1985	Nasceu em Lisboa em 1945, casado, seis filhos		Comerciante de brinquedos	Presidente das Associações de Comerciantes; vereador na Câmara de Lisboa		Praticou andebol no Sporting	
Pereira Neto (CDS) 1987	Nasceu em Lagos em 1935	Licenciado em Ciências Sociais e Políticas	Professor catedrático	Professor catedrático no Instituto de Ciências Sociais e Políticas; deputado; consultor da Confederação do Comércio Português	«A universidade do Algarve como factor de desenvolvimento na Região algarvia»; «O contributo dos emigrantes para o desenvolvimento do Algarve», entre outras		
Luis Beiroco (CDS) 1988	Nasceu em Lisboa em 1939, casado, dois filhos	Licenciado em Direito	Gestor de Empresas	Chefe de gabinete do ministro do Comércio e Turismo (II Gov. Const.); preisidente da CED de Lisboa do CDS; secretário-adjunto para os Assuntos Políticos e Eleitorais do CDS; deputado			«A vitória política é muitas vezes precedida de vitória no combate cultural» (1985)
Basílio Horta (CDS) 1975/90	Nasceu em Lisboa em 1943, casado	Licenciado em Direito	Dirigente da União Nacional; secretário-geral da Corporação da Indústria	Deputado; vice-presidente da A.R.; conselheiro de Estado; ministro de Estado; ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura, Comércio e Pescas	«A participação dos trabalhadores nas Empresas»; «Os partidos políticos», entre outros		
Carlos Beato (PRD) 1990	Nasceu em 1947, casado, dois filhos	Licenciado em Gestão	Gestor de Recursos Humanos	Representante do Ministério dos Assuntos Sociais na Comissão Interministrial de Acção Social Complementar; deputado; chefe de gabinete do grupo parlamentar do PRD			
Pedro Canavarro (PRD) 1989	Nasceu em 1937, solteiro	Licenciado em História e diplomado em Museologia	Docente no Instituto Superior de Línguas e Administração; assistente na Faculdade de Letras	Secretário executivo da comissão instaladora do Instituto do Património Cultural; comissário-geral para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura; vereador na Câmara de Santarém; membro da Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos; deputado	«Portugal e a Dinamarca durante a Restauração»; entre outros		

A MOSCA

POR RAIMUNDO